





CDS

40 anos  
ao serviço de Portugal

Título  
**CDS - 40 anos ao serviço de Portugal**

Autores  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Design e Paginação  
**Vitor Duarte**

Impressão  
**Caflesa**

1ª Edição  
**Julho de 2015**

ISBN  
XXXXXXXXXXXX

Depósito Legal  
XXXXXXXXXXXX

Todos os direitos reservados  
© 2015 XXXXXXXXXXXX e Prime Books



[clientes.primebooks@gmail.com](mailto:clientes.primebooks@gmail.com)  
[www.primebooks.pt](http://www.primebooks.pt)  
económico | rápido | seguro

# ÍNDICE

12 ANOS NA PRESIDÊNCIA DO CDS (1974-82 e 1988-91) – Diogo Freitas do Amaral .....	7
FRANCISCO LUCAS PIRES – António Gomes de Pinho .....	35
SOBRE O TRAJETO DA DEMOCRACIA CRISTÃ – Adriano Moreira .....	63
O PARTIDO POPULAR – Manuel Monteiro .....	85
REALISMO E CRESCIMENTO – Paulo Portas .....	149
PARA QUE SERVE O CDS – José Ribeiro e Castro .....	159



# 12 ANOS NA PRESIDÊNCIA DO CDS

(1974-82 e 1988-91)

Diogo Freitas do Amaral\*

## I

1.ª fase (1974-76):

### Criação e luta pela sobrevivência

Nunca sonhei, antes do 25 de Abril de 1974, vir a ser fundador e líder de um partido político, Vice-Primeiro-Ministro de dois Governos de coligação, candidato à Presidência da República, presidente de uma Internacional partidária ou presidente da Assembleia Geral da ONU. O mais que admitia era vir um dia a ser Ministro. Tudo o resto fui, em Portugal e no estrangeiro, graças ao CDS.

---

\* Doutor em Direito Público pela Universidade de Lisboa; professor catedrático aposentado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; ex-professor convidado, em momentos diferentes, da Universidade Católica Portuguesa, da Universidade Lusíada, do Instituto Superior Técnico e da Universidade Lusófona de Lisboa; membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho e, posteriormente, vogal do seu Senado e do Conselho Científico da respectiva Escola de Direito.

São conhecidas as circunstâncias em que, a 19 de Julho de 1974, criei, juntamente com outros fundadores, o Partido do Centro Democrático Social, com a sigla CDS. E logo no dia seguinte, ainda com 32 anos de idade, fui eleito presidente da respectiva Comissão Directiva provisória. Em Fevereiro de 1975 tornei-me presidente efectivo do CDS (I Congresso), tendo sido reeleito nos II, III, IV, VIII e IX Congressos (1976, 1978, 1981, 1988 e 1991). Totalizei no cargo onze anos, 8 meses e 15 dias, ou seja, em números redondos, 12 anos.

Durante esse longo período, o partido foi governado, primeiro, pela «tróika» que formei com Adelino Amaro da Costa e Basílio Horta, entre 1974 e 1980, e depois, após a tragédia de Camarate, com Basílio Horta e Luís Beiroco (1980-82 e 1988-91).

A principal razão por que fui o primeiro presidente do CDS, por designação unânime dos seus fundadores, foi o facto de ser, desde Maio de 1974, membro do Conselho de Estado – órgão máximo do novo regime, com poderes constituintes, legislativos e de veto sobre os decretos-leis do Governo.

Quais os nossos principais objectivos, no momento da fundação? Eles ficaram escritos num texto pouco conhecido, de Adelino Amaro da Costa (que, a seu pedido, me deu para ler e que aprovei):

O 25 de Abril, feito pelos militares, resultou do fracasso da acção da direita no poder e da acção da esquerda na oposição democrática. Entre aquela e esta, o centro é indispensável a Portugal, porque é a filosofia política de síntese que aceita os desafios da esquerda e da direita, sendo a única orientação que leva às suas últimas consequências os equilíbrios requeridos pela busca da justiça, da liberdade, da igualdade e do progresso. O centrismo não é uma ideologia, mas uma plataforma aberta às ideologias que rejeitem qualquer forma de ditadura<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Trechos citados no vol. I das minhas *Memórias Políticas*, 1995, pp. 187-188.



No plano prático, nós queríamos reeditar a proeza do «Zentrums-partei» alemão – nome da Democracia Cristã entre 1870 e 1945 –, que, tendo dois partidos à sua direita (os conservadores e os nacionalistas) e dois à sua esquerda (os socialistas, ou sociais-democratas, e os comunistas), conseguiu ser de longe o partido mais votado e chegou a governar sozinho com maioria absoluta.

Por várias razões, que têm a ver com a Revolução Social de 1974-75 e com algum atraso na fundação do CDS, esse sonho nunca se concretizou. E, para nosso azar, todos os partidos à nossa direita (*v. g.*, o Partido Nacionalista Português, o Partido Liberal e o Partido do Progresso) foram extintos pelos militares no Poder, ficando o CDS – quer na Assembleia Constituinte, quer depois na Assembleia da República – como o partido mais à direita com expressão parlamentar no novo regime. Não era isso que tínhamos sonhado: mas a Revolução, que não prevíamos, assim nos colocou.

Partidário da direcção colegial, coloquei ao Conselho Nacional, na Primavera de 1975, a questão da utilidade da nossa existência num contexto tão diferente do que antecipáramos e na posição de «refúgio da direita conservadora e nacionalista». Por larga maioria, o nosso órgão máximo entre congressos deliberou que devíamos continuar, lutando contra a tentativa de Revolução comunista já em curso, mas mantendo sempre a nossa linha de actuação «centrista», «democrática» e «social» (C. D. S. = Centro Democrático Social), por muito que amigos e adversários nos quisessem empurrar para desempenhar o papel de «extrema-direita legal», como o PCP então nos chamava.

Assim se fez. E não faltaram ocasiões para demonstrarmos a todos – quer à direita, que nos queria controlar ou incorporar no PSD, quer à esquerda, que nos queria diminuir ou eliminar – que o nosso pensamento e a nossa actuação eram cem por cento democráticos. Nunca nos declaramos «antifascistas», como alguns dizem hoje contra nós, mas é verdade que nos afirmámos sempre democratas, contrários a qualquer ditadura, e opostos ao «regresso ao passado».

Provámo-lo na chamada «crise Palma Carlos» (Julho de 1974), no 28 de Setembro (de 1974), no 11 de Março (de 1975) e no «Verão

quente» de 1975, até ao 25 de Novembro: não alinhámos com as tentativas golpistas de 1974, não nos envolvemos na infeliz iniciativa spinoлиста de Março de 1975, e não aceitámos as armas que nos quiseram distribuir, para combater o PREC, durante o «Verão quente» desse ano.

Foi este comportamento exemplar, bem como o facto de a Junta de Salvação Nacional e a Comissão Coordenadora do MFA me terem ficado a conhecer de perto no Conselho de Estado, que permitiu a sobrevivência do CDS à Revolução de 1975. Alguns, no PCP e na extrema-esquerda civil, nunca perceberam como é que o CDS conseguiu resistir a tudo o que foi feito para o destruir. Mas a explicação é simples: o MFA, que me tinha convidado para Ministro do 1.º Governo Provisório (o que recusei), conheceu-me bem, durante 10 meses, no Conselho de Estado; e eu levei-os a contactar também com o Adelino Amaro da Costa, o Basílio Horta, o Emídio Pinheiro e o Victor de Sá Machado. Por isso eles sabiam que, tanto no plano das ideias como no plano dos factos e comportamentos, não tinham nada por onde nos pudessem acusar, fosse do que fosse, nem tinham razões para suspeitar de nós.

Também muito nos ajudou – é claro – a solidariedade efectiva, pronta, total, da União Europeia das Democracias Cristãs (antecessora do actual PPE). E ainda o líder do Partido Socialista português, Mário Soares, que sempre acreditou em nós desde 1974, como partido moderado e democrático – embora, para ele, de direita. Aliás, é curioso sublinhar aqui que, em Janeiro de 1975, quem nos livrou do terrível cerco ao Palácio de Cristal, no Porto (ao fim de horas de resistência e de alguma luta corpo a corpo), foi a pressão fortíssima então exercida sobre o Presidente Costa Gomes pelo dr. Mário Soares e pelo Presidente francês Giscard d’Estaing, que lhe telefonaram a meio da noite, a meu pedido, e o convenceram a ordenar o envio de uma força de pára-quedistas de Cortegaça (Aveiro), para nos livrarem daquele inferno (que durou das 17 h de um Sábado às 06 h da madrugada de Domingo).

O CDS, de partido marginal, mal-amado e condenado a desaparecer, transformou-se assim, na longa noite do Palácio de Cristal (25 de Janeiro de 1975), no instrumento efectivo do primeiro teste à jovem Democracia portuguesa: se um partido como aquele, de ideologia demo-

crata-cristã e de comportamento irrepreensivelmente legalista, não pudesse existir ou subsistir no novo regime político português, este não seria um regime democrático, mas sim uma ditadura comunista ou terceiro-mundista. Ao mesmo tempo, o episódio do Palácio de Cristal não só reforçou o ânimo dos que lá estiveram, como se tornou no grande chamariz para novas adesões: ao longo da história do CDS, a julgar pelo número de militantes que diziam «eu estive no Palácio de Cristal», aquele Congresso não teve seiscentos ou setecentos participantes, mas várias dezenas de milhares!

Houve, assim, em virtude das circunstâncias, mas também pela vontade e determinação de dirigentes e militantes, uma radical mudança de objectivos: em vez de procurarmos ser o maior partido português, decidimos ser – como único partido não-socialista que escapou a uma tentativa de Revolução comunista (haverá algum outro exemplo na História europeia?) – um partido de ideologia democrata-cristã, a quem caberia a difícil tarefa de enquadrar na democracia e na moderação centrista uma boa parte da direita que fora salazarista ou marcellista, e ansiava por um chefe (talvez um general) que pusesse o país na ordem. Ao não acompanharmos os generais António de Spínola, Kaúlza de Arriaga e Galvão de Melo nas suas tentativas ou ideias mais ou menos autoritárias, creio poder dizer, sem exagero, que ganhámos, no meio de um grande vendaval, as «esporas de ouro» da Democracia.

Em consequência disso – e restaurada a normalidade do processo democrático em 25 de Novembro de 1975 –, o CDS redefiniu mais uma vez os seus objectivos: crescer com base no *não ao socialismo*, tal como no *sim à Democracia e ao modelo social europeu*. Nunca quisemos ser, nem fomos, de 1974 a 1991, um partido ideologicamente conservador, nem liberal: fomos democratas-cristãos, centristas, e reformadores ou «melhoristas» (para usar a feliz expressão de Karl Popper).

Resultados: votámos contra a Constituição marxista de 1976 (no que tivemos razão); duplicámos o número de votos de 1975 para 1976 (7,6% ≠ 16%); triplicámos o número de Deputados (de 16 para 43), ultrapassando assim o PCP; integrámos, em igualdade de estatuto com o PS e o PSD, a maioria presidencial democrática que elegeu Ramalho

Eanes em Junho de 1976; e, em Dezembro deste ano, conquistámos – a partir do zero – 38 presidências de câmaras municipais e cerca de 500 presidências de juntas de freguesia, além de muitas dezenas de vereadores, centenas de deputados municipais, e mais de um milhar de autarcas em freguesias.

O CDS era finalmente um grande partido – o 3.º maior do país – e estava por natureza enquadrado no que então chamei a «maioria democrática natural» (PS, PSD e CDS) – a qual venceu a tentativa de Revolução comunista e algumas tentações reaccionárias, nos manteve na NATO e nos levou à então CEE, conseguiu criar a CPLP com as nossas ex-colónias, e que triplicou, em 25 anos, o nível de vida dos Portugueses. Note-se que esta «maioria natural» nunca se converteu em coligação a três: mas foi *dentro dela* que funcionou a alternância entre o centro-esquerda e o centro-direita.

Tudo isto, na parte que coube ao CDS, foi obra da primeira «tróika» dirigente do partido. E se é justo sublinhar o papel político do mais alto relevo desempenhado por Adelino Amaro da Costa – pela sua sólida formação doutrinária, oratória brilhante e lealdade sem falhas –, não é menos justo reconhecer o papel decisivo de Basílio Horta, e da sua equipa, na montagem do aparelho distrital e concelhio do CDS e nas campanhas eleitorais para as legislativas e autárquicas de 1976 (as duas melhores de sempre na história do CDS sem coligações).

Faço questão de mencionar aqui um outro nome que teve uma acção verdadeiramente notável (tal como os três mosqueteiros eram quatro, também na primeira «tróika» do CDS éramos quatro): refiro-me ao nosso querido amigo Emídio Pinheiro, Tesoureiro Nacional e presidente da Comissão de Angariação de Fundos, que – quase sempre sozinho, ou com adjuntos seus, dispensando na maioria dos casos a minha intervenção – assegurou a sustentação financeira do CDS, numa fase em que poucos apoiantes e simpatizantes cumpriram as suas promessas, e em que os bons financiamentos iam sobretudo para o PS e o PSD. Sem o Emídio Pinheiro, o alegado «partido dos ricos» poderia ter ido à falência por falta de receitas..., o que seria um raríssimo *case-study*, e não beneficiaria ninguém, naquela época.

## II

### 2.ª fase (1976-79):

#### Consolidação e alianças, à esquerda e à direita

A partir do segundo semestre de 1976, o CDS era o terceiro dos quatro principais partidos portugueses, ultrapassando o PCP em número de votos e de deputados à Assembleia da República, o que a imprensa bem procurou esconder.

Os nossos objectivos, sempre colegialmente definidos, passaram então a ser dois: crescer e chegar ao Governo. Com que política?

Tendo ficado claro, nas eleições de 1975 e de 1976, que o sistema partidário português era composto por dois grandes partidos – PS e PSD – e por dois partidos de média dimensão – CDS e PCP –, o problema principal que se nos pôs, em termos de estratégia política, foi o de saber que tipo de partido pretendíamos ser: um partido do centro-direita, limitado a fazer coligações com o PSD, ou um partido centrista, aberto a coligações quer com esse partido, quer com o PS? *Partido-muleta da direita, ou partido-charneira do sistema?*

Na conferência de imprensa em que anunciei a criação do CDS (19 de Julho de 1974), caracterizei o nosso partido como centrista e, por isso, «aberto por igual ao centro-direita e ao centro-esquerda» (ver as minhas *Memórias Políticas*, I, pp. 197-198, e II, foto de baixo, na página anterior à p. 129).

Nas eleições legislativas de 1976, todos os dirigentes do CDS – para tal autorizados pelo Conselho Nacional, por unanimidade – re-

petiram vezes sem conta a mesma ideia: estávamos abertos a quaisquer alianças de governo, «quer com o PSD, quer com o PS, quer com ambos».

Começámos por fazer *oposição construtiva* ao 1.º Governo Constitucional (Mário Soares), mas, dado o agravamento da situação económica e financeira e a passividade do Executivo, passámos no Verão de 1977 a uma *oposição mais firme*, e ameaçámos mesmo com uma *moção de censura*. Perante a necessidade urgente de um acordo de estabilização a celebrar com o FMI, o dr. Mário Soares apresentou uma moção de confiança. Apesar de numerosas promessas verbais com que nós (e o PCP) fomos aliados, votámos contra. PSD, CDS e PCP não votaram a favor. O Governo caiu.

Ao fim de vários dias de hesitações e debates, o PS decidiu convidar-nos para fazer com ele um «acordo parlamentar com incidência governativa». Negociámos com firmeza e pudemos aceitar: tivemos 3 Ministros (Basílio Horta no Comércio e Turismo, Sá Machado nos Negócios Estrangeiros, e Rui Pena na Reforma Administrativa), mais 5 Secretários de Estado (entre eles, João Porto, Nuno Abecassis, Alcino Cardoso, etc.). Era o acesso ao Poder, facto bastante notável por ter ocorrido três anos e meio após o início da Revolução – apenas dois anos a seguir ao 25 de Novembro de 1975! –, e por parte de um partido considerado por muitos marginal, irrelevante e condenado a desaparecer, por ser «fascista»...

Se a sobrevivência em 1975, os excelentes resultados eleitorais em 1976 e o crescente impacto na Comunicação Social em 1977 foram marcos históricos na vida inicial do CDS, a coligação informal com o PS (logo chamada na imprensa de «Governo PS-CDS») foi, até ali, o ponto culminante de uma estratégia bem definida – assente numa actuação coerente e moderada, num comportamento democrático irrepreensível, numa forte posição internacional, e numa prática de permanentes contactos pessoais de grande cordialidade dos nossos dirigentes e deputados com os dirigentes e deputados do PS e do PSD, apesar de alguma relutância inicial deste.

Aquilo que para a cúpula do CDS foi uma vitória histórica – em menos de quatro anos estávamos no Governo, coligados com o PS, tendo chegado lá antes de um PSD que tanto tentara ser o primeiro –, não foi bem recebido em parte das nossas bases. Por isso, houve em Janeiro de 1978 uma primeira divisão interna no CDS, a qual se reflectiu no Conselho Nacional que aprovou o acordo PS-CDS. Votaram contra menos de uma dezena de pessoas, mas, entre elas, os nomes fortes de Francisco Lucas Pires, Luís Beirão e do presidente da JC, Cavaleiro de Ferreira. Porém, tal era a confiança que a grande maioria depositava na direcção do partido que o acordo foi aprovado por mais de 95% dos votos.

O chamado Governo PS-CDS foi um êxito para o País, creio eu, porque em menos de seis meses consegui, com uma austeridade não excessiva, reequilibrar a nossa balança de transacções com o estrangeiro, e (assim mo revelou mais tarde o governador do Banco de Portugal), devido à presença do CDS no Governo, obter o regresso do dinheiro que se tinha refugiado lá fora entre 1974 e 1977. Repare-se bem: este excelente resultado não foi devido ao PS nem a Mário Soares, sozinhos, mas à presença do CDS no Governo de Portugal. Mais um grande serviço prestado ao País pelo nosso partido, no quarto ano da sua existência – apesar das críticas de uma certa direita que, tal como os Bourbons em França, «nada tinha percebido e nada aprendera».

A experiência começou bem, mas acabou mal e depressa. Porquê? Porque o partido maior resolveu tratar com superioridade e arrogância o partido mais pequeno. Diziam, entre eles, que o CDS, depois de ter sido tão fustigado entre 1974 e 1976, seria incapaz de pensar em abandonar o Governo, a que chegara quase por milagre. Tomaram-nos por *obedient servants*, ou por deslumbrados com o Poder. Mas não éramos uma coisa nem outra: feitos os devidos avisos prévios, expostos os problemas, detalhadas as reivindicações, e perante a recusa total de nos ser dada razão naquilo em que a tínhamos, denunciámos o acordo, e o Governo caiu.

Apesar dos imediatos ataques excessivos do PS – «vem aí o fascismo!», gritava sem eco a JS – e dos prognósticos mais pessimistas da maioria dos observadores e analistas, o CDS realizou com êxito o seu

4.º Congresso, no Porto, em finais desse ano de 1978, no qual a «tróika» inicial foi reconduzida e Francisco Lucas Pires aceitou entrar para a direcção do CDS, o que foi considerado como a cereja no bolo.

Actuámos de forma criteriosa com os três governos de iniciativa presidencial: inviabilizámos o primeiro (Nobre da Costa), por incluir um Ministro comunista na pasta do Trabalho; aprovámos o segundo (Mota Pinto), por ser centrista; e votámos contra o terceiro (Maria de Lurdes Pintasilgo), que o PS e o PCP saudaram em tons pouco sinceros, mas aparentemente entusiásticos, de unidade popular.

Até que, na Primavera de 1979 – logo após o 5.º aniversário do CDS –, surgiu a oportunidade, dentro da estratégia de «partido-charneira», de propormos uma coligação formal ao PSD, ao PPM e ao Grupo dos Reformadores (Medeiros Ferreira, António Barreto, Francisco Sousa Tavares). A proposta colheu de surpresa toda a gente; e o dr. Mário Soares tentou desvalorizá-la chamando-lhe uma «espadeirada no ar»; mas, poucos meses passados, já era um projecto político consistente e, no final do ano, ganhador.



### III

#### 3.<sup>a</sup> fase (1979-83):

#### A «Aliança Democrática»

É importante frisar – porque o facto é sistematicamente omitido pela grande maioria dos comentadores – que a iniciativa da formação da AD pertenceu à direcção do CDS, o que se traduziu numa conferência de imprensa em 11 de Abril de 1979, propondo uma «Frente Eleitoral» destinada a proporcionar ao País um governo estável e eficaz, apoiado numa maioria parlamentar sólida e coerente, e com a intenção de apoiar um candidato próprio à Presidência da República. Após alguns meses de conversações, foi o acordo de base assinado, em 5 de Outubro desse ano, na sede do CDS (então Largo do Caldas, hoje Largo Adelino Amaro da Costa), ficando a coligação PSD/CDS/PPM denominada «Aliança Democrática», com a sigla AD.

A liderança da AD era constituída por Francisco Sá Carneiro, por mim próprio e por Gonçalo Ribeiro Telles. O primeiro governo da AD (1980) teve os dois primeiros líderes, respectivamente, como primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro. Após a tragédia de Camarate, Francisco Pinto Balsemão desempenhou as funções de Primeiro-Ministro, eu as de Vice-Primeiro-Ministro e Gonçalo Ribeiro Telles as de Ministro de Estado.

O Governo de Sá Carneiro foi, em minha opinião, o melhor governo constitucional que Portugal conheceu até hoje: firmeza e autoridade do Estado, numerosos projectos reformistas, clara aceleração do crescimento económico e do emprego e, enfim, muito melhor justiça

social. Nomeadamente, o PIB cresceu 4,8%, o investimento aumentou 6,7%, o consumo privado subiu 8,5%, a inflação desceu de 24 para 16,8% e o desemprego para 6,9%, a dívida pública ficou em 34% do PIB – o que permitiu um aumento geral (superior à inflação) das pensões sociais e do abono de família<sup>2</sup>.

Desse Governo fizeram parte o presidente do CDS, autor deste depoimento, como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros; o vice-presidente do partido, Adelino Amaro da Costa, como Ministro da Defesa Nacional (o primeiro civil a ocupar esta pasta desde 25-4-1974); o ex-Secretário-Geral do CDS, Basílio Horta, como Ministro do Comércio e Turismo; e ainda os dirigentes João Lopes Porto, como Ministro das Obras Públicas, e João Morais Leitão, como Ministro dos Assuntos Sociais. Todos fundadores, e só fundadores. Foi um acto de justiça.

A actuação do 6.º Governo Constitucional foi de tal modo positiva e empolgante que, ao fim de menos de 10 meses de governação, a coligação AD obteve mais 150 mil votos (passando de 47,7% para 50,89%) e mais 6 Deputados<sup>3</sup>.



Em 4 de Dezembro de 1980, quase no fim da campanha das eleições presidenciais desse mesmo mês e ano, morreram subitamente, num desastre aéreo em Camarate (Lisboa), o Primeiro-Ministro Sá Carneiro, o Ministro da Defesa Amaro da Costa, as respectivas mulheres, o chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, António Patrício Gouveia, e os dois pilotos da pequena aeronave, Jorge Albuquerque e Alfredo Sousa.

Depois de ter sido divulgado o relatório preliminar da «comissão de inquérito» logo constituída na Direcção-Geral da Aviação Civil (Ministério dos Transportes e Comunicações), a generalidade das pessoas

<sup>2</sup> Ver Diogo Freitas do Amaral, *A transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)*, «Bertrand Editora», Lisboa, 2008, pp. 243-247.

<sup>3</sup> *Idem*, pp. 268-271.

acreditou na tese, aí defendida, de um acidente fortuito, devido a causas mecânicas ou, eventualmente, a erros técnicos dos pilotos<sup>4</sup>.

Os relatórios finais do organismo citado e da Polícia Judiciária foram entregues ao Governo, já presidido por Francisco Pinto Balsemão, respectivamente em 25-3-1981 e em 4-10-1981. O primeiro relatório mantinha a tese do acidente técnico, mas o segundo apontava para a origem criminosa da queda da avioneta, por roubo de gasolina dos respectivos depósitos. Nenhuma reunião, técnica ou política, foi promovida para tentar tirar a limpo esta contradição. A única iniciativa então tomada, por sugestão insistente da minha parte, como presidente do CDS (fora do Governo), foi a decisão de abrir um inquérito público ao caso de Camarate, tomada pelo Procurador-Geral da República, dr. Eduardo Arala Chaves<sup>5</sup>; deste inquérito nada de novo resultou. O Ministério Público defendeu sempre, do primeiro ao último dia, a tese do acidente fortuito. E fê-lo premeditadamente, desacreditando todas as provas e testemunhos que apontavam para uma explosão da aeronave no ar, e aceitando sem reservas ou dúvidas todas as provas e testemunhos que apontavam para a explosão após o embate no chão.

Bem diversa foi – honra lhe seja! – a atitude da Assembleia da República, que se fez eco das crescentes críticas e dúvidas suscitadas pelos relatórios oficiais. Assim se criaram – sob proposta do PSD, do CDS e do PPM, e com o apoio das famílias das vítimas – várias «comissões parlamentares de inquérito»: a 1.<sup>a</sup> em 1983, a 2.<sup>a</sup> em 1985, a 3.<sup>a</sup> em 1987, a 4.<sup>a</sup> em 1991, a 5.<sup>a</sup> em 1995, a 6.<sup>a</sup> em 1999, a 7.<sup>a</sup> em 2001, a 8.<sup>a</sup> em 2004 (não concluída devido à dissolução da A. R.)<sup>6</sup>, a 9.<sup>a</sup> em 2011 (igualmente interrompida pelo mesmo motivo), e a 10.<sup>a</sup> em 2013, a qual produziu o seu relatório em Junho de 2015.

De acordo com as conclusões, votadas por unanimidade, da 8.<sup>a</sup> e da 10.<sup>a</sup> Comissões em 2004 e 2015 – os dois últimos relatórios –, o

---

<sup>4</sup> Ver a *ob. cit.*, pp. 315-318.

<sup>5</sup> Ver *ob. cit.*, pp. 323-325.

<sup>6</sup> Cfr. *Camarate – relatórios finais das Comissões Parlamentares de Inquérito*, ed. «Assembleia da República», Lisboa, 2005.

resultado de todas as investigações e peritagens feitas permitiu concluir que o que se passou em Camarate conduz à:

«presunção de que o despenhamento da aeronave foi causado por um engenho explosivo que visou a eliminação física de pessoas, tendo constituído, por isso, acção criminosa»<sup>7</sup>.

Sublinhe-se que – ao contrário do que alguns comentadores e jornalistas disseram – não é de todo verdade que a «tese do atentado» só tenha recolhido os votos do PSD e do CDS.

Na 8.<sup>a</sup> Comissão, em 2004, a conclusão citada foi *aprovada por unanimidade, sem nenhuma abstenção* e, portanto, também com os votos do PS, do PCP e do MDP/CDE<sup>8</sup>.

O Procurador-Geral da República, dr. José da Cunha Rodrigues, não quis e não deixou que o caso fosse a julgamento em tribunal. Instado pela Assembleia da República a fazê-lo, recusou com fundamento em que os relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito eram «obra de políticos». Nenhum Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro ou Ministro da Justiça propôs, face a essa declaração antidemocrática, a sua imediata demissão por manifesta falta de respeito pelo Parlamento português! Seria interessante observar o que se passaria em Inglaterra se o *Director of Public Prosecutions* falasse nesses termos da *House of Commons*...



A morte de Francisco Sá Carneiro abriu a porta à designação, pelo Conselho Nacional do PSD, do nome de Francisco Pinto Balsemão para Primeiro-Ministro. O CDS, apesar de não ter sido consultado, aceitou<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Ver Diogo Freitas do Amaral, *Camarate: um caso ainda em aberto*, «Bertrand Editora», Lisboa, 2000, pp. 117-119.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 118.

<sup>9</sup> Sobre a actuação dos dois governos liderados por Balsemão, ver as minhas referidas *Memórias II*, pp. 331-334.

O papel do CDS nos governos do dr. Balsemão foi fundamental: permitiu a continuação da AD por mais dois anos e meio; contribuiu significativamente para a Revisão Constitucional de 1982; e foi decisivo, quase sozinho, para a elaboração, negociação e aprovação – por uma maioria superior a 2/3 – da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 11 de Dezembro de 1982. Transcrevo aqui o comentário final que fiz, no vol. II das minhas *Memórias Políticas*, à Revisão Constitucional e à Lei de Defesa Nacional:

«a) O regime político deixou de ser uma “revolução socialista destinada a confiar o poder apenas às classes trabalhadoras”, para ser uma autêntica democracia pluralista de tipo ocidental;

b) Foi extinto o Conselho da Revolução e terminou o sistema de “autogoverno das Forças Armadas”, as quais foram reconduzidas ao seu lugar próprio, na dependência directa do Governo e indirecta do Parlamento, sem prejuízo das competências específicas atribuídas na matéria ao Presidente da República;

c) Foi criado um Tribunal Constitucional (...). Para este passou a fiscalização da constitucionalidade das leis, até aí atribuída ao Conselho da Revolução».

«(...) Do lado negativo, a Revisão Constitucional [de 1982] pecou sobretudo por não ter eliminado os preceitos revolucionários no campo da economia – designadamente quanto à nacionalização de empresas, à reforma agrária colectivista e à apropriação estatal dos principais meios de produção, solos e recursos naturais. Tais radicalismos só viriam a ser eliminados, em 1989, pela 2.<sup>a</sup> Revisão Constitucional, com mais de sete anos de atraso»<sup>10</sup>.




---

<sup>10</sup> *Memórias...*, II, pp. 348-349.

Cumpridos os principais objectivos da AD, agravada seriamente a situação económica e financeira do País devido à segunda crise mundial do petróleo e, enfim, encontrando-me eu mergulhado numa tristeza profunda pela morte do meu grande e leal amigo, Adelino Amaro da Costa, e do meu novo e excelente amigo, Francisco Sá Carneiro, não aguentei mais. No dia 28 de Dezembro de 1982 divulguei a minha decisão de me demitir do Governo e de cessar as funções de presidente do CDS (que exercia, ininterruptamente, há 8 anos e meio), incluindo 18 meses de combate contra uma tentativa de Revolução comunista.

Não estava arrependido de nada e tinha muitas e boas razões para sentir um certo orgulho, legítimo, por tudo o que conseguira. Mas estava exausto, triste e sem ânimo. Ora, a política só pode fazer-se bem com alegria e com esperança.

Saí de cena, sinceramente convencido de que não mais voltaria à ribalta. Julgava então que iria poder escrever novos trabalhos jurídicos e tentar empreender, contra o imobilismo reinante, uma reforma profunda e moderna do ensino do Direito em Portugal. (Só 15 anos mais tarde pude concretizar esse projecto, através da criação, com vários colegas, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa).

## IV

### 4.<sup>a</sup> fase:

### **Uma candidatura presidencial que prolongou o espírito da AD (1985-86)**

Tendo deixado a liderança do CDS em boas mãos (Lucas Pires, de 1983 a 1985, e Adriano Moreira, de 1985 a 1988) – sem me desfiliar do partido que fundei e que continuava a ser o meu –, dediquei-me durante dois anos lectivos (83-84 e 84-85) ao ensino do Direito Administrativo na Universidade de Lisboa, e iniciei em Portugal o ensino da História das Ideias Políticas, na Universidade Católica.

Circunstâncias completamente imprevistas – e que narrarei em pormenor no 3.º e último volume das minhas *Memórias Políticas* – fizeram com que eu fosse, em 1985-86, candidato presidencial com o apoio formal do PSD e do CDS, bem como de numerosos independentes AD, e até da área do PRD ou do PS. As eleições estavam previstas para Outubro de 1985, mas, devido à dissolução da A. R. em Julho e à marcação de legislativas antecipadas para Outubro desse ano, tiveram de ser adiadadas para Janeiro-Fevereiro de 1986.

À partida, eu tinha o apoio de um PSD com apenas 29% e de um CDS com 11%, o que totalizava 40% – a mesma percentagem que o General Soares Carneiro obtivera em 1980. Era preciso, pois, por um lado, reavivar o espírito da AD de Sá Carneiro (47,5%) e, por outro, tentar ganhar mais 3 a 5% na abstenção e no eleitorado do recente PRD, ligado a Ramalho Eanes.

O apoio dos dois aparelhos partidários (PSD e CDS) foi total, mas o dinamismo, a imaginação e a alegria da campanha – que foram devidos ao génio político-mediático de Daniel Proença de Carvalho – incendiaram os ânimos e as esperanças do centro e da direita portugueses, bem como de algumas personalidades e jovens do centro-esquerda, o que permitiu alcançar o valor muito elevado de 48,8% dos votos, contra os 51,2% do dr. Mário Soares. Este ganhou, sobretudo, no Porto, em Lisboa e em Setúbal. Mas o ex-presidente do CDS, que fora também o n.º 2 da AD, conseguiu a proeza de ganhar em todos os distritos e regiões autónomas onde a AD vencera em 1980, mais no distrito de Braga, onde ela perdera. E conseguiu ainda outro feito: teve mais votos do que a AD em 1980 – em média, mais 7% do que a AD nos distritos em que ambos ganharam –, o que desmente por completo a opinião «blasée» de um certo sector do PSD, de que Freitas do Amaral não poderia ganhar «por ser demasiado à direita». A verdade é que ele ganhou em mais distritos, e aí com maior número de votos, do que a AD em 1980, ou o PSD sozinho em 1983. O que derrotou o ex-presidente do CDS não foram questões ideológicas, nem erros de estratégia na campanha, nem perdas de debates televisivos – mas, pura e simplesmente, o facto de em 1986 a esquerda ainda ser maioritária em Portugal. A proximidade dos 50%, conseguida nas presidenciais de 1986, beneficiou directamente o PSD de Cavaco Silva nas legislativas de 1987: mas isso é outra história; o certo é que sem a campanha «Prá Frente Portugal» talvez o PSD, um ano depois, não tivesse obtido a maioria absoluta sozinho.



## V

### 5.<sup>a</sup> fase:

## O meu regresso à liderança do CDS; de novo, a luta pela sobrevivência (1988-91)

Os baixos resultados do CDS em 1987 (4,5% dos votos e 4 Deputados à A. R.) levaram a grande maioria dos fundadores do Partido (Basílio Horta, João Morais Leitão, Rui Pena, Sá Machado, Francisco Oliveira Dias, João Lopes Porto, etc.), bem como outras figuras destacadas do CDS (Nuno Abecassis e outros), e ainda a Juventude Centrista, o MCDS (mulheres do CDS), a FTDC (trabalhadores democratas-cristãos) e os Autarcas Democratas Cristãos, a formularem-me um pedido angustiante de socorro no sentido de eu regressar à presidência do CDS para o conseguir recuperar, pois, se eu o não fizesse – disseram-me – estavam dispostos a encerrar as portas.

Reflecti bastante. Pensei nos tempos difíceis de 1974-76. Pensei no Adelino Amaro da Costa, que, se vivo fosse, estaria decerto entre os primeiros a insistir comigo para que voltasse. Bem ou mal, aceitei voltar.

Foram tempos muito duros. Enquanto o nosso Grupo Parlamentar, sob a hábil liderança de José Luís Nogueira de Brito, se batia com galhardia com os demais, eu, o Vice-Presidente Basílio Horta e o Secretário-Geral Luís Beirão dedicámo-nos, dia e noite, incluindo quase todos os fins-de-semana, a reconstituir o aparelho das distritais e concelhias, a visitar e encorajar os autarcas do CDS (que ainda eram bastantes) a convencer os dirigentes locais, nas autárquicas de 89, de que deviam

trabalhar para o nosso objectivo principal, aprovado em Conselho Nacional, que era o de ganhar câmaras e juntas ao PSD, ou tirar-lhas, mesmo que para isso tivéssemos de fazer, pontualmente, algumas alianças em listas cruzadas com o PS, o que fizemos com êxito.

A maioria compreendeu e aceitou. Mas alguns dirigentes locais mais à direita (Viseu, Guarda, Castelo Branco) preferiram, à revelia do Conselho Nacional e das instruções do presidente do Partido, ir como «independentes» em listas do PSD. Aprendi com isso uma importante lição. Quando lhes perguntava onde estava o seu «amor à camisola», a vontade de lutar pela recuperação do CDS, respondiam-me:

– Sabe? Para nós, e para a nossa gente, o mais importante é contribuir para que o PSD ganhe ao PS; só depois disso é que pensamos no crescimento do CDS.

Era a teoria do CDS como “simples muleta do PSD”. Porém, não me deixei abater. E, apesar de tudo, o CDS ainda conseguiu, em 1989, ganhar várias presidências de câmara.

Tivemos menos de dois anos para furar a barreira inexpugnável do «cavaquistão». Os resultados do imenso esforço feito – agora com Basílio Horta e Luís Beirão como vice-presidentes e com Manuel Queiró a secretário-geral – não foram satisfatórios.

Nessa altura, a luta política em Portugal era um combate desigual: o Primeiro-Ministro e o Governo ocupavam todos os dias o Telejornal da RTP (com José Eduardo Moniz como director de informação); ainda não havia televisões privadas; e cada um dos líderes dos partidos da Oposição, eu incluído, só era entrevistado *uma vez por ano!* Não dá para acreditar..., mas era assim.

Anunciados os resultados das legislativas, verificou-se que o CDS subira muito pouco: passou de 4,5 para 5% dos votos, e de 4 para 5 Deputados. Alguém me tentou convencer de que tínhamos subido cerca de 25 por cento! Mas o meu raciocínio foi outro: se em plena tentativa de Revolução comunista, o CDS (sendo eu um desconhecido) obteve 7,5% dos votos nas eleições para a Assembleia Constituinte, não fazia

qualquer sentido, para mim, continuar a liderar um partido com menos votos do que os obtidos em 1975.

Demiti-me. Penso que fiz bem. O meu tempo estava esgotado. As bases e a juventude do CDS ansiavam agora por uma viragem à direita, que eu não desejava. Era, pois, a altura de dar lugar aos mais novos. Apesar de tudo, como fundador do partido, ainda pude prestar-lhe, nesta segunda presidência, um último serviço: evitar que o CDS fechasse as portas, passando o testemunho à nova geração que aguardava a sua hora – os presidentes Manuel Monteiro, Paulo Portas, José Ribeiro e Castro e, de novo, Paulo Portas. A minha atitude revelou-se acertada: com estes novos líderes, o CDS voltou a crescer e, até hoje, já fez parte de mais três governos de coligação (com Durão Barroso, Santana Lopes e Passos Coelho).

Desejo acrescentar, por me parecer verdadeiro e justo, que a viragem à direita então efectuada pelo CDS foi validamente aprovada em vários Congressos e deve, por isso, de considerar-se legítima. Aliás, o CDS não abandonou nunca a sua matriz democrata-cristã: o que fez foi deslocar a concretização prática dessa doutrina do centro para a direita. Este não é – como explicarei mais à frente – um aspecto sem importância.

## VI

### **Algumas conclusões**

Em nome dos fundadores do CDS – que lançaram sem saber quem ia ser o seu primeiro presidente a eleger em Congresso –, desejo afirmar, aqui e agora, que considero a criação deste partido, em 1974, como um grande serviço prestado a Portugal e à democracia portuguesa na 3.<sup>a</sup> República.

Não podia haver uma democracia apenas composta por socialistas: na democracia pluralista, ou cabem todos os democratas, ou o regime não é uma democracia autêntica. Logo, se o CDS não fosse autorizado, ou tivesse sido extinto ou impedido de concorrer a eleições, a 3.<sup>a</sup> República não poderia ser uma democracia plena. À época (1974-76), tanto o PCP e o PS como o próprio PSD diziam pretender caminhar para o socialismo: só o CDS rejeitou esse caminho obrigatório, votando contra a Constituição. Foi uma atitude de que todos nos orgulhámos.

Com a sua acção doutrinadora, com o seu impecável comportamento democrático e com o seu combate, pacífico mas sem tréguas, contra o comunismo e o seu projecto de ditadura de partido único, o CDS recolheu quase um milhão de votos (16% do total), atingiu 43 Deputados na Assembleia da República, foi o 3.<sup>o</sup> maior partido português (bem à frente do PCP) e enquadrou na democracia tanto o centro e a direita democráticos como boa parte da direita salazarista e marcellista (a outra parte preferiu o PSD). E levou-os ao Poder logo em 1978, dois anos antes de lá chegarem todos os que se haviam refugiado num partido mais à esquerda.

Resumindo:

– O CDS participou, até hoje, em 7 governos constitucionais; o PCP não fez parte de nenhum;

– O CDS – partido centrista, aberto por igual a alianças com o centro-direita e com o centro-esquerda (como foi afirmado por mim em 19-7-74) – esteve primeiro no Governo com o PS e depois com o PSD; este só chegou ao Poder em 1980, quando o CDS lhe deu a mão; e apenas em 1983-85 fez governo com o PS. Aliás, exceptuando esse «bloco central» e o consulado de Cavaco Silva, o PSD nunca foi governo sem o apoio do CDS (até hoje, 6 vezes);

– O CDS aderiu em 1975-76 à União Europeia das Democracias Cristãs, mais tarde transformada no PPE; o PSD quis entrar para a Internacional Socialista, mas foi vetado, pertenceu depois à Internacional Liberal, e acabou por aderir, com Cavaco Silva, ao PPE, onde já estava há quinze anos o CDS. Para um partido que achava o CDS demasiado à direita, foi curioso;

– O presidente do CDS foi o primeiro líder partidário português a ser eleito presidente de uma internacional partidária (a UEDC); o secretário-geral do PS, António Guterres, foi o segundo (na Internacional Socialista); o PSD nunca teve nenhum;

– O presidente do CDS, na noite de 4 de Dezembro de 1980, segurou pela televisão o país, à beira de uma confrontação violenta por causa de Camarate; e o CDS manteve a AD por mais dois anos e meio, apesar do desaparecimento do seu líder histórico e natural;

– O CDS teve a mais decisiva influência no encerramento do contencioso da descolonização (nomeadamente com Moçambique) e no aumento efectivo da justiça social no nosso país, com Morais Leitão nos Assuntos Sociais (1980); e, bem assim, na 1.ª Revisão Constitucional, que extinguiu o Conselho da Revolução (1982), e também na feitura da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, que subordinou estas ao Governo e ao Parlamento, como em todas as democracias ocidentais (1982);

– O ex-presidente do CDS (temporariamente desligado do partido) foi o candidato presidencial apoiado, em 1986, pelo PSD de Cavaco Silva e pelo CDS de Lucas Pires e Adriano Moreira, tendo obtido 48,8% dos votos;

– O CDS sobreviveu à crise do chamado «partido de um táxi»;

– O ex-presidente do CDS, autor deste artigo, foi ainda desafiado pelo último Governo de Cavaco Silva a candidatar-se à presidência da Assembleia Geral da ONU, em 1995-96, cargo para que foi eleito contra um finlandês, e que exerceu durante um ano em Nova Iorque – e que foi, até hoje, o mais alto cargo exercido por um cidadão português desde o fim da 2.ª Guerra Mundial (cargo equiparado, protocolarmente, a presidente de Parlamento);

– Enfim, o CDS é um dos três pilares fundamentais em que tem assentado o chamado «arco da governação», desde 1976 até hoje. Disso tirou, certamente, benefícios políticos, que não económicos. Mas também fez inúmeros sacrifícios pelo País, nomeadamente aceitando apoiar duras políticas de austeridade. O PS governou em austeridade 2 vezes (1978 e 1983-85); o PSD, outras duas (1983-85 e 2011-2014); e o CDS, apesar de ser o mais pequeno dos três, também duas vezes (1978 e 2011-2014).

E ainda há quem diga – sobretudo à direita – que o CDS não desempenha, nem nunca desempenhou, qualquer função política útil nos últimos 40 anos!...

## VII

### Nota final

Falta-me apenas dizer aos militantes e eleitores do CDS – porque aos dos outros partidos não devo qualquer explicação – por que motivo me desfiliei do partido, em 1992, e se fiz ou não, e porquê, uma viragem à esquerda.

A desfiliação ocorreu por ocasião do voto na A. R. do Tratado de Maastricht – aprovado em 10-12-1992 – com os votos favoráveis «do PSD, do PS, e do deputado independente Freitas do Amaral» (*Diário da Assembleia da República*). O CDS, sob a direcção de Manuel Monteiro, votou contra, juntamente com o PCP; eu desfiliei-me e votei a favor, por fidelidade ao ideário democrata-cristão, que sempre apostou a fundo no projecto de unidade europeia<sup>11</sup>.

Quanto à tão incompreendida «viragem à esquerda», direi apenas duas breves palavras. No âmbito da antiga União Europeia das Democracias Cristãs, a que presidi durante dois anos (1981-83), sempre houve partidos do centro-direita – como a CDU alemã, o ÖVP austríaco, ou a DC italiana (apesar de uma forte ala de centro-esquerda, com Aldo Moro, Anzilotti, De Mita, etc.), a par de partidos claramente situados no centro-esquerda (o CDS francês, de Jean Lecanuet, o C. D. Partei, holandês, o Parti Social Chrétien belga, e o «Fine Gael»

---

<sup>11</sup> Ver, a propósito, Diogo Freitas do Amaral, *Um voto a favor de Maastricht. Razões de uma atitude*, «Editorial Inquérito», Lisboa, 1992; e, também, Fortunato P. Mizzi, *L'Unione Europea nei Documenti Pontifici. Da Benedetto XV a Giovanni Paolo II*, «Edizioni Studia», Roma, Malta, 1979.

irlandês)<sup>12</sup>. O mesmo se passava, e passa, na «União Mundial das Democracias Cristãs», com sede em Roma, onde a maioria dos partidos da América Latina foram ou ainda são do centro-esquerda, como pude comprovar pessoalmente em várias reuniões em que participei.

Isto significa que – a nível partidário, como aliás a nível doutrinal – pode haver, e tem havido, uma interpretação conservadora-liberal da «Doutrina Social da Igreja», a par de uma interpretação de esquerda democrática, de raiz evangélica e, portanto, não-marxista. A primeira baseia-se na *liberdade*, e na ideia de que a justiça social só pode vir através do crescimento e do emprego; a segunda assenta na *igualdade*, e na convicção de que a justiça social também pode (e deve) ser obtida por meio de políticas redistributivas.

De 1974 a 1989, face a uma tentativa de Revolução comunista e às suas sequelas constitucionais, legislativas e económicas, procurei afirmar e defender os valores do centro-direita ameaçados – a favor da liberdade religiosa, da iniciativa privada e da economia de mercado, e contra o socialismo colectivista, assente no famoso tripé «nacionalizações, reforma agrária e controlo operário».

De 1990 para cá, face a um país que entretanto se deslocara demasiado para a direita – com as privatizações, a reconstituição dos latifúndios e dos grandes grupos económicos, e a importação maciça de doutrinas e políticas conservadoras e neoliberais, dotadas de uma enorme insensibilidade social e hostis ao Estado Social europeu (que fora obra de democratas-cristãos e socialistas) –, senti que o meu dever de democrata-cristão era combater pela justiça social e contra o aumento, aparentemente imparável, das desigualdades entre Portugueses.

Na primeira fase, com o país muito descaído para a esquerda, invoquei valores tidos como de direita (democrática) para trazer Portugal mais para o centro; na segunda, com o país demasiado inclinado para a direita, defendi valores considerados de esquerda (democrática) para

---

<sup>12</sup> Na Irlanda, país católico, o principal partido do centro-direita é o «Fianna Fáil» (conservador) e o maior do centro-esquerda é o «Fine Gael» (democrata-cristão).



puxar Portugal mais para o centro. Pessoalmente, fui coerente, embora não tenha sido compreendido por muitos.

Se consegui ou não equilibrar os pratos da balança, é cedo para se saber; e nunca poderei ser eu a julgá-lo. O que pretendo sublinhar neste depoimento é que tanto o CDS inicial como o actual são de raiz democrata-cristã; e se, a dada altura, o partido caminhou mais para o centro-direita, e eu mais para o centro-esquerda, todos nos mantivemos honestamente dentro do amplo espectro abrangido pela Democracia Cristã europeia e mundial.

Ou seja: ninguém traiu ninguém. Todos podemos, pois, olhar-nos, falar-nos e cumprimentar-nos uns aos outros sem qualquer embaraço ou desconfiança. Continuamos irmãos, embora separados. Que o mesmo é dizer: separados, mas irmãos.

*Diogo Freitas do Amaral*

Cascais, 19 de Julho de 2014



# FRANCISCO LUCAS PIRES

António Gomes de Pinho

## 1.

“Ao princípio não ‘era’ o Estado – ‘era’ o Homem, o espírito e o barro...”

É esta uma verdade em função da qual será o Estado a ter de se humanizar, não o Homem quem tem de se estadualizar...

Se assim for, a questão política número um – constitucional, por excelência – não é a de saber ‘qual deve ser o Estado?’, mas esta outra, ‘que homem e que tipo e formas exteriores de humanidade queremos e podemos exprimir e realizar através da ordem política?’

A questão do Estado não poderá ficar por responder, mas tornar-se-á dependente. Consistirá, tão-só, em apurar ‘qual o Estado que permite a esse homem sê-lo, o mais completamente que é possível?’

Zarpar deste porto e com este rumo é a primeira condição para sair da galáxia do subdesenvolvimento político.

Reina neste mundo sedição uma crença apriorística no Estado, ora como sujeito, ora como objecto, sempre transcendente, tornando-se, em qualquer dos casos, causa virtual de idolatria ou, no reverso, de inumanidade.

As raízes da crença aludida podem, de facto, ter duas origens: em primeiro lugar, a contemplação do Estado como uma pessoa ideal, que só se avista de longe, qual alma penada terrificante, mas que ao perto é apenas o vácuo ‘embalsamado’ em formas jurídicas – concepção idealista (liberal); em segundo lugar, a consideração do Estado como um objecto real, não só objectivo, como posto até contra as pessoas, produzido como detrito das convulsões dialécticas de uma História, por sua vez também integristicamente objectiva – concepção materialista (anti-liberal).

Quer a primeira sereia quer o segundo oráculo, têm de ‘providencializar’ o Estado e reclamar, a ‘ferro e fogo’, a sua ‘soberania’ de pessoa jurídica, num caso, ou de facto material, no outro, a ideia suprema ou o destino irrecorrível, respectivamente. Fundamento e predestinação dos Estados basicamente voltados para a luta, a conquista ou a guerra – de defesa ou de agressão, essas teorias comportam, tanto quanto alimentam, um enorme potencial de poder absoluto.

Pôr a soberania como o axioma político da Constituição é, implicitamente, pôr a sujeição do homem antes da auto-determinação do homem, ou considerar a liberdade apenas como uma excepção à obediência.

Em qualquer dos casos, se a soberania, prudentemente mantida de reserva, se torna possessa ou renitente, o mais que nesse contexto se poderia locubrar seria o exorcismo dos velhos ‘demónios’ para aplanar a descida dos novos ‘anjos’...igualmente soberanos...renovando a perpetuação do erro.

Para qualquer das ideologias aludidas – negativo e positivo de uma mesma cultura – o Homem é como um retardatário, encontrado contra vontade, de vez em quando e à ultima hora, isto é, apenas como limite do Estado. O máximo de esforço que essas propostas são capazes de fazer pelo

Homem é uma esmola: pedir ao Estado que consinta em ser melhor na ‘sua’ moral (mais humano), ou menor na ‘sua’ extensão (menos desumano).

A alternativa que se opõe e supera tais ‘visões’ políticas pressupõe uma ‘viragem copernicana’ na consideração da ordem política. Isto é: a instituição do Homem como centro de gravitação política, reservando aos reais factores constitutivos do Humano a precedência que as culturas políticas ‘conservadoras’ reservam ao Estado e à sua Constituição.

Se se quiser acabar com o medo como problema político, é pelo Homem e não pelo Estado que se tem de começar. O medo é, de facto, o peso e a sombra de um ente estranho e sobre-humano que nos ladeia e espreita desde a nascença. Ora, a verdade é que o Estado só existe depois de ‘pensado, só depois de nós’ ”.

Este excerto de “Uma Constituição Para Portugal” que Francisco Lucas Pires publicou em 1975, constitui uma síntese dos fundamentos do seu pensamento político e uma pedra angular da sua visão constitucional, que iria desenvolver nas diferentes etapas da sua vida pública, como intelectual, político ou simples cidadão empenhado.

É com base neste conceito fundamental da precedência do “homem concreto” (o espírito e o barro) que Lucas Pires vai construindo, por aproximações teóricas e formulando, em função dos desafios concretos da realidade política, um pensamento que, visto critica e retrospectivamente, se revela de uma enorme solidez, coerência e visão de futuro.

Partindo naturalmente da sua matriz democrata-cristã, ou social cristã, como por vezes se refere, Lucas Pires torna-se cada vez mais sensível à necessidade de colocar a liberdade como um eixo determinante das reformas políticas que constituem o núcleo essencial do seu combate político. “Não há em Portugal uma tradição democrática exemplar. A intolerância tem sido uma constante em todos os regimes, democráticos ou ditatoriais, que se sucederam no nosso País.



A liberdade tem, assim, fugido por entre os dedos da nossa história. Em Portugal, os regimes de liberdade têm falido por culpa própria e há que aprofundar as causas do seu insucesso. Acima de tudo porque há um valor a defender, amando: a “liberdade”, afirma Lucas Pires no “Manifesto”, escrito já nos anos 90.

Nesse documento, reflexão amarga e cortante, sobre o estado do País e do centro-direita, “rendida ao sistema”, que representa “uma aliança não produtiva, tecida entre a burocracia, a gestão pública, os aparelhos partidários e sindicais e a corte intelectual do poder”, Lucas Pires leva ao limite a sua proposta reformista. Perante a crise moral da III República, a que falta “qualidade, seriedade e autoridade”, Lucas Pires lança a proposta de uma IV República que deverá levar à construção de um outro modelo orientado por três objectivos prioritários: redução do Estado ao mínimo indispensável, com o máximo de eficácia nos domínios que lhe competem, a progressiva autonomia da sociedade, passando pela participação directa dos cidadãos na decisão dos interesses da comunidade, a defesa enérgica de um modelo económico liberal.

## 2.

A curta passagem de Lucas Pires pela liderança do CDS (Fevereiro de 1983 a Outubro de 1985), sendo um período de intensa produção teórica e, também naturalmente, de intervenção política, está longe de esgotar o que de mais importante nos legou.

Para compreender o alcance do seu mandato, é preciso situá-lo no contexto de um projecto que começou a tomar forma ainda em Coimbra, ganhou notoriedade no combate pela liberdade e pela democracia depois do 25 de Abril, se afirmou como Ministro da Cultura e Coordenação Científica do VIII Governo Constitucional e alcançou dimensão internacional como Deputado Europeu, Vice-Presidente do Parlamento Europeu e do Partido Popular Europeu.

Sempre a par de uma carreira académica brilhante, a partir da Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Ciência Política, e de uma intensa actividade cívica, num debate constante com o País e pelo País.

A sua morte súbita, na manhã de 22 de Maio de 1998, na estrada, a caminho da sua Universidade, interrompeu um projecto com que continuava a sonhar e ao qual se entregou ultrapassando os seus próprios limites físicos, mas não matou o seu pensamento, nem apagou um exemplo de entrega ao seu País e aos seus concidadãos.

Este enorme património continua bem vivo, a desafiar o comodismo intelectual, a incitar à intervenção cívica, a olhar criticamente a realidade actual, a dialogar, a debater, a discutir connosco como gostava de fazer, na convicção de que o verdadeiro combate, aquele que conta, é o combate das ideias, pelas ideias.

Rer ler os seus textos de intervenção, permanentemente reescritos, recriados, anotados, como que traduzindo uma insaciedade intelectual permanente; reavaliar as suas propostas, mesmo distanciando-as dos contextos em que foram produzidas; ouvir os seus discurso, fórmula quase mágica de comunicação simples e calorosa, mesmo das ideias mais complexas, revela-nos uma análise, um pensamento e um programa tão actuais, com se o seu autor ainda hoje fosse vivo.

Rigoroso no raciocínio, abrangente na análise, pragmático nas soluções, sem nunca abdicar do seu espírito visionário, convicto do poder transformador da palavra, Lucas Pires deixou uma marca profunda no CDS e na história política da democracia portuguesa.

Mas o que me parece mais importante, agora, quando o CDS comemora 40 anos de existência, recheada de momentos em que a intervenção do partido foi decisiva, é sublinhar o contributo de Lucas Pires na constituição de um património comum, do centro e da direita portuguesa e europeia, mesmo quando extravasou as fronteiras partidárias.

Esse património, pensamento, reflexão, experiência e linguagem é, não apenas um legado, mas um desafio, um grito, um apelo, uma chamada de atenção, actual e urgente. Um alerta para o futuro.

“A minha atitude é sempre de infinita atenção. Tento não adormecer sobre uma história que galopa, não adormecer em cima do cavalo – estar atento.

A atenção é a única regra”, disse em 1983.



### 3.

Lucas Pires tem uma prova política decisiva quando, em Setembro de 1981, assume a pasta de Ministro da Cultura e da Coordenação Científica do VIII Governo Constitucional presidido por Francisco Pinto Balsemão.

Perante um País em choque, após a morte de um Primeiro Ministro carismático, como Francisco Sá Carneiro, e um centro direita órfão e derrotado, pela eleição de Ramalho Eanes contra o seu candidato, Lucas Pires não abandona o seu optimismo realista e acredita que o horizonte temporal do Governo da Aliança Democrática é o prazo para construir “o Portugal moderno há tanto esperado e em relação ao qual temos vindo como que a atravessar um período de transição que já vai quase em dois séculos”. Um Portugal moderno que “não é só para sermos todos mais ricos. Há um bem-estar moral, cultural, social e, até, económico, na ideia de modernidade. O que temos é que dar o salto, mesmo enquanto vamos esperando pelo passaporte. Não podemos ser a ‘Europa dos pequeninos’, como não podemos ser uma Suíça atlântica ou uma Coreia do Sul europeia. Queremos ser, sim, um novo país velho, um novo Portugal europeu”.

Nesta transformação a cultura é um dos vectores estratégicos.

Lucas Pires é um dos primeiros políticos portugueses, depois do 25 de Abril, a assumir o papel nuclear da cultura e da ciência na ordem social e económica e na acção política do governo, considerando-a um dos pressupostos fundamentais de uma “política global e consequente de reformismo social”.

Assim não admira que, no programa do VIII Governo Constitucional, se entendesse “a cultura como a conjugação mais unitária, substancial e duradoura da memória, da sensibilidade e da inteligência colectiva” e se atribuisse à política cultural, a função de permitir, em cada momento histórico“, a melhor expressão e utilização pela comunidade dos valores do património (memória), da arte (sensibilidade) e da ciência (inteligência) do povo português”.

No seu pensamento, a cultura ocupa um lugar central, primeiro como elemento propulsor de um consenso nacional, “o máximo denominador comum e o melhor mediano da consciência colectiva do povo”, depois “como expoente essencial do próprio progresso, deve ter a ver com todos os aspectos da dinâmica social, contribuindo para lhe dar um espírito e uma feição próprias”. E neste contexto “estamos, pois, contra uma noção de cultura corporativa e isolada da vida. A cultura tem também direito à existência própria e activa, não como uma carga mas justamente como suporte e alma da permanência em movimento que é o País”.

A expressão desta visão traduz-se num conjunto de propostas inovadoras, muitas das quais foram concretizadas ou iniciadas no período curto de duração do governo, de Setembro de 1981 a Junho de 1983.

Este papel é particularmente relevante “perante uma crise que se rumina, em que as políticas económicas e jurídicas se alternam sem resolver o essencial, a dimensão da cultura e da investigação aparece como ‘terra nova’ de esperança”, afirma em “Com Portugal no Futuro”, 1985.

Este pensamento extravasa para a construção europeia, sobre a qual considera ainda “a Comunidade Europeia é cultural antes de ser económica e seria grave que só os juristas e os economistas fossem chamados para a sua construção, deixando de fora os cientistas e os intelectuais”.

Perante os egoísmos que a crise gera, a cultura pode ser uma via mais fácil de “amizade, verdadeira, entre as nações. Perante a crise sabe-se que a cultura pode ser o modo de irrigar a Democracia e incubar a mudança”.

Coerente com esta visão, o Governo definiu como prioridades da sua acção a preservação e o enriquecimento do património cultural. Mas, tão importante como as medidas concretas, é a própria concepção inovadora do Ministério da Cultura e da política cultural, que importa realçar.

“A transformação da Secretaria de Estado da Cultura em Ministério, por si só significa que a perspectiva cultural deve ser uma perspectiva de toda a actividade pública e do Governo em particular. Pode considerar-se que se trata, aliás, do ponto alto de um processo que é o oposto ao da censura e ao do dogmatismo cultural e ideológico. O Ministério da Cultura só poderá ser um Ministério com vocação horizontal em relação às restantes áreas da acção política, o que supõe um maior esforço de coordenação”, representando a sua criação uma mudança qualitativa.

A primeira prioridade do Ministério da Cultura foi, assim, despartidarizar a política cultural, libertando os criadores das tutelas ideológicas e burocráticas. “A dignidade e a grandeza da cultura provêm de que ela se gera directamente do País e através dele e não é apenas a sombra mendiga de uma luta originariamente política, travada no interior do Estado”.

Como Ministro da Cultura, Lucas Pires consegue uma grande convergência dos criadores, abre um diálogo que ultrapassa barreiras ideológicas, coloca a língua portuguesa como uma expressão máxima da nossa identidade plural, o principal elo de aproximação e colaboração dos países lusófonos e um valor estratégico e económico.

A defesa do património e a sua fruição pela comunidade, a valorização da criação artística contemporânea e o reconhecimento da importância das manifestações culturais tradicionais, são alguns dos aspectos de uma acção que deixou marcas que ainda hoje perduram e que pôs fim à ideia de que o centro-direita é incapaz de ter uma política cultural.

Nesse período, a análise e a convicção levam Lucas Pires a centrar as suas intervenções parlamentares na ideia de que as sociedades da cultura e da ciência são as sociedades modernas e as sociedades do futuro.

“É esse, talvez, até, por enquanto, o único modo de definir a sociedade post-industrial. O seu caminho será longo e pode ser que mais entre nós que entre alguns dos nosso parceiros (europeus). Mas é aqui, é nessa área, que melhor poderemos recuperar o atraso dos nosso relógios e é por aí que passará hoje a própria história, toda a mudança e toda a renovação da sociedade”.

A diplomacia cultural em que Lucas Pires se empenhou, lançando pontes com os Países de Expressão Portuguesa, nomeadamente através da valorização da língua, dos autores e do livro, com as primeiras feiras do livro português depois das independências; retomando relações com os países onde existem marcas da presença de Portugal e apoiando a sua recuperação, teve o ponto alto com a realização, em Lisboa, da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, projecto do Conselho da Europa, que coube a Portugal concretizar em Maio de 1983.

Esta Exposição, subordinada ao tema “Os Descobrimentos Portugueses e a Europa dos Descobrimentos” permitiu o restauro e valorização de alguns dos principais Monumentos e Museus onde foram instalados os seus cinco núcleos – Torre de Belém, Mosteiro dos Jerónimos, Casa dos Bicos, Convento da Madre de Deus e Museu Nacional de Arte Antiga.

Com esta primeira grande manifestação cultural depois do 25 de Abril, Lucas Pires procurou também criar, através de uma reflexão crítica sobre o nosso passado, “uma via de entendimento e de afirmação comum, para que a descoberta da História seja uma descoberta do Futuro”, sublinhando também que o “investimento cultural é uma parte da modernidade que nos falta e que, pior que a miséria económica, é o miserabilismo cultural”!

Mas este foi também um momento para Lucas Pires sublinhar o papel de Portugal na construção da Europa e da importância dos valores europeus no mundo.

“Esta Exposição não é para reerguer a ‘raça lusíada’ ou o ‘mundo português’. E não é de um Império que se fala mas de um Homem. Não é de um Espaço, mas da Cultura. Passámos da Raça ao Espaço para

chegar ao Homem. Uma Cultura e um Homem português são hoje a base de toda a universalidade portuguesa. À distância vê-se melhor que a cultura portuguesa é mais uma cultura do homem que do tempo ou do espaço. A sua grande obra, o seu maior património, é uma forma humana de ser, um tipo humano, um espécie de humanidade, que pode ser muito útil à Europa na época de formação de uma nova unidade, como fermento convivial e experiência de relação única na História do Mundo.

De uma coisa não há dúvidas: a Exposição demonstrará que somos europeus há muitos anos. O problema não é mesmo o ‘sê-lo’ de novo. O problema é lembrá-lo. E um pouco mais do que isso. Ser, outra vez, como agora com esta Exposição, um centro da vida europeia. Fazer de Lisboa, outra vez, um centro de cultura europeia”.

E sobre a importância da cultura europeia:

“Todas as primeiras descobertas do Mundo passam pelos europeus. Os europeus são o povo mais capaz até de se redescobrir a si próprio, capaz, em suma, de um renascimento permanente. Porque os europeus são um Povo de Artistas, Criadores, Inventores, Cientistas, Filósofos, Professores, Homens de Cultura, o espírito é a maior de todas as forças. É o espírito que sempre na Europa sopra mais forte e é nela que grandes movimentos do espírito são grandes movimentos comuns, para lá das próprias diferenças nacionais.

Os europeus e a Europa têm hoje que defender a sua cultura. Talvez mais do que expandi-la, embora a própria defesa implique uma relação e deva comportar uma abertura. E não nos podemos esquecer que foi muitas vezes aqui, no Sul da Europa, que o espírito europeu começou a soprar ou renasceu. Como se soprasse do Sul para o Norte, ainda quando a força e o poder faziam o percurso no sentido inverso”.

## 4.

O sucesso reconhecido de Lucas Pires como Ministro da Cultura e da Coordenação Científica acresce à sua imagem de pensador, estratega e grande comunicador político, e ao peso da sua capacidade de gestão e decisão política, ao nível do Estado, até então ainda não experimentada.

A intuição política, que é sem dúvida uma das suas principais características, permite-lhe antever que está iminente uma nova etapa. Cada vez mais solicitado pela comunicação social, multiplica entrevistas, artigos e percorre o País, de lés-a-lés, a convite de variadas entidades – Universidades, Associações, estruturas partidárias.

O seu discurso inovador, no interior do partido, vinha gerando, por seu turno, uma cada vez maior adesão.

Espírito livre, independente, avesso à rigidez intelectual que os grupos organizados implicam (desorganizado e anarca, diriam alguns erradamente) Lucas Pires era, porém, inevitavelmente um íman que atraía apoios, muito para além dos estritos horizontes partidários.

Esta capacidade que, aliás, se veio a comprovar no futuro, nas candidaturas muito personalizadas ao Parlamento Europeu, em que recolheu, sempre, uma percentagem de votos muito superior à alcançada pelo partido (15,40% nas 1ª eleições europeias e 14,16% nas 2ª eleições europeias), contribuiu para que acreditasse no seu papel congregador de um espaço que, potencialmente, federasse o Centro e a Direita.

Durante o ano de 1982 acentua-se o reconhecimento da importância política de Lucas Pires no Governo da AD, no partido e na sociedade.

É nesse contexto que se realizam as eleições autárquicas, em 12 de Dezembro. O resultado exprime uma clara vitória da AD, embora com perdas em relação às eleições anteriores, desencadeou uma reacção crítica de Freitas do Amaral que veio a demitir-se do Governo e da liderança do Partido, abrindo caminho à queda do Governo e à abertura de um processo eleitoral interno, que culminou com a realização, em Fevereiro de 1983, do V Congresso do Partido, no Teatro Maria Matos, em Lisboa.

No debate travado entre os dois candidatos à liderança, Luís Barbosa e Francisco Lucas Pires, ficaram bem vincadas as diferenças de carácter programático, estratégico e de personalidade, entre ambos.

A vitória de Lucas Pires, que integrou na sua direcção um conjunto de personalidades da sua geração, que com ele tinham colaborado na Universidade, na acção cívica, no Governo ou na actividade partidária, a par de jovens quadros que mais recentemente tinham aderido ao Partido, representou o início de um processo de renovação e abertura que culminou, em Junho de 1985, na elaboração do chamado “Programa para uma Nova Década” e, um mês depois, com o Programa de Governo do CDS.

Esta ideia de renovação que Lucas Pires vinha defendendo há muito, foi teorizada no IV Congresso do CDS, em Março de 1981, ainda sob o impacto da morte de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, em que foi eleito Vice-Presidente e em que apontava como objectivo prioritário: “retomar e alargar as nossas águas e o nosso porto, animando um amplo movimento Democrata-Cristão Liberal”.

Este processo implicava, como disse na mesma ocasião, “um partido mais popular, um partido mais do centro e ao centro e um partido moderno e novo, capaz de corresponder ao apelo da gente nova das gerações ascendentes activas, num mundo em que as gerações contarão mais do que as classes ou as ideologias”.

Um CDS, tal como concebia, atento aos problemas do “homem da rua”, com “iniciativa, com arreganho, se necessário com agressividade, pois sempre jogamos bem, mas temos que marcar mais golos”. Um CDS ao centro, não apenas como posição geométrica entre a extrema direita

e a esquerda socialista e comunista, mas no centro da sociedade, representando a classe média em construção e crescimento, aberto ao debate e à procura de novas soluções para os problemas novos que sirva às novas gerações. “Perante um mundo mutante é preciso ver o partido através do mundo e não o mundo através do partido”.

Lucas Pires visiona, ainda nesse discurso de 81, um partido que, mais do que uma ideologia, assume como bandeira a representação da sua geração “que tem um enorme apetite descobridor, que quer mudar o mundo, que quer uma mudança qualitativa mas que renunciou, para isso, à guerra e à revolução”. Que “acredita na era tecnológica, mas que quer também procurar a verdade política, não se contentando com o mero jogo político”.

Este apelo a um compromisso com as novas gerações é uma constante do pensamento político de Lucas Pires, que aflora, nos momentos mais significativos, como nas propostas para a campanha eleitoral de 1983, “O Nosso Caminho é Portugal”, e no Programa de Governo de 1983.

Este partido, que Lucas Pires ambicionava como uma força crescente, seria um propulsor indispensável à reconstituição e renovação da Aliança Democrática (AD) de que tinha sido um precursor e, depois, Coordenador Geral e que considerava indispensável para levar a cabo o projecto reformista em que acreditava. Uma AD vista, não apenas como uma coligação “de máquinas políticas”, mas como um movimento social profundo dotado de uma visão estratégica e de uma capacidade de “pensar politicamente para existir”.

Em muitas circunstâncias, ao longo da sua vida política, Lucas Pires se referiu às consequências nefastas do que chamava o “domínio das máquinas políticas que estrangulam a acção política” e a que, numa anotação manuscrita ao texto oficial de um seu discurso, se referia dizendo: “As máquinas não podem apoiar qualquer nível de esperança. Estão sempre aquém da alma colectiva” ou “para as máquinas, as ideias são pura tinta” e “os aparelhos todos o mesmo critério ... as máquinas são uma só”.



A liderança de Lucas Pires inicia-se em 20 de Fevereiro de 1983, num ambiente de tensão política interna, de crise política no País, de desmobilização do eleitorado do centro direita face à dissolução da AD e a realização de eleições a curto prazo.

A par da reconstrução da unidade interna e da mobilização do partido para a campanha eleitoral, sob o lema “O Nosso Caminho é Portugal”, Lucas Pires ensaia uma nova formulação da proposta democrata-cristã, acentuando a dimensão nacionalista e dando mais ênfase à questão da liberdade, da economia, da educação, do trabalho e à própria liberdade de desenvolvimento e auto determinação constitucional do País.

Neste contexto, o Manifesto Eleitoral do CDS é a resposta a 5 objectivos fundamentais:

1. Concretizar o programa e os princípios democrata-cristãos do CDS;
2. Enfrentar e resolver a crise política, com mais autoridade política;
3. Enfrentar e resolver a crise social com mais solidariedade social;
4. Enfrentar e resolver a crise económica com mais liberdade económica;
5. Governar o País com uma Nova Aliança Democrática que seria a via do enfrentamento da crise nacional e da implementação das reformas propostas.

O carácter programático das propostas do CDS, fruto da grave situação económica e social que o País enfrenta, não dispensa, porém, a adopção de uma atitude reformadora, no sentido liberalizador e estabilizador, mas exige um diálogo nacional para combater a crise social “com as suas rupturas e egoísmos. Por isso se torna urgente organizar e autonomizar a concertação social, retirando-a da mera conflitualidade partidária”.

Para a concretizar, o CDS volta à proposta da reconstrução da Aliança Democrática, não como uma réplica da anterior:

“Essa Nova AD não estaria agora contra o Estado ou o Regime mas, pelo contrário, apoiar-se-ia na revisão constitucional para operar as reformas

concretas e práticas que mais importam ao homem comum. O espírito de reforma liberalizadora, estabilizadora e nacional seria o mesmo, mas operaria agora por dentro do próprio sistema constitucional e não contra ele”.

A campanha eleitoral inovadora, muito personalizada, em que o líder percorreu o País a bordo de um autocarro, num contacto directo e informal com as bases do partido e com o eleitorado, permitiu reconstruir muitas estruturas locais quase desaparecidas, mobilizar os jovens, novos militantes e muitos independentes, atraídos por um discurso claro, directo e inovador.

Apesar do desgaste do Governo de que fizera parte, da perda do líder histórico e da débil organização partidária, o CDS obtém 12,56% dos votos, elegendo 30 deputados. O PS, vencedor das eleições, obtém 36,12%, ficando, porém, aquém da soma das votações do CDS mais PSD.

Inicia-se, então, um período de dois anos de oposição, durante os quais o esforço de Lucas Pires, da direcção política e de todo o partido se concentra em três áreas de trabalho fundamentais:

1. Reorganização interna das suas estruturas centrais e locais, segundo um novo modelo;
2. Atracção de novos membros através do debate amplo das questões concretas do País;
3. Reposicionamento do partido e construção de uma alternativa política ao Bloco Central, entretanto constituído, que assegure “a verdadeira liberdade do futuro português”, assente na desestatização económica, na desburocratização administrativa e na dessocialização política.

Em Maio de 1984 e, depois, no discurso por ocasião do 10º Aniversário do CDS, em Julho de 1984, Lucas Pires explicava as razões da falência anunciada do Bloco Central:

“A hegemonia do Bloco Central, dos seus partidos e das suas personalidades, corresponde a uma fase em vias de esgotamento. Não se vê desse lado, nem uma doutrina, nem uma estratégia de arranque e avanço para o

País. É certo que continuam a ser produzidos Planos e até com novos nomes de baptismo. Continuamos a ter planos, mas não passamos a ter contas. Pela razão simples de que as contas mostrariam sempre o resultado da falência a que o sistema chegou e os planos servem para iludir a desesperança”.

E lançava o repto – “quando é que se tornará finalmente evidente que sem um novo desenvolvimento político não haverá qualquer desenvolvimento económico, nem qualquer efectiva concertação social?”

O ano de 1985 apresenta-se para Lucas Pires como o momento decisivo para a mudança. Terminava o mandato presidencial de Ramalho Eanes e o terceiro dos mandatos como Primeiro Ministro de Mário Soares, 10 anos em que, salvo uma curta interrupção da AD, o poder assentou numa singular convergência entre as estruturas de um Estado monopolista post-revolucionário e as do Estado Corporativo e autoritário anterior ao 25 de Abril. 1985 era o fim da fase de transição e o início da fase de mudança.

“O papel do CDS perante esta situação e estas perspectivas só pode ser o de fundir e constituir uma terceira força de vocação alternativa e maioritária, composta por democratas-cristãos, liberais e conservadores. Terceira força de alternativa quer ao Bloco comunista, quer ao Bloco Socialista ou Central, isto é, terceira força de renovação, quer perante a Revolução, quer perante a Situação. Terceira força de oposição e superação equidistante, quer do ‘soarismo’, quer do ‘eanismo’. Terceira força que dialogue criticamente, por igual, com todos os órgãos do Estado como tal, Terceira-Força, que terá de ter como primeira prioridade a implantação, a organização e o alargamento do partido de modo a desenvolver a sua vocação militante e popular e a tornar-se capaz de acompanhar os movimentos sociais de alternativa, Terceira-Força que só poderá ser Governo quando puder indicar o Primeiro Ministro e tiver, pois, condições de mudança efectiva. Terceira-Força que aposta nas novas gerações, numa nova convicção, numa nova ética de poder, com a noção do trabalho político, da solidariedade activa e do longo prazo.

Este quadro estratégico exigirá que o CDS apoie, em 1985, um candidato alternativo às próximas eleições presidenciais, um candidato alter-

nativo a Primeiro Ministro e candidatos alternativos em todas as Câmaras Municipais em que não haja ainda um Presidente CDS em que esse objectivo não crie o perigo de eleição de um Presidente de Câmara Comunista”.

Esta antevisão de Lucas Pires vai enquadrar todo o trabalho político desenvolvido de 1984 até às eleições de 1985.

Três grandes linhas orientarão esse trabalho:

Por um lado, uma crítica sistemática ao Governo do Bloco Central (PS+PSD), presidido por Mário Soares, quer no plano ideológico, quer no plano dos resultados concretos: o decréscimo do PIB em 2,5%, o desemprego crescente a ultrapassar os 13%, a inflação superior a 30%, a diminuição do investimento em cerca de 20%, apesar da melhoria da situação internacional, e a crise social com as pensões a descerem em termos reais 12% e as prestações sociais 17%, conduzindo a situações dramáticas de forma que a Igreja não se cansa de denunciar, a par da paralisação da acção governativa, levam o CDS a apresentar uma moção de censura.

Embora derrotada, a moção avivou as dificuldades internas do Bloco Central e constituiu um repto aos que, no PSD, começavam a duvidar e a temer que se concretizasse a previsão de Lucas Pires. “O que existe já não é um Governo é uma Comissão de candidatura (de Mário Soares)... o que existe não é uma ideia de Governo mas a aspiração de um trono presidencial” (texto da moção).

Por outro, o combate pela revisão da Constituição. Tema caro a Lucas Pires, cuja investigação teórica se centrou, desde o início da sua carreira académica, sobre a teoria da Constituição. A revisão da Constituição foi parte integrante do processo de mudança que preconizava.

Logo em Setembro de 1983 o CDS apresentou um projecto articulado de revisão da parte económica da Constituição, que suscitou um amplo debate público. Em Março de 1984 apresentou uma proposta de resolução para a revisão extraordinária da Constituição, “Por uma Constituição Liberal da Sociedade”, com o propósito de aprofundar o debate sobre uma nova fase de democratização do regime constitucional – “o da completa autodeterminação da sociedade portuguesa”.

Dessa proposta constavam os seguintes objectivos concretos:

- a) validade do princípio da maioria em relação a todo o sector público, sem a reserva das chamadas “conquistas irreversíveis”;
- b) afirmação do pluralismo dos vários tipos de iniciativa, empresa e actividade económica, mas eliminação da divisão do sistema económico em sectores de propriedade dos meios de produção;
- c) afirmação da primazia dos critérios de rentabilidade, de competitividade e de abertura internacional no funcionamento do sistema económico;
- d) profunda revisão do conceito de reforma agrária como instrumento da política agrícola;
- e) simplificação e redução dos mecanismos de decisão, participação e controlo do Estado e valorização da Empresa como célula base da constituição económica.

No plano mais especificamente social, os objectivos da revisão do CDS são, sobretudo, três:

- a) afirmar o princípio da liberdade, produtividade e mobilidade do emprego, mas reforçar, ao mesmo tempo, os mecanismos de segurança dos trabalhadores e suas famílias;
- b) eliminar as concepções e estruturas de oposição classista dentro das empresas e fora delas, mas reforçar os princípios e mecanismos de integração e solidariedade entre empregados e empregadores;
- c) eliminar os excessos de regulamentação, de burocratização e politização da Constituição e confiar ao princípio da maioria e à lei a regulamentação desses aspectos.

Parece-nos igualmente importante, noutros aspectos, afirmar claros princípios de liberdade de imprensa, rádio e televisão, assim como de pluralismo educativo. São estas as principais condições de uma sociedade menos conflituosa e mais operativa. O Estado não deve mais aparecer como o “grande educador”, o “grande informador” e o “grande produtor”, mas apenas como o grande mediador, regulador e árbitro das questões nacionais.

Finalmente, em Junho de 1984, o CDS apresentou o projecto articulado de revisão da Constituição em que, entre outros aspectos, se visava eliminar as referências ideológicas e os objectivos socialistas, se propunha o alargamento do direito à vida desde a concepção, a plena liberdade de comunicação por todos os meios (fim do monopólio da televisão estatal), a possibilidade de regulação, por lei, do direito à greve, a possibilidade de o Serviço Nacional de Saúde integrar serviços privados e o pagamento de certos serviços, o pluralismo da cultura e educação, eliminação do princípio da irreversibilidade das nacionalizações, maior abertura da economia à iniciativa empresarial, encerramento do processo da reforma agrária e proibição da eficácia retroactiva da lei fiscal, a redução da carga ideológica do sistema fiscal, a abertura da possibilidade de uma revisão da parte política da Constituição por ocasião da revisão normal.

Este combate sistemático só mais tarde viria a dar frutos, mas o debate que a apresentação desta proposta desencadeou mostrou que a proposta do CDS correspondia aos anseios de uma parte significativa da população e encontrou eco, mesmo dentro dos partidos do arco democrático que a ela se opuseram.

A última grande linha de actuação e, com certeza, a mais importante, foi a preparação de uma alternativa programática “Programa para uma Nova Década”.

Em Maio de 1984 Lucas Pires lançava o projecto sublinhando a sua convicção de que nos finais de 1985 haveria condições de mudança e início de um novo ciclo político marcado pelo fim de um ciclo presidencial de 10 anos, dominado pela Constituição saída da Revolução e pela ideia da garantia militar; pelo fim da transição entre o Império e a Europa e, portanto, o fim do isolamento europeu e a ocorrência de 3 actos eleitorais – eleições locais, presidenciais e legislativas.

A premência da mudança e a aproximação da integração no Mercado Comum, levaram Lucas Pires a mobilizar um grupo de 55 personalidades, do CDS e independentes, que, cobrindo diversas áreas de

Governo, se reuniram periodicamente, entre Junho de 1984 e Junho de 1988, em Ofir, para preparar um “Programa para a Nova Década”.

O grupo, que ficou conhecido por ‘Grupo de Ofir’ levou a cabo um estudo profundo sobre a realidade portuguesa e apresentou propostas sectoriais nas áreas da Política Económica e Financeira (relator António Borges), Educação e Cultura (relatores Fernando Adão da Fonseca e José Carlos Seabra Pereira), Trabalho e Segurança Social (relatores Manuel Cavaleiro Brandão e António Bagão Félix), Justiça e Reforma Administrativa (Alexandre Sousa Machado e José Gabriel Queiró), Política Externa e Integração Europeia (relatores José Luís Vilaça, Rui Moura Ramos e Paulo Lowndes Marques), Política e Defesa (relator José Carlos Vieira de Andrade).

A Declaração de Princípios aprovada na primeira reunião, exprime o espírito e as linhas gerais que presidiriam ao trabalho a desenvolver, nos seguintes pontos:

1. A comissão considera que é absolutamente necessário, hoje, em Portugal, pensar e realizar um programa, alternativo, coerente e global, capaz de assegurar um novo sistema político, económico e social.
2. Qualquer intervenção política renovada deve-se fundar sobre uma atitude moral, uma decisão corajosa e uma séria preocupação pela justiça. É pois indispensável e prévio adoptar uma nova ética e uma nova cultura política positiva baseadas nas virtudes de responsabilidade, de sentido nacional e do mérito e na permanente exigência de qualidade, de criatividade e de modernidade.
3. Assentou-se igualmente numa fundamental concepção do Homem, como homem real que aspira a uma maior liberdade de alternativas concretas em todos os domínios e que perante elas quer agir com a maior autonomia, convicção e responsabilidade. Essa liberdade só será possível, por sua vez, num País aberto ao exterior, mas capaz de discutir e tomar as principais decisões sobre si mesmo na esfera interna e internacional e de preservar a sua identidade e independência históricas.
4. É fundamental que um Novo Programa corresponda, antes de mais, a uma forte convicção e a um novo espírito, pois sendo o

longo prazo relativamente incerto, só dessa maneira se poderá assegurar a manutenção de uma coerência e de uma crença nas várias decisões concretas e apesar de todas as dificuldades emergentes.

5. O esforço e a mobilização necessários para um Novo Programa devem apoiar-se sobre a força de uma nova geração. Como principal credora do futuro é ela que melhor poderá interpretar e assumir a aposta a fazer, combater os vícios estruturais do sistema de que é a maior vítima e ultrapassar os factores permanentes ou herdados de um mal português, historicamente enraizado. Apoiado nessa nova geração e em convergência com as forças morais e com as iniciativas mais dinâmicas da sociedade portuguesa, tal esforço e tal mobilização requererão, também, um esforço renovado e alargado suporte partidário, capaz de funcionar como alavanca de mudança necessária.
6. As metas principais do País devem ser, em primeiro lugar, a liberdade da economia, em segundo lugar, a autoridade do Estado e em terceiro lugar, a mobilidade da sociedade. Liberalizar a economia deverá consistir em retirar ao Estado a propriedade e o controle da vida económica, criar um clima favorável à iniciativa, nomeadamente pela alteração do sistema fiscal, propiciar a assunção do risco e permitir a sua partilha e abrir o País ao exterior na sequência da abertura do País aos seus próprios cidadãos e organizações.
7. A liberalização económica deve ser prevenida e organizada, mas clara e geral, por ser indispensável à viabilização do País como país moderno e independente, à pacificação e reconciliação política e social, à realização de uma maior justiça na retribuição do mérito, à consecução de uma maior transparência nas relações e obrigações económicas e à preservação do Estado para as funções políticas e administrativas.
8. O Estado deve aumentar a sua autoridade, dignidade e prestígio pela redução dos campos da sua intervenção. Deve restringir-se às tarefas políticas para assim estar mais próximo do cidadão, em todos os planos de autoridade, utilidade e serviço. Poderá assim concentrar-se com mais eficácia no combate às formas de violên-



cia, de ilegalidade, de corrupção e de desagregação social, cujas principais razões estão no bloqueamento das alternativas sociais, na insuficiência da autoridade do Estado e no crescente empobrecimento económico. A reconstrução do Estado está, assim, directamente associada à ampliação das possibilidades de alternativa e desenvolvimento criativo pluralista da sociedade portuguesa.

9. A política social deverá assegurar aos grupos sociais mais desprotegidos uma garantia de protecção básica e a própria economia liberal só pode ser entendida como a que melhor possibilita uma plena realização das pessoas e uma maior justiça entre elas.
10. A modernização do País requererá, igualmente, a introdução de novos métodos e de uma lógica de eficácia a todos os níveis de decisão. A simplificação dos processos, a coragem decisória e a responsabilização pessoal devem concretizar-se num novo espírito de liderança e de efectividade real das decisões.

A modernização requer igualmente a prioridade ao rejuvenescimento de todos os subsistemas sociais e a criação das condições de um verdadeiro espírito de empreendimento e iniciativa.

O esforço, a competição e a competência requeridos pela mentalidade moderna só poderão ser conseguidos através do pluralismo e renovação cultural e técnica, da educação e da informação. A um Novo Programa deverá corresponder, também, um movimento cultural de renovação partilhado no caminho do futuro.

No prefácio do livro “92 No Caminho da Sociedade Aberta”, publicado em 1988 pela Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Social, em edição do Grupo do PPE, e que resume os textos e as conclusões do Grupo de Ofir, Lucas Pires assume que o “Programa para uma Nova Década” é o primeiro ensaio num olhar do centro direita para o futuro, para além da perspectiva de “recusa, ou correctivo” em relação aos excessos de 1975, assumindo-se mais como um “manifesto de mudança” do que um “programa de governo”.

Este “Programa” representa, de certo modo, o culminar de um processo longo e persistente de estudo e de combate por uma Nova So-

cidade Aberta, o seu reconhecimento alargado e assumido, não apenas como um trajecto solitário, mas também a abertura de novos desafios ainda hoje não totalmente resolvidos.

Quando Teresa de Sousa considera, no Expresso, o Programa “como o esboço do primeiro programa neo-liberal coerente da história política portuguesa”, o que “mais nos satisfaz”, diz Lucas Pires, nessa fórmula, “foi a dupla abertura preconizadora, tanto do adjectivo ‘neo’ como do substantivo ‘liberal’ juntamente, embora, com o carácter estruturado que as qualificações do programa e coerência revelam”.

“Neoliberal’ ou não, poder-se-ia antes considerar um regresso à pureza do princípio da subsidiariedade na ordem política, económica, educativa e social – ela queria transportar consigo uma visão de futuro e de um conjunto e, por isso, desprendida e não conjuntural, multiplicadora em todas as direcções e não limitada a sucessos imediatos, fossem eles de tipo conspirativo e demagógico”.

É inegável o impacto que o Grupo de Ofir teve, no partido e na sociedade portuguesa. A falta de consequência política tem impedido, até agora, a concretização de muitas delas e adiou muitas outras. O País teria, com certeza, ganho muito se este programa pudesse ter sido posto em prática imediatamente na década seguinte à sua elaboração.

Era então claro para Lucas Pires que a integração europeia de Portugal iria obrigar a um aprofundamento do processo de reformas. “É um processo que, contraponto da descolonização, resolve como que um problema de transição ou vazio a respeito da nossa colocação no mundo e, ao mesmo tempo, é importante pelo que significa em relação à ultrapassagem da revolução socialista” (in Democracia e Liberdade, 85).

A esse tema já vinha dedicando atenção, desde muito cedo, com uma grande preocupação de sublinhar a importância da individualidade do País e do seu contributo específico para o projecto comum. Europeísta convicto, acreditava na irreversibilidade do processo de integração europeia, progressivo, participado, que não se limitasse à sua componente económica, mas respeitasse e valorizasse a identidade nacional. Atribuía, neste processo, um papel relevante à “crescente agregação e so-

lidariedade das forças democrata-cristãs, sociais cristãs e liberais, conservadoras ou não, de toda a Europa, de modo a tornar-se possível um novo arranque no desenvolvimento, no fortalecimento moral e no processo de construção e unificação do nosso continente” como já constava da moção de estratégia que apresentou ao V Congresso do CDS.

Não é por isso de admirar que, embora na oposição e quando dentro do próprio Governo se levantavam dúvidas quanto aos ternos da conclusão das negociações de adesão, tenha colaborado com o Primeiro Ministro, Dr. Mário Soares, e organizado um périplo pelas principais capitais europeias onde governavam partidos democrata-cristãos ou conservadores para reforçar a posição negocial portuguesa e sublinhar o “carácter nacional” da decisão de adesão.

A temática europeia viria depois a constituir, talvez, o tema mais importante do seu combate político, em Portugal e na Europa, enquanto eurodeputado, Vice-Presidente do Parlamento Europeu e um dos mais respeitados europeístas, a quem foi concedida a Medalha Robert Schuman e prestadas sentidas homenagens quando da sua morte.

No que julgo ser o seu último texto sobre a Europa, publicado no Expresso de 7 de Maio de 1998, a propósito da criação da união económica e monetária, embora entusiasta do avanço, Lucas Pires previne que “a conquista da moeda única não pode continuar a ser álibi para a falta de reformas estruturais necessárias, pelo contrário, deverá ser o seu aguilhão” e que é necessário prosseguir com o processo de integração política, mais democrático, “sem o qual não só a coesão económica e social se poderia romper, como a própria moeda única e o BCE se tornariam bodes expiatórios de todas as crises, com as inevitáveis consequências de instabilidade no próprio terreno económico e monetário”.

Palavras, mais uma vez, premonitórias...

Em Fevereiro de 1985 a crise política adensa-se com a demissão de Mota Pinto do cargo de Vice-Primeiro Ministro. O Governo do Bloco Central degrada-se e era já claro que a solução se encontrava esgotada e incapaz de responder à crise.

A alternativa em torno do CDS e do seu projecto de mudança crescia e consolidava-se, nas sondagens aproximava-se do PSD e até o ultrapassava..

Mota Pinto morre subitamente em 7 de Maio. Num Congresso turbulento, em Maio, e quando a liderança parecia que iria ser disputada entre Rui Machete e João Salgueiro foi Cavaco Silva que acabou por ser eleito, com surpresa geral, propondo em simultâneo Freitas do Amaral como candidato presidencial e rompendo, pouco depois, a coligação de Governo com o PS.

No Parlamento, em 18 de Junho, Lucas Pires interrogava-se sobre a razão da crise política e desafiava um “Governo em debandada” a fazer o “discurso do Estado da Nação que nos deixam”.

Ramalho Eanes convoca eleições gerais para 6 de Outubro.

O CDS apresenta, em Julho, pela primeira vez, um detalhado Programa de Governo, inspirado nos documentos de Ofir e anunciava “Somos Alternativa para a Nova Década”.

Propunha-se liderar uma nova maioria, promover a revisão imediata da Constituição e abrir caminho a um vasto e popular movimento liberalizador de modo a conseguir a rápida desestatização da sociedade portuguesa.

Antes, ainda em Junho, o CDS havia apresentado um conjunto de condições para a negociação de um eventual acordo de coligação, tendo em conta as novas condições decorrentes da candidatura presidencial de Freitas do Amaral, a gravidade da situação interna e a urgência de reforçar o poder político para enfrentar a entrada na CEE.

As negociações com o PSD, porém, acabaram por gorar-se, com recriminações recíprocas.

Os dois partidos concorrem, pois, separados.

A 6 de Outubro, liderado por Cavaco Silva, a revelar, para alguns, uma surpreendente capacidade de mobilização e de relação di-

recta e pessoal com o povo, o PSD ganha as eleições com 29,8%, o melhor resultado do partido até então, quando concorrendo isolado. O CDS cai para 9,96% e 22 deputados, depois de uma campanha heróica e difícil perante circunstâncias inesperadas. Lucas Pires demite-se de imediato.

Iniciava-se o longo consulado de Cavaco Silva, que viria depois a obter duas maiorias absolutas com mais de 50% dos votos.

O combate de Lucas Pires e do CDS terá contribuído para abrir caminho às reformas que se seguiram e que se traduziram numa significativa modernização do País, no reforço da iniciativa privada e num ciclo de crescimento económico.

Uma aliança eleitoral com o PSD teria contribuído para um impulso reformista mais intenso, profundo e coerente?

Ao reencontrar-me agora com os seus textos e ao lembrar muitos dos combates que travámos, renasce a dúvida.

O que seria agora Portugal se o caminho tivesse sido outro?

Uma coisa é certa.

O CDS, então, perdeu uma oportunidade de poder, mas as suas ideias continuam vivas, actuais e urgentes.

É sobretudo por elas e pelo modo apaixonado como as partilhava que Francisco Lucas Pires será recordado e que continua a valer a pena conhecê-lo.

*António Gomes de Pinho*

Lisboa, 21 de Março de 2015



# SOBRE O TRAJETO DA DEMOCRACIA CRISTÃ

Adriano Moreira\*

*“Esta economia mata”*

Papa Francisco

1) Por motivos que anotei suficientemente num livro publicado em 2009 com o título *A Espuma do Tempo*, estava como professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro, quando fundaram o CDS. Tinha notícias pelos jornais, mas foi pelo General Spínola, que me procurou quando para ali se deslocou, que tive a primeira versão mais credível. Não sendo aqui necessário repetir notas publicadas no citado livro, a democracia-cristã interessava-me profundamente, desde o meu envolvimento no CEDI – Centro Europeu de Informação e Documentação, do qual fui Presidente internacional algum tempo, e na Fundação que perpetuou a memória de Coudenhove-Kalergi, em ambos sendo ativís-

---

\* Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa; Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa.

simo o Doutor Arquiduque Otto de Habsburgo. Os vários congressos destinados a fomentar a Unidade Política Europeia que Kalergi liderou, tiveram a participação da maioria dos grandes dirigentes que, depois da guerra de 1939-1945, assumiram a reconstrução da Europa. Convém lembrar que a “Europa Luz do Mundo”, foi sendo desfeita pelas duas guerras mundiais, sempre com presidência política dos EUA: a primeira (1914-1918) viu desfazer os Impérios Dinásticos (Alemanha, Austro-Hungria, Rússia, Turquia) à luz do princípio de Wilson da independência dos Estados Nações, e a segunda (1939-1945) viu a desmobilização do Império Euromundista, segundo o princípio da *Liberdade dos Povos* que os liderantes EUA introduziram na Carta da ONU, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. De facto trata-se de um contínuo, porque, como notaram Robert Gerwarth e Erez Manela, o apelo de Wilson à autodeterminação inspirou Ho Chi Minh a exercer a aplicabilidade do conceito às “possessões fora da Europa”, antes de a inspiração de Senghor descobrir e cantar a beleza da negritude, e o regime consolidado na URSS organizar os apoios às revoluções descolonizadoras em todo o mundo. Estadistas tocados de santidade, como Schuman, De Gasperi, e Adenauer, que viveram ambas as catástrofes, escolheram a regionalização europeia em termos de salvaguardar a unidade que Camões cantou, invocando a cristandade, de que Portugal seria a cabeça toda, e não a retaliação contra o inimigo vencido, e que ajudaram a reconstruir. Mas houve outro projeto de unidade, da Rússia ao Canal da Mancha, que levou à criação de uma ordem militar (NATO – VARSÓVIA) que foi a ordem que durou até à queda do regime soviético. Entretanto a descolonização do Império Euromundista continuou, com desastres militares de todos os Estados titulares das parcelas, incluindo Portugal com a guerra colonial. Em relação ao globalismo que se ia evidenciando, ultrapassando as políticas de metades (duas Europas, duas Alemanhas, duas cidades de Berlim), a Europa Ocidental antecipou que as *soberanias* iam mudar de conteúdo, afetando a hierarquia anterior à guerra, e regionalizou a organização para equilibrar a estrutura que viria a ter grandes potências, potências emergentes, poderes não identificados no campo financeiro e político, Estados falidos, e poderes terroristas, e o mais com que a realidade imprevista viesse a surpreender. A Democracia Cristã foi



a linha mais responsável que se empenhou na resposta regionalizante, uma linha forte e ganhadora contra o plano regionalizador oposto, que era o soviético. Está todavia por estudar porque é que Portugal, considerado então um dos países mais católicos do universo cristão, com uma Igreja ativa aqui e sobretudo nos trópicos, e uma doutrina social excelentemente estudada por Braga da Cruz, Reitor da Universidade Católica, foi onde o seu partido, o CDS, nunca conseguiu uma adesão suficiente para assumir o governo, depois de se ter afirmado claramente e isolado, na votação contra a primeira Constituição do Regime, visivelmente animada pelo projeto soviético para a Europa. Talvez a afirmação da Constituição Corporativa, ao estabelecer que o Estado obedecia à moral tradicional do país, que era a católica, tenha fortalecido a ideia revolucionária de que tivesse vivido articulada com o regime. A primeira intervenção do Cardeal António Ribeiro na Sé de Lisboa, depois da eleição, foi clara, estando presentes os mais altos dirigentes do Estado, em afirmar a doutrina do Concílio Vaticano II, de que a separação era um princípio inviolável, corolário da afirmação segundo a qual a doutrina da Igreja estava aberta, como fonte, a todas as tendências. Todavia foi a Social Democracia, guiada pelo dinamismo da curta vida de Sá Carneiro, que recebeu a inspiração e memória do perseguido Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ignorando D. Sebastião de Resende, Bispo da Beira, ou D. Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula, que aqui dirigira o movimento para um mundo melhor, e de D. Eurico, Primaz de Braga, que serviu em Moçambique e Angola, tendo os muçulmanos pedido ao *Santo Papa*, que não o transferisse porque lhes fazia muita falta. Ao CDS nem sequer valeu ter a sede no Caldas, preservando a memória do Padre Cruz, e com dificuldades com o senhorio. A fraternidade com o PSD foi sempre inquieta, alguns dos grandes nomes do CDS consideraram o partido como instrumental e eventualmente “cruzaram o corredor”, a intervenção prudente do General Eanes e a moderação de Mário Soares dirigiram a passagem do poder militar para o constitucionalismo do poder civil, colocando uma barreira ao soviétismo. Era mais ou menos o panorama do CDS quando, tendo terminado o meu contrato com a Universidade Católica do Brasil, regresssei a Portugal. Fui então convidado por Freitas do Amaral, Narana Coissoró, e Amaro da Costa, para

aderir ao partido que o primeiro liderava com apoio geral. No longo período em que estive ativo no CDS, tendo sido eleito pela primeira vez por Bragança, eleição depois repetida no Porto, e em Lisboa, nunca vi deputados tímidos ou de preparação deficiente, mas sempre destacarei o inesquecível Amaro da Costa, morto em serviço, e defensor crente da doutrina social da Igreja, o brilhante Lucas Pires que considerou o partido “instrumental” e viria a “atravessar o corredor”, e Narana Coissoró pelo espírito, cultura, e alegria, nos mais difíceis momentos. As coligações quer com o PSD, quer com o Partido Socialista, não deslustraram o CDS, mas é evidente que o peso eleitoral colocava limites ao seu programa específico, e o mesmo acontece nesta data de celebração do aniversário na atual coligação, que não muda a tradição de dificuldades. Nunca se quebrou a adesão ao projeto europeu, à democracia no sentido de Péricles (a cidade) e de Lincoln (o povo), à descolonização da ONU, ou às exigências da NATO, embora fosse até hoje impossível definir e sustentar um conceito estratégico nacional. Neste quadro, a definição do objetivo do CDS, nas palavras de Freitas do Amaral, foi “equilibrar as forças políticas do nosso Portugal Democrático, dando expressão à esquerda moderada não socialista, ao centro, ao centro-direita, e à direita democrática”. Os pressupostos da unidade europeia, do ponto de vista ocidental (UE – NATO), impedindo o projeto soviético (VARSÓVIA – URSS) estiveram sempre presentes, um tema vital sobre o qual eu próprio escrevera uma tese intitulada – *A Europa em Formação*, para a Universidade Complutense. Depois do histórico discurso de Paulo VI na ONU, quando afirmou que “o desenvolvimento sustentado é o novo nome da paz”, pareceu-me indiscutível que a doutrina, dissertando sobre o papel da justiça numa economia em liberdade, se traduzia em tornar dever privilegiado – o privilégio dos pobres. O que significa fazer de construção do *Estado Social* um objetivo-dever essencial do poder governativo, em convergência com o socialismo democrático, e dando sentido à herança doutrinária de Jefferson quando proclamou que todos os homens nascem livres, iguais, e com igual direito à felicidade: o que implica suprir, com o que a doutrina francesa chamou *les droits prestation*, as diferenças da plataforma de que cada um tem de partir para construir o seu futuro de felicidade.

Infelizmente, a evolução da realidade teimou na tradição de contrariar os planos normativos dos grandes projetos políticos: no plano económico, a extinção dos domínios coloniais privou os ocidentais do confessado objetivo de disporem das fontes de matérias primas, dos mercados dos produtos acabados, do poder de fixar a retribuição da mão de obra em termos de exploração, ou do trabalho forçado; a queda do Muro de Berlim encaminhou os ocidentais, e o globalismo de que sabemos o nome e pouco da estrutura, para substituírem o conflito ideológico pelo neoriquismo, substituindo o *credo dos valores* pelo *credo do mercado*, sem regulação ética; avivou o tradicional conflito entre a *memória dos Estados* e os *projetos proclamados*, de tal modo que a União evolucionou sob uma política furtiva que os eleitores conhecem pelos resultados, com um alargamento sem estudos de governabilidade, uma política de *segurança e defesa autónomas*, sem estudo de fronteiras amigas, abrindo caminho ao diretório que a política de Wilson não apagou, e mergulhando a União e o globalismo numa crise sem precedentes. Quando tomei a presidência do partido em 1986, encontrei-o sem recursos financeiros, sem que o pessoal dedicadíssimo estivesse na segurança social, com o senhorio canónico a exigir o despejo porque – *negócios são negócios*. Consegui regular estas questões, mas a queda do governo exigiu eleições antecipadas para as quais não tínhamos recursos. A eleição para o Parlamento Europeu correu sem intervenção da direção do partido. O partido, para a Assembleia da República, elegeu o “partido do táxi”, composto por mim, por Nogueira de Brito, Narana Coissoró, Manuel Queiró, e mais tarde Basílio Horta. Quando os jornalistas me perguntaram o que ia fazer com quatro deputados, disse-lhes que seriam os quatro melhores deputados da Assembleia. Um livro do Dr. Vieira Pinto, de 2010, documenta suficientemente os pontos críticos da intervenção, e a previsão do trajeto que seguiria a Democracia Cristã de Portugal, da Europa, do Ocidente, e que é necessário reformular para os nossos tempos, tal como acontece com todas as forças partidárias, como a multiplicação de agrupamentos, e de movimentos das sociedades civis, demonstram. Mudar os nomes não é a terapia que os factos aceitam.

2) Talvez o primeiro ponto a salientar, quando abordamos o tema da crise nesta entrada inquietante do terceiro milénio, seja reconhecer que o

chamado globalismo se traduz numa estrutura do mundo que, sem plano ou paradigma previamente assumido por sedes de gestão global, produziu interdependências por grande parte colaterais, e que obrigam a esta pergunta recentemente formulada pelo escutado Noam Chomsky: *globalização para quem?* A sua conclusão, rodeada de inquietações éticas, é incerta: “a resposta à questão *globalização para quem?*” depende do sentido que seja assumido: o sentido literal ou o sentido técnico que se tornou usual no discurso público. Se usarmos “*globalização*” em sentido técnico, então as doutrinas de Adam Smith e Tucídides dão a resposta básica: “*haverá globalização no interesse do principal arquiteto desta política. O interesse da população pode ser beneficiado ou prejudicado, mas isso é acidental*”.

Enquanto, pelas suas evidentes preocupações éticas, o autor apela ao regresso à autenticidade do respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, lembrando que muitas das inspirações deste texto fundador da ONU vieram da pobre América Latina, destacam-se pelo menos duas atitudes que giram ao redor da supremacia ocidental, e do seu destino final que, depois de alguns factos sucessivamente avaliados como marcando o início de um mundo diferente, como foram a queda do Muro de Berlim em 1989, ou o 11 de Setembro de 2001, andam relacionadas com a perspetiva do futuro dos EUA, uma delas com relevo para a perspetiva neoconservadora que a considera como “a nação indispensável”, outra que avalia com reprovação o passado da hegemonia ocidental e parece orientar-se para uma atitude de culpa e recolhimento de penitência.

Talvez não seja injusto destacar, para a primeira orientação, já depois da queda da administração republicana de Bush, a meditação de George Friedman sobre *The Next 100 years*, recentemente traduzido para português, e que tem esta conclusão: “no final, se há uma coisa em relevo na qual insisto, neste livro, é que os Estados Unidos, longe de estarem à beira do declínio, na verdade começam, agora mesmo, numa trajetória ascendente”. É prova de lucidez que o autor também termine confessando que “quanto a mim é incrivelmente estranho escrever um livro cuja verdade ou falsidade nunca virei a conhecer”, mas talvez seja evidente, para a geração que tem de responder aos desafios do presente, na convicção de que tenta salvaguardar um futuro para as gerações futuras, que a he-

gemonia política ocidental teve um ponto final com a guerra mundial de 1939-1945 desencadeada pelos seus próprios demónios interiores, que a posição de superpotência sobranceira dos EUA dá provas de sofrer da fadiga dos metais, e que a violenta crise financeira e económica mundial lhe é imputada pelo *resto do mundo*, que os considera “principal arquiteto desta política”, e que de facto é o Ocidente que fica abrangido no conceito, em termos de ser recomendável voltar á leitura de Toynbee, o escritor que nos avisou de que esse resto do mundo considera os ocidentais como os *grandes agressores* dos tempos modernos.

É partindo desta advertência que é necessário ter presente a segunda atitude, a que chamo penitencial, dos ocidentais. Para simplificar, advertem os seus autores que Cristóvão Colombo, ao abrir caminho à conquista do continente americano pelos ocidentais, iniciou as lastimáveis consequências que sofreram os nativos, e depois o martírio dos africanos arrastados para a escravidão; por seu lado, Vasco da Gama é apontado como abrindo o caminho à “selvagem injustiça dos Europeus”, uma frase de Adam Smith a pensar na ação dos ingleses na Índia.

Recentemente, ao comentar as repetidas e bem articuladas viagens do Presidente Lula a África, com relevo importante para as que dedicou aos países da CPLP, o importante diário Globo (28/8/2010) sintetizava o essencial da ação com estas palavras: “ a dívida africana que Lula começa a pagar”.

Parto daqui para sugerir que é necessário meditar sobre se a primeira ameaça da *pobreza ocidental*, depois que desmobilizou o *Império Euromundista* forçado pelos desastres internos que foram as duas guerras chamadas mundiais, estará no facto de não assumir que nenhuma instituição, povo, indivíduo ou potência, pode herdar o seu passado a benefício de inventário, e que as *emergências* que se inscrevem no património comum da humanidade é que finalmente estão nos alicerces de apoio para a reinvenção do futuro. As contribuições dessas *emergências* estão, designadamente, nos avanços da *ciência e da técnica*, no *direito internacional*, na conceção dos *direitos humanos*, na conceção do *desenvolvimento sustentado*. A isto chamou a UNESCO o *património imaterial*, e nele está uma contribuição de mérito, sem necessidade de uma atitude penitencial, acrescentada ao lúcido reconhecimento do passivo que também faz parte da herança histórica.

É por demais evidente que o fim do Império Euromundista implicou, do ponto de vista da clássica balança de poderes, que a Europa está dependente de matérias primas, de energias não renováveis e até de reservas estratégicas alimentares. Para as responsabilidades cívicas, profissionais e humanas, da maior parte dos que promoveram a meditação deste livro, esta última dependência é seguramente a mais significativa. Lembrarei que, no passado, teve larga divulgação o livro de Josué de Castro, presidente da FAO, intitulado a *Geografia da Fome*, que tinha em vista sobretudo, o hemisfério sul, com destaque para a chamada África Negra: ao Norte que Mao chamou a cidade planetária, afluyente e consumista, a abundância foi uma promessa posta em causa apenas por pessimistas como Marcuse que antecipou a Conferencia de Havana, de 1966, em que os que tinham passado por Bandung (1955) e pelo Cairo (1957), se declararam *sociedades pobres*, uma ameaça para a qual advertiram João XXIII no Concílio e Paulo VI quando, em 1965, fez o seu histórico discurso na ONU.

Todos os que esperam da estatística um anúncio de futuro por fornecer referências matemáticas da definição da Geografia da Fome, encontram as mais alarmantes previsões da pobreza. Mas para a gente comum, que sofre tal circunstância, é mais expressivo a formulação de Don Reeves (*Poverty in a Global Economy*, in *Global Issues*, ed. de Michel T. Snarr e D. Neil Snarr, Londres - 2002), nestes termos: “Pobreza é o leite de uma mãe secando por falta de alimentação ou crianças excessivamente famintas para conseguirem estar atentas na escola; pobreza é viver amontoado sob um plástico em Calcutá, encolhido sob um beiral durante uma tempestade em São Paulo, ou num abrigo em Washington D.C; pobreza é ver o filho morrer por falta de vacinação que teria custado poucos cêntimos e sem nunca terem visto um médico; pobreza é uma petição de emprego que não se sabe ler, um pobre professor numa escola em ruínas, ou sem escola; pobreza é sentir-se sem capacidade, sem dignidade ou esperança”.

Em face do panorama que anualmente nos é descrito pelos Relatórios do PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e sem ignorar que são importantes os progressos em cada um dos indi-

cadores explícitos que ficaram referidos, parece oportuno meditar sobre as diligências múltiplas que as potências ocidentais desenvolvem no sentido de recentrar a balança de poderes, tendo a Aliança Atlântica como “a única aliança militar credível”, conscientes das ameaças múltiplas e atípicas identificáveis, mas como que ignorando ou vendo com displicência, estas sociedades do protesto, da memória do passado sofrido, das carências que não vencem e vão avaliando a situação do projeto *Objetivos do Milénio*.

Estes Objetivos foram proclamados no ano 2000 sob responsabilidade da ONU: o facto é que, assumindo a perda da batalha contra a fome, o G8 anunciou que “entre 75 e 100 milhões de pessoas suplementares sofreriam de fome em 2009”. Os recentes acontecimentos de Moçambique anunciam que a previsão não melhorou para 2015.

Até á crise financeira e económica mundial “que se propagou no mundo desde o verão de 2007 para atingir o ponto alto no Outono de 2008”, estas divergências entre esta realidade e a permanência dos critérios de hegemonia ocidental a recuperar, sem que um critério operacional do Ocidente tendo sido formulado e assumido, não alteram o traçado da geografia das carências que Josué de Castro desenhou.

Todavia, depois da crise, o número de Estados que viram chegar ao fim do “milagre liberal” que inspirou a doutrina “do fim da história”, aumentou e a fronteira da pobreza ameaça abarcar territórios da antiga Cidade Planetária, um fenómeno evidente pelas margens do Mediterrâneo. Mas os anúncios vieram, na observação de Louis Gill, professor da Universidade de Québec, da Islândia, da Irlanda que foi considerada um “milagre económico”, da Europa Central e Oriental como a Ucrânia, a Hungria e os Países Bálticos, até do Dubai das Mil e Uma Noite.

É justamente neste plano que a situação portuguesa exige mais realismo e decisão, porque a deriva para *Estado exíguo* é evidente, entendendo por isto um Estado com uma relação deficitária entre as capacidades e os objetivos que definem o seu conceito estratégico.

Esta circunstância verifica-se numa data em que por várias áreas ocidentais, e também na sociedade portuguesa, o valor da confiança está gravemente empobrecido, na relação entre a sociedade civil e os órgãos de soberania, designadamente os responsáveis pela justiça e pela segurança humana, em relação às capacidades do executivo para enfrentar a crise, e às instâncias reguladoras para desempenharem a supervisão que lhes está incumbida. Esta *pobreza* afeta negativamente a decisão de os melhores assumirem responsabilidades na governação, implica com a emigração dos quadros mais qualificados, reduzindo a dimensão positiva da qualificação com que a universidade, politécnicos, rede militar e centros de investigação, contribuem para inverter a situação, e por todo o ocidente, a que pertencemos entre os mais atingidos, *empobrece*ram as vezes que foram capazes de mobilizar as sociedades civis para enfrentam as catástrofes do século XX.

Mas em relação à pobreza, tal como foi definida pelo método da enumeração do Don Reeves, talvez devamos começar por registar a evolução sobretudo dos países mediterrânicos, para *Estado exíguo* que defini, e que se aplica à circunstância de Portugal. Na data em que a consciência universal tiver assumido a necessidade de acolher o que Al Gore chamou *An Inconvenient Truth*, que aconselha a comunidade mundial a "reduzir a metade o seu consumo de recursos naturais daqui até 2050 não obstante o aumento da população e o crescimento das necessidades" (Agnès Sinais), a dívida de soberania do Estado português aconselha a relembrar todo o processo que no século passado, quando a Cidade Planetária do Norte vivia o logro da política financeira global, foi desenvolvido para *perdoar* a dívida do chamado terceiro mundo, cujos recursos empenhados ao serviço da dívida tinham ultrapassando a própria dívida. Nesta data em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) avisa que a recessão será longa e a retoma preguiçosa (Abril de 2009), quando os Objetivos do Milénio nitidamente estão comprometidos, talvez alguma inovação seja necessária para a regulação do sistema financeiro mundial, para que o tema do perdão das dívidas não acrescente o número de países abrangidos pelo flagelo dos juros, para que a fronteira da pobreza não se aprofunde e alargue, para que o G20, que mais parece uma G2+18, me-



dite sobre a improbabilidade de submeter ao mesmo sistema que desregulou sem mudanças, o G192 que é a Assembleia Geral da ONU, “en attendant peut-être la prochaine crise” (Belkaid), por não acertarem em “l’introuvable régulation de l’économie mondiale” (Cacheux). Nestas circunstâncias, um Estado exíguo a enfrentar desafios nem sempre originados pela sua intervenção, também teria vantagem em regressar a uma preocupação e dever antigo do Estado, que é velar pela *autonomia estratégica alimentar*. E aqui se instala o conjunto de problemas sérios que tem que ver com o viver na terra alimentando-se dos recursos da terra, e viver no mar alimentando-se dos recursos do mar.

Em relação ao primeiro ponto – *viver na terra*, não tem sido um princípio respeitado pelas migrações internas em direção à orla marítima, somando-se a quebra da natalidade, com despovoamento das interioridades, abandono dos campos, somando ainda a sabedoria da eurocracia que esteve na base do abandono subsidiado das culturas, na diminuição da utilização das terras.

Tudo combatido pelo hoje chamado “capitalismo natural”, que contraria o capitalismo tradicional, e apenas atribui valor ao dinheiro e ao preço das coisas, mas não ao valor das pessoas e da natureza.

De facto não se trata apenas do chamado “crescimento verde”, ou da luta contra a “catástrofe ecológica”, também se trata da esquecida luta pela reserva estratégica alimentar, de viver sobre a terra e alimentar-se dos produtos da terra, num período de crise duradoura e de endividamento catastrófico do Estado exíguo, a inscrever-se na geografia da pobreza.

Por outro lado, o mar é uma janela de liberdade de Portugal, e um espaço de riqueza a mobilizar para um futuro redefinido em termos de reforçar as exigências de segurança humana em que a geração dos vivos vai perdendo a confiança. É inquietante que os programas dos partidos secundarizem ou ignorem, além da dimensão exigível do ensino destinado a reforçar as capacidades científicas e técnicas da nova geração, também em regra ignorem a questão da reserva estratégica alimentar, e finalmente a importância do mar nesta conjuntura.

Além dos estudos levados a cabo pelas Universidades, documentos de apelo e divulgação, como os estudos que os *Cadernos Navais* nº 33, de Abril e Junho de 2010, do Grupo de Estudos e Reflexão Estratégico (GERE) criado pelo Chefe do Estado Maior da Armada em 29 de Janeiro de 2007, e neste número devidos ao Vice-Almirante Lopo Cajara-bille (A plataforma continental na problemática da Defesa Nacional) e à Dr.<sup>a</sup> Patrícia Viana (autora da Importância do Hypercluster do Mar para Portugal), ajudam a compreender que a plataforma continental, não apenas pela dimensão mas sobretudo pelo seu potencial económico, não pode ser ignorada pelos programas partidários, nem pelos programas do executivo, nem pelo conceito estratégico nacional a definir. Mas deve somar-se á falta de atenção intensiva a esta riqueza, a facilidade com que o Tratado de Lisboa transferiu para a Comissão Europeia a gestão dos recursos vivos da Zona Económico Exclusiva. A reserva estratégica alimentar está também aqui envolvida, as diretrizes europeias não faltarão, e a avaliação da capacidade portuguesa de lhes dar resposta será rigorosa, o vazio não será de prever. Uma demora de políticas públicas, atempadas e atentas, agravará a exiguidade do Estado, um desafio que não pode ser ignorado, que deve ser assumido.

*A reserva estratégica alimentar*, em toda a medida possível, e sem ignorar todas as debilidades naturais, é uma exigência da conservação do amor à terra em que vive a comunidade nacional, contribui económica e civicamente para diminuir a dependência atual, num esforço não adiável do empenhamento que nos é exigido pelo civismo, uma janela de liberdade económica portuguesa. E uma contribuição para a barreira que é necessário levantar ao avanço da fronteira da pobreza em direção ao Ocidente.

3) Para abordar esta questão complexa que se enuncia, no estudo em curso, com a fórmula de simples leitura – A democracia cristã e o futuro de Portugal – tem de lembrar-se que a pergunta, – sempre angustiante e não tranquilizadora – foi mais de uma vez colocada na história, longa de séculos, de um país que frequentemente teve de avaliar a relação de *capacidade* com a efetivação de um Projeto Estratégico Nacional.

Tenho insistido, na análise do tema, em que nesse processo esteve sempre presente a necessidade de um apoio externo, procurado na circunstância variável de cada época, frequentemente em mudança mais acelerada do que o acompanhamento desafiante com que o Estado português deveria procurar redefinir e fortalecer o equilíbrio e relação entre a sua capacidade efetiva de manter ou alterar o interesse permanente do seu conceito estratégico nacional e a redefinição do apoio externo necessário.

Na fundação do Reino, Afonso Henriques foi na Santa Sé que procurou esse apoio, aceitando uma definição de vassalagem; na Dinastia de Avis a busca acrescentou a Aliança Inglesa que ainda hoje vigora sem esquecer uma pesada contabilidade de custos não apenas materiais, mas também de dignidade nacional; e depois de 1974, findo o Império Euromundista e com ele a parcela portuguesa desse Império, a União Europeia foi o apoio que ultrapassou as dúvidas soberanistas, na construção de um pensamento de unidade sem forma final definida, mas com um conceito estratégico dominado pelo objetivo da *paz e cooperação*, pregado ao longo de séculos pelos *Projetistas da Paz*, em que se destaca Kant, e que na história portuguesa tem mais de uma manifestação, talvez encontrando no Infante D. Pedro, o que morreu em Alfarrobeira, uma referência.

Entre nós, e no século XX, não posso esquecer o Centro Europeu de Informação e Documentação (CEDI), sem alongar a referência, mas apenas porque em regra é omitido, e nele participei durante anos.

Desta feita, porém, o movimento político de 1974, que teve como fator determinante a fadiga causada por um esforço militar assumido para dar tempo à implantação pelo governo de uma solução política que acompanhasse com razoabilidade o fim do Império Euromundista, o que não aconteceu, teve como apoio a União.

Com a perturbação inevitável numa mudança política imposta por revolução, neste caso militar, a adoção da adesão à União Europeia foi sobretudo dominada pela organização do Estado segundo o modelo democrático ocidental, pela aquisição pelos cidadãos dos direitos inerentes

e derivados da Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, pela liberdade de circulação, e pela mudança em *paz civil* que permitiu o acolhimento sem reservas dos que foram chamados retornados.

Não vamos recordar o trajeto histórico dentro da União, para não alongar a referência à evolução que nos conduziu à crise presente, no quadro que tem como premissa a lembrada necessidade histórica de apoio externo. A evolução da Europa, antes de o globalismo se perfilar como o desafio do presente, implicou que Portugal fosse por vezes envolvido nas consequências de decisões em que não participou, como aconteceu com as guerras de 1914-1918 e 1939-1945, a primeira com efeitos traumáticos na Flandres, e graves em Moçambique e Angola, a segunda com a invasão de Timor, fazendo com que repetidamente o Estado se configurasse como *Estado exógeno*; a entrada na União Europeia, com o reflexo do seu liberalismo inspirador de um novo-riquismo que conduziu à distância entre os *recursos* e as *despesas*, levou a comunidade portuguesa à situação de *Estado exíguo*; o agravamento desta distância, por factos externos (exógenos) vindos inicialmente dos EUA, e internos derivados do novo-riquismo, fizeram com que a *fronteira da pobreza*, que tanto inquieta a temática do PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento) se deslocasse do Sul do Sara para o *Norte do Mediterrâneo* pelo que a situação de *protetorado* é o ponto esdrúxulo da exiguidade a que chegamos.

A entrada do III Milénio vem desafiada pela circunstância de estarmos fundadamente preocupados com o Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional sem termos Conceito Estratégico Nacional, porque o antigo se esgotou em 1974, nesta Europa que também está hesitante na definição do seu *próprio conceito estratégico*, abrangida pela *decadência geral do Ocidente*.

O trajeto que percorremos, desde parceiro glorioso do Império Euromundista até à atual condição de *protetorado*, não tanto da própria União, mas dos *poderes de facto* que emergiram, incluindo sinais de ambicionado Diretório de péssimo passado, encontra-nos na situação que Steinbech descreveu nas *Vinhas da Ira*, com a sociedade civil a manifestar-se, sem referências partidárias, contra essa mestiça gestão de governo

eleito e de poderes externos, que vão semeando o panorama nacional de algumas *Casas Grandes* e múltiplas *sanzalas* (Gilberto Freyre), com os cidadãos a caminhar para a condição de *escravos de ganho* (de novo Gilberto), perante a expropriação pelo Estado da maioria dos seus rendimentos quando o desemprego crescente não os elimina, quando a tentação de reinterpretar a Constituição em função de um *paradigma de mercado* cresce, e finalmente o êxodo dos mais qualificados anuncia um consequencialismo mais severo do que as perdas de competência sofridas com a expulsão dos judeus, pelo que a primeira exigência da definição de um futuro português, com dignidade humana e nacional, está no imperativo de recuperar um lugar igual na comunidade internacional. Foi assim no fim da Primeira Dinastia, foi assim em 1640, foi assim depois do Ultimatum de 1890, é assim nesta entrada no terceiro milénio.

Temos para isso em conta a mudança acelerada da circunstância internacional, da qual destacamos alguns aspetos, tais como: a mudança de hierarquia das potências, que aconselha a rever as prioridades das ligações diplomáticas, parecendo inevitável aceitar que aquela mudança obriga a *regionalismos*, dos quais o projeto europeu foi paradigma esperançoso; projeto que ameaça ruturas desde que a fronteira da pobreza emigrou para o Norte do Mediterrâneo; visto ainda o *mal europeu*, que é a falta de firmeza num *conceito estratégico* que implica solidariedade, esta em risco demonstrado pelo renascimento dos demónios que historicamente multiplicaram os conflitos internos. Parece-nos que a Europa perderá voz no mundo se não conservar a unidade, e por isso a defesa desse *regionalismo* é fundamental. Isto não dispensa assumir que é o Ocidente que está em crise, que o Atlântico é um lago ocidental, exigindo que os EUA, sem perder a vocação do Pacífico, tirem lição suficiente de duas guerras mundiais para compreenderem que o Atlântico não é a sua retaguarda, e que a solidariedade ocidental é vital: nisso estamos envolvidos, nas ameaças e nas seguranças, pela posição geográfica que nos dá um *poder funcional* se participarmos no processo decisório, e que nos condena à situação *exógena* de sofrer o consequencialismo das decisões que outros tomem, sem a nossa participação, com experiência suficiente recolhida com o trajeto dos Açores na evolução da circunstância internacional.

Tudo, e o muito que fica para mais informados e sabedores alinharem, faz da *capacidade diplomática*, articulada com um *conceito realista de defesa*, uma prioridade que tão claramente foi entendida pelo Padre Vieira em emergência gravíssima de Portugal, exigindo a reforma interna em primeiro lugar. No Sermão do Terceiro Domingo da Quaresma, pregado no ano de 1655, avisou: “Antigamente estavam os ministros às portas das cidades: agora estão as cidades às portas dos ministros... E o sangue do soldado, as lágrimas do órfão, a pobreza da viúva, a aflição, a confusão, a desesperação de tantos miseráveis?”. A resposta é que ou a sociedade civil salva a solidariedade nacional, e a partir dela impõe a reforma da governação, em função de um conceito estratégico nacional, ou não haverá lágrimas que parem, ao que também se referia o Padre.

É neste ponto que se encontra a pedra fundamental da resposta ao Cisne Negro que colocou em crise a ordem sonhada na Carta da ONU, e foi o globalismo que ainda espera por análises mais ricas do que as já conseguidas, mas que torna visíveis algumas exigências de responsabilidades assumidas e inadiáveis.

Começaremos por indicar algumas das mudanças radicais que a Carta da ONU não previu. Primeiro, que a descolonização daria a todas as áreas culturais do globo uma liberdade de intervenção que nunca tinham possuído; depois, que a hierarquia definida no Conselho de Segurança deixou de corresponder à realidade, servindo de exemplo o facto de a França e a Inglaterra ainda disporem de direito de veto, que deveria pertencer à Europa unida e respeitada; segue-se que o *globalismo* manifesta centros de poder que nenhum tratado legitimou, como acontece com o G20, centros de poder atípicos ou não identificado; que as fronteiras geográficas, antes sagradas, são hoje ultrapassadas pelas *fronteiras dos interesses* e de *segurança*, e também pelas fronteiras da pobreza; que os *valores instrumentais* superaram os *valores fundamentais*, pondo o *preço das coisas* no lugar do *valor das coisas*; que as lideranças ocidentais são pouco dotadas da *voz encantatória* que no passado possuíram; que o valor da *confiança*, que deve existir entre *eleitorado*, *governança*, e *ambiente internacional*, está enfraquecido; que a *fome* é uma ameaça tão grave como as *armas de destruição maciça*; que a maior parte dos *Estados existentes* não tem sequer

capacidade para responder aos desafios da natureza, como tsunamis, tornados, inundações, epidemias, e ao consequencialismo político e social.

Posto isto, quando olhamos para a situação de Portugal, parece-me evidente que o conceito estratégico da Nação, igual na comunidade internacional, exige pelo menos um patamar de defesa e consolidação institucional, que apoie a definição de futuro que tal conceito incorpora.

Quanto ao primeiro patamar parece fundamental defender e consolidar a solidariedade da sociedade portuguesa e não adotar políticas que suscitem as divisões e conflitos entre gerações, entre regiões, entre funções, reparando nas quebras de solidariedade que despontam, dentro dos Estados europeus, como a Espanha, a Inglaterra, a República Checa e a Eslováquia, a Bélgica, e assim por diante; teremos atenção ao facto de que, sem esquecer a evolução do conceito das fronteiras, *terra que não se pisa e mar que não se navega*, tendem para não ser nossos, pelo que é necessário reabilitar o conceito estratégico de reserva alimentar que antes se ensinava na escola primária; para tanto., reformular a política agrícola e definitivamente cuidar de integrar a *plataforma continental* no território nacional, por isso reforçando de seguida a diplomacia económica para evitar repetir a experiência das companhias majestáticas, de que sofremos no antigo ultramar. Quanto ao segundo patamar, admitir que, pela exigência estrutural de apoio externo, a defesa da *Constituição da Europa*, faz parte da defesa do futuro do próprio Ocidente e do lago do Atlântico Norte que lhe pertence e que os EUA devem considerar um elemento fundamental do seu conceito e não como retaguarda; recuperar, deste modo, o lugar igual no *Regionalismo Europeu*, que agora está afetado.

É de primeira evidência que assumir todos estes fatores como essenciais para a definição de um conceito estratégico nacional, sem o qual não tem consistência lógica o conceito estratégico de defesa nacional, tem o desafio de conseguir *recursos financeiros*, e portanto sair da condição de *protetorado*, que teve origem no neo-riquismo que invadiu a prática governativa e contagiou a sociedade civil.

Ora o esmagamento da sociedade civil pela carga dos impostos que ultrapassam a linha da expropriação, e dão sinais de um drama em

curso que faz lembrar que a fome não é um dever constitucional, implica um constrangimento da liberdade do Estado que, sem revisão de tal condicionalismo, durará gerações, e arrastará uma degradação eventual crescente das esperanças de um futuro digno para as gerações que vão receber o legado.

Teremos presente que a crise devida à teologia de mercado, que desencadeou um movimento de ganância internacional sem controlo, esta uma das lamentações de Bento XVI, é uma crise mundial, e do grito do Papa Francisco (esta economia mata), e que para encarar tal situação existe um Conselho Económico e Social da ONU que nunca foi convocado. E todavia, os Relatórios do PNUD, até à data em que a fronteira da pobreza avançou para o norte do Mediterrâneo reconstituindo o Limes romano, insistiram no perdão das dívidas para os países carentes porque os juros pagos somavam um valor superior aos empréstimos recebidos. Não foi feito, pode ser feito, estamos no caminho de reproduzir no Norte do Mediterrâneo a mesma situação, e por isso antes dela não é de ignorar a “reestruturação” da dívida, explicando aos responsáveis que não é o mesmo que perdão.

Os países da União em dificuldades, já hoje constituem um grupo suficientemente e infelizmente numeroso – Grécia, Itália, Espanha, Portugal, Chipre – para exigirem da União o cumprimento dos princípios da solidariedade e de respeito pela dignidade dos povos, para exigirem que o caminho da definição do conceito estratégico da União seja mantido prioritário, e que as medidas de apoio, contenção da ganância, regulação dos encargos financeiros para salvaguarda do crescimento económico sejam prioritariamente assumidos: a crise da unidade europeia não vai beneficiar nenhum membro atual da União em crise, nem manter a voz europeia no mundo. As ilusões do centro rico, que faz ressuscitar o *limes* dos romanos, agora com a forma de fronteira da pobreza, são a maior das ameaças para a totalidade da Europa, e da ameaça no mundo.

Repor a importância das humanidades no ensino da juventude e na memória dos que já assumem as responsabilidades, fará encontrar nas



raízes desse passado um impulso coletivo para suportar a crise nos limites impostos aos poderes de facto, ou não cobertos pela legalidade dos tratados, como o G20, em nome da dignidade humana, para repor a capacidade de reentrar como atores positivos na construção de um novo futuro da casa de todos que é a terra (Papa Francisco), e na de cada um que é a sua comunidade nacional.

A história é mestra da vida, mas apenas prega o exemplo à responsabilidade das gerações que se sucedem. As obrigações assumidas devem ser cumpridas, mas o respeito pelos valores que constituem o património comum da humanidade limitam a legitimidade das obrigações impostas em estado de necessidade. A busca de um *paradigma* comum para todos, que a Carta da ONU imaginou conseguir, e que o incansável Kung procura, terá essa dignidade dos homens e dos povos como elemento estruturante.

Esta é a luta em que Portugal tem de assumir-se, para salvação própria e de todo o Ocidente a que pertence, em cujo património imaterial a maneira portuguesa de estar no mundo ocupa notável espaço, e para que uma nova ordem mundial, e um novo conceito do regionalismo europeu, abram novos espaços ao conceito de que, como Paulo VI pregou na ONU, o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Ao longo dos tempos, Portugal perdeu o primeiro império, que era o da Índia, em Alcácer Quibir, e o Estado estava falido; perdeu o segundo império com a independência do Brasil, e este Estado estava falido; abandonou, com a Europa, a sua parte do Império Euromundista em 1974, e o Estado está falido, atingido pela crise mundial.

Nestas dificuldades nasceu o Sebastianismo, e sempre me pareceu inexplicável colocar a esperança de novo futuro num Rei vencido. Prefiro a inspiração de homens como Bartolomeu Dias, que partiu três vezes para a Índia, e morreu no mar sem lá chegar. O futuro demonstrou que a persistência dos marinheiros que morreram teimando, foi recompensada. São melhor inspiração para a desafiante crise que enfrentamos: a salvação da União Europeia, é o apoio externo de que sempre necessitamos, e a base das janelas de liberdade que nos estão abertas. São elas a

CPLP (comunhão de afetos), organização de que nenhum antigo poder imperial tem equivalente, e o Mar, com a maior plataforma continental do mundo, e de que temos de evitar o esbulho. Pelo saber, e pelo saber fazer, mantida a vontade da sociedade civil, retomaremos a prestação para o património comum da Humanidade, em que sempre estivemos presentes. Mas sem perder a consciência de que o globalismo desafiou o Ocidente, a Europa a que pertencemos, e o Portugal em que decidimos ficar. Porque o desastre, que destruiu a ordem mundial, também continua no horizonte. Retomar o *credo dos valores*, que a Democracia Cristã europeia cultivou, é inadiável.

## BIBLIOGRAFIA

Joël Andriantsimbazovina (et all), *Dictionnaire des Droits de l'Homme*, Puf, Paris, 2008

Jürgen Habermas, *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*, Edições 70, Lisboa, 2012

Jürgen Habermas, *Racionalidade e comunicação*, Edições 70, Lisboa, 1996

Adriano Moreira, *A Europa em Formação*, ISCSP, 4.ª Edição, Lisboa, 2004

Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 7.ª Edição, 2011

Ulrich Beck, *A Europa Alemã*, Edições 70, Lisboa, 2013

William Ospina, *Es tarde para el hombre*, Belacque, Barcelona, 2008

Vandana Shiva, *Manifiesto para una democracia de la tierra*, Paidós, Barcelona, 2006

Diego Gracia Guillén, *La cuestion del valor*, Real Academia de Ciencias Morales y Politicas, Madrid, 2010

Ignácio Ramonet, *Géopolitique du Chaos*, Gallimard, Paris, 1999

Vicente Verdu, *El estilo del mundo, La vida en el capitalismo de ficción*, Anagrama, Barcelona, 2003

Junho de 2015



# O PARTIDO POPULAR

Manuel Monteiro

*À memória do Jorge Ferreira, do Eng.º  
Nuno Abecasis e do Eng.º Rui Nogueira  
Simões, sem os quais muito do que aqui  
se descreve não tinha sido possível*

## Nota preliminar

O texto que agora se publica surge no seguimento do convite que me foi endereçado pelo Dr. Diogo Feio, para participar no livro comemorativo dos 40 anos do CDS. Tem como único objectivo contribuir para o conhecimento da história, neste caso de uma parte da história, do Partido do Centro Democrático Social, fundado em Julho de 1974. É um texto que incide essencialmente sobre o período compreendido entre Março de 1992 e Março de 1998, reflectindo uma época em que no CDS se verificaram profundas mudanças. É ainda um texto que testemunha muitos dos factos políticos protagonizados por um grupo de militantes, cuja maioria tinha iniciado a actividade política no movimento associativo estudantil e na Juventude Centrista. O que nele se expõe traduz as causas de quantos transformaram o CDS em Partido Popular, de quantos se assumiram de direita e não do centro, de quantos

defenderam a Europa das Nações e não a Europa Federal, de quantos queriam o escudo e não o euro, de quantos acreditavam que o realismo das propostas, não podia corromper o idealismo das convicções.

Mas falar dos acontecimentos de uma determinada época, implica também perceber qual o contexto que conduziu à sua existência. A história não começa apenas quando alguns gostariam que tivesse começado, pelo que a compreensão do período que me proponho analisar impõe que faça uma breve retrospectiva. Uma retrospectiva sobre o CDS e uma retrospectiva sobre a Juventude Centrista, cuja importância para a génese do Partido Popular não pode ser esquecida. A metodologia adoptada será assim a seguinte:

- (i) em primeiro lugar, falarei de algumas das fases do CDS que antecederam o seu X Congresso, realizado em Março de 1992, e da Juventude Centrista.
- (ii) em segundo lugar, falarei do Partido Popular.

Uma referência é ainda devida nesta nota preliminar. Inscrevi-me na Juventude Centrista, em 1979, com 16 anos de idade, organização a que já estava ligado como simpatizante, desde os 14 anos, e em nome da qual seria eleito presidente da Associação de Estudantes, do Liceu Passos Manuel. Devo essa ligação ao meu Avô materno, que foi candidato pelo CDS, à presidência da Câmara Municipal de Vieira do Minho, no distrito de Braga, logo nas primeiras eleições autárquicas, em 1976. A influência e o constante apoio que dele recebi foram determinantes quer no percurso que fiz na própria JC, de que viria a ser presidente entre 1986 e finais de 1989, quer na candidatura que apresentei à liderança do CDS, em 1992, e ao qual presidi até Março de 1998.

Saí do CDS em 2002 e participei posteriormente na fundação do Partido da Nova Democracia, de cuja direcção fui presidente durante cerca de cinco anos e meio. Estou hoje totalmente desligado da actividade político-partidária e se pontualmente continuo a intervir tal se deve a um constante interesse na vida da Nação a que me orgulho de pertencer, sem que daí decorra qualquer outra vontade para repetir ou retomar vivências partidárias do passado. Sou, no entanto, o que sempre fui. Um

defensor do humanismo cristão, um soberanista, um conservador, e um homem de direita. Continuo a acreditar que a acção política é um constante exercício em prol de valores, que o poder nunca é um fim em si próprio, e que quem ocupa cargos políticos deve servir a comunidade e não retirar benefícios pessoais ilegítimos. Ideias, no fundo, que marcaram o discurso e a prática quer da Juventude Centrista, quer do Partido Popular, a que me honrei de presidir. Serão pois essas ideias, os seus fundamentos e as iniciativas desenvolvidas para a sua divulgação, a ocupar a maior parte do trabalho a que me propus. Um trabalho, repito, que tem como único objectivo contribuir para o conhecimento da história do CDS e através dela da história política do Portugal democrático.

Resta-me evocar de novo o Dr. Diogo Feio, Vice-Presidente do CDS, agradecendo-lhe o já mencionado convite para me associar ao testemunho que a presente publicação pretende transmitir.

# I

## Antecedentes

### 1. O Partido do Centro Democrático Social (CDS)

De 1974 a 1992, o CDS enfrentou inúmeros desafios, passou por imensas provações, resistiu, viveu e, com mais ou menos sucesso eleitoral, afirmou-se. Outros participantes neste livro abordarão este período, com um detalhe e um conhecimento que em muito ultrapassarão as curtas linhas que ao tema aqui dedico<sup>1</sup>. Todavia duas notas gostaria de deixar sobre esta fase e que traduzem simplesmente quer a minha própria experiência no partido, quer a reflexão que a seu propósito fui fazendo ao longo dos anos. Elas são no meu entender necessárias, para melhor percebermos o que se passou em 1992 e para mais facilmente podermos distinguir, no plano das ideias e do próprio posicionamento político, o CDS do Partido Popular, ou se preferirmos o CDS do CDS-PP.

(i) Primeira nota: o CDS, como todos sabemos, foi o último dos quatros principais partidos a surgir e, segundo o relato de Freitas do Amaral, os incentivos para o seu nascimento terão também saído dos próprios militares vitoriosos no 25 de Abril, ou pelo menos de uma parte deles, da ala mais moderada ou mais próxima de Spínola. Mas não obs-

---

<sup>1</sup> De todos os trabalhos que conhecemos sobre o CDS, não pode deixar de merecer destaque a publicação de Freitas do Amaral, em dois volumes, na qual descreve com particular minúcia os passos dados por este partido entre 1974 e 1982. Cf. Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand/Nomen, 1995, pp. 156-522 e Diogo Freitas do Amaral, *A Transição para a Democracia – Memórias Políticas II (1976-1982)*, Lisboa, Bertrand Editora, 2008.



tante esses incentivos e o facto dos seus fundadores se terem afirmado como centristas e como “...personalistas de inspiração cristã...”<sup>2</sup>, o CDS cedo começou a ser identificado pela esquerda radical, incluindo o PCP, como o partido da direita reaccionária. Situação que ocorreu apesar da “bênção” dada pelos já mencionados militares e apesar dos principais fundadores centristas nunca se assumirem de direita e inclusive a terem recusado<sup>3</sup>. Que motivo poderia então determinar essa conotação? O atraso na formação do partido e a não participação no I Governo Provisório, como de resto é dito por Freitas do Amaral?<sup>4</sup> Seria o CDS um partido de direita, ao contrário do que proclamavam os seus dirigentes? Esconder-se-iam estes atrás de uma postura «centrista», atendendo à época revolucionária vivida?

É para mim óbvio que não e todos os mais relevantes discursos, bem como as mais relevantes atitudes que o partido teve nesses tempos o viriam a demonstrar<sup>5</sup>. Seria aliás estranho admitir que o CDS fosse um perigoso partido da direita ou da direita reaccionária e os senhores do regime, leia-se o Conselho da Revolução, não o tivessem ilegalizado ou suspenso, como aliás o fizeram a outros partidos que entretanto tinham despontado<sup>6</sup>. O que se passou na minha opinião, respeitando quem pensa o contrário, foi que ao “consentir” a presença do CDS, proibindo ao mesmo tempo a existência de partidos de direita, o Conselho da Revolução não só prejudicou o próprio CDS, como condicionou todo o sistema partidário. E este facto representa a grande armadilha do sistema político preparada com evidente benefício para o novo regime. Um regime que nasce à esquerda e que em nome da esquerda se propôs

<sup>2</sup> Cf. *Folha CDS*, nº 24, de 22.1.76.

<sup>3</sup> Sendo disso claro exemplo, de acordo com as palavras de Freitas do Amaral, a rejeição de todo o aparelho local da ANP. Cf. Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução...cit*, p. 185.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 167.

<sup>5</sup> Também neste sentido o interessante ensaio de José Ribeiro e Castro, publicado no “Observador”, a 19/7/2014, com o título “*O nascimento do Partido do Centro*”.

<sup>6</sup> Caso do Partido do Progresso, do Partido Liberal e mais tarde do PDC que em 1975, pelo Decreto-Lei nº 137-E/75, de 17 de Março, do Conselho da Revolução, veria a sua actividade política suspensa.

combater e extinguir a direita, mas que não deixava de temer a força que essa mesma direita poderia ter no povo. Como escreveria na altura António José Saraiva, no jornal “A República”, texto que mais tarde seria republicado pela Bertrand, “...uma grande parte do eleitorado português é da direita. Não só porque viveu durante meio século condicionada por um governo de direita, mas também porque as estruturas sociais e mentais do país são em alto grau tradicionais e conservadoras”<sup>7</sup>.

Contudo, ao impedirem a existência de partidos de Direita os detentores do poder revolucionário limitaram a actuação política daqueles que verdadeiramente queriam ser do Centro, abriram de forma escancarada a porta ao voto útil, e empurraram para dentro dos partidos consentidos muitas pessoas com perfil ideológico distinto. De caminho criaram um sistema partidário atípico em que aqueles que eram do Centro se viram situados à direita e os que eram de Direita ou se exilaram politicamente ou se “asilaram” nos partidos do centro, do centro-esquerda e da esquerda. E se podemos aceitar que esta situação “afectou”, ainda que com reduzida expressão o PS e numa dimensão um pouco maior o PPD<sup>8</sup>, não podemos deixar de referir que ela atingiu em maior escala o CDS. Não pelo número de pessoas de direita que a ele se ligaram, não pelas pessoas mais conotadas com o anterior regime que se aproximaram de modo muito mais significativo do PPD e, nalguns casos, do próprio PS, mas pelas posições que assumiu. Não sendo socialista e tendo a coragem de o dizer, não concordando com a Constituição e tendo cometido o “crime” de contra ela votar, o CDS praticou todas as heresias que a inquisição revolucionária não podia admitir. Aquela que era a atitude normal, num regime normal, de um partido democrático, moderado, centrista, defensor da economia social de mercado e europeísta, seria julgada anormal e reforçava a identificação de uma *demoníaca* gente da direita que constantemente necessitava ser identificada, lembrada, injuriada, para mais facilmente ser perseguida, combatida, e afastada.

---

<sup>7</sup> Cf. SARAIVA, António José, *Filhos de Saturno. Escritos Sobre o Tempo que Passa*, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 46.

<sup>8</sup> PSD a partir de Novembro de 1976, com a sigla PPD/PSD.

Existia porém outro objectivo: quem era de direita tinha forçosamente de silenciar a sua condição ou aderir aos partidos autorizados, para desse modo alcançar o salvo-conduto de intervenção política. E se esse era o objectivo pretendido, esse foi efectivamente o resultado alcançado. Os homens e mulheres de direita, interessados apenas em votar deram preferencialmente os seus votos ao PPD/ PSD, até ao PS, e numa menor percentagem ao CDS<sup>9</sup>; os homens e mulheres de direita empenhados em também intervir dividiram-se praticamente da mesma forma. Mas com uma diferença: enquanto os que aderiram ao PPD/PSD raramente demonstraram preocupações de natureza ideológica, já os que aderiram ao CDS, principalmente depois da morte de Amaro da Costa e da saída de Freitas do Amaral, procuraram incutir no partido nova orientação política.

Os primeiros, os que aderiram ao PPD/PSD, foram indiferentes ao facto das bases programáticas deste partido assumirem a vontade de construir “...uma sociedade socialista em liberdade”<sup>10</sup>; ao facto de defenderem a “...opção do socialismo democrático e humanista no plano ideológico e político...”<sup>11</sup>; ao facto de Sá Carneiro, numa entrevista ao *Jornal do Brasil*, em meados de 1974, ter lembrado que a sua adesão ao pensamento social-democrata era anterior à revolução<sup>12</sup>; ao facto de constantemente ser recordado que o PPD estava “...na linha das so-

---

<sup>9</sup> Existem dois trabalhos de investigação, que fazem uma avaliação muito importante sobre esta matéria. O primeiro, de Jorge Gaspar e Nuno Vitorino, é referente ao que se passou logo nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975; o segundo, de Mário Bacalhau, tem um período de análise mais alargado (de 1973 a 1993). Cf. Jorge Gaspar, Nuno Vitorino, *As Eleições de 25 de Abril. Geografia e Imagem dos Partidos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976 e Mário Bacalhau, *Atitudes, Opiniões, e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, Edição de Mário Bacalhau e Thomas Bruneau, 1994.

<sup>10</sup> Cf. Francisco Sá Carneiro, *Por uma Social-Democracia Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p. 41.

<sup>11</sup> Cf. Programa do PPD/PSD, *A Social Democracia para Portugal (1974)*, Lisboa, Editorial Progresso e Social Democracia, 1990, p. 5.

<sup>12</sup> Tendo então referido: “...já em Dezembro de 1971 (...) eu me defini como de uma linha social-democrata. Por uma democracia próxima da social-democracia alemã...”. Cf. Francisco Sá Carneiro, *Por uma Social-Democracia...*cit, p. 120.

ciais-democracias europeias actuais...”<sup>13</sup>; ao facto ainda de, em Novembro de 1974, terem pedido a adesão à Internacional Socialista, um pedido que Sá Carneiro justificaria nesse ano ao Jornal de Notícias considerando que o desejo de adesão a esta Internacional não provocava qualquer desvio na orientação do seu partido<sup>14</sup>.

Os segundos, os que aderiram ao CDS, em muito motivados pela clara rejeição do socialismo e da sua Constituição, não tiveram da política uma concepção fria e pragmática. Uma concepção indicando que o poder uma vez atingido une o que outrora estava dividido, porque mais importante do que os valores em nome dos quais se age é a simples possibilidade de agir e de partilhar o próprio poder. Para quem não seguia essa concepção, mesmo sendo de direita, encontrava no CDS o espaço ideal para em torno do humanismo cristão afirmar os seus ideais, os seus pontos de vista, e através dele combater contra a possibilidade de instauração de uma ditadura comunista.

Dirão alguns que de um lado, dos primeiros, estava a “direita dos interesses”, menos preocupada com programas e ideias e mais ocupada com a utilidade das suas opções, enquanto do outro, dos segundos, estava a “direita dos valores”, mais empenhada na defesa de princípios e menos atraída pelo benefício imediato das escolhas. Seja qual for a opinião que quanto a esta matéria possamos ter, uma coisa é certa: o combate entre estas duas atitudes foi sempre desigual e quem militou no CDS, durante largo tempo da sua vida, bem o sentiu. Sentiu-o quem estava no partido quando ele nasceu, ou nos anos imediatamente a seguir, e sentiu-o especialmente quem presenciou a torrente de ofertas que sobre os seus quadros recaiu, durante os governos de maioria absoluta

---

<sup>13</sup> Situação evidenciada pelo próprio Sá Carneiro ao dizer que essas sociais-democracias “...a partir do fim dos anos cinquenta abandonaram a linha marxista e a apropriação colectiva dos meios de produção para se reclamarem – como é exemplo frisante o caso do SPD alemão – dos valores da própria ética cristã e do humanismo”. *Idem, ibidem*, p. 91.

<sup>14</sup> De acordo com as suas palavras, “da Internacional Socialista fazem parte partidos socialistas e sociais-democratas. Não há, portanto, razão para que (...) não nos candidatemos à Internacional Socialista, como não vejo razão para que essa candidatura não seja aceite”. *Idem, ibidem*, p. 188.

do PSD, de Cavaco Silva, em particular entre 1987 e 1991. E sentiu-o neste caso, porque aos vitoriosos não bastou a conquista de uma ampla margem do corpo eleitoral dos centristas. O desejo do partido que pela primeira vez ganhava as eleições legislativas com a maioria absoluta dos votos passava ainda por abalar a solidez das convicções de quem militava no CDS. Algo que seria traduzido nas promessas de um promissor futuro político e profissional feitas a muitos dos seus dirigentes, principalmente locais. Promessas que visando agradar aos que podiam sair tinham ainda como grande objectivo não só a conquista das posições autárquicas do CDS, como o enfraquecimento dos que escolhiam ficar.

Mas esse facto, bem como as desfiliações que dele resultaram, não poderá nunca ser confundido com grande parte das cisões que em determinados momentos ocorreram no CDS, provocadas por diferenças de pensamento político. Independentemente dos juízos que possam ser feitos sobre as motivações ou ambições de quem as protagonizou, importará sempre distinguir aqueles que abandonam um partido em busca do poder imediato, de quantos o fazem ou fizeram por exclusivas razões políticas. Estes últimos, no caso do CDS, podiam situar-se mais ao centro ou mais à direita, considerarem-se mais democratas-cristãos ou mais liberais, identificarem-se como mais europeístas, até federalistas, ou como mais soberanistas, mas unia-os a rectidão das intenções e a certeza de que o interesse nacional era a única razão para abraçarem a actividade política. A razão afinal que os tinha levado a aderir ao partido fundado por Freitas do Amaral e Amaro da Costa e que se manteve no momento em que de forma livre e consciente dele entenderam desvincular-se, para individualmente ou em grupo seguirem o caminho que melhor se adequava aos seus ideais e às suas convicções.

(ii) Segunda nota: uma brevíssima abordagem sobre o posicionamento do CDS face à Europa. Esta brevíssima abordagem permitirá, assim o espero, uma mais exacta distinção entre a linha tradicional do partido nesta matéria e aquela que viria a ser adoptada a partir de 1992, ou melhor dizendo entre 1992 e 1998. Ela servirá ainda para evidenciar a clivagem que neste domínio se verificou e que determinaria a desfiliação de Freitas do Amaral.

Logo em 1974, o fundador do CDS defendeu “...a necessidade da integração de Portugal no Mercado Comum, tão cedo quanto possível, com vista à nossa participação de pleno direito na Confederação Europeia prevista para 1980”<sup>15</sup>. Uma participação, como diria algum tempo depois, que tivesse em vista uma integração plena, porque “...a união económica da Europa não bastará nunca: importa sobretudo caminhar, embora gradualmente para a sua união política, que não terá de ser de tipo federal, mas pode e deve revestir natureza confederal”<sup>16</sup>. Ainda que nessa época apenas preconizasse o modelo confederal, posição que mais tarde mudaria quando começou a sustentar a opção federalista, Freitas adoptava as teses das correntes largamente maioritárias das organizações democratas-cristãs europeias, de que ele próprio tinha passado a ser destacado dirigente<sup>17</sup>. Estando em sintonia com os movimentos democratas-cristãos europeus, o primeiro líder do CDS entendia que “ao ingressar na Europa, Portugal deve bater-se pela ideia de fazer progredir a construção da unidade europeia mais depressa a nível da sociedade civil do que a nível do poder”<sup>18</sup>. Tratava-se afinal de assumir que o ideal europeu, mesmo que impulsionado pelos dirigentes políticos, não poderia em circunstância alguma deixar de ser sentido e vivido por todos os cidadãos, demonstrando-se assim uma convicta adesão a uma Europa que representasse mais do que a aliança política dos Estados que a compunham. Esta matéria, que traduziu durante longo tempo no CDS uma clara prioridade para a política nacional<sup>19</sup>, tem também de ser lembrada quando se faz a análise da entrada de Portugal na CEE e dos passos que antecederam essa mesma adesão. E tem de ser lembrada para corrigir ou até contrariar ideias construídas pela exaustiva repetição, segundo as quais o papel proeminente, e até exclusivo, desse

---

<sup>15</sup> Cf. Diogo Freitas do Amaral, «Conferência de imprensa de 24/7/1974, in *Declaração de Princípios*, Lisboa, CDS-Partido do Centro Democrático Social, 1974, p. 14.

<sup>16</sup> Cf. Diogo Freitas do Amaral, *Portugal Anos 80*, Lisboa, Democracia 76, sd., p. 7.

<sup>17</sup> O CDS foi admitido, em finais de 1975, como membro de pleno direito da UEDC – União Europeia das Democracias Cristãs. Freitas do Amaral viria a ser eleito Vice-Presidente e depois Presidente, desta organização (1981-1983).

<sup>18</sup> Cf. Diogo Freitas do Amaral, *Portugal Anos...cit*, p. 7.

<sup>19</sup> Situação evidente quer sob as lideranças de Freitas do Amaral (1974-1982 e de Janeiro de 1988 a Outubro de 1991), quer sob a de Lucas Pires (1983-1985).

passo só coube ao PS e a Mário Soares<sup>20</sup>. Tais ideias, esquecendo as relações europeias do CDS e o seu contributo na ligação entre Portugal e muitos governos da CEE, visando valorizar o contributo de uns pela pura anulação do desempenho de outros, em nada contribuem para uma correcta percepção daquilo que efectivamente aconteceu<sup>21</sup>. Importa, também por isso, uma vez mais sublinhar que o CDS foi, desde a fundação até 1992, um partido claramente empenhado na construção de uma União Europeia com poderes alargados e politicamente reforçados. Não obstante na presidência de Adriano Moreira (1985-1988), o partido ter exaltado a vertente atlântica de Portugal, considerando-a uma via não dispensável nem substituível pela Europa, certo é que quanto a esta questão – e ao contrário do que por vezes se lê – o CDS não se desviou nesse período da sua inicial orientação<sup>22</sup>. Uma orientação que seria, como veremos, alterada a partir do X Congresso e que marcaria também um claro ponto de viragem nas relações europeias, que os centristas tinham com os seus antigos e tradicionais aliados. Um ponto de viragem que igualmente determinou, como anteriormente referi, a ruptura de Freitas do Amaral com o CDS e que o conduziu a desfilhar-se, em finais de 1992, do partido que fundara. Um ponto de viragem ainda, que mais tarde também contribuiria para o rompimento da ligação existente entre o CDS e o PPE. São assuntos que retomarei quando falar do Partido Popular.

---

<sup>20</sup> Esta ideia de quase exclusividade no relacionamento com a Europa foi mesmo apresentada por Mário Soares, para evidenciar que as suas relações com os líderes europeus eram “um trunfo eleitoral decisivo...”, principalmente quando “...os partidos à esquerda do PS faziam campanha contra o “subimperialismo europeu”, e os partidos à direita, como o PPD, praticamente não tinham apoios no plano internacional”. Cf. Maria João Avillez, *Soares – Democracia*, Lisboa, Público, 1996, p. 19.

<sup>21</sup> Creio ser totalmente insuspeito face ao que acabo de escrever, atendendo quer à postura crítica que já na Juventude Centrista tive quanto à forma como a adesão à CEE se processou, quer às posteriores posições por mim sempre tomadas quanto à evolução europeia. Mas uma coisa será não concordarmos com ideias e com políticas, outra bem distinta é ignorarmos propositadamente os acontecimentos, confundindo uma parte da história com a História toda.

<sup>22</sup> O que pode, por exemplo, ser constatado na votação do Acto Único Europeu, e na intervenção de Adriano Moreira que antecedeu essa votação. Cf. *Diário da Assembleia da República*, I Série, nº 53, de 11 de Março de 1987, e em particular pp. 2074-2076.

## 2. A Juventude Centrista (JC)

A Juventude Centrista, organização dos jovens do CDS também fundada em 1974<sup>23</sup>, representou para quem nela se inscreveu uma verdadeira escola de acção política. Uma acção com incidência particular nos Liceus e nas Universidades e que muito contribuiu quer para a própria afirmação e consolidação do CDS, quer para a formação de futuros quadros do partido. Seria todavia a sua luta em defesa da liberdade e a sua recusa de uma sociedade totalitária, que mais mobilizou milhares de jovens, principalmente estudantes, em todo o território nacional. Numa época em que o poder dito das massas quis ameaçar a democracia representativa e substitui-la pela *democracia popular* foi decisiva a persistência e a resistência dos militantes e simpatizantes da JC. Perseguidos, saneados, proibidos em muitas escolas de afirmarem as suas ideias e de propagandarem as suas cores, esses militantes e esses simpatizantes nunca cederam. Demonstrando uma imensa tenacidade e uma coragem a todos os títulos digna de realce, eles disseram sempre presente em nome da liberdade de consciência<sup>24</sup> e da dignificação da Democracia. E quer como pressuposto quer como corolário dessa presença, os jovens centristas assumiam que o exemplo dos seus dirigentes e dos seus militantes, distinguindo-se também “...pelo seu espírito de sacrifício”<sup>25</sup>, devia estar em consonância com o discurso e com os textos difundidos. A prática não podia ser diferente das palavras e nisso se caracterizava de igual modo uma juventude partidária, cuja militância não era feita na esperança de obtenção de um emprego ou de um qualquer lugar na administração pública. Quem em representação da JC escolheu intervir na vida política,

<sup>23</sup> Sobre a Juventude Centrista há um interessante trabalho da autoria de Mota Soares e Lobo d'Ávila, que contém muitos elementos descritivos da vida desta organização, entre 1974 e 2004. Cf. Pedro Mota Soares, Filipe Lobo d'Ávila, *História da Juventude Centrista (1974-2004)*, Lisboa, Hugin, 2004.

<sup>24</sup> Liberdade essa que também implicava, “...o direito de os pais...” ou dos “...jovens maiores de 16 anos, obterem a dispensa das aulas cujo programa ou cujo ensino seja de orientação marxista”. Cf. *Programa da Juventude Centrista – Aprovado no 1º Congresso Nacional da J. C. realizado em Bragança, de 12 a 14 de Março de 1976*, Lisboa, Neogravura Lda., 1976, p. 13.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.



principalmente através do movimento associativo estudantil, fê-lo transportando convicção, entusiasmo, com uma inabalável vontade de impedir o triunfo da chamada ditadura do proletariado e uma firme adesão aos valores democráticos do Ocidente. Se outras fossem as motivações e outros fossem os objectivos, a escolha da Juventude Centrista era uma escolha errada uma vez que os ventos das *prebendas* não sopravam nessa direcção. O que motivava esses jovens era o inconformismo, o desejo de resistir à possibilidade de implantação de um regime comunista, a entrega franca e leal à causa da Liberdade, da democracia pluralista, da justiça, do direito à diferença, da sã harmonia entre as diferentes gerações, da livre iniciativa e da propriedade privada.

Hoje, tantos anos depois e perante tantas opiniões negativas expressas a propósito das organizações políticas de juventude, poderá parecer estranho que se evidenciem estes simples aspectos, mas a sua evocação não poderá nunca deixar de ser feita em nome da verdade. Se outros caminhos entretanto foram seguidos e outras passaram a ser as causas de muitos movimentos políticos de juventude, isso não apaga, não pode apagar, o espírito dos que na JC abraçaram ideais e exclusivamente se mobilizaram em torno de convicções políticas, claramente antagónicas do socialismo. Este é um aspecto que não pode ser negligenciado, quando abordamos o percurso dos que militaram na JC e quando em particular analisamos a sua identidade doutrinária e programática. Mesmo que esses tempos pareçam distantes os factos não se apagam e se outros, ainda que jovens, por crença fugaz, por moda, ou por conveniência, ergueram as bandeiras do socialismo, mais social-democrata<sup>26</sup>, mais maoísta ou mais marxista-leninista, houve quem, desde início, nunca tivesse hesitado na recusa de qualquer modelo socialista. E entre estes assume destaque a JC, que com o seu ânimo, o seu inconformismo, e a sua audácia nunca regateou esforços para promover o pluralismo e enfrentar quantos o queriam combater.

---

<sup>26</sup> A própria JSD, organização política de juventude do PSD, tinha como jornal oficial o “Pelo Socialismo”, que chegou a ser dirigido por quem tem no presente responsabilidades cimeiras no CDS.

Foi a este movimento de jovens, irreverente e determinado, que me associei, com 14 anos, em 1976. Um movimento que no Liceu Passos Manuel era representado pelo José Segarra, o mesmo que me conduziu ao Largo do Caldas para aí fazer a inscrição como simpatizante da JC. Passei assim a integrar o núcleo dos jovens centristas, dirigido pelo já mencionado José Segarra, num Liceu em que o confronto político, muitas vezes transformado em confronto físico, era – à semelhança aliás do que sucedia em tantos outros Liceus – um acontecimento quase diário. Um acontecimento que obrigava muitos dos mais velhos a parecerem mais novos e muitos dos mais novos a agir como se fossem mais velhos. Foram bem distintos esses tempos, marcados pelas correrias dos panfletos distribuídos às escondidas e os autocolantes colados em sítios improváveis para não serem descobertos pelas diligentes “brigadas de defesa dos costumes revolucionários”. Ser da JC era em muitas circunstâncias um risco e nem todos se sentiam à vontade para conversar, para conviver e para debater, com os seus apoiantes, os seus simpatizantes e os seus militantes<sup>27</sup>. Uma situação que visava a tentativa de exclusão política de quantos assumiam ser da Juventude Centrista e a que se somava em vários casos a tentativa da sua exclusão social, com o claro intuito de inibir potenciais aderentes à acção por si desenvolvida<sup>28</sup>. Mas essa acção – no que ao Liceu Passos

---

<sup>27</sup> Importa referir que apesar de uma atitude notoriamente mais branda em relação à JSD, por parte dos representantes da UEC (União dos Estudantes Comunistas) e da UDP (União Democrática Popular), foram muitos os militantes daquela organização que no Liceu Passos Manuel igualmente enfrentaram constrangimento e perseguição. A JSD neste Liceu, de cujos membros recordo o Henrique Freitas (que viria a ser Secretário de Estado da Defesa, no governo de Durão Barroso, e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, no governo de Santana Lopes), foi aliás nos anos imediatamente após o 25 de Abril, uma constante aliada da JC nas listas candidatas à Associação de Estudantes.

<sup>28</sup> Não posso todavia deixar de realçar o exemplo de antigos colegas do Liceu Passos Manuel que, mesmo situando-se em áreas políticas distintas da JC, deram testemunho de total respeito pela diferença de ideias, um testemunho de saudável companheirismo transformado mais tarde, nalguns casos, em leal amizade. E deles recordo, entre outros, o António Costa (actualmente Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Secretário-Geral do PS), o Henrique Ribeiro (JS) e a Hermínia Vilar (creio que ao tempo uma independente de esquerda e hoje Professora da Universidade de Évora).

Manuel respeita<sup>29</sup> – manter-se-ia, culminando no caso em análise com a vitória nas eleições para a Associação de Estudantes de uma lista a que pertenci juntamente com o Paulo Jorge Marques, meu colega de turma no 6º e 7º ano (hoje 10º e 11º) e também mais tarde meu colega na Juventude Centrista, primeiro em Lisboa e depois na própria direcção nacional.

Essa vitória impulsionaria a nossa presença, com maior regularidade, no Largo do Caldas. Aí recebíamos apoio em material de propaganda, que servia de suporte à divulgação da nossa mensagem junto dos demais estudantes e aí nos passamos a relacionar com outros jovens, de outros Liceus e de outras Escolas Industriais e Comerciais, que também buscavam ajuda para a actividade política em que estavam envolvidos. E desse modo conheci o Gonçalo Ribeiro da Costa, em 1977, estudante e representante da JC no Liceu Gil Vicente, que já desempenhava ao nível concelhio e distrital funções de ligação entre a sede e os vários núcleos estudantis no ensino secundário. Ele era o responsável pela Acção Escolar da JC, em Lisboa, e membro de um grupo de quadros e militantes que integrava nomes como o Tiago Melo (ao tempo presidente da Distrital de Lisboa, da JC), o António Tãnger (que viria mais tarde a seguir a carreira diplomática, sendo hoje Embaixador de Portugal, no Cairo), o João Guerra Tavares e o Pedro Pedroso (estes três últimos já a trabalharem sob a direcção de José Ribeiro e Castro<sup>30</sup>, no DOP – Departamento de Opinião Pública do CDS). Através do Gonçalo conheci o Jorge Ferreira, seu colega no Liceu Gil Vicente e igualmente membro da JC, e posteriormente o Luis Bigotte Chorão, o Fernando Paes Afonso e o

---

<sup>29</sup> Facto que foi comum a tantos outros Liceus, de Norte a Sul do país, nos Açores e na Madeira, sendo de destacar o papel que a JC, e também o MCDS (Movimento das Mulheres do CDS), desenvolveram nos difíceis distritos de Setúbal, de Beja, de Évora e de Portalegre. O partido deve a esses jovens e a essas mulheres a sua existência e implantação, em distritos que à época eram claramente dominados pelo PCP e em que as ameaças, as perseguições e os ataques, aos membros do CDS eram uma constante. Sem retirar mérito à coragem dos que nesses tempos ergueram as bandeiras do CDS nas restantes regiões, entendendo que haverá sempre lugar a uma menção especial para quantos no Alentejo e em Setúbal enfrentaram com permanente risco da sua vida, a torrente extremista e totalitária.

<sup>30</sup> José Ribeiro e Castro era desde o início de 1976, vogal do Secretariado da Comissão Política com o pelouro da Opinião Pública e porta-voz do CDS.

Rui Carneiro. Mais tarde, juntos viríamos a conquistar a comissão política distrital de Lisboa, a partir da qual surgiram outros contactos e outras ligações políticas e pessoais, que foram também o testemunho de uma época em que as solidariedades e as amizades eram estabelecidas sem calculismo, nem expectativa de contrapartidas. Estas questões, que poderão por alguns ser consideradas demasiado pessoais num testemunho sobre a história do CDS, servem apenas para ajudar a compreender como se constituíram laços que determinariam a constituição de grupos de pessoas, que posteriormente definiram estratégias políticas e posteriormente agiram em conjunto quer na JC, quer no próprio partido. E servem ainda para demonstrar a importância que o movimento associativo estudantil teve na génese desses grupos, bem como na sua consolidação e afirmação. Com efeito, esse movimento foi a verdadeira porta de entrada de muitos jovens, nos quais me incluo, na acção política. A descoberta das chamadas “jotas” veio através das Escolas, nas quais se desenvolvia um combate de afirmação de ideais e um combate de resistência. E a Juventude Centrista, pela mão de quem na época a dirigia, compreendeu esse movimento, a sua espontaneidade, a entrega dos que nele se envolveram e a dedicação dos que sem regatearem qualquer tipo de esforço ou exigirem qualquer recompensa podiam contribuir para a sua expansão. As Escolas deram a esses jovens a experiência da luta política, o estímulo para a disputa ideológica e a preparação para os desafios eleitorais. À Juventude Centrista cabia robustecer o seu entusiasmo, dando-lhes formação no plano doutrinário e preparando-os para serem os mais aptos, os melhores na divulgação e na argumentação da mensagem apreendida. E é nesse contexto que o IDL – Instituto Democracia e Liberdade<sup>31</sup>, em plena sintonia com os objectivos definidos e assumidos pela JC, promove por todo o território nacional cursos permanentes<sup>32</sup> de Ideias Políticas, de Introdução à

---

<sup>31</sup> Instituto fundado em 1975 e que, em 1981, em homenagem a Amaro da Costa e por proposta de José Ribeiro e Castro, adoptaria a designação de IDL – Instituto Amaro da Costa. Importará sempre referir que Amaro da Costa tinha sido um dos grandes impulsionadores da constituição do IDL, a que presidiria, após Sá Machado, entre 1978 e 1980. Sobre a história e a actividade do IDL cf. <http://www.idl.pt>

<sup>32</sup> Esses cursos decorriam normalmente aos fins-de-semana e neles participavam como oradores-monitores, não só vários dirigentes do próprio partido, como inúmeros Professores e Assistentes universitários.

Ciência Política, de Estudos Eleitorais, de Introdução ao Constitucionalismo, de Relações Internacionais e até de Formação Autárquica<sup>33</sup>. Cursos ainda que tinham a preocupação de transmitir ensinamentos no domínio do funcionamento das Assembleias<sup>34</sup> e da própria Comunicação Política<sup>35</sup>, precisamente para que os militantes da JC estivessem habilitados não só para intervir, como para compreender o modo de agir dos seus adversários. A acção, por muito relevante que fosse, não dispensava a formação e essa era uma característica que a JC tinha empenho em transmitir<sup>36</sup>. Uma formação que implicava a presença de valores que correspondiam a uma clara ideia sobre a Pessoa Humana, a Liberdade, a Família e a Nação. Não existiam dúvidas quanto a estas questões centrais, tão pouco qualquer tipo de desvio quanto à sua tradução, por parte de um movimento político de jovens que tinha no Humanismo Cristão a sua trave mestra e no Conservadorismo uma forma de enfrentar com ambição o futuro, sem que isso implicasse destruir o que de mais positivo tinha o passado.

Mas se no plano dos valores estruturantes não existiam na JC divergências internas, diferentes passaram a ser, a partir de dado momento, as opiniões dos seus membros face às sensibilidades que no partido começaram a surgir. Falava-se então, mais concretamente em finais de 1978

<sup>33</sup> Esta área – a formação autárquica – passaria em 1979 a ser da responsabilidade de um outro Instituto criado em 1979, no âmbito do CDS, o Instituto Fontes Pereira de Melo.

<sup>34</sup> Essas Assembleias, designadas habitualmente de “RGAs” – Reuniões Gerais de Alunos, traduziam-se na maior parte dos casos em encontros tempestuosos e de desfecho quase sempre previamente conhecido. Conhecedores dos ensinamentos e das práticas leninistas, os representantes comunistas e da extrema-esquerda recorriam tradicionalmente a manobras dilatórias, impeditivas do normal funcionamento das reuniões e da possibilidade dos seus opositores apresentarem propostas contrárias. De entre essas manobras era recorrente o uso indiscriminado de “pontos de ordem à mesa” feitos por elementos estrategicamente dispersos pela sala, tendo em vista não só transmitir a ideia de largo apoio às suas invectivas, como provocar a desistência, pelo cansaço, de quem delas discordava.

<sup>35</sup> Incluindo-se nessa Comunicação Política a capacidade de redacção de comunicados, de manifestos, e de programas de candidatura associativa estudantil.

<sup>36</sup> Facto que no meu entender também está directamente relacionado com o perfil das pessoas que ao tempo dirigiam a nível nacional a JC, nomeadamente o seu presidente Alexandre Sousa Machado, constantemente empenhadas na formação de futuros quadros para o CDS e para o país.

e nos inícios de 1979, de uma ala “amarista” (próxima de Amaro da Costa) e de uma ala “pirista” (próxima de Lucas Pires), como forma de evidenciar o posicionamento que o partido deveria adoptar face ao Estado e ao papel que na sociedade ele deveria desempenhar. Às bases da JC, aos militantes e aos simpatizantes, chegavam indicações de que estaria em causa ou a manutenção da vertente democrata-cristã do CDS ou a assumpção de um discurso mais liberal. Na realidade o que se discutia, ainda que isso nem sempre fosse claramente dito e assumido, era a passagem do CDS pelo governo com o PS<sup>37</sup>, passagem essa claramente apoiada por Amaro de Costa e Freitas do Amaral e manifestamente criticada por muitos dos que se sentiam mais próximos do discurso de Lucas Pires. Segundo alguns evidenciava-se a distinção entre uma tendência mais de “centro-esquerda”, perante uma outra mais de “centro-direita”, distinção aliás que objectivamente viria a marcar muitas das futuras disputas internas do partido, principalmente após a demissão de Freitas do Amaral da sua presidência. Certo é, sejam quais forem as análises a estas questões, que a JC não foi alheia daí em diante às referidas sensibilidades e às próprias clivagens que elas provocariam. As correntes que no seu seio passaram a existir reflectiram-no durante largo período e aquela que tinha sido uma organização de jovens exclusivamente focada no combate aos adversários externos, despertava para uma nova realidade. Uma realidade testemunhada pela candidatura de duas listas aos órgãos nacionais da JC, no III Congresso, realizado em Viana do Castelo, em Fevereiro de 1979, que espelhavam as sensibilidades referidas. De um lado, Francisco Cavaleiro Ferreira, que sairia vencedor, cujo lema de candidatura era “Pelo Futuro Contra o Presente” e do outro, João Mattos e Silva. O primeiro identificado com a ala pirista e o segundo com a ala amarista. Eles foram na JC os primeiros grandes protagonistas da diferença de posicionamentos, que se começava a fazer sentir no CDS. Ad-

---

<sup>37</sup> Governo que tinha resultado de um acordo de incidência parlamentar, após a queda do I Governo Constitucional. Esse governo, o segundo na vigência da Constituição de 1976, seria empossado a 23 de Janeiro de 1978 e duraria apenas até Agosto desse mesmo ano. Sobre a presença do CDS neste governo e as condições que conduziram à sua constituição cf. Democracia 76, *O CDS e o 2º Governo Constitucional*, Águeda, Grafilarte, Julho/1978, e em particular pp. 7-107.

mito que esta leitura possa não ser partilhada ou seguida pelos próprios, mas ela traduz a memória que guardo desse tempo e em particular do trabalho desenvolvido pelo Gonçalo Ribeiro da Costa, que activamente procurava mobilizar apoiantes em Lisboa evocando a necessidade de no Congresso<sup>38</sup> da JC sair vencedora a lista de João Mattos e Silva, para dessa forma se reforçar o apoio ao lado amarista<sup>39</sup>. Esta leitura traduz ainda o facto do III Congresso da JC ter dado início a um novo ciclo na vida interna da JC, um ciclo em que às normais disputas (umas eventualmente mais normais do que outras)<sup>40</sup>, para os órgãos concelhios, dis-

<sup>38</sup> Não participei no III Congresso. Eu tinha apenas o estatuto de simpatizante da Juventude Centrista e só dela viria a ser militante alguns meses depois, com a assinatura do recém eleito Secretário-Geral, Manuel Ferreira da Costa.

<sup>39</sup> Não desconheço que as razões determinantes para o apoio ou o voto dentro das organizações políticas, se baseiam muitas vezes em critérios bem simples e bem distantes de tantas e tantas teorizações que sobre a matéria habitualmente se fazem. E nesses critérios avulta sempre o do conhecimento ou proximidade pessoal, que pode ser decisivo para uma escolha ou uma opção. E se isso é ainda assim nos tempos que correm, por maioria de razão o era na época em causa, uma época em que para a maioria dos militantes da JC não eram claras as divisões, as sensibilidades, as teses quanto ao posicionamento futuro do partido. Vai aliás neste sentido a opinião de José Luis Manso Preto, um militante da primeira hora da JC, de Viana do Castelo, que activamente participou no referido III Congresso e com o qual falei sobre o que nele se passou.

<sup>40</sup> Podendo-se talvez incluir neste caso o “Congresso de Tróia”, em Março de 1981, que egeria Luis Queiró para presidente da JC, mas cuja realização ficaria marcada por uma forte contestação. Estava em causa para os contestatários, o facto de várias comissões políticas distritais eleitas (nelas se incluindo a de Lisboa) terem sido destituídas e substituídas por comissões administrativas, para dessa forma se garantir a indicação de delegados da estrita confiança da direcção nacional. Tal facto conduziria não só a lista opositora a Luis Queiró, liderada por Alexandre Sousa Machado e Teresa Almeida Garrett, a abandonar a sala onde iria decorrer o Congresso, como ao não reconhecimento da reunião por parte de um substancial número de distritais e concelhias. Este episódio implicou a posterior intervenção da direcção do partido, e principalmente dos seus órgãos disciplinares, tendo daí resultado a decisão de se convocar um Congresso Extraordinário. Na prática dava-se por não existente o Congresso de Tróia, ainda que se tenha aceitado a permanência interina de Luis Queiró na condução da JC, em representação da direcção eleita em Viana do Castelo, até à eleição dos novos órgãos. Foi, há que o assumir, um período menos feliz na história de uma organização ciosa da sua autonomia, mas que se viu forçada a recorrer à mediação da direcção do partido, para resolver os seus próprios problemas.

triais ou nacionais, se juntavam de forma mais ou menos explícita as simpatias pelas tendências, também mais ou menos explícitas, do CDS. Algo que aliás foi notório no V Congresso do CDS, em 1983, que colocou frente a frente Luis Barbosa e Lucas Pires e no qual a JC, apesar dos seus delegados terem maioritariamente apoiado o primeiro, se dividiu<sup>41</sup>. E algo que de resto mais se evidenciaria no VII Congresso do CDS, em 1986, e que oporia Adriano Moreira a Morais Leitão. Neste caso, cerca de sessenta por cento da delegação dos jovens centristas, comigo incluído<sup>42</sup>, apoiou Adriano Moreira, enquanto os restantes apoiaram Morais Leitão e a lista por si apresentada, na qual constava o nome de Jorge Goes, o anterior Presidente da JC. Este Congresso poderia ter trazido consequências profundamente negativas para a estabilidade interna da Juventude Centrista, uma vez que ao dramatismo em que decorreu, e que claramente contagiou todos os presentes, se juntou uma profunda clivagem no seio da sua recém-eleita direcção. Refira-se a título de exemplo, que enquanto eu, o Fernando Paes Afonso (vice-presidente), os vogais Daniel Campelo, Telmo Correia e Artur Fernandes, apoiámos Adriano Moreira, já o Jorge Ferreira (também vice-presidente), o Gonçalo Ribeiro da Costa (secretário-geral), e os vogais Alberto Laplaine Guimarães, Luis Calapez Garcia e António Moita, apoiaram Morais Leitão. Paes Afonso foi o cabeça de lista à Comissão Política Nacional do CDS, proposta por Adriano Moreira, uma lista que também contava com a presença do dirigente da JC, Luis Bigotte Chorão, enquanto o Jorge Ferreira surgia em primeiro lugar na lista de Morais Leitão, ao Conselho Nacional do partido.

Mas esta divisão da JC nos Congressos do CDS, e em particular naquele que elegeu Adriano Moreira para presidente, permitiu, ao contrário do que muitos suporiam, o seu fortalecimento. E permitiu-o pela simples razão de que a JC compreendeu a importância que poderia ter,

---

<sup>41</sup> A Juventude Centrista era então presidida por Jorge Goes, um apoiante de Luis Barbosa. Eu era membro dessa direcção da JC e fui igualmente um apoiante de Luis Barbosa, como aliás a maioria dos meus colegas.

<sup>42</sup> Eu tinha sido eleito Presidente da JC, em Janeiro de 1986, no V Congresso, realizado no Porto.



dentro de um partido que se apresentava cada vez mais fragilizado pelas clivagens decorrentes dos seus Congressos. Verdade seja dita que essa compreensão foi mais fácil de encontrar, atendendo à circunstância dos seus principais dirigentes terem já um percurso feito em comum e atendendo ainda à crescente implantação, que nos Liceus e nas Universidades a JC vinha registando<sup>43</sup>. A sua força dentro do partido advinha, em primeiro lugar, da sua força no seio da juventude e advinha ainda, em segundo lugar, da ligação pessoal e política que a maioria dos membros da direcção nacional eleita no Congresso do Porto mantinham há já vários anos. Sem retirar mérito à ideia de que o V Congresso da JC se traduziu na “...afirmação de um grupo de jovens que, mais tarde, iria pegar nas rédeas do Partido”<sup>44</sup>, importará também não esquecer que esse grupo, ou pelo menos parte dele, tinha iniciado a sua caminhada logo no início da década de oitenta. E tinha-a iniciado a partir da Comissão Política Distrital de Lisboa, conquistada principalmente com o apoio obtido junto dos dirigentes associativos, que nas respectivas Escolas representavam as ideias e as cores da JC. Esse grupo de jovens que liderava a JC em 1986, e que mais tarde lideraria o CDS em 1992, nasceu nos Liceus e nas Universidades, iniciou a sua aprendizagem política nas RGAs, nas eleições para as Associações de Estudantes, e de lá veio para a Juventude Centrista.

Foi um grupo constituído pela forte acção do Gonçalo Ribeiro da Costa, que a todos juntou e a todos incentivou a fazerem mais adesões e a obterem mais vitórias para as listas estudantis patrocinadas pela JC. O mesmo Gonçalo Ribeiro da Costa, que impulsionou a candidatura de Luis Bigotte Chorão à presidência da distrital de Lisboa e que intensamente apoiou um imenso conjunto de jovens, para que continuassem a desenvolver uma apaixonada actividade política, nas concelhias, na constituição de núcleos liceais e universitários, na captação de mais aderentes, de mais simpatizantes e de mais militantes.

---

<sup>43</sup> Como referem Mota Soares e Lobo d'Ávila, “este foi o período em que a presença da JC no movimento associativo universitário foi mais forte”. Cf. Pedro Mota Soares, Filipe Lobo d'Ávila, *História da...*cit, p. 104.

<sup>44</sup> *Idem, ibidem*, p. 101.

Desses jovens, alguns deles bem mais antigos do que eu próprio na JC e outros que a ela adeririam, destaco em Oeiras, o Luis Correia Leite<sup>45</sup>, a Rita Sasseti, o Tiago Paes Afonso, o António Moita e a Benedita Feo Torres, em Vila Franca de Xira, o Fernando Palha e o Rui Horta Carneiro, na Amadora, o José Paulo Henriques, em Lisboa, o Alberto Laplaine Guimarães, o Francisco Gamboa, o Paulo Jorge Marques, o Telmo Correia, a Maria João Figueiroa Rego, a Elda Rainho, o António Manuel Rodrigues<sup>46</sup> e o Luis Calapez Garcia, em Sintra, para além do Rui Carneiro, o Rui Colaço, o Gonçalo Capitão e o João Pedro Figueira. A todas e a todos, bem como a tantos outros nos demais concelhos, se deve o crescimento da JC no distrito de Lisboa e o fortalecimento de uma distrital, que tendo na implantação o seu grande objectivo, não descurou a reflexão política como o testemunhava o boletim criado e dirigido pelo Luis Bigotte Chorão, chamado “AFIRMAÇÃO – Liberdade ou Socialismo”.

É pois nesta distrital de Lisboa, que podem ser encontrados os alicerces que me conduziram, bem como ao Gonçalo Ribeiro da Costa, ao Jorge Ferreira, ao Fernando Paes Afonso, ao Daniel Campelo, ao Artur Fernandes, ao Alberto Laplaine Guimarães, ao Francisco Gamboa, ao Telmo Correia, ao António Moita, e a vários outros já referenciados, à direcção nacional da Juventude Centrista. A sua conquista abriu novos caminhos e ampliou as condições políticas de quem já em conjunto trabalhava, já em conjunto reflectia e já em conjunto definia estratégias. E será através dessa direcção nacional, principalmente no núcleo constituído pelo Gonçalo Ribeiro da Costa, pelo Jorge Ferreira, pelo Fernando Paes Afonso, pelo Daniel Campelo e por mim, que o futuro “...Grupo do Altis<sup>47</sup> que, em 1992, tomou conta do CDS começa a fomentar as suas bases...”<sup>48</sup>, aumentando o respeito e a simpatia dentro do partido.

<sup>45</sup> Futuro presidente da Comissão Nacional de Disciplina da JC.

<sup>46</sup> Que representava a JC na Faculdade de Letras de Lisboa e que viria a ocupar lugar de destaque na JC, quer como Secretário-Geral, quer como Presidente do Conselho Nacional.

<sup>47</sup> Expressão utilizada pela comunicação social para identificar o grupo de pessoas que se oporia a Freitas do Amaral, no IX Congresso do CDS, em 1990. Esse grupo, como terei oportunidade de explicar, já não reflectia apenas os elementos da JC a que me venho referindo.

<sup>48</sup> Cf. Pedro Mota Soares, Filipe Lobo d’Ávila, *História da...cit*, p. 102.

Uma simpatia e respeito que resultavam, por um lado, da constante presença em todas as acções do CDS – em particular na difícil campanha eleitoral legislativa de 1987, na qual o partido obteria um desanimador resultado – e, por outro, de uma assídua intervenção pública sobre as mais variadas questões da política nacional. Nessas intervenções a direcção da JC, não obstante assumir uma matriz identitária Humanista e Cristã, começa a identificar-se, e a ser identificada, como representante de uma ala claramente conservadora dentro do partido, posição que mais se evidenciaria após a saída de Adriano Moreira da sua presidência.

Todavia, apesar da crescente simpatia e respeito pela JC, e apesar de essa simpatia e de esse respeito se traduzirem em progressivo reconhecimento público, os seus dirigentes começaram a pensar sobre a forma de agirem no CDS, de um modo substancialmente distinto daquele que até aí tinha caracterizado, maioritariamente, a sua afirmação. Já não se tratava apenas de apresentar Moções de Estratégia próprias ou de garantir representação nesta ou naquela lista candidata a uma Comissão Política ou a um Conselho Nacional, mas de influenciar abertamente o rumo do partido. Era total a convicção de que as divisões ocorridas no VII Congresso do CDS, não se deveriam repetir. A JC estava lealmente com a liderança do Prof. Adriano Moreira<sup>49</sup>, no entanto se o Prof. Adriano Moreira viesse a abandonar essa liderança a JC actuaria como um bloco, no apoio ou na crítica à solução futura. E para a possível concretização desse objectivo a JC tinha de ultrapassar o seu quadro de representatividade interna<sup>50</sup>, pelo que algumas opções foram equacionadas. Ou apresentar listas próprias aos órgãos locais do partido, ou apoiar todos os que se identificassem com o nosso pensamento sobre o posicionamento e o discurso que ele deveria ter na sociedade portuguesa.

<sup>49</sup> A lealdade a Adriano Moreira foi ampla e não conheceu limites, inclusive da parte dos dirigentes da JC que tinham apoiado Morais Leitão, como Jorge Ferreira e como Gonçalo Ribeiro da Costa. Uma lealdade manifestada durante todo o período da campanha eleitoral de 1987 e que aliás contrastava com a postura de muitos antigos militantes do CDS, que publicamente vilipendiavam o partido e o seu presidente.

<sup>50</sup> Representatividade que era garantida pela aplicação de um Protocolo de relacionamento entre a JC e o CDS, que garantia uma quota de 10% em todas as assembleias eleitorais do partido, fossem elas de nível concelhio, distrital ou nacional.

Foi assim que de uma tradicional postura em que esperávamos que outros definissem o que fazer, passámos a definir o que queríamos e a solicitar adesão para as nossas propostas, ou a apoiar aqueles que mais próximos delas estivessem. Tínhamos assim de partilhar as nossas ideias, as nossas vontades, as nossas ambições. Impunha-se que o fizéssemos. E que o fizéssemos quer com quem ainda se mantinha na JC e já participava nas estruturas do CDS, quer com quem nela não tendo estado se identificava com o seu espírito. Destacam-se então na partilha deste propósito, na definição de uma linha de rumo e na sua concretização, nomes como Ricardo Vieira<sup>51</sup>, Daniel Campelo<sup>52</sup>, José Luis Seixas<sup>53</sup>, Vasco Tavares<sup>54</sup>, António Zeferino e Fernando Freitas<sup>55</sup>. Começámos então a reunir com regularidade, numa sala do Hotel da Torre, em Lisboa, cedida para o efeito por um dos seus proprietários, o Eng. Rui Nogueira Simões, ao tempo vice-presidente da CIP<sup>56</sup> e um militante do CDS praticamente desde a sua fundação, que antes de muitos acreditou em nós. O trabalho deste grupo, a par de uma acrescida experiência política, contribuiria para a afirmação dos fins em vista e para a circunstância dos jovens do

<sup>51</sup> Que viria pouco tempo depois a ser eleito presidente da Comissão Política Regional da Madeira e cujo papel foi fundamental, primeiro para a afirmação do futuro “Grupo do Altis” no IX Congresso e depois para a sua vitória no X Congresso, do CDS.

<sup>52</sup> Daniel Campelo tinha já um longo historial de militância na JC e de acção no meio académico de Lisboa, em particular no Instituto Superior de Agronomia. Após passar pela direcção nacional da JC, veio posteriormente a desempenhar papel activo no CDS do distrito de Viana do Castelo, mais especificamente no concelho de Ponte de Lima, a cuja Câmara Municipal pertenceu, primeiro como vereador e depois como presidente.

<sup>53</sup> Apoiante indefectível de Adriano Moreira, José Luis Seixas viria a ser eleito presidente do Conselho Nacional da JC e era já nessa época uma prestigiada voz no CDS de Bragança, em representação do qual seria deputado na Assembleia da República.

<sup>54</sup> Mais do que na Juventude Centrista, Vasco Tavares cedo militou no próprio partido, na Póvoa de Varzim, ao qual nunca regateou dedicação e plena entrega. Foi graças ao seu empenho, que neste concelho a Moção de Estratégia apresentada pela JC ao IX Congresso do CDS (1990), obteve o apoio da maioria dos delegados eleitos.

<sup>55</sup> Fernando Freitas e António Zeferino, ambos da JC de Alcobaça, desenvolveram no distrito de Leiria uma acção determinante no apoio e na divulgação das ideias deste grupo.

<sup>56</sup> Nogueira Simões que integraria a primeira Comissão Política do CDS por mim presidida viria também a ser presidente da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa), sucedendo no cargo a Pedro Ferraz da Costa.

CDS terem passado a ser vistos como parte de uma futura solução sobre os destinos do partido. Com efeito, fosse junto dos militantes, fosse junto da comunicação social, crescia a convicção de que a Juventude Centrista já não era apenas o grupo destinado a animar as campanhas eleitorais, porque nela começava a residir uma parte essencial para a definição do futuro do CDS.

E assim chegaríamos a Julho de 1987 e a um resultado eleitoral nas legislativas, que conduziria Adriano Moreira a decidir demitir-se da liderança do partido, não sem antes garantir que Freitas do Amaral a ele regressaria para assumir a presidência. Era uma decisão duplamente difícil de aceitar. Por um lado, porque a esmagadora maioria dos militantes não queriam a saída de Adriano Moreira, por outro lado porque a possibilidade de regresso de Freitas do Amaral não recolhia consenso. Na memória dos militantes estava ainda a sua campanha eleitoral para a Presidência da República, da qual o CDS se tinha sentido muitas vezes excluído<sup>57</sup>, pelo que importava acalmar sensibilidades e apelar a um profundo sentido de responsabilidade. Adriano Moreira queria sair, mas queria de igual modo assegurar que o partido faria a sua substituição de forma serena, sem correr o risco de eventuais cisões. Freitas do Amaral surgia desse modo, no seu entendimento, como a única pessoa indicada para o efeito, devendo pois o partido comunicar ao fundador essa mensagem. Eu próprio chego a propor em declarações à comunicação social, a necessidade de um congresso de reunificação, mas de uma reunificação que incluísse Adriano Moreira e não que o excluísse<sup>58</sup>.

E é perante tal contexto que, depois de uma conversa com o Prof. Adriano Moreira, me desloco à sede da Fundação Século XXI, no

---

<sup>57</sup> Recordo a esse respeito um comício de Freitas do Amaral, no Porto, a que nos deslocámos acompanhando Adriano Moreira. Transportávamos bandeiras da JC e do CDS e fomos convidados a não as exibir. Supostamente pretendia-se que a candidatura não fosse “aprisionada” por nenhum partido, mas curiosamente no recinto estavam várias bandeiras do PSD, sem que ninguém da organização demonstrasse em relação a isso qualquer incómodo.

<sup>58</sup> Solução que entretanto tinha começado a ser defendida, por alguns sectores próximos de Morais Leitão.

Areiro, em Lisboa, para me encontrar com o Prof. Freitas de Amaral e lhe transmitir a concordância da JC com a sua candidatura à presidência do partido. Podia não ser a decisão mais desejada no interior da Juventude Centrista, mas era a única que realisticamente respondia aos problemas que o partido atravessava. Preparámo-nos pois para o VIII Congresso do CDS, que decorreria na Póvoa de Varzim (1988), com o firme compromisso de estarmos sempre empenhados no crescimento do partido, sem que isso todavia anulasse a nossa autonomia. Uma autonomia que se expressaria pela apresentação de uma lista ao Conselho Nacional, em parceria com a FTDC (Federação dos Trabalhadores Democratas Cristão). Convidámos para liderar essa lista, o Luis Nobre Guedes<sup>59</sup>, que eu tinha conhecido pouco tempo depois das eleições de 1987, e ao qual a JC deu o seu apoio para ser eleito delegado ao Congresso, mas esse convite não seria aceite<sup>60</sup> tendo assim essa missão cabido a Ricardo Vieira, prenunciando de algum modo o que mais tarde por si seria protagonizado.

Decorreriam dois anos, até a um novo Congresso, o Congresso do Altis, em Março de 1990, no qual Freitas do Amaral se recandidataria e no qual apresentámos uma Moção alternativa. Durante esse período, o nosso distanciamento quanto à estratégia seguida pela direcção do partido tinha crescido e com ele, apesar de alguns dos companheiros que nos acompanhavam desde 1987 se terem afastado e terem decidido dar o seu apoio a Freitas do Amaral<sup>61</sup>, a base que nos apoiava tinha aumentado. Realizara-se entretanto, no início de 1990, pouco tempo antes do Congresso do CDS, um novo Congresso da JC, o Congresso em que eu, o Jorge Ferreira, o Gonçalo Ribeiro da Costa e o Fernando Paes Afonso, deixámos a sua direcção, passando esta a ser liderada pelo Mar-

---

<sup>59</sup> Luis Nobre Guedes era na época o Presidente do Conselho de Administração da Sociedade detentora do jornal Independente. Tinha-se inscrito recentemente no CDS e fora-me apresentado pelo Nuno Gonçalves, ex-adjunto de Freitas do Amaral, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>60</sup> Nobre Guedes tinha a expectativa de integrar a Comissão Política, de Freitas do Amaral, o que não veio a acontecer.

<sup>61</sup> Como foi o caso de José Luis Seixas, Alberto Laplaine Guimarães e Francisco Gamboa.

tim Borges de Freitas. O IX Congresso do CDS seria assim o primeiro, desde 1983, em que participaríamos sem responsabilidades na Juventude Centrista, ainda que contássemos com o seu firme suporte. Um suporte que era partilhado por muitos militantes e dirigentes do CDS, nos quais se assinalavam nomes como Rui Nogueira Simões, Salvador Corrêa de Sá, Salvador Posser de Andrade, Luis Teixeira e Melo, Carlos Vieira de Castro, Álvaro Maio, António Baptista, Luis Queiró e, a partir do Congresso, de Nuno Abecasis, ele próprio subscritor de uma Moção com o título “Crescimento pela Afirmação”, na qual se defendia a “afirmação do CDS como o partido da direita”. É nesta época, essencialmente nesta época, que Paulo Portas<sup>62</sup> mais se aproxima de nós e que manifesta simpatia pela acção que vínhamos desenvolvendo. Oferece-nos o seu apoio, interessa-se por conhecer o que pensamos e apercebe-se estar perante um grupo de jovens completamente livre, não dependente de compromissos estranhos à paixão política que os movia, com uma grande coesão e um crescente apoio no CDS. E será esse grupo de jovens que enfrenta Freitas do Amaral e a sua estratégia da “equidistância política”, no já mencionado IX Congresso, o mesmo em que o líder fundador exige dois terços de votos na sua moção de estratégia, e nos desafia a indicar um nome para presidir ao partido, caso os seus intentos não fossem atingidos. E esse nome surgiu, tendo Ricardo Vieira afirmado que se candidataria a presidente se Freitas do Amaral não aceitasse liderá-lo pela falta dos referidos dois terços de votos. A candidatura não viria a concretizar-se<sup>63</sup>, apesar de termos apresentado uma lista ao Conselho Nacional que venceria a lista proposta por Freitas do Amaral. Era a primeira vez que, de

---

<sup>62</sup> Eu conhecia vagamente Paulo Portas da Universidade Católica, encontrava-o habitualmente em conversa com o Luis Bigotte Chorão, mas os nossos caminhos políticos nunca se tinham cruzado. Tinha uma exacta noção do seu trabalho como jornalista, sabia que tinha sido da JSD, um grande admirador de Sá Carneiro e de Helena Roseta, membro destacado na candidatura de Freitas do Amaral à Presidência da República, e recordava-me principalmente do seu apoio a Morais Leitão, contra Adriano Moreira.

<sup>63</sup> Com menos cinco votos dos que os requeridos para a obtenção dos dois terços, a Moção de Estratégia de Freitas do Amaral venceria a nossa Moção. Recordo-me de logo após a divulgação dos resultados, Ricardo Vieira e eu próprio o termos saudado. Freitas continuaria como líder, até às legislativas de Outubro de 1991.

forma clara, dizíamos estar disponíveis para assumir responsabilidades máximas, demonstrando que a fase das Moções apresentadas para simples tempo de antena e as listas para eleição de alguns delegados no Conselho Nacional estava ultrapassada. Terá sido seguramente por isso, também por isso, que perante um resultado negativo nas eleições legislativas de 1991, Freitas do Amaral me informa na noite eleitoral, pelo telefone, que iria deixar a presidência do partido<sup>64</sup>, assinalando contudo que o fazia sabendo que o CDS tinha um conjunto de jovens, que poderiam garantir o seu futuro. Um grupo de jovens que já o tinha enfrentado e que era colocado perante a responsabilidade de demonstrar se estaria ou não à altura de novos desafios.

O “Grupo do Altis” tinha agora de tomar uma decisão, reconhecendo que a apresentação de uma candidatura à direcção do CDS não podia deixar de ser feita. O problema residia no entanto na escolha da pessoa que a protagonizaria, sendo para mim claro que essa escolha deveria recair, em primeira instância, no Ricardo Vieira. Não foi esse o seu entendimento e múltiplas razões foram por si apresentadas para o recusar. Enquanto estas diligências ocorriam, Basílio Horta anunciava a sua candidatura e falava-se na possibilidade de António Lobo Xavier também o fazer<sup>65</sup>.

Concentrámos nesse momento os nossos esforços em torno do Eng. Nuno Abecasis, um dirigente que nos merecia respeito, que tinha estado ao nosso lado no IX Congresso, em 1990, e com quem partilhávamos as nossas ideias, os nossos projectos, os nossos pontos de vista sobre o rumo que o partido devia trilhar. Ofereci-me para ser seu secretário-geral e garanti-lhe que sua seria apenas a missão de nos conduzir, de nos liderar. A sua recusa foi persistente, considerando que a candidatura deveria ser minha desde logo por ser essa a natural decorrência de tudo quanto até aí tinha sido feito pelos jovens que vinham da JC. Era uma opinião partilhada pelo restante grupo, não obstante a minha resistência e os argumentos que insistentemente usava para os convencer

---

<sup>64</sup> Eu estava em casa do António Moita, em Oeiras, e aí recebi o telefonema feito pelo Francisco Gamboa, comunicando-me que o Prof. Freitas do Amaral queria falar comigo.

<sup>65</sup> O que se confirmaria efectivamente pouco tempo depois.



em sentido contrário. Eu não tinha concluído a minha licenciatura em Direito<sup>66</sup> e entendia esse facto como um obstáculo de peso, dentro do partido e principalmente fora dele. Não significa isto que não me quisesse candidatar, que não o desejasse, que não o ambicionasse, mas considerava não possuir ainda as condições para o efeito. As circunstâncias ajudaram a vontade e fizeram ultrapassar as dúvidas, tendo desse modo apresentado a minha candidatura à presidência do CDS, com a Moção “Por Um Partido Popular”, em alternativa às candidaturas e Moções de Basílio Horta e de António Lobo Xavier. Acompanhavam-me os companheiros dos primeiros tempos da JC, o Gonçalo Ribeiro da Costa, o Jorge Ferreira, o Fernando Paes Afonso, o Daniel Campelo, e ainda o Ricardo Vieira que, apesar de nunca ter pertencido à JC e de muito jovem ter aderido ao CDS, estava integrado neste grupo, desde 1987, e dele era um dos principais impulsionares e protagonistas. Estava também ao nosso lado o Luis Queiró, que já tinha assumido papel de relevo na estratégia e na intervenção que todos desenvolvemos no IX Congresso, bem como o Luis Nobre Guedes, o José Maria Horta e Costa, o João Luis Mota de Campos e o Rui Marques<sup>67</sup>. E com o apoio inesquecível de Nogueira Simões, Nuno Abecasis, Salvador Corrêa de Sá, Margarida Lima Mayer, Luis Teixeira e Melo, Manuel Pinto Machado, Miguel Félix António, João Pedro Simões Dias, Álvaro Fernandes<sup>68</sup>, Ruy Hofle Moreira<sup>69</sup>, Vitor Sequeira<sup>70</sup>, Vitor Silva<sup>71</sup>, da Juventude Centrista e do seu novo presidente Martim Borges de Freitas, a que se associaria a mensagem aos congressistas do Prof. Adriano Moreira, afirmando que “os avós e os pais poderiam confiar nos netos”, conquistámos a adesão e o voto da maioria dos delegados presentes. E a 22 de Março, de 1992, a JC seria a primeira organização política de juventude a ter um seu antigo presidente, na liderança de um partido – o CDS.

<sup>66</sup> Essa conclusão viria a ocorrer, no dia 2 de Outubro de 1992, na Universidade Católica de Lisboa, já como Presidente do CDS.

<sup>67</sup> Que era presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.

<sup>68</sup> Dirigente do CDS, no distrito de Vila Real.

<sup>69</sup> Conhecido industrial do Norte do país.

<sup>70</sup> Presidente da Concelhia de Aveiro.

<sup>71</sup> Vereador da Câmara Municipal de Aveiro.

## II

### **O Partido Popular (CDS-PP)**

O Partido Popular nasceu politicamente em Março de 1992 e politicamente viveu até Março de 1998. Será essencialmente ao seu ideário, ao seu posicionamento político e às suas propostas, que dedicarei as páginas seguintes. Ao contrário do que aconteceu no ponto anterior, entendi não me alongar sobre os encontros e desencontros de quantos, entre as datas referidas, foram seus protagonistas. A isso reservarei outro espaço e outro tempo, porque mesmo sabendo da importância que a acção e o comportamento das pessoas têm para a história da vida política e partidária, creio não ser este o local para o fazer. O que me parece relevante neste momento é testemunhar o que foi o Partido Popular e quais as mudanças por si promovidas quer em relação ao CDS fundado em 1974, quer em relação aos demais partidos portugueses. Trata-se afinal de recordar o discurso e o caminho político alternativo à direita, que então se apresentou aos portugueses. Nestes termos abordarei as principais mudanças ocorridas após o X Congresso e falarei da relação entre as ideias que motivaram essas mudanças, com os desafios políticos e estratégicos que mais tarde nos foram colocados. Às mudanças, bem como aos caminhos que em seu nome percorremos até às legislativas de 1995, dedicarei o primeiro ponto deste capítulo, aos desafios políticos e aos efeitos deles decorrentes após essas legislativas, reservarei, ainda que de forma mais sucinta, o segundo ponto.

#### **1. As mudanças e as bandeiras após o Congresso do Altis (de 1992 a 1995)**

A Moção de Estratégia vencedora no X Congresso, cujo lema era, como vimos, “Por um PARTIDO POPULAR”, afirmava que o CDS

devia “... ser o partido da direita popular, democrática e moderna”<sup>72</sup>. Um partido que não colocando em causa a matriz ideológica do Humanismo Cristão devia todavia ambicionar representar “...toda a direita democrática, incluindo as correntes liberais e conservadoras”<sup>73</sup>. Para os subscritores da Moção era necessário acabar “...com um equívoco”<sup>74</sup>, pelo que se impunha esclarecer que “o centrismo não é uma ideologia nem sequer um programa: é um método”<sup>75</sup>. Um método sem dúvida relevante, desde logo quando exprime “... tolerância e abertura...”<sup>76</sup>, nomeadamente em relação a contributos da esquerda e da direita, mas ainda assim um método, apenas um método, um processo, que não podia ser confundido com o posicionamento que desejávamos para o partido. Algo aliás que se traduzia na ideia de que “um partido não se define pelo que aceita, define-se pelo que quer”<sup>77</sup>.

Esta era a primeira vez, de forma clara e sem qualquer reserva, que o CDS se afirmava como sendo de direita, dando assim palco à corrente interna que mais reivindicava essa postura, apesar de durante largos anos não ter conseguido obter vencimento para as suas ideias. Rompia-se assim, dezoito anos após o 25 de Abril, o colete-de-forças em que a direita democrática tinha sido colocada, por directo interesse da esquerda e óbvia conveniência do PSD<sup>78</sup>. Ser de direita não podia continuar a ser um estigma e os homens e as mulheres de direita não podiam permanecer

---

<sup>72</sup> Cf. MONTEIRO, Manuel, «Moção de Estratégia Global, Moção H – Por um PARTIDO POPULAR», in *Moções de Estratégia Globais, 10º Congresso, CDS*, Lisboa, 20-21-22 Março de 1992, p. 73.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>74</sup> *Idem, ibidem*, p. 74.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>76</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>77</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>78</sup> Ao PSD, grande beneficiário ao longo dos anos do chamado “voto útil” contra o PS (situação bem evidenciada nas legislativas de 1987), nunca tinha interessado a existência de um partido de direita democrática, precisamente para poder ocupar esse espaço. O equívoco em que esta mesma direita sempre viveu politicamente após o 25 de Abril de 1974, contribuiu decisivamente para impedir o surgimento de alternativas eleitorais, favorecendo dessa forma a manutenção de um quadro de simples alternâncias.

numa espécie de penumbra partidária, apenas para não provocarem a ira dos autointitulados donos do regime. Estávamos perante uma mudança substancial face à forma como o partido sempre se tinha caracterizado e posicionado na sociedade portuguesa. E se isso era evidente em relação ao primeiro período da liderança de Freitas do Amaral (1974-1982), também não deixava de o ser em relação às lideranças de Lucas Pires e de Adriano Moreira. Com o primeiro, o CDS surgia como “...um grande partido nacional do centro guiado por uma filosofia de centrismo nacionalista e liberal”<sup>79</sup>. Este, o nacionalismo liberal, era apresentado como “...uma aposta de centro contra outras de nacionalismo antiliberal à sua direita ou de nacionalismo socialista ou socializante à sua esquerda...”<sup>80</sup>. E com Adriano Moreira, esclarecia-se que “o CDS não tem de ser em Portugal a direita do regime...”<sup>81</sup>. Ficava assim claro, independentemente de uma perspectiva mais liberal ou mais democrata-cristã, que o CDS fundado em Julho de 1974 nunca quis abandonar a sua condição de partido centrista, condição que seria reforçada com o regresso de Freitas do Amaral à liderança do Partido, em Janeiro de 1988. Este último, adoptando como ideia central da sua estratégia e do seu discurso a equidistância política, não só recuperava as teses do centrismo por si definido enquanto ideário político, como deixava claro que o CDS se poderia aliar, como no passado, quer ao PS, quer ao PSD. A identificação do CDS como partido de direita, em 1992, era pois algo de novo na vida de um partido que sempre se tinha querido posicionar exclusivamente ao centro e no centro, como nova era a atitude que os seus dirigentes passariam a adoptar face ao PS e ao PSD. O diálogo com ambos não estava em causa, mas a possibilidade de soluções de governo nacionais ou locais era rejeitada, porque a sua admissão corresponderia a dificultar a afirmação de uma alternativa.

No entanto, se uma nova atitude no espaço partidário português ficava assumida, os promotores da Moção “Por um PARTIDO POPULAR”

---

<sup>79</sup> Cf. *Folha CDS*, Ano 1 – nº 1, de 16-3-83, p. 5.

<sup>80</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>81</sup> Cf. *Manifesto Eleitoral dos Candidatos do CDS às Eleições Legislativas e ao Parlamento Europeu*, de 19/07/87, Lisboa, CDS, 1987.

consideravam que isso não era, por si só, suficiente. Exigia-se dar substância a essa atitude, a esse novo posicionamento, explicando o que significava, em concreto, ser de direita. E é nesse sentido que o documento apresentado aos congressistas esclarecia que o CDS seria nacionalista, democrata, favorável ao referendo, contra uma Europa federal e a favor de uma Comunidade Europeia, em que o processo de decisão por unanimidade fosse a regra e nunca a exceção. O nacionalismo por nós defendido, tal como se podia ler no citado documento, “...não é contra a Europa, é por Portugal”<sup>82</sup>, a firme convicção na democracia pressupunha a não-aceitação de quaisquer “...transferências de soberania política sem um referendo nacional”<sup>83</sup>, e a recusa de uma Europa federal significava a total oposição “...à criação dos Estados Unidos da Europa à custa das soberanias nacionais”<sup>84</sup>. Eram ideias que tinham sido sustentadas quer por Margaret Thatcher<sup>85</sup>, quer por De Gaulle, líderes com quem nos identificávamos na defesa da Nação, na recusa do federalismo, e na sustentação das consultas populares. Na nossa opinião, a direita que o CDS se propunha representar tinha de ser clara quanto a estas questões e tinha ainda de dar voz, e de ser a voz, de um cada vez maior número de portugueses, que manifestavam descontentamento quanto à política comunitária que vinha sendo seguida pelo governo de Cavaco Silva, com o apoio do PS.

E foi em nome destes princípios que o CDS manifestou a sua oposição ao Tratado de Maastricht, considerando que a sua aprovação provocaria rupturas inaceitáveis na capacidade de decisão nacional e poderia trazer consequências de difícil resolução, atendendo às exigências definidas para o cumprimento dos critérios de convergência económica. Ao fazê-lo, não só explicou que “...Portugal faz sentido enquanto conservar o poder de emitir a sua moeda e preservar a suficiente liberdade na defi-

---

<sup>82</sup> Cf. MONTEIRO, Manuel, «Moção de Estratégia Global...cit, p. 74.

<sup>83</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, p. 75.

<sup>85</sup> Dizia Thatcher, que uma Europa federal “...assenta na supressão (...), do conceito de identidade nacional” e que o “...supranacionalismo (...) fornece uma doutrina que justifica a subjugação de nações inteiras”. Cf. THATCHER, Margaret, *A Arte de Bem Governar*, Lisboa, Quetzal, 2002, p. 368 e p. 371, respectivamente.

nição da sua política económica”<sup>86</sup>, como ainda recusou uma possível política externa comum, construída em nome de “...critérios ideológicos e utópicos...”<sup>87</sup>, e aplicada “...a um domínio que por natureza se rege pelo interesse nacional...”<sup>88</sup>. E é ainda neste contexto que afirmou não poder o Parlamento, precisamente por representar a vontade nacional, ver a sua capacidade de dizer sim ou de dizer não a quaisquer directivas externas diminuída ou extinta, porque quando “...o Parlamento português não tiver poder para aceitar ou recusar um acto legislativo das Comunidades, Portugal terá deixado de ser um país soberano”<sup>89</sup>. Com estas posições não estava apenas em causa a distinção do CDS face ao PSD, mas a convicção de que quando o Tratado de Maastricht entrasse em vigor não haveria apenas uma Comunidade Económica, mas uma União a que corresponderiam profundas alterações na capacidade de decisão autónoma do país, quando ao seu presente e quanto ao seu futuro político e económico.

Perante as novas ideias, as novas posições e os novos entendimentos quanto ao rumo que o partido devia seguir, impunham-se novas decisões e novas propostas. A mudança não podia ser apenas no plano formal ou conceptual, exigia-se que fosse traduzida em questões concretas. E a primeira decisão surgiria pouco tempo depois do Congresso e implicou a ruptura do acordo anteriormente estabelecido entre o PS e o CDS, na Câmara Municipal de Lisboa presidida por Jorge Sampaio. O CDS, não obstante ter concorrido em coligação liderada por Marcelo Rebelo de Sousa, com o PSD e o PPM, contra a coligação do PS e do PCP, viria a estabelecer um acordo com o presidente eleito através do qual seriam atribuídos pelouros a alguns dos seus vereadores<sup>90</sup>. Para a nova direcção o CDS não poderia manter esse acordo e os seus representantes na Câmara de Lisboa deveriam passar à condição de vereadores sem pelouro. A situação até aí sustentada podia ser perfeitamente compreensível à luz da estratégia seguida por Freitas do Amaral, mas reve-

---

<sup>86</sup> Cf. MONTEIRO, Manuel, *Tratado de Maastricht*, Lisboa, CDS, 1992, pp. 20-21.

<sup>87</sup> *Idem, ibidem*, p. 25

<sup>88</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>89</sup> *Idem, ibidem*, p. 20.

<sup>90</sup> Nestas eleições o CDS elegeu como vereadores José Ramada Curto, António Ferreira de Lemos, Carlos Pardal e José Luis Seixas.

lava-se totalmente contrária à recente redefinição política adoptada e o partido fê-lo publicamente saber. O efeito foi o esperado e os vereadores do CDS mesmo discordando da decisão, nem por isso deixaram de a respeitar.

Esta não seria a única vez em que a nova estratégia conflituaria com as posições anteriores do partido e em nome das quais tinham sido eleitos representantes do CDS. O exemplo mais evidente disso residia na questão europeia, uma questão central para a nova liderança e que a poderia colocar diante uma situação particularmente difícil com o grupo parlamentar do partido<sup>91</sup>. Se para este, ou pelo menos para a maioria dos seus membros, o voto favorável ao Tratado de Maastricht não oferecia dúvida e estava aliás em consonância com o programa que tinha suportado a sua campanha eleitoral, para a direcção do partido o novo tratado europeu tinha de ser rejeitado. Neste caso porém, mais do que um confronto de posições ideológicas estavam igualmente em causa dois tipos de legitimidade: de um lado, a legitimidade eleitoral dos deputados, decorrente dos cidadãos que tinham votado no CDS e no seu programa eleitoral, do outro, a legitimidade da direcção de um partido, conferida pelo seu órgão máximo – o Congresso. Independentemente de eventuais respostas jurídico-constitucionais ou até estatutárias capazes de dirimir um possível conflito desta natureza, o problema era eminentemente político<sup>92</sup>. A nova direcção do partido sabia-o e

---

<sup>91</sup> Grupo parlamentar resultante das eleições legislativas de 1991 e nas quais o CDS elegeu os seguintes cinco deputados: Adriano Moreira e Freitas do Amaral, que se faria substituir por Narana Coissoró, pelo círculo de Lisboa, Girão Pereira, pelo círculo de Aveiro, Nogueira de Brito, pelo círculo de Braga, e Basílio Horta, que se faria substituir por Manuel Queiró, pelo círculo do Porto.

<sup>92</sup> Foi aliás um problema que pessoalmente conheci e vivi dos dois lados e em dois momentos distintos. Primeiro, na questão em apreço, como presidente do partido e depois, já em 1998, apenas como deputado, quando no Parlamento se votou o Tratado de Amesterdão. E tenho hoje, com a distância e a serenidade necessárias, de reconhecer que se um deputado quiser apenas ser leal à sua convicção, em assuntos politicamente sensíveis e cruciais, e ela contende com a direcção do seu partido, ou dele se desfilia e passa à qualidade de deputado independente ou vota de acordo com essa convicção e abandona o grupo parlamentar. No actual quadro político e partidário, não obstante outras opiniões em contrário, creio ser extraordinariamente difícil outra solução. A nossa democracia parlamentar é, para o bem e para o mal, uma democracia exclusiva de partidos e numa democracia exclusiva de partidos, pouco lugar há para a independência plena daqueles que são eleitos por esses mesmos partidos.

tudo fez para o ultrapassar. Tínhamos a perfeita noção de nos encontramos perante o nosso primeiro grande teste, um teste que colocava frente a frente duas orientações completamente opostas e do qual poderiam resultar fracturas que desejávamos evitar. Se sabíamos não poder recuar em relação a esta matéria acolhendo, por exemplo, a liberdade de voto para os deputados, também não tínhamos intenção de com eles provocar qualquer rompimento. Nós podíamos ser recém-eleitos na direcção, contudo não éramos recém-chegados ao partido e nele nos tínhamos batido, ao longo de muitos anos, pela possibilidade de convivência de diferentes opiniões, de diferentes entendimentos, quanto à forma política de expressar a matriz humanista cristã que a todos unia. Se não tínhamos saído do partido quando ele era federalista e estrategicamente equidistante, tentaríamos evitar que a nossa atitude fomentasse a possível saída de quem agora se sentia distante do nosso pensamento. Uma coisa seria não pertencer aos órgãos, não ser para eles convidado ou até deles ser afastado, diante a ausência de sintonia política e estratégica com a linha maioritária, outra bem distinta seria agir de molde a fomentar afastamentos. Uma coisa seria ainda respeitar possíveis saídas do partido por imperativos de consciência e de fidelidade a princípios que se considerassem violados, outra seria, por actos ou omissões, ter uma postura que incentivasse essas saídas.

E foi neste quadro, para além de várias conversas desenvolvidas por mim com os deputados, que a direcção do partido decidiu reforçar a sua posição política tendo para isso proposto, a 8 de Maio de 1992, um referendo nacional sobre o Tratado de Maastricht. Considerávamos, em sustentação dessa proposta, não ser admissível que os deputados pudessem deliberar o fim do escudo e a consequente adopção do euro, sem uma delegação expressa do povo nesse sentido. A soberania não lhes pertencia, cabendo pois aos portugueses definirem se queriam ou não o desaparecimento da sua moeda e se queriam menos poder para os seus órgãos políticos nacionais. Não se tratava para nós de diminuir, ou de substituir, a democracia representativa, mas apenas de assumir que nenhum Parlamento, salvo se tiver sido eleito com esse mandato de forma explícita e clara, tem a legitimidade para dispor de um poder que lhe não pertence, pela simples razão que não o recebeu do seu único titular – o Povo. Houve quem considerasse



que a nossa proposta de referendo nacional era a prova que faltava para evidenciar o desrespeito que tínhamos pela Assembleia da República e de imediato nos quiseram colar o rótulo de “populistas”, “demagogos”, “radicais” e “antieuropeus”. Indiferentes aos ataques, oriundos na maior parte dos casos do PSD ou de comentadores a ele afectos, mantivemos a linha traçada e prosseguimos. Sabíamos que o sistema dominante não abriria mão da sua recusa ao referendo nacional, apesar do apoio que a consulta popular sugerida tinha recebido do Presidente da República, Mário Soares, mas não nos desviámos e continuámos no nosso rumo. De imediato fomos confrontados com a primeira manifestação de desagrado, vinda do PPE (Partido Popular Europeu), comunicada numa reunião em Lisboa, no dia 8 de Junho de 1992. Essa manifestação veio aliás no seguimento do que já tinha sucedido em Abril, poucos dias após a nossa eleição, quando fomos informados pelo PPE da nossa suspensão de membros pelo não pagamento de quotas. Eleitos, como referi, há menos de trinta dias, a notícia foi para todos uma surpresa e de imediato escrevemos para Bruxelas comunicando a nossa recém-chegada à direcção do partido, o nosso desconhecimento da dívida, e a nossa intenção em pagá-la de forma faseada, pedindo assim que a suspensão fosse levantada. A resposta não tardou e continha dois sentidos: o pagamento faseado seria aceite, mas a suspensão não seria levantada. Percebemos então que algo mais se estaria a passar e que o problema não residia na dívida. Esta era apenas o argumento formal para a direcção do PPE avaliar a evolução do partido que tinha mudado de discurso sobre a Europa e que manifestava reservas e oposição ao Tratado de Maastricht.

Foi assim sem grande surpresa que recebemos a solicitação da já referida reunião, com carácter de urgência, feita por Wilfried Martens, presidente do PPE e ex-primeiro-ministro belga, logo nos primeiros dias de Junho. Acresce que tínhamos entretanto sido informados de conversações que estavam a decorrer entre destacados dirigentes do PSD e o PPE tendo em vista o nosso afastamento, pelo que fomos ao encontro do Sr. Martens conscientes que o problema de fundo não residia apenas nas nossas posições e muito menos na dívida contraída pelas direcções anteriores. Se por um lado se pretendia encostar o CDS à parede, ameaçando-o com uma possível “albanização” ao nível europeu, existia por outro lado a firme in-

tenção de promover a futura entrada do PSD no grupo dos populares europeus, encontrando-se uma solução vantajosa para ambas as partes. Para o PPE, porque passava a ter como membro o partido que liderava o governo em Portugal, para o PSD porque dessa forma alcançava um palco partidário externo, com uma força muito superior à do grupo dos liberais em que estava inserido. A adesão do PSD ao PPE já estava pois por ambas as partes delineada, restando apenas saber como reagiríamos diante o que nos iria ser dito. A estratégia pensada pelos nossos adversários tinha previsto dois possíveis cenários e ambos com resultados favoráveis para as suas pretensões. Se recuássemos no discurso europeu o CDS não só perderia a face internamente, como não evitaria a entrada dos sociais-democratas no PPE e nele ficaria em posição subalternizada, se não recuássemos o PSD surgiria como o único representante do centro-direita no grupo democrata-cristão favorável a Maastricht e ao dito projecto “europeísta”.

E deste modo, conscientes do que se planeava, nos encontramos com o Sr. Martens e com o Sr. Thomas Jansen, secretário-geral do PPE. Fui a esse encontro na companhia do Gonçalo Ribeiro da Costa, secretário-geral do partido, do José Maria Horta e Costa, novo responsável pelas relações internacionais, e do deputado Nogueira de Brito e dele saí, como de resto toda a delegação, com a certeza de que a nossa presença no PPE iria terminar. A conversa tinha decorrido de forma tensa e mais tensa ficou quando Martens nos diz que para estar no PPE, o CDS não podia criticar o Tratado de Maastricht e muito menos querer referendá-lo, adiantando que deveríamos recuar na nossa posição se quiséssemos continuar a honrar a tradição democrata-cristã. Sobre a dívida, que desde Maio tínhamos começado a pagar, nem uma palavra. Mas apesar da tensão não quebrámos o laço e não o fizemos porque prevendo o que se passaria na reunião, decidíramos não facilitar a vida ao PPE e ao PSD. O país, e não apenas os jornais, necessitava saber o que estava em causa e uma decisão precipitada da nossa parte inviabilizaria esse objectivo. A título pessoal disse ao Sr. Martens que não era federalista, que não concordava com Maastricht, e que não obstante estar nessa questão acompanhado pela direcção do CDS, informaria todo o partido do que tinha ocorrido nesse encontro. A decisão final ser-lhe-ia comunicada

posteriormente. Precisávamos ganhar tempo e precisávamos acima de tudo consciencializar todo o partido do que poderia vir a suceder, nomeadamente a expulsão do PPE, se mantivéssemos a nossa orientação.

Quando este encontro terminou logo começámos a preparar a reunião da Comissão Directiva dessa mesma semana, e nela decidimos convocar um Conselho Nacional para a aprovação de um referendo interno, propondo que todos os militantes do partido se pronunciassem sobre o Tratado de Maastricht. Surgiram então vozes proclamando que esse referendo apenas se destinava a pressionar o grupo parlamentar e houve ainda quem dissesse que ele era desnecessário, uma vez que a direcção estava mandatada pelo Congresso para definir o que bem entendesse. Não era essa a nossa opinião. No Congresso do Altis, o Tratado de Maastricht não tinha sido a questão decisiva na opção feita pelos delegados entre os candidatos à liderança, pelo que a realização do referendo não só se justificava como se impunha. Impunha-se face ao que vínhamos dizendo quanto à ausência de mandato dos deputados para votarem Maastricht e justificava-se face aos desafios que teríamos pela frente com a possível expulsão do PPE. Estávamos perante uma decisão política, que podia determinar uma profunda transformação nas relações externas do CDS e implicar significativas alterações na sua composição interna. Nenhum órgão do partido, por muito legitimado que se encontrasse, estava em condições de decidir o que fazer, pela simples razão de que não tinha sido eleito com esse mandato explícito. Prosseguimos desse modo com a vontade de realizar o referendo interno, para assim todos envolver e para assim todos consciencializar do que estava em causa, ao mesmo tempo em que reforçávamos o nosso SIM à Europa, o nosso NÃO a Maastricht e o nosso SIM ao Referendo nacional. E dessa forma não só reafirmámos a nossa posição, como nos diferenciámos dos demais partidos que ou concordavam com o tratado e discordavam da consulta popular, como o PSD e o PS, ou discordavam do tratado mas recusavam o referendo em nome da “estabilidade constitucional”, como o PCP<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> As posições que o PSD, o PS e o PCP tiveram quanto a esta matéria podem ser consultadas na edição do jornal “Expresso”, de 6 de Junho de 1992. O PCP só anos mais tarde alteraria a sua posição de princípio quanto a este tema.

Foi então promovido um amplo debate que culminaria no dia 7 de Novembro de 1992, o dia em que cerca de 90% dos participantes no referendo<sup>94</sup> disseram NÃO a Maastricht, enquanto os restantes votaram a favor das posições de muitos dos dirigentes mais antigos do partido e dos próprios deputados europeus eleitos em 1989<sup>95</sup>. A direcção eleita no X Congresso via a sua posição reforçada e os deputados do CDS, presentes no plenário<sup>96</sup> da Assembleia da República do dia 10 de Dezembro, votaram de acordo com a vontade expressa pelos militantes do partido. O seu voto não foi dado para ir ao encontro do que pensava a Comissão Directiva, a Comissão Política ou o Conselho Nacional, mas para traduzir a ampla soberania dos militantes que não desaparece em questões cruciais e muito menos quando essas questões não foram o objecto central do debate e das votações feitas nos Congressos. O partido tinha agora ainda mais condições para fazer de Maastricht uma das suas principais bandeiras no combate político dos anos seguintes e, em particular, nas eleições europeias que decorreriam em 1994. E fê-lo com êxito, apesar da desfiliação de Freitas do Amaral ocorrida na sequência do resultado do referendo interno e de igual distanciamento de outros militantes e dirigentes.

Nestas circunstâncias chegámos a Janeiro de 1993 e uma nova mudança seria anunciada. Dando continuidade ao processo iniciado no Congresso de Março do ano anterior, a direcção proporia na Póvoa de Varzim, no XI Congresso (extraordinário), a alteração do nome e da sigla do partido, bem como do seu programa. De acordo com essa proposta o Partido do Centro Democrático Social, com a sigla CDS, deveria passar a ser designado por Partido do Centro Democrático Social – Partido

---

<sup>94</sup> Esse referendo interno seria o primeiro da história do CDS e o primeiro a ser realizado nos partidos com representação parlamentar até esse momento. Repetir-se-ia, três anos e meio depois, a propósito da regionalização.

<sup>95</sup> Nas eleições europeias de 18 de Junho de 1989, o CDS tinha elegido três deputados. Lucas Pires, Luis Beiroco e Carvalho Cardoso,

<sup>96</sup> Nesse plenário, a intervenção em defesa das teses do CDS esteve a cargo do deputado Manuel Queiró. Cf. *Diário da Assembleia da República*, I Série, nº 19, de 11 de Dezembro de 1992, pp. 656-658.

Popular, com a sigla CDS-Partido Popular. Não era ainda o desejado por muitos de nós, mas era o que se afigurava possível para evitar eventuais atritos com alguns militantes e dirigentes, vinculados à referência histórica do Centro. A vontade de alguns dos meus colegas indicava que a alteração tinha de ser mais profunda e que o CDS deveria passar a chamar-se Partido Popular, adoptando para sigla as iniciais do novo nome (PP). Na sua opinião era isso que correspondia à afirmação do partido de direita que queríamos ser, à expressão da sua nova identidade programática, e à disposição de irmos ao encontro de um novo eleitorado urbano e suburbano. Manter na nova designação a referência ao centro era para esses meus colegas, nos quais se destacava o Jorge Ferreira, apenas mudar alguma coisa para quase tudo manter na mesma. Entendi não os acompanhar, embora também soubesse que a tradição democrata-cristã sempre tinha sido favorável à ideia dos «partidos populares», de partidos abertos a todas as camadas e classes sociais<sup>97</sup>. Eu considerava todavia que em pouco mais de oito meses já tinham sido provocadas transformações significativas na vida do CDS, pelo que neste ponto a mudança teria de ser mais gradual. Prevaleceu esta ideia, tendo o Congresso optado pela alteração já mencionada. O Partido manteria o seu nome de origem, acrescentando-lhe a expressão “Partido Popular”, expressão que também passaria a constar da respectiva sigla. Mas esta deliberação do Congresso esbarraria, no que à sigla diz respeito, numa decisão negativa do Tribunal Constitucional. A sigla teria de ser constituída pelas letras iniciais de uma expressão e não conter a própria expressão<sup>98</sup>, pelo que feita a necessária emenda a sigla passou a ser CDS-PP<sup>99</sup>.

Seria de imensa actividade política para o CDS-PP, este ano de 1993. Ainda que no plano eleitoral os resultados tenham ficado claramente abaixo do desejado e das expectativas, na verdade foi em 1993 que se preparou o terreno para aquilo que viria a acontecer nas eleições

---

<sup>97</sup> Como pode ser constatado no estudo sobre os partidos democratas-cristãos desenvolvido por Karl Hahn. Cf. HAHN, Karl Josef, *La Democratie Chretienne en Europe*, Rome, Union Mondiale Démocrate Chrétienne, 1979, pp. 24-25.

<sup>98</sup> Cf. Acórdão do Tribunal Constitucional, nº 246/93, de 18 de Março.

<sup>99</sup> Cf. Acórdão do Tribunal Constitucional, nº 282/93, de 30 de Março.

européias de 1994 e nas eleições legislativas de 1995. Não o compreendemos logo, muito menos quando tivemos de enfrentar a contagem dos votos para as Câmaras Municipais, para as Assembleias Municipais e para as Assembleias de Freguesia, mas percebemo-lo depois quando percorremos o país, em eleições de âmbito nacional, e os eleitores sentiram que não éramos desconhecidos. Contribuiu muito para isso a realização de “semanas temáticas”, que entre Março e Julho desse ano desenvolvemos e que foram uma completa inovação na forma tradicional como os partidos comunicavam com os portugueses. O CDS-PP foi ao encontro do país, longe do período normal das campanhas eleitorais e o país reconheceria que estava perante um novo modo de ligação entre os políticos e os cidadãos, entre os problemas e as propostas para a sua resolução. Para essas semanas foram escolhidos três específicos sectores, que não só correspondiam a áreas de grande preocupação do partido, como traduziam negativamente as opções seguidas pelo governo de Cavaco Silva. Reflectiam, principalmente duas dessas áreas, consequências de políticas comunitárias desajustadas e erradas. Foi assim que realizámos a “Semana da Terra”, a “Semana da Pesca” e a “Semana do Património Cultural”. O CDS-PP procurou demonstrar que apesar do discurso sobre a melhoria e o crescimento do país, a sua Lavoura, as suas Pescas, os seus Castelos, as suas Muralhas, estavam simplesmente a definhar ou a desmoronar-se. Fizemos muitos milhares de quilómetros para conhecer os lavradores e os seus problemas e detectámos logo aí uma desertificação progressiva do interior português, quase sempre incentivado pelo dinheiro oferecido para o arranque da vinha e dos pomares, em nome de um futuro que devia apostar quase exclusivamente nos serviços. Percorremos muitas milhas ao lado dos pescadores, que nas suas traineiras desafiavam noite após noite a incerteza do mar, que resistiam ao abate das embarcações promovido pelo governo, e que enfrentavam após uma faina intensa, a dura realidade de vendas de peixe fora da lota a horas ilegais e com preços injustamente concorrenciais. Estivemos no Norte, no Centro e no Sul, nos locais que simbolizavam e testemunhavam a história de Portugal e contribuimos para divulgar o estado de degradação em que se encontrava muito do nosso património colectivo, esquecido pelo arrivismo daqueles que em nome da construção nova desprezavam

o significado da construção antiga, que erradamente classificavam de construção velha. Em todas estas iniciativas marcaram presença vários dos dirigentes do partido, incluindo deputados e autarcas, que nunca se pouparam a nenhum esforço para demonstrarem que se o CDS-PP queria representar os portugueses tinha primeiro de conhecer a sua real situação.

Mas foi também neste ano, mais concretamente em Março, que sou convocado para participar numa reunião em Bruxelas, do Bureau político do PPE, estando na sua agenda a deliberação conducente a expulsar o CDS-PP. Particpei nessa reunião como convidado e nela fui alvo de um autêntico interrogatório não apenas quanto às minhas ideias a propósito da Europa, mas também sobre as minhas convicções democráticas. A mensagem que a Bruxelas tinha chegado dava conta de que o CDS-PP tinha na sua direcção um grupo de jovens extremistas, que nenhuma identidade possuíam com o CDS democrata-cristão, centrista e moderado. Todavia o ponto central da reunião estava na opção quanto ao futuro da União e novamente a conversa do ano anterior, em Lisboa, com Wilfried Martens, é retomada. Igualmente me recordaram que o PPE defendia a futura Federação Europeia e que sendo o CDS-PP contra essa solução, se afigurava impossível a nossa permanência no seu seio. O desfecho foi o anunciado e o CDS-PP seria expulso do PPE por não ser federalista, por ter ousado dizer mal de Maastricht, e por não querer o desaparecimento do escudo sem uma consulta prévia aos portugueses. De pouco importava se os Conservadores britânicos tinham quanto a estas matérias posições idênticas às nossas porque, diziam, eles apenas integravam o grupo parlamentar do PPE e não o próprio partido.

Nada do que estava a ocorrer era estranho para nós, atendendo desde logo ao que já se tinha passado no ano anterior. Houve mesmo quem dentro do CDS-PP equacionasse a hipótese de sairmos por nossa iniciativa, evitando o que diziam ser os potenciais prejuízos políticos de uma expulsão. Não foi essa no entanto a opção maioritária e optamos pela expulsão. Ela teria, como veio a ter, um impacto público muito maior e se consequências negativas pudessem existir, caber-nos-ia a responsabilidade de transformar essa “derrota” numa futura vitória. Enten-

deu-se que a notícia da expulsão permitiria que um tema quase tabu para o PSD e o PS – o federalismo – deixasse de ser clandestino na política nacional. Nós éramos expulsos do PPE porque não aceitávamos o federalismo, o PSD era nele aceite porque com ele concordava. A expulsão permitiria ainda evidenciar a crescente consolidação de um pensamento cada vez mais único ao nível da União, que não hesitava em classificar de radicais e antieuropeus todos os que com ele não concordassem. Ela possibilitaria também ao CDS-PP confrontar os eleitores zelosos da soberania nacional e que votavam no PSD, com o facto de darem apoio a um partido que internamente dizia uma coisa, mas que fora de fronteiras praticava outra. Era uma oportunidade de clarificação política interna, que manifestamente não poderíamos perder.

Depois dessa expulsão vaticinaram a nossa total marginalização no plano europeu e não faltou quem dissesse que estávamos condenados a ser confundidos com a extrema-direita europeia. Propositadamente esqueciam-se que existiam outros políticos, como Philippe Séguin, presidente da Assembleia Nacional da França, do partido de Chirac, que se tinham batido contra o federalismo de Maastricht, e como Albert Reynolds, primeiro-ministro da Irlanda, que tinha sobre o futuro da União Europeia uma posição nada alinhada com a diluição das soberanias nacionais. E com eles nos reunimos e com eles passamos a fazer parte da ADE (Aliança dos Democratas Europeus), mais tarde convertido em grupo da União para a Europa, no qual pontificavam os gaullistas franceses, os conservadores do Fianna Fáil, da República da Irlanda, e a que mais tarde adeririam os italianos da Forza Italia. Esse grupo tinha como presidente um prestigiado senador francês, que tinha trabalhado com o General Charles de Gaulle, o Sr. Christian de la Malene, com quem em Lisboa definimos as condições da nossa adesão e a quem demos a nossa garantia de integrar o seu grupo parlamentar, em Bruxelas, após as europeias de 1994. E desse modo assinamos o protocolo de adesão, no Hotel Europa, em Killarney Kerry, na Irlanda<sup>100</sup>, em Setembro de 1993, na presença de Albert Reynolds, de Christian de la Malene, de Paddy Lalor, vice-presidente da ADE, e, curiosamente, do próprio Leo Tinde-

<sup>100</sup> Cf. Jornal “Expresso”, de 11 de Setembro de 1993.



mans, que tinha sido primeiro-ministro na Bélgica, co-fundador e presidente do PPE.

E assim chegaríamos a Dezembro de 1993 e às eleições autárquicas, nas quais não obteríamos a classificação desejada, apesar do envolvimento de vários dos seus dirigentes nacionais nas próprias candidaturas, como foi o meu caso<sup>101</sup>, em Vieira do Minho, do João Luis Mota de Campos<sup>102</sup>, em Braga, e do Pedro Feist<sup>103</sup>, em Lisboa. O partido já tinha enfrentado, em Outubro de 1992, eleições legislativas regionais e pese embora na Madeira os resultados alcançados terem garantido o mesmo número de deputados eleitos em Outubro de 1988 – dois – já nos Açores a coligação eleitoral que integrámos, a AD-A (Aliança Democrática dos Açores, uma aliança do CDS com dissidentes do PSD), tinha alcançado um resultado inferior ao do CDS quatro anos antes. Apesar da especificidade regional destes actos, nos quais participei ao lado dos nossos candidatos e em especial do Ricardo Vieira, na realidade o resultado dos Açores parecia não ser um bom prenúncio para as autárquicas que se aproximavam. E assim foi. O CDS-PP tinha perdido Câmaras e mandatos face às autárquicas de 1989. No Largo do Caldas o ambiente era de grande tristeza e o grupo de jovens que estava habituado às vitórias e ao sucesso nos Liceus, nas Universidades, e no próprio partido, sentia na primeira pessoa o peso de uma derrota. Houve quem sugerisse a demissão e propusesse a convocação de um Congresso para escolha de nova liderança, no entanto esse não foi o caminho escolhido. Foi determinante nesse momento o espírito animador e de resistência de Nuno Abecasis, que com a sua experiência a todos transmitiu uma mensagem de confiança no futuro. Um novo Congresso seria efectivamente convocado, mas para preparar as eleições europeias que se realizariam daí a seis meses.

E nesse Congresso, ao contrário do que muitos dos nossos adversários esperavam e outros ambicionavam, o partido conseguiu demonstrar que a “soma” do CDS com o PP era possível e que o CDS-PP tinha

---

<sup>101</sup> Fui o número um da lista candidata à Assembleia Municipal.

<sup>102</sup> Candidato à presidência da Câmara Municipal de Braga.

<sup>103</sup> Candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

por objectivo incluir e não excluir. Foi desse modo que os novos órgãos nacionais eleitos nesse Congresso, o XII, realizado em Fevereiro de 1994, passaram a incluir nomes como Adriano Moreira, Morais Leitão, Bayão Horta, António Lobo Xavier, Paulo Lowndes Marques, Manuel Queiró, Cavaleiro Brandão, Galvão Lucas, João Mota de Campos, José António Monjardino, Pedro Feist, João Pereira Neto, Alexandre Lucena e Vale. Nomes que se juntavam a muitos dos já anteriormente mencionados e ainda a outros como João Dotti, Jaime Lacerda, Filipe Nobre Guedes, Vasco D'Orey, Celeste Cardona, Miguel Paes do Amaral, Francisco Fino.

Era a demonstração de um espírito de força que se transmitia ao eleitorado, apesar da votação autárquica e após anos em que a divisão tinha sido marca de monta no partido e os maus resultados eleitorais um testemunho indisfarçável de momentos menos positivos. Este foi ainda o Congresso em que não se registaram distinções entre militantes desta ou daquela hora, porque desde os que nele se encontravam já em 1974 até aos que tinham aderido na véspera, a todos unia a motivação de recuperar o partido e de o conseguir a partir das eleições europeias. Não se mudou o discurso adoptado dois anos antes, nem foi necessário desdizer nenhuma das posições tomadas, e assim partimos ao encontro das europeias, de 12 de Junho de 1994, defendendo “...uma escolha clara entre soberania e federalismo”<sup>104</sup>, uma “...Europa de Estados soberanos”<sup>105</sup>, as “...transferências de soberania só (...) com base no referendo”<sup>106</sup>, o primado dos parlamentos nacionais<sup>107</sup>, a prioridade ao mercado interno<sup>108</sup>, a alteração da política agrícola e da política de pescas<sup>109</sup>, a alteração profunda dos chamados critérios de convergência nominal<sup>110</sup>.

---

<sup>104</sup> Cf. *Manifesto Eleitoral – Eleições para o Parlamento Europeu/12 de Junho de 1994*, Lisboa, CDS-Partido Popular, 1994, p. 1.

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*, p. 3.

<sup>106</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>107</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

<sup>108</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>109</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>110</sup> *Idem, ibidem*.

Tivemos como *slogan* de campanha o “VIVA PORTUGAL”, o mesmo que já figurava como título de um livro em que tornámos pública “Uma Nova Ideia da Europa”, com textos de Adriano Moreira, António Lobo Xavier, António Marques Bessa, Jaime Nogueira Pinto, Jorge Ferreira, Leonardo Ferraz de Carvalho, Manuel Ramirez, Paulo Lowndes Marques, Paulo Portas, Paulo Vallada, Pedro Ferraz da Costa, Pedro França, Rosado Fernandes, Ricardo Leite Pinto, Vasco D’Orey, Virgílio de Carvalho e Vitor Aguiar e Silva. Tínhamos a intenção de evidenciar, que as preocupações que apresentávamos quanto ao rumo do país, e os alertas que fazíamos quanto à forma errada e precipitada como a integração europeia estava a ser feita, eram comuns a muitos milhares de portugueses, incluindo aqueles que não pertenciam ao CDS-PP, nem a ele queriam pertencer, mas que se reviam na plataforma sólida e séria que por nós estava a ser exposta. As ideias que muito tinham contribuído para a nossa eleição no IX Congresso, em 1992, podiam agora ser desenvolvidas e eleitoralmente testadas.

Definida assim “Uma Nova Ideia para a Europa”, faltava-nos agora a lista de candidatos a deputados. Convidámos para a liderar Morais Leitão, pois parecia-nos ser ele quem melhor podia interpretar o momento que o partido vivia e as ideias que o suportavam, mas razões da sua vida profissional impediram esse nosso objectivo. Apresentei-me então como número um da lista que apresentámos ao eleitorado, logo seguido de Rosado Fernandes<sup>111</sup>, de Girão Pereira<sup>112</sup>, de Luis Nobre Guedes e de Rui Manuel Vieira<sup>113</sup>, pai de Ricardo Vieira e uma pessoa de reconhecido prestígio na Madeira. Foi mandatário dessa lista Cavaleiro Brandão e nos três meses e meio que se seguiram defendemos com determinação tudo em que verdadeiramente acreditávamos. E fizemo-lo contra a corrente política dominante, contra uma “elite” que esconjurava e menori-zava, quem ousasse questionar a sua douta sapiência e o absolutismo da sua verdade, contra a “moda” dos que só eram a favor do que estava, porque nos salões de uma certa sociedade, nos corredores do poder e nas

---

<sup>111</sup> Presidente da CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal).

<sup>112</sup> Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, desde 1976.

<sup>113</sup> Ex- presidente da Junta Geral da Madeira.

colunas de alguns “ilustres”, se cantavam hosanas a tudo quanto vinha de Bruxelas. Para o CDS-PP foram momentos de total entrega, de grande entusiasmo, de crença em ideais, de valorização de projectos e propostas para o futuro, de combate decidido ao que sentíamos ser o rumo completamente errado que a União Europeia e Portugal estavam a seguir. Os nossos adversários, tanto quanto os seus dedicados amanuenses, não hesitaram em dizer que queríamos o regresso ao passado e ao isolamento do orgulhosamente sós, tentando desse modo afastarem potenciais novos eleitores já desgastados e desiludidos com a governação. Na sua mente não estava apenas em causa evitar que o CDS-PP elege-se o mesmo número de deputados das eleições europeias de 1989, mas impedir que o resultado obtido pudesse ser galvanizador para as legislativas do ano seguinte. Enganaram-se e na noite do dia 12 de Junho de 1994 constataram que tínhamos invertido a tendência de descida dos anos anteriores elegendo não só três deputados<sup>114</sup>, como recuperando o terceiro lugar na lista dos partidos mais votados. É verdade que tivemos menos votos do que em 1989, não sendo no entanto menos verdade que isso sucedeu com os demais partidos, atendendo ao facto de enquanto nessas eleições a taxa de abstenção se situou nos 48,8%, nas de 1994 registou 64,5%.

Fomos então para Estrasburgo onde tomámos posse, acompanhados pelo Martim Borges de Freitas, que seria meu assessor, e pelo Miguel Félix António, que desempenharia funções de Administrador no nosso grupo político europeu, e quer lá, quer em Bruxelas, procurámos dar voz às ideias e propostas que ao Parlamento Europeu nos tinham conduzido. Verdade seja dita que esse trabalho esteve muito mais a cargo de Rosado Fernandes e de Girão Pereira, uma vez que a preparação das eleições legislativas me concentrava mais em Portugal. Tratava-se de uma situação para a qual tínhamos alertado os eleitores, dizendo-lhes de forma clara que eu só seria deputado europeu pelo período de um ano e que a

---

<sup>114</sup> Rosado Fernandes, Girão Pereira e eu próprio. Juntos integrámos o grupo parlamentar da ADE, que passaria a ter na sua presidência, logo em Julho de 1994, o Sr. Jean-Claude Pasty, e que era membro do RPR (Rassemblement pour la République), partido francês ao tempo liderado por Jacques Chirac.

minha eleição não alterava as nossas prioridades eleitorais nacionais. O trabalho de Rosado Fernandes e de Girão Pereira seria assim reforçado, em Outubro de 1995, primeiro pelo deputado Rui Vieira e depois pela deputada Celeste Cardona.

Com as eleições europeias ficava ultrapassado o primeiro grande teste de âmbito nacional, da direcção eleita no IX Congresso. Dezasseis meses nos separavam das eleições legislativas e muito havia para fazer, nomeadamente no plano interno. Existiam debilidades objectivas em várias distritais e concelhias que importava resolver e apesar da permanente dedicação do secretário-geral, Gonçalo Ribeiro da Costa, a tarefa impunha que mais dirigentes nacionais, incluindo o presidente, a ela se dedicassem. Precisávamos de regressar à estrada não só para apoiar e incentivar aqueles que a nível local e regional já desenvolviam um meritório trabalho, como para encontrar novos nomes, novas pessoas, que pudessem representar o partido nas suas regiões. O resultado das europeias tinha sido positivo, o CDS-PP aumentava nas sondagens, e verificava-se um ambiente político novo que tínhamos introduzido e que não poderíamos deixar de potenciar. Um ambiente que nos impulsionava a dar o passo que não tínhamos dado no XI Congresso (extraordinário), em 1993, e que sentíamos ser chegada a hora de concretizar, avançando com a renovação do próprio nome do partido.

Foi o que fizemos, em Fevereiro de 1995, no XIII Congresso, em Lisboa, no Pavilhão Carlos Lopes, no qual também se aprovou um novo hino, com letra de Rosa Lobato Faria e a interpretação musical da cantora Dina. O Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular passava apenas a adoptar a denominação de PARTIDO POPULAR<sup>115</sup>, mantendo a sigla CDS-PP. Muitos dos dirigentes desejavam igualmente que a sigla fosse somente PP, mas um parecer jurídico entretanto solicitado desaconselhou que avançássemos com essa proposta de alteração. De acordo com

---

<sup>115</sup> Cf. Acórdão do Tribunal Constitucional, nº 131/95, de 15 de Março. (Constatei a este propósito que o actual site oficial do CDS, seguramente por lapso, omite este facto, limitando-se no que à História do partido respeita a indicar que no XI Congresso se aditou a expressão “Parido Popular”, ao originário nome).

esse parecer a supressão do termo “CDS”, poderia juridicamente significar não a simples mudança dos elementos identificativos do partido, mas a constituição de partido novo, pelo que se entendeu errada qualquer possível polémica de natureza jurídica, desde logo pela proximidade das eleições legislativas de 1995. A mudança feita não só traduzia os objectivos iniciais a que nos tínhamos proposto, testemunhados pelo lema da Moção maioritariamente sufragada em 1992, “Por um Partido Popular”, como correspondia também à natural sucessão de acontecimentos políticos e eleitorais que a nova direcção tinha protagonizado. E o Congresso, em que Bayão Horta, Nuno Abecasis, Jorge Ferreira, Lobo Xavier e António Galvão Lucas, seriam eleitos vice-presidentes do partido, e Nuno Fernandes Thomaz, Helena Santo, Ruy Hofle Moreira integraram a Comissão Política Nacional, assim o compreendeu, assim o votou, assim o apoiou.

Nós queríamos para Portugal uma “Vida Nova” e com esse espírito nos preparámos para disputar as eleições. Essa “Vida Nova” implicava não só outras políticas, como uma nova forma de as interpretar. Recuperámos ideias que já vínhamos apresentando desde 1992 e dissemos aos eleitores que tinha chegado o momento de nos darem o seu voto, se queriam efectivamente a mudança. O país sabia o que pensávamos sobre Soberania nacional e sobre a Europa, mas era importante que recordasse que não queríamos um sistema de opacidade política, que protegia o favorecimento de certos grupos e potenciava o compadrio e a corrupção. Não queríamos Portugal à venda e desejávamos a recuperação da ética e da transparência políticas<sup>116</sup>, como condição indispensável para que os portugueses pudessem acreditar e confiar nos seus representantes. E nesse sentido, com a antipatia dos nossos adversários e por vezes a falta de compreensão de alguns dos nossos filiados, dissemos que não poderiam continuar a existir privilégios injustificados para os detentores dos cargos políticos, como reformas ou subsídios especiais que nenhuma outra profissão possuía e de que nenhum outro português beneficiava<sup>117</sup>. Não foi por mero acaso, ou por circunstância de puro eleitoralismo, que um dos nossos cartazes de campanha

---

<sup>116</sup> Cf. Moção de Estratégia “*Vida Nova*”, Lisboa, Partido Popular, 1995, pp. 17-18.

<sup>117</sup> Cf. Partido Popular, *Vamos dar Lugar a Portugal – Programa Eleitoral e de Governo*, Lisboa, 1995, pp. 35-38.

dizia que o voto no PP tinha como consequência a mudança de políticas e de políticos. Seria impensável para quantos verdadeiramente acreditavam nessa mensagem, substituir os detentores do poder para dele usufruir ou beneficiar como o tinham feito aqueles que criticávamos.

Uma outra bandeira reerguida na campanha de 1995 pelo Partido Popular foi a defesa da produção nacional, traduzida pela preferência ao consumo de produtos portugueses. Uma posição que muitos dos nossos concorrentes, nomeadamente no PSD e no PS, se apressaram a classificar de isolacionista, de protecionista, quase de *xenofobia produtiva*, como se fosse crime de lesa-europa valorizar os produtos portugueses e alertar para as negativas consequências económicas que adviriam se deixássemos de os consumir. De igual modo contestámos o despesismo de muitas obras públicas, de que era exemplo a Expo 98, conscientes de que a recuperação de importantes áreas urbanas não exigia o envolvimento de tão avultada quantia de dinheiro e muito menos tolerava derrapagens orçamentais inaceitáveis, como já tinha sucedido no Centro Cultural de Belém, na nova sede da Caixa Geral de Depósitos e em múltiplas vias de comunicação. O rigor na gestão dos dinheiros públicos era uma prioridade, para quem como nós entendia que o exemplo devia sempre ser dado pelos mais altos responsáveis do Estado. E assim partimos ao encontro do voto dos portugueses, propondo-nos defender a Nação e a sua soberania, a convergência real e não a convergência nominal, a cooperação com a Europa e não a submissão a Bruxelas.

Tínhamos causas e ideais, havíamos identificado os problemas e apontado as soluções, faltava-nos indicar os protagonistas que no Parlamento as defendessem. Tínhamos pois de constituir as listas de candidatos, que nos vinte e dois círculos eleitorais se apresentariam aos eleitores. Queríamos um grupo parlamentar em que dominasse a excelência e que conjugasse a juventude com o conhecimento político e a competência profissional. Decidimos nesse sentido, à semelhança do que já havia sucedido nas listas para o Parlamento Europeu, abrir as listas a independentes e convidá-los a partilhar connosco as nossas ambições e as nossas vontades. E em nome dessa vontade e dessa decisão convidámos Maria José Nogueira Pinto, Manuela Moura Guedes e Paulo Portas, para integrarem as listas de candidatos a deputados.

A primeira, a quem tínhamos dirigido um convite para se candidatar em nosso nome à presidência da Câmara de Lisboa, já colaborava connosco, nomeadamente ao nível do Gabinete de Estudos do partido, dando-nos as suas opiniões e conselhos principalmente em questões relacionadas com as políticas públicas na área social. A sua independência, e principalmente a consistência e liberdade com que apresentava sempre as suas ideias e opiniões, eram para nós a garantia de que o futuro grupo parlamentar do partido, e o próprio Parlamento, ficariam reforçados e prestigiados. Acrescia que Maria José Nogueira Pinto era uma mulher que sempre se tinha afirmado de direita, mesmo nas épocas em que as trompetas tocavam hinos de glória aos ventos da moda revolucionária. Identificávamo-nos pois com a sua coragem, admirávamos a sua inteligência e sentíamos que muito poderíamos beneficiar com a sua competência.

O convite a Manuela Moura Guedes traduzia o espírito de juventude, de frontalidade, de profunda mudança, que caracterizava o Partido Popular. A esse espírito correspondia inteiramente o seu perfil. Houve quem dissesse que a sua presença nas nossas listas se devia somente ao seu imenso protagonismo televisivo, atendendo à sua regular presença como jornalista no principal telejornal da RTP1. Não era verdade. Sem dúvida que o facto de ser conhecida dos portugueses nos ajudava na divulgação da mensagem que queríamos transmitir, mas a isso se juntava a determinação que sabíamos ter a favor da renovação da política e dos políticos.

O convite a Paulo Portas correspondia a algo de natural. O seu profundo empenho na derrota do cavaquismo, na afirmação dos princípios que sustentávamos e em particular na defesa das nossas teses soberanistas, bem como o apoio permanente que a título pessoal nos deu a partir de 1992, só podia conduzir a que fôssemos ao encontro da sua vontade. Nós queríamos convidá-lo e ele queria ser convidado. Foi o que fizemos. Acreditávamos convictamente na sua intenção a favor da mudança do sistema político, na sua firmeza no combate à corrupção e aos grupos de interesses que corroíam o Estado, na sua luta pela transparência, na sua condenação aos governantes e deputados que se escondiam



atrás de imunidades políticas, na sua crença nos valores que difundia no jornal “Independente”. E em nome dessa convicção quisemos e aceitámos a sua constante disponibilidade, a mesma que teve para connosco enfrentar as eleições legislativas de 1995.

Integrados os independentes e aprovadas as listas para todos os círculos eleitorais fomos ao encontro da campanha eleitoral, animados pelo mesmo ideal que nos tinha motivado a preparar a candidatura no Congresso do Altis. O Partido Popular, o CDS-PP, iria testar nas eleições, se a onda de simpatia que diariamente recebia tinha ou não tradução concreta no voto dos portugueses.

## **2. Da defesa dos valores ao confronto com a realidade dos bastidores políticos (de 1995 a 1998)**

A campanha eleitoral foi seguramente o período de maior mobilização, que o partido teve desde 1992 e os resultados espelharam isso mesmo, quando na noite do dia 1 de Outubro de 1995 obtivemos 534.470 votos (9,05%) e elegemos 15 deputados. Estes resultados não teriam sido alcançados sem a dedicação plena de muitos militantes e simpatizantes, em particular jovens, na sua maioria da Juventude Centrista, que sem esperarem qualquer contrapartida acorreram às nossas iniciativas, promoveram a distribuição de propaganda, animaram sessões de esclarecimento e incansavelmente divulgaram a mensagem do Partido Popular. Foram pessoas que deram sem pedir, porque não eram candidatas a nada, não as aguardava qualquer lugar de assessoria, nem estavam na fila para uma possível nomeação neste ou naquele cargo público, nesta ou naquela direcção geral ou regional, neste ou naquele conselho de administração. São pessoas habitualmente lembradas quando há necessidade de encher salas ou de preencher comícios e tantas vezes esquecidas quando a sua entrega se torna dispensável, mas a história de um partido não se faria sem elas e a história do Partido Popular ficava incompleta se as não referíssemos. E ainda que seja impossível a todas mencionar, há sempre espaço para testemunharmos o entusiasmo, a coragem e o empenho de mulheres como Gabriela Teixeira de Melo, Celeste Capelo,

Teresa Capela, e de homens como Francisco Peixoto, Carlos Vieira de Castro, Tomé Fernandes, Vitor Ávila, José Barão das Neves, Nuno Morgado, José Cunha da Silva, Jorge Malheiro, António Pedras, Manuel Callejo Pires, Nuno Montenegro. A elas e a eles, e a muitas e muitos outros, se deve acima de tudo a eleição de um grupo parlamentar que integrava Nuno Abecasis, pelo círculo de Setúbal, Luis Nobre Guedes, Maria José Nogueira Pinto, Manuela Moura Guedes, Jorge Ferreira e Luis Queiró, pelo círculo de Lisboa, António Lobo Xavier, Manuel Cavaleiro Brandão<sup>118</sup> e Manuel Silva Carvalho, pelo círculo do Porto, Paulo Portas e Rui Marques, pelo círculo de Aveiro, António Galvão Lucas, pelo círculo de Viseu, Helena Santo, pelo círculo de Santarém, Gonçalo Ribeiro da Costa, pelo círculo de Leiria, e eu próprio, pelo círculo de Braga. O Partido Popular, ao contrário do que alguns previam, aumentava a representação do CDS face aos votos recebidos e aos deputados eleitos, em 1991<sup>119</sup>, pelo que apesar da noite eleitoral das autárquicas de 1993 não estar esquecida, o ambiente vivido nas europeias de 1994 era agora recordado e com motivos de maior satisfação e entusiasmo. Elegêramos deputados em círculos nos quais o CDS já não tinha representação há largos anos, como Setúbal, Santarém, Leira e Viseu. O ambiente nacional que o partido vivia terá por certo para isso concorrido, mas o trabalho desenvolvido pelos cabeças de lista nesses distritos, não poderá deixar de ser enaltecido. Sem eles e sem as equipas que constituíram, o nosso resultado não teria sido o mesmo.

Reunimos poucos dias depois, no Tivoli-Sintra, conscientes de que a partir das eleições uma nova fase, um novo ciclo, se abria na nossa vida pública. Agora estaríamos frente a frente com muitos políticos que tínhamos criticado e passávamos a ter a responsabilidade de no plano parlamentar dar corpo às ideias e às propostas, que desde o X Congresso, ou seja ao longo dos três últimos anos, nos acompanhavam. Exigia-se assim preparar convenientemente o trabalho futuro e ponderar as iniciativas

---

<sup>118</sup> Que suspenderia logo de início o seu mandato, tendo sido substituído por Sílvio Cervan.

<sup>119</sup> Nas eleições legislativas de 1991, o CDS obteve 254. 317 votos (4,4%) e elegeu 5 deputados.

iniciais, sem esquecer que necessitávamos de escolher um líder para o grupo parlamentar. Decidimos então, que a nossa primeira proposta seria a de defender a constituição de uma Comissão eventual para a fiscalização de recursos públicos no projecto EXPO 98<sup>120</sup>, que a segunda incidiria sobre a constituição de uma Comissão eventual destinada a promover o projecto de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa<sup>121</sup> e que a terceira consistiria na apresentação de um projecto de lei para alterar o estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos. Estas iniciativas reflectiam afinal três questões essenciais para o Partido Popular e testemunhavam a nossa intenção de não esquecer tudo quanto disséramos antes e durante a campanha eleitoral. Elas relacionavam-se directamente com o rigor e a transparência na gestão do erário público, com a necessidade de um país como o nosso não esgotar as suas prioridades fundamentais no plano externo na Europa, porque se a União Europeia não tinha sido o princípio, a União Europeia não poderia ser o único fim, e, por último, com o exemplo que queríamos dar no momento em que iríamos ser beneficiários dos direitos que anteriormente contestáramos<sup>122</sup>. Foi também nesta reunião, que se decidiu dar seguimento à vontade anteriormente expressa pelo partido de modificar a Constituição, tendo-se desse modo constituído um alargado grupo de trabalho para a elaboração do nosso projecto<sup>123</sup>. Pretendíamos desencadear o processo de revisão constitucional, mantendo nisso a tradição de que o CDS era pioneiro, em coerência com o facto de ter sido o único partido a votar contra o texto aprovado pela Assembleia Constituinte. Definidas que estavam as primeiras medidas a tomar, faltava escolher o nosso líder parlamentar. A

<sup>120</sup> Proposta que deu entrada a 31/10/1995. Cf. *Diário da Assembleia da República*, II Série, nº 2/VII/1, de 8 de Novembro de 1995, pp. 25-26.

<sup>121</sup> Proposta que deu entrada a 23/11/1995. Cf. *Diário da Assembleia da República*, II Série, nº 5/VII/1, de 23 de Novembro de 1995, p. 53.

<sup>122</sup> O projecto com a alteração do estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos, projecto nº 100/VII, deu entrada a 09/02/1996 e foi publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série A, nº 41/VII/1, de 17 de Fevereiro de 1996, pp. 386-387.

<sup>123</sup> Projecto de revisão constitucional nº 1/VII/ de 26 de Janeiro de 1996, publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série A, nº 21/VII/1 Supl., de 1 de Fevereiro de 1996, pp. 324-(2) – 324-(14).

escolha recaiu no Jorge Ferreira, pelo que a sua eleição viria a ter lugar após a nossa tomada de posse como deputados.

Chegaríamos pois com imenso ânimo à Assembleia da República e aí depressa percebemos que o ambiente em relação a nós, não só era de incontida frieza como de indisfarçável antipatia. O sistema que ousáramos criticar não nos iria facilitar a vida e isso logo ficou demonstrado quando na eleição para a Mesa, contra tudo o que era usual, os nossos candidatos não obtiveram o número de votos para a eleição. As nossas críticas anteriores recebiam agora da maioria dos criticados, ou dos seus herdeiros, uma resposta clara, e em consequência Nuno Abecasis e Helena Santo não seriam eleitos para os cargos de vice-presidente e de secretário da Mesa<sup>124</sup>. Foram aliás os únicos a não o conseguir, ao contrário do que sucedeu com os candidatos de todas as demais bancadas. Alguns viram nisso uma contrariedade, nós, ou pelo menos a esmagadora maioria de nós, encarámos a situação como um episódio comprovativo da nossa diferença, da nossa distinção, perante consensos que tantas vezes se estabelecem em nome do normal funcionamento das instituições e que são no fundo a antecâmara para outro tipo de entendimentos conducentes a que pouco ou nada mude. A desmotivação não nos abrangeu e a certeza de que muito havia a mudar no sistema que queríamos combater mais aumentou.

Mas enquanto nos ambientávamos à nova realidade parlamentar, o país preparava-se para escolher um novo Presidente da República. Ou Cavaco Silva ou Jorge Sampaio, ou o ex-primeiro ministro cujas políticas tínhamos claramente combatido, ou o ex-presidente da Câmara de Lisboa a quem, em 1992, tínhamos retirado o apoio do CDS. Foram umas eleições em que o Partido Popular foi colocado entre a força das convicções, as mesmas convicções que sempre nos tinham norteadado e em nome das quais nos apresentámos aos portugueses, e o puro pragmatismo de uma parte substancial da direita portuguesa que não raras vezes escolhe para rejeitar e rejeita para escolher. As opiniões dos dirigentes e dos militantes dividiam-se entre o apoio a Cavaco Silva e a neutralidade. Na mente destes últimos não era equacionável o voto em Jorge Sampaio, mas isso não

---

<sup>124</sup> Cf. *Diário da Assembleia da República*, I Série, nº 2, de 2 de Novembro de 1995, p. 26.

implicava que esquecêssemos a oposição que tínhamos desenvolvido às políticas nacionais e comunitárias promovidas por Cavaco Silva. Ser neutro, diziam, é assumir uma postura distinta da tradicional e a liberdade de voto uma manifestação de reconhecimento pela maturidade dos eleitores. Em sentido contrário argumentava-se que um partido de direita nunca poderia consentir na eleição de um candidato apoiado pelo Partido Comunista e que a esmagadora maioria dos nossos eleitores não deixariam de assim proceder, independentemente da posição oficial que adoptássemos. Tinha sido assim no passado, sê-lo-ia assim no presente. Eu compreendia os primeiros, porém não deixava de reconhecer razão nos segundos e fiz sentir isso a quem me estava mais próximo. Eu estava interiormente convencido da necessidade de apoiarmos Cavaco Silva, não obstante tudo quanto anteriormente se tinha passado e não obstante saber que o cavaquismo tinha deixado profundas marcas, e nenhuma delas de boa memória, na esmagadora maioria dos dirigentes do partido. Uns, mais antigos, porque se recordavam da tentativa de esvaziamento do CDS logo após as legislativas de 1987, outros, mais recentes, porque politicamente consideravam que a sua governação tinha causado danos no país, cujos efeitos negativos o futuro se encarregaria de demonstrar.

Começaram entretanto a surgir declarações públicas de alguns dirigentes e ex-dirigentes do partido, umas favoráveis e outras contrárias às pretensões do antigo inquilino de S. Bento, quando decidimos convocar uma Comissão Política, aberta aos presidentes das distritais e das principais concelhias, para tomarmos uma decisão. E nessa Comissão Política, uma muito ampla maioria deliberou não expressar apoio a nenhum dos candidatos. O partido tinha decidido, como pouco tempo depois se veio a constatar, em sentido contrário ao pensamento de uma significativa percentagem dos seus eleitores, que indiferente a discursos, a justificações, a razões passadas ou presentes, tinha votado em Cavaco contra Sampaio.

Passadas as presidenciais o partido tinha pela frente a discussão do Orçamento de Estado para 1996, sabendo que o PSD<sup>125</sup> e o PCP<sup>126</sup> iriam

---

<sup>125</sup> Liderado por Fernando Nogueira.

<sup>126</sup> Conduzido por Carlos Carvalhas.

votar contra a proposta do governo socialista liderado por António Guterres, que dispunha apenas de uma maioria relativa no Parlamento. Existia assim uma grande expectativa quanto ao voto dos nossos deputados, num momento em que o espectro da instabilidade política voltava a pairar no país. Uma instabilidade que era recordada atendendo ao facto de nunca um governo de maioria relativa ter cumprido a legislatura, o que tinha em grande medida facilitado anteriormente o discurso de Cavaco quando nas legislativas de 1987, e de algum modo nas legislativas de 1991, apelara à maioria absoluta no seu partido precisamente em nome da estabilidade e da governabilidade, potenciando desse modo o voto útil. Sem pressas, desconhecendo ainda qual o teor concreto das propostas que o Governo apresentaria, começámos a preparar um documento próprio com as linhas fundamentais que na nossa opinião deveriam constar do Orçamento. Foi um trabalho a que se dedicou em particular o Vasco D'Orey, nosso responsável pela área da Economia e das Finanças, e nesse trabalho, como de resto diríamos no debate na Assembleia da República, assumia preocupação primeira a contenção efectiva e moralizadora das despesas públicas e uma redução verdadeira da carga fiscal sobre os cidadãos e as empresas<sup>127</sup>. Acompanhava-nos a ideia de que a deriva despesista em muitas obras públicas, a que nos anos anteriores assistíramos, não poderia continuar, sob pena de causarmos graves constrangimentos ao crescimento da economia e à sustentabilidade das famílias e das empresas portuguesas.

Realizaríamos entretanto o XIV Congresso, a 2 de Março de 1996, em Coimbra, o primeiro após as eleições legislativas, e aí não só procedemos a alterações na estrutura directiva do partido, como reafirmámos a necessidade do debate político se recentrar ideologicamente. A nova Comissão Política Nacional passava agora a ter como vice-presidentes, Nuno Fernandes Thomaz, Manuel Cavaleiro Brandão, Jorge Ferreira, Gonçalo Ribeiro da Costa e Luis Nobre Guedes, como secretária-geral, Helena Santo, destacando-se ainda nos seus novos membros Paulo Portas e Duarte Abecasis. Mas este Congresso, ao contrário do que seria expectável após o êxito das eleições legislativas, ficou marcado por alguma ten-

---

<sup>127</sup> Cf. *Diário da Assembleia da República*, I Série, nº 43, de 5 de Março de 1996, p. 1269.

são. Os efeitos da posição do partido nas eleições presidenciais, bem como os encontros e desencontros internos que essa posição tinha provocado, ainda se faziam sentir.

Regressados ao Parlamento, os deputados do Partido Popular absteram-se na votação do Orçamento de Estado. Tínhamos conseguido que nele fossem introduzidas muitas das nossas propostas no domínio fiscal e apesar do documento final não ser completamente do nosso agrado, certo é que ficavam garantidas melhorias significativas para a vida das famílias, nomeadamente no que respeitava ao número de filhos e aos ascendentes a cargo. Conversámos e negociámos politicamente com o Governo. Nunca o escondemos. Nas várias conversas que mantive com o Primeiro-Ministro ficou sempre clara a nossa intenção em trabalharmos pelo país e em nome do interesse comum. Se no passado, ou até no momento em que as nossas conversas decorriam, outros pensavam ou desejavam agir de outra forma, buscando através da negociação política qualquer tipo de conforto pessoal, isso nunca esteve presente nem do lado de António Guterres, nem do meu, nem daqueles que mandados por ambos trabalharam em conjunto, procurando respostas objectivas para os problemas que existiam. O que então estava em causa era, em primeiro lugar, a melhoria da economia e das condições dos portugueses e das empresas, em segundo lugar a vontade que tínhamos em demonstrar o nosso empenhado sentido de responsabilidade na busca de soluções concretas, em terceiro lugar contribuir para a estabilidade política. O Partido Popular embora não temesse a realização de eleições antecipadas, hipótese sugerida pelo governo se a sua proposta de Orçamento fosse rejeitada, entendia que essa seria uma solução que não traduzia a vontade dos eleitores, pelo que era nossa obrigação tudo fazer para a evitar.

O ano de 1996 ficaria ainda marcado, pela realização de um novo referendo interno, agora sobre a regionalização, as eleições regionais nos Açores e na Madeira, e um Congresso extraordinário, o XV da história do CDS e o quinto após a nossa chegada à direcção do partido. O referendo sobre a regionalização seria essencialmente motivado por duas razões: a proximidade de um debate no Parlamento para análise e votação

de propostas de criação de regiões administrativas no continente, o que veio a ocorrer a 2 de Maio, e a circunstância de existirem distintas opiniões no interior do partido quanto a esta matéria. Uma vez mais, à semelhança do que tinha sucedido com o Tratado de Maastricht, sentimos ser necessário dar voz aos militantes e convidámos todos a participarem na discussão que se iria fazer. Seriam desse modo promovidos debates que, um pouco por todo o país, encheram salas e inclusive suscitaram adesão e interesse de cidadãos alheios à militância no Partido Popular. Foram debates com uma particularidade única até aí, uma vez que neles estiveram presentes, em leal e franco confronto de ideias, membros da própria direcção do partido. Recordo, a título de exemplo, um em que participei no Porto, com o Manuel Cavaleiro Brandão que era, como anteriormente referi, vice-presidente do partido. Ele a favor do SIM às regiões, eu a favor do NÃO. Assumia-se com naturalidade e transparência a diferença, estimulando-a mesmo ao nível da própria direcção, na certeza de que após o debate a decisão tomada não resultava nem da imposição, nem da simulação de discussão, tão pouco do inspirado livre arbítrio dos que muito falam apenas para não terem de ouvir quem de si discorda. O partido dava dessa forma um testemunho de plena democracia e demonstrava que aquilo que propunha para o país era aquilo que fazia na sua própria casa. O NÃO às regiões, que posteriormente foi expresso no Parlamento<sup>128</sup>, correspondia ao voto maioritário dos militantes a nível nacional, um voto apenas contrariado no distrito do Porto, principalmente no concelho do Porto, onde os participantes maioritariamente optaram pelo SIM.

Poucos meses depois o Partido Popular enfrentava a nível regional, eleições na Madeira e nos Açores. Tinham-se passado quatro anos desde a última eleição para as respectivas Assembleias Legislativas Regionais e a expectativa era grande. Na Madeira, Ricardo Vieira ia novamente a votos, nos Açores, o partido tinha um novo presidente, José António Monjardino que, tal como Ricardo Vieira, era membro da Comissão Política Nacional. Na Madeira, contra a animosidade e as pressões desen-

---

<sup>128</sup> Cf. *Diário da Assembleia da República*, I Série, nº 65, de 3 de Maio de 1996, pp. 2109-2111.



cadeadas em relação aos nossos militantes pelo PSD, mantivemos o mesmo número de deputados das eleições anteriores, um resultado seguramente inferior em comparação com o trabalho desenvolvido pelo partido dentro e fora da Assembleia, mas um resultado que espelhava a persistência e a resistência dos seus militantes e dirigentes. Já nos Açores registámos uma significativa subida de votos e de deputados, a que não foi alheia a mensagem e a imagem de José António Monjardino, novo líder do partido na região. As suas inovadoras propostas e a linguagem jovem e motivadora que introduziu no debate político açoriano, foram motivo não só de recuperação de votos anteriormente perdidos, como de captação de novos eleitores. Ao contrário do que nesta região autónoma tinha sucedido quatro anos antes, desta feita existiam todos os motivos para celebrar.

No entanto, nenhum dos factos referenciados, o sucesso do partido na discussão do Orçamento de Estado, o referendo interno sobre a regionalização, e o resultado nas eleições regionais, foram suficientes para debelar o clima de tensão interna que se vivia e que já era do domínio público. Razões várias o vinham provocando, motivos diversos o alimentavam, objectivos certos o conduziam, causas que os diversos intervenientes consideravam legítimas o determinaram. Tinha assim acontecido no passado, voltava a acontecer agora, mas com uma diferença. Enquanto todas as dissensões internas passadas tiveram a sua origem sustentada e fundamentada em questões de natureza programática ou ideológica, as que surgiam nesta época não evidenciavam, ou não aparentavam evidenciar, tal preocupação. Os bastidores falavam mais alto do que os valores e assim entraríamos no XV Congresso, a 14 e 15 de Dezembro de 1996, em Lisboa, com vários deputados que tinham renunciado ao mandato, já com Maria José Nogueira Pinto na liderança do grupo parlamentar, comigo demissionário da presidência do partido<sup>129</sup>, e com umas eleições

---

<sup>129</sup> Como referi no início deste II capítulo entendo não ser este o local para falar nem dos encontros e dos desencontros, que conduziram às já aludidas dissensões e que impulsionaram a renúncia dos deputados Luis Nobre Guedes, Manuela Moura Guedes, Paulo Portas, Manuel Silva Carvalho e António Lobo Xavier, nem das razões que me levaram a pedir a demissão do partido, em finais de 1996. Respeito se outros o entenderem fazer.

autárquicas que se aproximavam a passo largo e que decorreriam no final do ano seguinte.

Nesse Congresso, em que seria adoptada a Moção de Estratégia subscrita pela Juventude Centrista, agora liderada pelo Nuno Correia da Silva, apresentei de novo a minha candidatura à liderança do partido. Para a direcção, na qual Nuno Fernandes Thomaz se manteria como vice-presidente e Helena Santo como secretária-geral, seria eleito um novo vice-presidente, Girão Pereira, a quem caberia a imensa responsabilidade de preparar as eleições para as autarquias locais. Saímos do XV Congresso com a consciência de termos pela frente uma tarefa árdua, não só porque as características das eleições eram em tudo diferentes às anteriores, como pelo facto de serem precisamente aquelas em que o partido mais dificuldades possuía. Neste caso, o Partido Popular não tinha conseguido inverter a tendência de descida do CDS. Estávamos perante uma óbvia fragilidade, mas ainda assim foram milhares os candidatos, de militantes a independentes, que em nosso nome se apresentaram aos eleitores. O ano de 1997 seria naturalmente quase todo ele dedicado à preparação de listas, tendo Girão Pereira, mais do qualquer um de nós, percorrido incessantemente o país com esse objectivo.

Enquanto isso, a nível parlamentar a nossa acção continuava. Os trabalhos de revisão constitucional já tinham começado no ano anterior e a nossa bancada defendia profundas alterações na Constituição, que correspondiam afinal a um entendimento bem distinto daquele que haveria de prevalecer, sobre uma Lei desta natureza. Perdemos, no que não nos surpreendeu, na maioria das votações referentes a questões que considerávamos estruturantes, mas deveu-se muito à nossa persistência a aprovação do referendo, como condição indispensável para a possível regionalização do país<sup>130</sup>. Tivemos ainda em 1997, e no âmbito desta revisão constitucional, a oportunidade de confrontar os nossos adversários com o debate que politicamente tinha de ser feito, quanto à essência de

---

<sup>130</sup> Cf. nesse sentido o debate e as votações ocorridas ainda na Comissão Eventual para a Revisão Constitucional, in *Diário da Assembleia da República*, II Série, nº 13-RC, de 3 de Julho de 1996, e em concreto p. 244 e segs.

uma Constituição que indiferente ao tempo e apenas submissa a alterações mais profundas ditadas do exterior, se mantinha em múltiplos aspectos agrilhoadas à lógica de 1975. Mas as nossas intervenções, reforçadas em muitas circunstâncias pelo saber do Diogo Pacheco de Amorim, caíram quase sempre em saco roto. E pela simples razão de que apesar das aparências e da constante dialéctica comunicacional de confronto, os principais partidos do sistema, o PS e o PSD, não queriam a mudança. O Partido Popular seria aqui vencido, porém nunca por tal se sentiu derrotado, um sentimento que já não poderíamos manter quando na noite do dia 14 de Dezembro desse ano, os eleitores nos deram menos votos e menos mandatos municipais e de freguesia. Repetia-se o que tinha sucedido nas autárquicas de 1993, mas já não se repetiria o que após elas fizemos.

Decidiríamos em consequência convocar um Congresso, para o ano seguinte, para que os militantes escolhessem um outro presidente e uma outra direcção. Foi o que viria a acontecer em Braga, nos dias 21 e 22 de Março, de 1998. O Partido Popular terminava a sua marcha e fazia-o com a mesma convicção nos valores que tinha erguido e em nome dos quais tinha sentido valer a pena lutar por Portugal!

*Manuel Monteiro*

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2015



# REALISMO E CRESCIMENTO

Paulo Portas

Os 40 anos do CDS são uma parte essencial das quatro décadas de democracia em Portugal. Não é apenas o facto de o CDS ser um dos Partidos fundadores do regime que o confirma. É até e sobretudo a circunstância de o CDS, com o carismático voto contra a Constituição de 1976, ter dado uma contribuição inestimável para evitar a captura do sistema de governo pela rigidez ideológica da lei fundamental.

Na verdade, o CDS foi o único dos Partidos do chamado “arco da governabilidade” que votou contra a Constituição na sua versão inicial. Mas o CDS foi, também, um Partido decisivo na formação das maiorias parlamentares, nomeadamente na articulação de soluções de Governo no centro-direita. As sucessivas revisões constitucionais deram objectivamente razão à lucidez – e à coragem – do CDS, naquele histórico e

solitário voto por um país efetivamente livre, o que incluía naturalmente a liberdade de não ser um país socialista. O CDS foi sempre uma relevante fonte de pressão para que Portugal se aproximasse, constitucional e institucionalmente, de um modelo de democracia ocidentaleuropeia, conferindo ao soberano e apenas ao soberano – em democracia, o povo – o direito de escolher como quer ser governado, sem constrangimentos de natureza ideológica.

Por ter nascido mais tarde; por não ter feito parte dos governos provisórios; por ter votado contra a Constituição; e por sofrer um ambiente de extrema hostilidade, alimentado pelos presumidos donos da legitimidade revolucionária, o CDS teve mais dificuldades do que os outros Partidos democráticos para obter e institucionalizar a sua legitimidade no regime democrático. Valeu-lhe o povo que, desde a primeira eleição, o colocou entre os pilares da nossa democracia política. Isso dá um valor acrescido à resistência intelectual e física da geração dos fundadores e dos primeiros militantes. Já passou tempo suficiente e há distância histórica que chegue para que se possa concluir, com inteira justiça, que as dificuldades que o CDS teve de superar são proporcionais aos benefícios que o regime democrático tirou da existência do CDS. Esses benefícios foram e são significativos, e nem sempre os observadores são capazes de o reconhecer. O CDS deu à democracia uma ala direita sem a qual o regime ficaria manco. O CDS ajudou a trazer a direita portuguesa para o novo regime, centrando-a e representando-a sempre com moderação. O CDS contribuiu notavelmente para a definição das fronteiras do regime, evitando qualquer extremismo ou populismo relevante na metade direita do espectro político. O CDS tornou o nosso sistema de partidos mais europeu, no sentido em que procurou representar a versão portuguesa do modelo que fez o progresso da Europa como projecto de paz e prosperidade, essencialmente uma obra do humanismo cristão e do humanismo laico, em rotação, alternância ou compromisso. No CDS, precisamente, se juntaram, ao longo dos vários ciclos do Partido, quadros de reconhecida valia e mérito, que serviram inequivocamente o interesse público em momentos excepcionais.

Por isso, as celebrações dos 40 anos do CDS tiveram um carácter vincadamente institucional. Assumimos a história do Partido como um

todo. Sabemos que cada liderança agiu legitimada pelos militantes. Consideramos que cada líder do CDS, independentemente das opções subsequentes, deu o seu melhor e o máximo que podia e sabia por Portugal. Essa paz com a sua própria história – certamente rica em acontecimentos, mas não mais diversa ou complexa do que a dos outros Partidos democráticos –, está hoje no **ethos** do Partido e no sentimento dos seus militantes. Passa por aí o institucionalismo tão explicado e fecundo que o prof. Adriano Moreira deixou em legado ao Partido e à sua gente. Olhar o Partido como uma instituição, não como uma seita, um clube ou uma mera federação de interesses. E ter uma prática consequente.



Fui eleito Presidente do CDS oito vezes, e isso tanto aconteceu por escolha em Congresso como por votação em primárias. Para efeitos deste livro, interessa o ciclo que vai 1998 e 2005, ou seja, entre o Congresso de Braga e a renúncia à liderança, após as eleições legislativas antecipadas de 2005.

As questões que se colocavam ao CDS desse tempo eram, numa síntese necessariamente incompleta, cinco. Procurarei abordá-las ordenadamente, até porque têm uma certa relação entre si.

O primeiro problema do Partido, mais sentido, aliás, nas bases e nas estruturas do que no eleitorado, era de natureza **icónica** e **emblemática**. O CDS vivera o seu auge eleitoral em 1976 – os 16% obtidos sob a liderança do prof. Freitas do Amaral foram a mais alta votação obtida pelo CDS em eleições parlamentares – recebera o seu “baptismo” definitivo na nova ordem política através de uma breve experiência de Governo com os socialistas e participara, com grandeza e espírito de união, na vitória da primeira Aliança Democrática, aquela que demonstrou, em 1979 e 1980, que o país era governável sem a esquerda e apesar da esquerda. Anos à frente, a campanha “Prá Frente Portugal” levou o centro-direita a uma expressão sociológica e eleitoral muito próxima dos 50% dos sufrágios. Se é certo que foi o fundador histórico do CDS que

protagonizou essa extraordinária disputa presidencial, não é menos certo que, partidariamente, não seria o CDS, mas sim o PSD, a receber o testemunho e a consolidá-lo em seu proveito.

Não sendo, ao tempo, militante do CDS, e sendo a matéria abordada noutra capítulo deste livro, não devo opinar sobre as razões que levaram o Partido a recusar uma aliança eleitoral com o então emergente líder do PSD, prof. Cavaco Silva. O certo é que se seguiria com uma transformação quase completa do sistema partidário, vivendo o CDS as dores e perigos de uma situação inédita: a maioria absoluta do PSD, acompanhada de toda uma teoria com efeitos letais sobre a dispensabilidade do CDS. O Partido viveu então os seus anos mais dramáticos. A designação “partido do táxi”, aludindo ao escasso número de parlamentares do CDS, acaba por ser injusta precisamente para esses deputados, e só pode ser lida em sua homenagem. Foram eles – Adriano Moreira, Nogueira de Brito, NaranaCoissoró, António Lobo Xavier, Manuel Queiró, Girão Pereira, para dar exemplos –, que, exorcizaram, no Parlamento, a ameaça de vida sobre o CDS, mantendo acesa a luz e a chama de um Partido que não estava na moda mas estava acossado em todas as frentes. A meu ver, todo o agradecimento que o Partido lhes possa dirigir será pouco.

Mas se esta é a verdade institucional do Partido e das coisas como elas aconteceram, igualmente previsível era o facto de a etapa seguinte só ser viável com uma espécie de “refundação” do CDS, que o fizesse reviver com força e novidade no ciclo posterior ao do chamado “cavaquismo”. Foi exactamente o que sucedeu, a meu ver correctamente. O CDS elegeria o mais jovem líder da democracia portuguesa – Manuel Monteiro – e ajustaria a sua própria designação de CDS para CDS/Partido Popular, ainda hoje a sua identidade jurídica e institucional.

Como é sabido, dei a minha ajuda nessa refundação. Continuo a pensar que o modo clássico não era suficiente para conseguir o objectivo de fazer renascer o CDS. Portugal tinha mudado muito, os desafios europeus ganhavam uma dimensão nova, a nossa transformação económica



envolvia opções e riscos. Depois do desafio da sobrevivência, o CDS tinha de saber projetar-se para um novo tempo. Fê-lo com frescura e revelou ter instinto vital.

Percebi anos mais tarde, quando comecei a conhecer melhor o Partido por dentro, que uma parte dos militantes percebera essa refundação como uma verdadeira ruptura; que não era despicienda a percepção de que os “novos” tinham afastado os mais velhos; e que a acusação de que o Partido mudara de carácter fizera os seus estragos. Não sendo essa, no meu juízo, a intenção nem sendo esse, tão pouco, o resultado daquela evolução, o primeiro desafio que a partir do Congresso de Braga enfrentei, foi o da pacificação histórica do CDS. Sarar essas feridas, de Norte a Sul do país, e convocar todos os que quisessem participar, terminando com uma querela que dispersava o Partido. O institucionalismo dos 40 anos do CDS é muito semelhante à abertura – a todas as memórias e a todos os passados – da evocação dos 25 anos. Uma sublinhadahomenagem aos fundadores: no final do dia, nenhum de nós poderia ser do CDS se não fosse a decisão de um punhado de mulheres e homens, que, em 19 de Julho de 1974, lançaram o CDS contra ventos e marés.

O segundo problema que me pareceu relevante enfrentar foi de natureza **doutrinária**. No espaço da “não esquerda”, o CDS sempre reclamou para si a condição de Partido de valores. Não é um Partido dogmático e é um Partido que sempre discutiu todas as evoluções, devendo no entanto ter em atenção alguns limites. Por um lado, não perder o “eixo da roda”, porque isso confunde as bases e o país. Por outro, não perder a adesão à realidade, porque ela é dinâmica, surpreende e é cada vez mais complexa num mundo crescentemente global.

O CDS da época tinha uma excessiva inclinação para a discussão ideológica, atribuindo aos detalhes que separavam as suas correntes internas uma atenção algo singular. Num Partido que estava dividido em famílias internas, e cuja fratura causara decepção óbvia no eleitorado, sempre me pareceu – porventura numa abordagem mais pragmática –, que o essencial era voltar a crescer como um todo, em vez de contabilizar as fações e os particularismos. Lembro-me de ter dito, as vezes suficientes para ser

ouvido, que o problema do CDS não era saber quantos erámos democratas-cristãos, liberais ou conservadores; o problema do CDS naquele tempo era sermos poucos, e o país precisar que fossemos bastante mais. A matriz do Partido era democrata-cristã, mas isso só podia ser lido e interpretado com um largo olhar de inclusão e abertura: no CDS caberiam também os liberais, os conservadores, os humanistas, os personalistas, os reformadores e os centristas. A nossa ambição devia ser construir a “grande tenda” ou a “casa comum” do centro para a direita e da direita para o centro, o que implicaria respeitar diferenças e somar contributos, fazendo as sínteses necessárias em função das exigências concretas da situação do país e do mundo. Este “pragmatismo de crescimento” não mais deixaria de prevalecer, e o CDS passou mesmo a cultivar uma atitude de “procura do outro”, ou seja, chamar mais e mais quadros para o seu perímetro, dar-se a conhecer e integrar opiniões externas, com pequenos ou grandes passos para garantir que compreendia e acompanhava os novos “tempos e modos”.

“Voltar a Crescer” era o título da moção que Luís Nobre Guedes levou ao Congresso de Braga – e a ele se deve o “design” conceptual que definiria o novo ciclo do CDS. Não foi pequena a mudança. Já lá vão 15 anos e o CDS voltaria a ser Governo por duas vezes, facto que não acontecia desde os anos 80. O CDS foi de novo essencial à formação de maiorias, tornando improvável e apenas histórico o modelo de maiorias de um só partido e fazendo até absorver pela sociedade a cultura democrática e europeia das coligações. À excepção de um período conturbado, entre 2005 e 2007, o CDS viveria longos ciclos de estabilidade, unidade, diversidade e relevância, afastando-se voluntariamente do espectro da marginalização externa ou da balcanização interna. Sem o contributo do CDS não teria sido possível superar duas das mais difíceis etapas do Portugal contemporâneo – o procedimento por défice excessivo de 2001 e o resgate de 2011. Sedimentou-se uma cultura interna em que as maiorias dão representação às minorias, colocando o institucionalismo acima de qualquer particularismo. O CDS cresceria em eleitores, militantes, quadros e implantação regional, territorial e autárquica.

Para que tudo isto fosse possível, o Partido teve de resolver a sua **questão estratégica** em duas frentes. Desde logo, numa afirmada vocação

de Partido de governo e de pertença ao “arco da governabilidade”. Na referida moção “Voltar a Crescer”, esse era mesmo o ponto crucial: o CDS é um dos três partidos que se dispõem a assumir responsabilidades e fazer compromissos para a governabilidade do país, visto que o PCP se coloca de fora do modelo europeu e atlantista e o Bloco de Esquerda sempre preferiu o formato de Partido de protesto ou a zona de conforto da utopia. Se o CDS não tem feito esta opção pelo “arco da governabilidade”, o nosso sistema de governo correria o risco de se limitar ao PSD e ao PS, o que nos aproximaria do rotativismo oitocentista.

Apertença ao “arco da governabilidade” não é uma renúncia às convicções, é exatamente o oposto: a utilidade das nossas convicções, mediante a circunstância escolhida pelo eleitorado, que é a circunstância do compromisso. Significa, também, a aceitação de que o governo de um país membro da União Europeia e da zona euro, por um lado, e fundador da NATO, por outro, só é viável dentro do quadro de regras comuns que aceitámos partilhar. O exemplo recente da Grécia revela o embuste dos que dizem ser possível viver no euro infringindo deliberadamente as suas regras. Sempre me pareceu que ou o Syriza deixava de ser Syriza ou a Grécia deixava de ser euro. No último instante, prevaleceu a primeira hipótese, não sem uma elevada carga de desilusão e prestidigitação.

Resolvida a questão da sua antropologia política – Partido de governo e não Partido anti-sistémico –, o CDS responderia também à consequência que a mesma encerra. Fiel aos contratos que subscreve, o CDS governou com o PSD entre 2002 e 2005, e voltaria a fazê-lo entre 2011 e 2015. É essa a regra natural do ponto de vista da clareza da alternância política; e é também essa a regra mais próxima dos respectivos eleitorados, cujo sentimento aliancista é compreensivelmente superior ao das militâncias, por natureza mais cautelosas no plano identitário. A gravíssima excepcionalidade em que os socialistas deixaram Portugal em 2011 – uma espécie protectorado político, nas mãos de um sindicato de credores externos, munido de um co-programa de governo chamado Memorando – justificou, aliás, o facto relevante de PSD e CDS não só responderem juntos pela superação do ciclo da *troïka*, como apresenta-

rem juntos uma proposta de Governo para os próximos quatro anos, que a um tempo evita o risco de regresso ao precipício e a outro garante a evolução para um cenário económico e social de recuperação e repartição dos frutos do crescimento. Só dois Partidos com bastante confiança na sua identidade específica e uma experiente cultura de diálogo e compromisso poderiam ter dado este passo

Curiosamente, aquela opção estratégica do CDS em 1998, resolveu o problema da governabilidade no centro-direita, problema que até hoje não se esclareceu à esquerda. Pode o Partido Socialista considerar superado o conceito de “arco da governabilidade” por conveniência de conjuntura; mas onde está a governabilidade à esquerda, sem que o PCP e BE evoluam? Rapidamente estaríamos perante uma frente de irresponsabilidade, com consequências devastadoras no plano da confiança externa e interna.

A derradeira questão que se colocava nos idos do final do século passado era a da vertiginosa aproximação de Portugal ao euro, face ao qual o CDS estribara uma reticência democrática – a defesa do referendo sobre Maastricht –, convertida numa crescente percepção de eurocepticismo. O risco de Portugal e o CDS fazerem viagens contraditórias de difícil retorno era, portanto, iminente. E logo numa questão nuclear como a do euro, capaz de marcar todas as **políticas públicas** de modo tão transversal e, previsivelmente, duradouro.

À época, os debates em torno do federalismo ou do soberanismo eram intensos e criavam clivagens intelectuais e políticas relevantes. Nada que se compare com os termos do debate actual, em que de todos os lados surgem reflexões sobre a insuficiência da Europa na prevenção das crises financeiras, económicas, migratórias ou securitárias, para citar apenas algumas das perplexidades. Porventura passámos do choque entre a Europa e a tradição do Estado-Nação para o contraste entre a Europa e a inovação da globalização. Por isso, o debate é bem diferente.

O CDS aceitou o euro como um facto. Sem nunca empregar euforias semânticas para construções por natureza complexas e imperfeitas, adoptou uma posição de “euro realismo” que traria acalmação às cliva-

gens por causa da questão europeia. Clarificada a sua pertença ao “arco europeísta” e regressado à família do Partido Popular Europeu – um laborioso trabalho dirigido por Luís Queiró –, o CDS recuperava não apenas condições de acesso à governação, como estava em linha com a ideia fundadora das democracias-cristãs para a Europa: um continente em paz, um projecto de integração económica, uma ambição de liderança internacional.

Se o CDS não tem feito a tempo a sua clarificação sobre o euro, ficaria numa posição dificilmente sustentável perante o interesse nacional e as classes médias – ser percebido como um Partido contrário à moeda em circulação. A opinião pública, mesmo injustamente, rapidamente colocaria o CDS como simétrico, à direita, da esquerda anti-europeia. A convergência do CDS era, portanto, recomendável e inevitável. Hoje o debate europeu é, como disse, outro, e o CDS sabe duas coisas: não convém a Portugal nenhuma divisão da Europa em várias divisões ou vanguardas; Portugal será na Europa tanto mais quanto fôr uma plataforma – porventura, a melhor –, para o relacionamento da Europa com África, América Latina e o Oriente, estratégia onde se encontram a nossa história e o nosso futuro.



# PARA QUE SERVE O CDS

José Ribeiro e Castro

Em 23 de Janeiro de 2014, pouco depois do XXV Congresso do CDS, o jornal PÚBLICO inseriu um artigo de opinião cujo título é todo um desafio: *Para que serve o CDS?* Li-o.

Achei interessante. Não porque trouxesse as respostas – o autor não tinha como sabê-las. Mas exactamente porque trazia as perguntas: algumas das perguntas que é sempre preciso fazer e às quais os do CDS temos de saber responder; e não sabemos. Normalmente não sabemos.

O autor é alguém que não conheço e de que nunca ouvira falar: José FONTES. Não creio que seja militante do partido, nem faço ideia se será simpatizante. Ignoro em que área política e ideológica se situará. Fui investigar. É aquilo que, hoje, chamamos de politólogo – e um po-

litólogo qualificado: Mestre em Ciências Jurídico-Políticas e Doutor em Ciências Políticas, ensinando na Universidade Aberta e na Academia Militar, com currículo respeitável e obra académica publicada.

O autor sabia do ofício. Num texto curto, de 2.800 caracteres, colocou questões fundamentais:

- A primeira: *«Qual é a utilidade do CDS na vida política nacional e no âmbito do exercício do poder governativo? Para que serve? Em que se distingue sobretudo do parceiro de coligação?»*
- A segunda: *«Não sejam invocadas falsas ou eventuais diferenças ideológicas de matriz fundadora dos partidos do arco do governo; nem o actual CDS é representante da democracia cristã europeia, nem o actual PSD (ou a sua equipa dirigente) é herdeiro da matriz da social-democracia, porque de social-democrata ao partido apenas lhe resta o nome. Mas aos portugueses não importa apenas o nome das coisas, porque nem sempre são chamadas pelo nome que deveriam ter. Por isso importa ao CDS demonstrar as suas diferenças e valias para a melhoria das políticas aprovadas e isso não ficou claro na sua última reunião magna.»*
- E a terceira: *«Para o eleitorado do CDS é importante perceber que sentido toma o partido na escolha [das] políticas. O critério que a ela tem presidido nos últimos tempos não tem sido claro e, por isso, ou também por isso, não sabemos para que serve o CDS. Apenas para assegurar uma maioria estável? Para permitir o acesso a cargos de governo e de administração pública? Ora, o grande desafio é de saber se o CDS – hoje – sabe responder àquela pergunta sem que seja auto-fágico. Esperemos ser esclarecidos nos tempos próximos!»*

A pergunta ficou-me sempre a bailar. Na verdade, para que é que serve o CDS? Uma pergunta que, a espaços, circula em conversas (infelizmente, poucas) de militantes; ou a que, algumas vezes, li apenas Freitas do Amaral, já distante, mas conhecedor e informado, a chamar a atenção, em entrevistas ou artigos pontuais, para a necessidade de o CDS conhecer e proteger o seu papel e a sua função no sistema político.



Senti-me interpelado pelo artigo de José Fontes. E várias vezes estive tentado a responder-lhe, mesmo em alturas em que, sendo honesto comigo próprio, a primeira resposta tentadora que apetecia era: “assim, não serve para nada”. Não é verdade. O CDS serve; e serve para muito. Mas serve, então, para quê?

É hoje que vou responder. Melhor, vou contar – porque tem de ser contada – a minha visão da resposta<sup>1</sup>. Aquilo que, na propaganda simples e popular dos primeiros anos, gostávamos de ouvir repetir pelas bases do partido: “*CDS = Como Deve Ser*”.

## A circunstância

Já o tenho dito várias vezes. Tal como as pessoas, as instituições também são elas próprias e a sua circunstância, para recorrermos à frase consagrada de Ortega y Gasset. O CDS foi – e é – ele e a sua circunstância.

O CDS foi fundado para ser o partido do Centro, ideia que marcava muitos dos seus fundadores e sobretudo o primeiro de todos eles. Diogo Freitas do Amaral era um centrista, num tempo em que, na Eu-

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto, para ilustrar e documentar o meu pensamento, recorrerei algumas vezes a trechos de moções de estratégia que escrevi para alguns Congressos, além de a outros textos oficiais do partido. Na história do CDS e do CDS-PP, tendo colaborado na redacção de outras, fui autor de três moções de estratégia: a primeira, apresentada ao VI Congresso (Aveiro, Fevereiro 1986), intitulada “*POR UM CDS CONSEQUENTE, POR UM CDS LIDERANTE – um projecto humanista de afirmação de Portugal*”; a segunda, apresentada ao XVIII Congresso (Lisboa, Janeiro 2002), intitulada “*Portugal quer mudar: unir para vencer*”; e a terceira, apresentada ao XX Congresso (Lisboa, Abril 2005), intitulada “*2009*”, que seria também, com ligeiras alterações apresentada novamente ao XXI Congresso (Batalha, Maio 2006) e às directas de Abril 2007. Destas três que escrevi, só citarei a primeira e a terceira, pois foram as únicas apresentadas por mim próprio a Congressos. A segunda, que nos levaria ao Governo após as eleições legislativas de Março 2002, escrita por mim para a Comissão Executiva do partido, foi apresentada por Paulo Portas, que era o Presidente do CDS-PP. A terceira moção foi a que me levaria à liderança do CDS-PP no período 2005/07.

ropa, o centrismo constituía forte referência, com inspiração francesa. Freitas do Amaral era largamente um *giscardiano*<sup>2</sup>. Mas mesmo noutros fundadores fundamentais, a que associamos normalmente um estilo mais caloroso, como Adelino Amaro da Costa, a marca centrista era igualmente saliente. Nos três artigos que Amaro da Costa publicou na imprensa, nas semanas e dias anteriores à apresentação do CDS, a afirmação política mais clara é a do centrismo. São três artigos célebres, que constituem património histórico do partido: “*Democracia pluralista – objectivo das Forças Armadas*”<sup>3</sup>; “*Centrismo: uma política de acção*”<sup>4</sup>; e “*Governar na Democracia*”<sup>5</sup>. O nome do CDS era isso que traduzia: Centro. E foram essa ideia e esse posicionamento que ficaram espelhados graficamente no símbolo adoptado: era o “*partido da bola ao centro*”, como se dizia.

Contudo, a oportunidade centrista do CDS foi sol de pouca dura, muito pouca dura. A sua circunstância cedo mudou.

Dois meses depois da sua fundação, o 28 de Setembro levou ao encerramento e proibição, pelas autoridades revolucionárias, de movimentos e partidos de direita em constituição – com destaque para o Partido do Progresso e o Partido Liberal –, o que colocou o CDS como o partido quase mais à direita. E, chegados ao 11 de Março, a suspensão do PDC, também pelas autoridades revolucionárias, deixou mesmo o CDS como o partido político mais à direita e o único que não propug-

---

<sup>2</sup> “*Giscardiano*” foi a denominação dada aos seguidores de Valéry Giscard d’Estaing, destacado político francês, várias vezes membro do Governo com os “*gaullistas*”, mas que tomou distâncias quer relativamente a De Gaulle, quer aos “*gaullistas*” em geral, vindo a fundar o partido centrista dos Republicanos Independentes. Foi Presidente da República, de 1974 a 1981. Na altura da fundação do CDS, a sua projecção política estava no auge.

<sup>3</sup> Publicado no DIÁRIO POPULAR, em 26-Junho-1974. Pode ser lido aqui: <http://tinyurl.com/oq7d646>

<sup>4</sup> Publicado em O SÉCULO, em 1-Julho-1974. Pode ser lido aqui: <http://tinyurl.com/op78x4z>

<sup>5</sup> Publicado no DIÁRIO POPULAR, em 19-Julho-1974. Pode ser lido aqui: <http://tinyurl.com/p7ucdla>

nava o socialismo<sup>6</sup>. Em vez da posição central a que aspirava, os ventos da revolução colocaram-no como guarda-vento e pára-choques do regime. Uma posição nada invejável, aliás; e sobretudo muito distante do projecto idealizado pelos fundadores.

Nos encontros parlamentares da 1ª Legislatura, era frequente o PCP referir-se à bancada do CDS como “*o partido da extrema-direita parlamentar*”; e a complexa relação com a direita – ou melhor, com as direitas – marcou sempre a história das décadas seguintes do CDS. Ao ponto de o próprio nome do partido ter variado muito.

Começámos como C.D.S. - Partido do Centro Democrático Social. No início da década de '90, o partido quis mudar para PP-Partido Popular, mas ficou CDS-PP. São ainda muitos, sobretudo no PSD, os que nos designam de PP, como rasto desse tempo. A marca dominante variou, por esses tempos, na simbologia dos diferentes Congressos: nos XI e XII Congressos, aparecemos CDS-Partido Popular, como ficou a nova denominação estatutária adoptada; no XIII Congresso, Partido Popular-CDS-PP; nos XV e XVI Congressos, apenas PP e Partido Popular. Depois, a pouco e pouco, foi caindo o PP, afirmando-se o CDS/PP e novamente o CDS-PP. E, hoje, usamos de novo predominantemente a marca original CDS, embora o nome continue Partido Popular.

Somos o CDS-Partido Popular, como no princípio da mudança, o que tem algo de bizarro: é como alguém chamar-se Evaristo Gomes e ter as iniciais PML, como se chamasse Pedro Maurício Lopes ou Patrício Marques Lemos.

Tudo isto teve a ver com a longa pressão da circunstância e com as tensões que foram recorrentes dentro do CDS, entre a modulação centrista, mesmo que assumidamente de centro-direita e não aquele “ri-

---

<sup>6</sup> Importa recordar que, em 1974, o PPD aderiu ao MDP/CDE numa onda frentista. E que, pouco depois, o PPD-Partido Popular Democrático mudou de nome para PSD-Partido Social-Democrata, a fim de tentar aderir à Internacional Socialista. Esta adesão só não se concretizou por força da oposição de Mário Soares e do PS. O PSD viria, assim, posteriormente, a aderir à Internacional Liberal, em cujo grupo se integrou no Parlamento Europeu, até mudar para o PPE no final da década de '90.

gorosamente ao centro” tão ao gosto de Freitas do Amaral<sup>7</sup>, e os impulsos de bases e quadros mais à direita, com muitas teses e contra-teses à mistura. Nesse debate, que é longo e variado, tem havido teses praticamente para todos os gostos.

A seguir à estabilização democrática, deveu-se à mão firme de Freitas do Amaral, Amaro da Costa e da direcção do partido em geral o CDS não

---

<sup>7</sup> Este “rigorosamente ao centro” não foi uma caturreia tardia de Diogo Freitas do Amaral, como por vezes se ouve. Foi sempre o que ele pensou e disse. Cito do texto da primeira conferência de imprensa como líder do CDS, no dia da sua fundação e apresentação, em 19 de Julho de 1974: *«A nossa posição é rigorosamente ao centro. Para obtermos esta posição, tivemos o cuidado de congregar, na nossa lista de fundadores, nomes do centro-direita e nomes do centro-esquerda. Uns e outros forneceram o essencial do seu pensamento e das suas convicções: mas foi fácil concluir que as duas correntes se achavam de acordo quanto aos pontos basilares de uma “Declaração de Princípios” comum. O C.D.S. não é, pois, deste modo, apenas o primeiro partido estruturalmente centrista que aparece no nosso xadrez político: é também a pre-figuração da necessária união dos centros, que reputamos indispensável ao equilíbrio das forças políticas portuguesas. Este nosso partido do centro traduz, no plano das pessoas que o constituem como no plano das ideias que o enformam, uma síntese harmoniosa. É possível que noutras circunstâncias tal síntese se tivesse revelado inviável: no momento actual, porém, ela é a solução mais natural. A nossa “Declaração de Princípios” reflecte, de modo evidente, a harmonia que espontaneamente se pôde obter.»* Seria interessante reler, na íntegra, este discurso, em que Freitas do Amaral identifica, a seguir, como contributos do centro-direita: *«as ideias-mestras do papel decisivo da iniciativa privada, como motor de desenvolvimento; da necessidade do progresso acelerado, como fonte de melhores níveis de bem-estar; da descentralização, como factor de dinamismo e responsabilidade; da supressão de condicionamentos e restrições à criatividade e à inovação, como condição de eficácia do sistema social; da protecção dos pequenos comerciantes, industriais e agricultores, como forma de robustecimento das classes médias, essenciais ao equilíbrio de qualquer sociedade livre; da necessidade de tranquilidade pública, como condição de viabilidade da ordem democrática.»* E enumerava como provindo do centro-esquerda *«outras importantes ideias básicas: «a redução acelerada das desigualdades sociais; a participação como princípio geral da organização da sociedade em todos os níveis; o planeamento e a intervenção activa do Estado; o imposto acentuadamente progressivo; a segurança social integral; o serviço nacional de saúde tendencialmente gratuito; a democratização do ensino; a prioridade aos equipamentos colectivos; a nacionalização das empresas não sujeitas à concorrência, ou o controle público das situações monopolistas; a rápida progressão dos salários mais baixos com vista a uma rápida correcção das desigualdades na distribuição do rendimento; a generalização do acesso dos trabalhadores à propriedade.»* Todas estas ideias, entre outras, encontram-se plasmadas na Declaração de Princípios.

ter sido tomado e porventura desviado por correntes direitistas radicais. Mas, reconhecendo que a circunstância era incontornável, as primeiras direcções do partido encetaram esforços para integrar correntes mais à direita do que os fundadores num projecto comum democrata-cristão europeu.

A tensão entre uma direcção mais centrista e quadros mais à direita nunca deixou de sentir-se e manifestar-se na vida interna e, de modo particularmente visível, nos III e V Congressos, respectivamente em 1978 e 1983.

Vulgarizou-se, aliás, a ideia (errada) de que o centrismo dos fundadores não passava de medo, vergonha ou rebuço em assumirem-se como “direita genuína”. E esse equívoco alimentou uma longa insistência interior pela busca da “autenticidade de direita”. Foi a persistência de sectores mais à direita nesta busca que, no rescaldo da “crise do táxi”<sup>8</sup>, desembocaria na transformação em PP e, mais tarde ainda, já com Paulo Portas, na campanha do *“braço direito de Portugal”*. Depois, o partido procurou centrar-se outra vez e, recentemente, comentadores e jornalistas que mais acompanham o partido chegaram a detectar na actual direcção do CDS vocação ou desejo de regressar, dir-se-ia, àquela “equidistância” que vitimou a segunda liderança de Freitas do Amaral<sup>9</sup> e poder assumir-se em posição de ponte entre o PSD, dito “neoliberal”, e o Partido Socialista.

Não surpreendem, por isso, as dúvidas de José Fontes e muitos outros sobre a natureza e a função do CDS. O CDS, muitos lhe notam isso, viajou demasiado com a circunstância.

Direi, agora, o que penso e o que procurei fazer, como militante e como dirigente.

---

<sup>8</sup> A “crise do táxi” correspondeu à quebra do grupo parlamentar do CDS para apenas 4 deputados (comentava-se que cabiam num táxi) nas eleições legislativas de 1987 e de novo para 5 deputados nas de 1991. Foi um longo período de oito anos, de muito reduzida representação parlamentar do partido, que coincidiu com o auge do “cavaquismo” e as duas maiorias absolutas do PSD de Cavaco Silva.

<sup>9</sup> Freitas do Amaral defendeu, numa entrevista, aquando da sua segunda liderança e já no início da década de ’90, que a posição natural que defendia para o CDS era de equidistância entre o PSD e o PS. Esta linha política agudizou a contestação interna, o que, associado ao mau resultado nas legislativas de 1991, levaria à sua saída e, mais tarde, ao Congresso que decidiu pela transformação em PP-Partido Popular.

## Partido doutrinário

Uma tese que defendo desde sempre – e parece ter ficado consagrada – é a de que o CDS é um partido doutrinário; e que esse é um dos seus traços mais distintivos.

Já havia tratado esta questão em anteriores textos do partido ou escritos avulsos para o partido. Na moção “2009”<sup>10</sup>, abordei-a desenvolvendo nestes termos:

*«O CDS-PP é um partido democrata-cristão, claramente personalista na sua afirmação matricial e na sua ambição e vocação maioritárias. É daí que partimos e é aí que queremos chegar. É à volta deste eixo doutrinário fundamental que a formação, a afirmação, a consolidação, o crescimento e o alargamento do partido se fazem.*

*Nós pertencemos ao modelo de um partido doutrinário. Claramente. Marcadamente.*

*Podia, em abstracto, ter-se escolhido outro modelo. Podia. Mas seria outro partido. Não seria o nosso partido. E não ganhamos nada – só perdemos e poderíamos desaparecer – se fôssemos ou quiséssemos ser iguais a outros.*

*Podia, em abstracto, ter-se seguido outro modelo. Mas, tendo seguido outro modelo, há já no nosso espaço, confinando ou coincidindo mesmo connosco, outros que o sabem fazer melhor do que nós alguma vez conseguiríamos fazer. Porque o nosso modelo, a nossa maneira de ser, a nossa maneira de estar, o nosso modo de entender a política, a nossa forma de ler a sociedade e o mundo é a de um partido doutrinário. É certo que, lá fora, há quem, confundindo ideologias com doutrina, ache que estas não interessam e até esteja convencido de que estão ambas mortas: as ideologias e as doutrinas. Quem pense que agora é tudo só pragmatismo,*

---

<sup>10</sup> Os trechos a negrito constam assim do original. A moção de estratégia “2009”, inicialmente apresentada ao XX Congresso (Lisboa, Abril 2005), foi a que guiaria o partido no período da minha liderança, em 2005/07. O texto aqui citado corresponde à última versão do documento apresentada às directas de Abril 2007 e intitulado “*Eu acredito: ‘2009’ – rumo para mudar, para crescer, para ganhar*”. Paulo Portas, como se sabe, venceu estas eleições directas, regressando à liderança do partido.

*utilitarismo, imediatismo, relativismo, superficialidade e marketing, esse reino maravilhoso do tanto-faz, do mais-coisa-menos-coisa desde que pareça imediatamente bem. Mas há, em contrapartida, quem saiba, como nós, que, primeiro, nem as ideologias, nem as doutrinas estão realmente mortas – umas sim, outras não. Segundo, há também quem aspire, como nós, a políticas cada vez mais sérias, cada vez mais sólidas, cada vez mais consistentes, cada vez mais harmónicas e coerentes, cada vez mais enraizadas e de futuro – isto é, a **políticas com doutrina**. E há, em terceiro lugar, aqueles que, tendo este instinto doutrinário quanto ao estilo de fazer política, concentram o seu coração, o seu pensamento e a sua vontade na ideia da Pessoa, na **doutrina do personalismo comunitário e no serviço prioritário da pessoa humana**.*

*Em todos os lugares, em todos os tempos, em todas as circunstâncias, diante de todos os desafios, perante todos os problemas e inquietações, face a todas as dúvidas e questões, desde as mais antigas às mais novas, a nível local, regional, nacional, europeu ou mundial: **das pessoas para as pessoas**, afirmando, promovendo e servindo a sua dignidade e a sua liberdade criadora, como indivíduos socialmente comprometidos e responsáveis, numa multiplicidade de polos de livre iniciativa e de corpos sociais intermédios, num quadro geral de subsidiariedade e de grande dinamismo social, económico e cultural.*

*Na economia, o nosso modelo é o da economia social de mercado.*

*Entendemos o Estado como **Estado-garante e Estado regulador**. Queremos Estado, sabemos que o Estado é preciso, mas sublinhamos que é isto sobretudo que deve fazer bem: manter em bom funcionamento as áreas de Estado (ordem, segurança, justiça, defesa e representação externa), garantir a generalidade do acesso aos bens sociais ou socialmente garantidos, assegurar e não ter necessariamente o monopólio da prestação, regular o bom funcionamento da sociedade e do mercado, legislar bem, administrar com eficiência e economia, guiar-se com planeamento estratégico e promover o investimento público estruturante, velar por finanças seguras e estáveis.*

*O nosso mundo vital e a nossa linguagem são os da pessoa, da família, da empresa, da escola, da comunidade de vizinhos, da livre associação e do voluntariado, do município, da nação – um encadeado de pro-*

*ximidade pessoal, de identidades, de iniciativa, de pluralidade e concorrência, de serviço social, de realização comunitária.*

*É a esses – a esses que não só pensam assim, mas que sentem assim – que nós principalmente nos dirigimos, orientados para o Bem Comum, como agentes de transformação positiva de Portugal, como motores reformistas informados. E são esses que nós temos a vocação para reunir e representar, em primeira linha.»*

Importa reter e sublinhar o essencial, qual a fonte dessa matriz.

O CDS fundou-se em torno de uma escritura – e não atrás de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Basta ler os fundadores ou falar com eles para captarmos essa marca principal: o CDS foi feito por uma Declaração de Princípios, apresentada publicamente a 19 de Julho de 1974. E esse texto é o seu principal referente.

Não é o partido de um líder, mas de um conjunto de valores e de princípios. O CDS é personalista, no sentido dos ideais que professa; não é personalista, no sentido latino-americano, caudilhista, de seguir uma pessoa.

Os seus líderes e fundadores, com destaque para Freitas do Amaral e Amaro da Costa, foram sem dúvida fundamentais na formação do partido e na sua condução dos primeiros anos, na sua conformação também. Mas o partido não se fez em razão deles, ou atrás de Freitas do Amaral. Nem Freitas do Amaral, nem nenhum dos outros o queria assim; mas um partido de princípios, um partido de valores, um partido feito em torno de uma escritura – um partido de ideal, feito para dar corpo e realização a um conjunto de ideais.

Esse documento, a Declaração de Princípios, é, aliás, um texto notavelmente inspirador. Não conseguiu ser totalmente isento de referências circunstanciais – de que nenhum documento normalmente consegue abstrair por inteiro. Mas, retirando os trechos que são datados (sem prejuízo de guardar o seu sentido), é aí que encontramos a identidade do partido, aquilo por que foi feito e para que foi feito e os desafios que permanecem por realizar e por cumprir: o humanismo personalista, globalmente afirmado como orientação doutrinária e declinado para di-



ferentes aspectos da visão do Estado, do sistema político, da economia, das relações sociais, dos serviços públicos, da estrutura administrativa, da centralidade da pessoa e da dignidade humana.

Essa marca é uma marca distintiva do CDS. Nenhum outro partido se fez em torno de uma Declaração de Princípios – e, sobretudo, nenhum em torno desta Declaração de Princípios. Se queremos ser próprios e distintos, basta-nos cultivá-la, aprofundá-la e firmarmo-nos nela.

É um partido doutrinário, porque se fez em torno de um conjunto de valores e princípios. Mas também por oposição a um partido ideológico.

O que procuro distinguir é isto: a ideologia é um sistema de ideias, cujos seguidores acreditam que, uma vez aplicado, realiza por si “o progresso”, como que em automático. Visa, por isso, promover a transformação activa da sociedade e, inclusive, a própria modificação das pessoas ao serviço dessas ideias – os partidos ideológicos tendem a acreditar e a pregar “o Homem Novo”. Uma doutrina, por seu turno, não visa mudar as pessoas, mas compreendê-las, nem visa transformar radicalmente a sociedade, mas entender a sua dinâmica; e afirma mais valores e princípios orientadores do que ideias prefixas, confiando em que a sociedade e as pessoas melhoram e se aperfeiçoam na medida em que apliquem e cumpram os valores e princípios afirmados. A ideologia é um plano e tem sempre um risco de deriva totalitária; a doutrina é um modo de leitura e um método de acção que nunca apaga a liberdade, o livre arbítrio; não quer o poder no comando, mas o poder ao serviço.

Penso que este modo de ser CDS se retira da própria inspiração cristã que marca a sua formação. Ainda quando não escrita, essa inspiração transparece de todos os textos fundamentais. E é apenas a expressão, na política, da maneira cristã de acreditar e confiar na perfectibilidade da pessoa humana e da sociedade. As pessoas são basicamente sempre as mesmas, e as dinâmicas das sociedades humanas também, mas podem ser melhores – essa é a nossa tarefa.

Não acreditamos no partido-guia, nem na classe-guia, nem na Nação-guia, nem no Supremo Líder, nem em qualquer outra fórmula ou

declinação transpersonalista. E tão-pouco acreditamos que pôr mais Estado ou retirar o Estado sejam soluções por si.

Outro factor que contribuiu para este modo de ser CDS foi o facto de terem pesado muito na sua afirmação inicial gente do Direito e engenheiros com cabeça jurídica, tudo pessoas para quem a coerência e a harmonia dos sistemas é uma questão fundamental na estruturação do pensamento e da acção. Para um CDS típico, ter uma doutrina é quase um mandamento. Não chega discutir uma estrada, mas é preciso pensar no sistema viário. Não chega olhar às relações externas com A ou B, é necessário ter a noção global da política externa e a tradição diplomática do Estado. Não chega esta ou aquela reforma escolar, é preciso uma visão integrada do sistema educativo e do seu impacto na formação das gerações. É assim sucessivamente. A preocupação doutrinária com as questões políticas, económicas e sociais é uma preocupação típica do modo de ser CDS – e não só quando estejam em causa os valores e princípios humanistas, mas também quando se trate de meras exigências operacionais de harmonia, coerência e sentido estratégico, em políticas globais ou sectoriais.

A doutrina e a abordagem doutrinária são a fonte e o método típicos de reflexão e intervenção política do CDS. É o nosso ponto de partida, não um êxtase deleitado, convencido e passivo.

Foi o que procurei traduzir na moção “2009”:

*«O país pede-nos respostas, não apenas protesto ou críticas. O país protesta, mas está farto de políticos e dirigentes que só protestam. O país critica, mas está saturado de políticos e dirigentes que só criticam. O país é respostas que quer. O país que aspira a um caminho diferente, o país a que nos dirigimos como partido da oposição, quer conhecer propostas, propostas concretas, propostas credíveis. Quer poder confiar na sua consistência, na sua possibilidade, na sua viabilidade, no seu rigor, na sua coerência, na sua seriedade, bem como conhecer equipas capazes de as pôr de pé e de as concretizar, com dedicação, com saber, com competência. (...)*

*A nossa doutrina é fundamental, mas não chega; temos que a saber declinar e conjugar com todos os sectores da sociedade portuguesa e*

*fazer com que responda efectivamente às aspirações e às necessidades concretas de Portugal.*

***Temos que responder:** seguindo as grandes linhas estruturantes de sempre na educação, na política externa, na política de defesa, na descentralização, na afirmação do mercado e no crescimento económico, na solidariedade social, nas políticas de família, na segurança, no sentido e propósito de serviço público; mergulhando em novas linhas e desafios como a competitividade da nossa economia, o turismo e em geral a “marca Portugal”, a produtividade, o ambiente e a cultura, a saúde, a inovação e a ciência, a reforma da justiça, as políticas integradas do mar, as questões da energia, a sociedade da informação, as cidades e áreas metropolitanas, o interior – esse grande esquecido do programa de governo PS –, as políticas de integração, as linhas de cooperação e desenvolvimento, os direitos humanos; e dando testemunho próximo e comprometido junto dos problemas mais gritantes da pobreza, da marginalização e da velhice, agindo e mostrando entrega autêntica, solidária, ao nosso compromisso com a opção preferencial pelos mais pobres. Onde já soubermos, temos que consolidar e divulgar.*

***Onde não soubermos, temos que ir estudar e aprender:** tão humilde quanto isto, tão simples quanto isto, tão necessário quanto isto.»<sup>11</sup>*

Este perfil doutrinário pode, só por si, distinguir-nos de todos os outros. Em minha opinião, é isso exactamente o que mais nos distingue do PSD, como desenvolverei adiante. E esse ângulo doutrinário, às vezes tão negligenciado, pode ser muito gratificante no plano dos resultados políticos, se o soubermos dinamizar e comunicar.

É o ângulo decisivo e determinante e aquele que inteiramente nos justifica. Faz falta um partido assim. Esse é precisamente o CDS que faz sempre falta.

## **O referente democrata-cristão**

O CDS formou-se e consolidou-se nitidamente como um partido democrata-cristão, embora não declarado: era essa uma das ins-

---

<sup>11</sup> Os trechos a negrito constam assim do original.

pirações dominantes, embora não fosse afirmada na denominação do partido.

As duas inspirações principais do partido foram o centrismo e a democracia-cristã e, por isso, o CDS foi longamente conhecido como centrista e democrata-cristão. Depois da minha presidência (2005/07), é curioso como voltámos a ser conhecidos assim (“*centristas e democratas-cristãos*”), embora eu não tivesse feito nada por isso – anteriormente, chamavam-nos de “*populares*”.

Pesaram nisso razões e circunstâncias que Freitas do Amaral conta e explica nas suas memórias<sup>12</sup>. Mas a doutrina social da Igreja era uma clara referência dos fundadores e a edição número 1 do “Democracia 74”, então o jornal oficial do partido, logo saudou como manchete principal: “*O CDS admitido na União Europeia das Democracias Cristãs*”.

Os Estatutos do partido registam-no também. No texto aprovado no I Congresso, o artigo 2º, nº 1, alínea b) dos Estatutos definiu entre os fins do CDS: «*Propor para a sociedade portuguesa um modelo centrista, assente nos valores éticos, sociais e democráticos do humanismo personalista de inspiração cristã*» – que se mantém ainda a redacção actual do mesmo preceito estatutário, com a única excepção de ter sido apagada, entretanto, creio que em 1993, a palavra “*centrista*”<sup>13</sup>. Lembro-me de ter participado no breve debate deste artigo, na especialidade, na sessão plenária da manhã daquele I Congresso (o célebre Congresso do Palácio de Cristal), ainda antes de ser interrompido pelo boicote da extrema-esquerda; e de ter apoiado a proposta da menção “*de inspiração cristã*”, largamente aplaudida pelos congressistas.

<sup>12</sup> Ler págs. 184-185 de “*O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*”, de Diogo FREITAS DO AMARAL, ed. Bertrand/Nomen 1995. E também as págs. 181-183, que narram o diálogo com os sectores *spinolistas*.

<sup>13</sup> O texto actual é: «*São fins do CDS - Partido Popular (...) Propor para a sociedade portuguesa um modelo assente nos valores éticos, sociais e democráticos do humanismo personalista de inspiração cristã*».

O primeiro Programa do CDS, apresentado e aprovado no mesmo Congresso<sup>14</sup>, incluía no seu Preâmbulo um bem explícito capítulo sobre esta inspiração fundamental do partido:

**«INSPIRAÇÃO CRISTÁ**

*Importa ainda sublinhar, em conclusão, que todo o Programa do C.D.S. agora divulgado se encontra repassado, do princípio ao fim, por uma nítida inspiração cristã, de harmonia com as convicções e ideais profundos do Povo Português.*

*O humanismo personalista como filosofia básica da nossa acção; o papel da família como célula fundamental da sociedade e o dever, que sobre o Estado consequentemente impende, de a proteger e auxiliar; a liberdade religiosa e o direito, que a cada cidadão é conferido, de praticar livremente o culto da religião; o reconhecimento da Igreja e da autonomia plena do seu ordenamento próprio, independente do Estado mas cooperante com ele; a defesa da legitimidade e, bem assim, da utilidade nacional do ensino particular como peça essencial do sistema educativo; o direito de os pais escolherem o género de educação a dar aos filhos, de acordo com as suas convicções filosóficas ou religiosas; enfim, a elaboração duma política social generosa e ousada, assente no amor pelo próximo e traduzida na melhoria decidida das condições de vida dos mais necessitados – eis alguns dos traços mais característicos do Programa do C. D. S., que bem se inserem nos mais genuínos valores da doutrina social cristã, que a sociedade portuguesa aceita e pretende ver consolidada e alargada.*

*O C. D. S. não reivindica para si só, de modo nenhum, o monopólio da inspiração cristã que o anima; apenas reclama o direito de se definir em consonância com ela e de o poder declarar livremente.»*

---

<sup>14</sup> A aprovação final do Programa, bem como dos Estatutos, só seria feita na sessão clandestina final do I Congresso, que se realizou e concluiu numa das sedes no Porto, em 21 de Fevereiro de 1975. No dia 25 de Janeiro, no Palácio de Cristal, só houve tempo para ultimar os trabalhos do Programa em diferentes secções, antes de o Congresso ter de ser interrompido, a meio da tarde, quando falava Freitas do Amaral e o boicote da extrema-esquerda impediu a continuação dos trabalhos.

O mesmo Programa, nos §§ 143-147, adoptou e propugnou como modelo, para alcançar o “*Progresso Económico numa Sociedade mais próspera*”, a Economia Social de Mercado. Merece ser sublinhado que a Economia Social de Mercado é também, desde o Tratado de Lisboa, o modelo oficial preconizado para toda a União Europeia pelos tratados europeus. E frise-se que, diversamente do que, hoje, muitos parecem pensar, a Economia Social de Mercado é, historicamente, uma concepção originária e uma construção criativa da democracia-cristã (em especial, da democracia-cristã alemã) e não uma criação do socialismo ou da social-democracia.

Os Congressos seguintes do CDS reafirmaram e reforçaram essa marca, bem traduzida nos respectivos lemas: o II Congresso (Julho 1976), que foi, para mim, o mais rico dos Congressos do partido na inspiração transmitida e nos documentos impulsionados, designou-se “*Pelo Personalismo Cristão: Compromisso Popular e Europeu*”; o III Congresso (Dezembro 1978) teve por lema “*Liberdade e Justiça: Democracia-Cristã para Portugal e para a Europa*”; e o IV Congresso (Março 1981) reuniu sob o mote “*Pela Democracia-Cristã: com a AD, renovar Portugal*”.

O novo Programa do CDS, o segundo da sua História e aquele que está vigente, adoptado em Janeiro de 1993, reafirmou, aliás, esse carácter. A viragem à direita que se traduziu na mudança para Partido Popular fez cair todas as menções ao centrismo, mas não afectou a referência à democracia-cristã. Pelo contrário, tornou-a exclusiva e até mais dominante:

## «VALORES POLÍTICOS

### 1. *Pela democracia-cristã.*

*O Partido Popular é democrata-cristão. Somos humanistas: acreditamos no Homem como princípio e fim de toda a acção política. Somos personalistas: o que nos interessa é a defesa da vida, da liberdade e da dignidade da pessoa como um todo e de cada pessoa em concreto.*

*Somos democratas: consideramos que o sufrágio universal, o exercício da tolerância e a tradição crítica são a melhor forma de organizar a sociedade política, porque só esses valores garantem a limitação do*

*poder e permitem a realização da felicidade individual. E somos cristãos. É por isso que defendemos a procura do bem, o amor ao próximo e a prioridade aos mais fracos. É por isso que exigimos uma verdadeira ética social e a subordinação da política à ética.*

*Nesta concepção a democracia-cristã estabelece uma ligação indissociável entre o Cristianismo e os ideais democráticos da liberdade e da igualdade de oportunidades da justiça social e da defesa intransigente dos direitos do Homem, dirigindo-se a todos sem excepções e de igual modo. (...)*

### ***3. Representar o humanismo cristão em Portugal.***

*O Partido Popular, por ser democrata-cristão, é o único representante legítimo, em Portugal, de uma das grandes escolas do pensamento democrático europeu, a escola do humanismo cristão.*

*O Partido Popular assume com orgulho que faz parte da família histórica dos partidos populares e cristãos europeus, cujo contributo para a construção da democracia, para a preservação da paz e para o reforço da liberdade no velho continente é indesmentível.»<sup>15</sup>*

Não fiz parte dessas movimentações e não conheço por inteiro a sua teoria, que apenas segui e apreciei de fora. Mas não posso deixar de notar que a escolha da denominação Partido Popular é, em si mesma, uma escolha familiar nos partidos democratas-cristãos. O primeiro partido democrata-cristão europeu, fundado em Itália, por Don Luigi Sturzo, em 1919, chamou-se Partido Popular Italiano. E o partido europeu, que foi fundado a partir da UEDC para concorrer às primeiras eleições europeias, em 1979, chama-se PPE-Partido Popular Europeu, onde nos integramos no Parlamento Europeu.

A âncora e o tronco democratas-cristãos do CDS nunca me mereceram dúvidas, ainda que lhe preferisse sempre, no plano pessoal, a afirmação “personalista”, que é uma das suas correntes e aquela que sempre me atraiu como de maior substância, actualidade e futuro. Tive vários

---

<sup>15</sup> Os parágrafos seguintes do Programa recusam quer o carácter confessional, quer o carácter internacionalista desta afirmação democrata-cristã, aqui com referência ao projecto europeu.

escritos sobre isso. Na verdade, cedo me senti identificado com o pensamento de Jacques MARITAIN e boa parte da intervenção de Emmanuel MOUNIER ou, entre nós, de António ALÇADA BAPTISTA. Outros preferem a afirmação “social-cristã”.

Por minha parte, em matéria de afirmação política, nunca gostei de ir além da “*inspiração cristã*”, assim como é sabido (já o disse num Congresso) que nunca gostei de citar os Papas em apoio próprio ou da minha acção política ou do partido – e não é por vergonha, mas por não me sentir suficientemente digno disso.

Sempre tive algum reboço em jogar directamente o Cristianismo no tabuleiro da política. E sempre me revi neste parágrafo, já citado, do Preâmbulo do primeiro Programa do CDS, que me cheira que teve o dedo de Adelino Amaro da Costa: «*O C. D. S. não reivindica para si só, de modo nenhum, o monopólio da inspiração cristã que o anima; apenas reclama o direito de se definir em consonância com ela e de o poder declarar livremente.*»

A única excepção a esta minha inclinação pessoal foi a FTDC, que fundei e cujo manifesto de Fundação escrevi, como Federação dos Trabalhadores Democratas-Cristãos, o que teve a ver com razões específicas das correntes sindicais e da sua tradição própria, bem como com a sua integração imediata na UETDC<sup>16</sup>.

Seja como for, é na família e na história da democracia-cristã que me integro e a que pertenço; e, portanto, foi isso mesmo que percebi no CDS e foi isso também que me fez ficar nele, e voltar, e procurar sempre desenvolvê-lo nessa linha.

## **O equívoco conservador, democrata-cristão e liberal**

A certa altura, entrou nos corredores do partido esta ideia de que seremos “democratas-cristãos, conservadores e liberais”. Por mim, dis-

---

<sup>16</sup> União Europeia dos Trabalhadores Democratas-Cristãos. Ver: <http://www.eucdw.org>



cordo. Considero-o uma salada; e creio que, por um lado, tira-nos identidade e, por outro, diminui mais do que soma.

O problema esteve ligado à questão da “direita” ou das “direitas”, de que ainda falarei noutro lugar. Por efeito da tensão com a direita (a que já aludi) e também a um receio latente a respeito da “confessionalidade”, a certa altura apossou-se de círculos dirigentes do partido a tese de que não iríamos longe com a afirmação democrata-cristã e que era preciso sermos “mais abertos” ao modo do PSD. O CDS tinha ficado nos 16% em 1976 e aspirava a suplantá-lo, que, na altura, tinha ficado nos 24,5%. Entretanto, tinha-se feito a AD; e sondagens e outros estudos davam ao CDS valores cerca dos 19%. Esses círculos aspiravam a mais – e essa é boa parte da história da fábula dos “democratas-cristãos, conservadores e liberais”. Acreditavam que, assim, íamos somar; eu receava que, assim, iríamos perder.

Para mim, a substância da questão não era relevante, até porque, desde o princípio, sempre o CDS integrara nos seus fundadores e dirigentes pessoas de perfil mais “liberal”, como Vítor Sá Machado, e outros de marca “conservadora” (como João Porto, em modo britânico, ou Ruy Oliveira, em modo mais bávaro), a par de outros claramente “democratas-cristãos” (como Oliveira Dias ou Nuno Abecassis). Mas isso não constituía um problema nem para o partido, nem para ninguém, pois todos aceitavam o comum referente democrata-cristão e o ser-se “liberal” ou “conservador” era mais adjectivo do que substantivo: havia visões, sensibilidades e leituras mais liberais ou mais conservadoras da democracia-cristã; assim com as havia também mais centristas ou mais personalistas. Mas o dito “liberalismo” e o dito “conservadorismo” não estavam no mesmo plano da democracia-cristã e, portanto, não perturbavam o tronco identitário do partido. O mesmo sucedia com o lastro centrista e com o personalismo: não lhe faziam sombra, nem réplica, antes o integravam, pertenciam-lhe. Isto era relativamente pacífico, mesmo que não teorizado.

Agora, tratava-se de pretender fazer diferente e, “à la PPD”, buscar não um referente, mas uma tripla. Eu achava que isto era um erro – e ainda hoje acho. Creio, aliás, que a quebra do CDS no final dos anos ’80 teve a ver com isso: desguarneceu as fronteiras do partido e tornou-nos mais vulneráveis ao sorvedouro do voto útil.

Porventura a equação seria diferente se só houvesse um partido à direita do PS e nós fôssemos esse partido. Nessa eventual circunstância, independentemente de gostarmos, ou não, desse modelo, poderia dele não vir qualquer dano. Mas não era assim na concreta circunstância competitiva do CDS: no espaço à direita do PS, concorriam dois partidos. E, se um (o PSD) seguia um modelo ideologicamente pouco marcado, o modelo chamado de *catch all party* (partido-apanha-todos), o outro – isto é, o CDS – tinha vantagem em ser doutrinariamente muito claro e contrastar por aí: a operação de que necessitava era ir ampliando pacientemente, metodicamente, o seu apelo; e não de diluir e comprometer a sua identidade.

No VI Congresso do CDS, em Aveiro (Fevereiro 1985), ao defender a Moção de Estratégia que apresentara, critiquei essa opção, no discurso que fiz aos congressistas: *«Agora, parece que somos democratas-cristãos, conservadores e liberais. Isto é, somos conservadores às segundas, quartas e sextas; liberais, às terças, quintas e sábados; e democratas-cristãos, ao domingo, que é dia de ir à missa.»* Recebi logo uma vaia monumental do Congresso, que me impediu de terminar o discurso. E voltaria a poder falar apenas no encerramento do debate.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Na moção de estratégia que apresentei ao VI Congresso (Aveiro, Fevereiro 1986) abordava o tema nos seguintes termos: *«4. Um caminho certo - um referencial seguro. Uma das raízes fundamentais da crise portuguesa consiste na flutuação permanente dos principais agentes políticos, ao sabor de modismos de circunstância ou de repentismos de ocasião. Foi o tempo de toda a gente ser “socialista” - é agora o tempo de todos serem “liberais”. Como sempre, a confusão no plano das ideias tem sido a principal inspiradora da confusão no plano dos factos. O CDS deve recusar arnastar-se na crise do sistema em todos os planos em que se manifesta, começando pela crise doutrinária que afecta os principais protagonistas do regime. A coerência doutrinária e a perseverança de estratégia política são condições indispensáveis ao êxito do CDS e à regeneração do País. Aberto e potenciador, desde sempre, dos impulsos de liberalização da sociedade portuguesa, o CDS não é apenas, nem essencialmente, um partido conservador ou neoliberal. É humanista e democrata-cristão o seu quadro de referência, que comporta o fundamental das energias liberalizadoras contra o estatismo reinante, com os limites necessários a não reabrir, antes encerrar, a Questão Social e a reunir e mobilizar o apoio activo e a participação dinâmica de todos os portugueses. Solidez doutrinária e determinação estratégica são elementos indispensáveis à consolidação e reforço, ao crescimento e alargamento do CDS, bem como condição essencial a que o País possa, finalmente, fazer escolhas certas sobre propostas seguras.»* A moção intitulava-se “POR UM CDS CONSEQUENTE. POR UM CDS LIDERANTE. Um projecto humanista de afirmação de Portugal”.

Caricaturando embora, esse era, de facto, o problema: a perda de uma identidade clara, fosse por preguiça do partido em a definir tema a tema, fosse por mero tacticismo de *marketing*. Mas, para os eleitores e simpatizantes, era aborrecido ir em busca de um democrata-cristão e dar de caras com um liberal ou ir em busca de um liberal e dar de caras com um conservador. Para isso, estava lá o PSD, que o fazia melhor do que nós e sem dificuldade – além disso, tinha a vantagem de ser maior e, assim, oferecer mais rapidamente o acesso ao poder, para quem se guiasse sobretudo por isso.

Havia ainda um problema adicional: o fomento de antagonismos e rivalidades, abandonando a política integradora do partido em torno e dentro de um mesmo tronco, suficientemente amplo, suficientemente identitário, suficientemente comum – este era o modelo dos partidos democratas-cristãos, experimentado com sucesso em vários países europeus e latino-americanos. O problema podia ser menos intenso entre ditos “conservadores” e ditos “democratas-cristãos”, uma vez que a democracia-cristã é, em parte, uma espécie de corrente conservadora católica, em países latinos com forte peso da Igreja e sem tradição política conservadora. Mas era agudo quando chegávamos aos ditos “liberais”, porque estes gostam de desmarcar-se e, até, de desdenhar da democracia-cristã, apreciando transmitir uma imagem de ser “retrógrada” e “ultrapassada”<sup>18</sup>, por contraste com os “modernos”, que seriam eles próprios, os “liberais”. Ora, nenhum partido identitário cresce assim, com correntes que conflituam e, no plano conceptual, não têm integração possível entre si.

A deriva “democratas-cristãos, conservadores e liberais” não somou. Antes realmente diminuiu. Pode ser um acaso, mas foi o que aconteceu na realidade. O CDS dos 16% quebrou para 12,6%, em 1983, à saída da AD; e, depois, ainda para 10,0%, em 1985; e de novo para 4,4%, em 1987 e 1991, fustigado pelo implacável “voto útil”. Quem ganhou com isso? Uma outra amálgama de “conservadores, liberais e democratas-cristãos” e de mais

---

<sup>18</sup> “Ultrapassada” ou não, a democracia-cristã, na cronologia histórica, é, pelo menos, um século mais moderna que o liberalismo.

uns *tutti quanti* de centro e de direita que se juntaram no “cavaquismo” e no PSD dos “cavaquistões”.

Na história do CDS, creio que, se Freitas do Amaral não tem deixado a liderança do CDS em Dezembro de 1982, o CDS teria suplantado o PSD nas eleições legislativas seguintes. Para não entrar em mais pormenores, a forma como liderou todo o espaço nas eleições presidenciais de 1985/86 – e esteve a um palmo de ganhar – prova que as condições políticas estavam maduras para uma liderança de matriz CDS clássica, no espaço à direita do PS. Mas as coisas são como são; e foram como foram.

No tempo dessa evolução para os “democratas-cristãos, conservadores e liberais” em 1983, a seguir ao Congresso do Maria Matos (o V Congresso), decidi afastar-me da política activa e sair das listas parlamentares. Lembro-me de que o Gomes de Pinho, quer por ele próprio, quer por indicação do Francisco Lucas Pires, quis falar comigo, pedindo-me que continuasse. Disse-lhe apenas que não acreditava e que estava em tempo de ir fazer outras coisas na minha vida. Não houve qualquer zanga e sempre tive pelo Lucas Pires o maior respeito, estima e admiração, mesmo quando discordava<sup>19</sup>. Mas lembro-me de ter comentado isto ao Gomes de Pinho: *«Embora eu não pense assim, vocês são capazes de ter razão quanto a que a democracia-cristã não dê talvez para irmos mais longe que os 16%. Mas ainda está para ser inventada a fórmula que dê para chegar sequer aos 16%.»*

Na moção “2009”, também tratei desta questão, de modo desenvolvido, na perspectiva que defendo:

*«A doutrina não é adversária do crescimento. Ao contrário, é garantia de sedimentação, farol de chamada, fonte de inovação, cultura de alargamento e integração, pilar de resistência, cimento de unidade, selo de coerência. Traz-nos raízes, assegura-nos grelha de leitura, rasga-nos visão de futuro, alarga-nos família internacional e quadro de solidariedade externa.»*

---

<sup>19</sup> Lucas Pires conduziu, aliás, enquanto Presidente do CDS, um trabalho marcante de reflexão política no chamado “grupo de Ofir”.

*É também daqui, desta inspiração personalista, que retiramos a **moderação** e a **tolerância**, a **ponderação** e o **equilíbrio**, não só como estilos, não só como métodos, mas também como importantes valores políticos em si mesmos.*

*É ainda dessa base que arranca a razão por que somos tanto pela competência, mas com **recusa do tecnocratismo**, sempre tão vazio de alma, de sentido e de rumo. E é isso também que nos liberta de qualquer dependência de grupos de interesses – **não obedecemos a interesses, seguimos ideias**.*

*Ter a doutrina personalista e democrata-cristã claramente afirmada, cultivada, conhecida, estudada, aprofundada, declinada e reconhecida é o maior, o mais sólido e o mais poderoso dos capitais políticos intemporais do CDS, do nosso partido.*

*O regresso da primordial afirmação democrata-cristã do CDS ao eixo central da nossa apresentação e comunicação é a linha a que devemos em larga medida cinco traços essenciais: identidade, união, consistência, credibilidade, marca. Por isso, a devemos prosseguir e aprofundar.*

*Já houve tempos na história do partido em que se quis como que abrir um debate fracturante entre os conceitos democrata-cristão, conservador e liberal. Seria um erro reabrir essas questões. Sempre que partimos à aventura de um partido menos caracterizado, perdemos. Desencontrámo-nos e abrimos algumas vezes algumas crises inúteis, crises contra nós, de que as piores de todas foram crises de identidade. Sempre que, ao invés, nos reunimos na **afirmação comum da nossa matriz referencial**, consolidámo-nos e avançámos.*

*O CDS, afirmando-se democrata-cristão, sempre teve correntes mais conservadoras e correntes mais liberais. E assim deve continuar tranquilamente, em torno de uma matriz clara, comum, que corresponde à nossa base de apoio preponderante, democrata-cristã e personalista. Uma vez efectuada e consolidada esta fundamental reafirmação matricial, em torno do sólido tronco democrata-cristão – contemporâneo, personalista, aberto –, devemos continuar abertos ao **diálogo político estruturado e com capacidade integradora**: com todos os que preferam definir-se como conservadores ou como liberais; com todos*

*os personalistas militantes, mais exigentes nas questões sociais ou dos direitos humanos; e, em geral, com todos aqueles democratas que, à direita da esquerda, nos procurem e queiram caminhar connosco, bem como captando todos os desenganados com a estéril e vazia sementeira de ilusões, tão própria das esquerdas. Para fazermos isso com sucesso, integrando em lugar de fracturar, crescendo em vez de nos pulverizarmos, acrescentando em vez de desagregar, temos que preservar, cultivar e valorizar esta forte consciência doutrinária colectiva, partilhada por todos, como base e coluna, como cimento partidário e como fonte, eixo e motor do nosso próprio modelo de construção, de crescimento e de acção políticas.»<sup>20</sup>*

Ainda hoje penso o mesmo. E continuo a constatar o mesmo, trinta anos depois.

Além das razões de fundo, como é óbvio: a inspiração cristã é das componentes decisivas e determinantes nas minhas escolhas políticas.

## **A questão da família e dos valores humanos**

Quando o CDS foi formado, não havia grande debate sobre a família e sobre os valores humanos. A única questão que, na altura, se debatia era a do divórcio civil para casais separados que haviam casado catolicamente. O CDS admitia-o; e uma revisão pontual da Concordata, em 1975, veio a permiti-lo, o que uma alteração posterior do Código Civil regulou<sup>21</sup>.

A agenda política e social, no país e no mundo, era dominada por outras questões. E ninguém seria capaz de imaginar que os debates que hoje se cruzam na temática familiar viriam sequer a abrir-se. Por isso, não pode estranhar-se que os documentos fundacionais do CDS nada dissessem a esse respeito – não eram questões. Mas também não sur-

---

<sup>20</sup> In moção de estratégia “2009”, citando a última versão já acima identificada. Os trechos a negrito constam assim do original.

<sup>21</sup> Freitas do Amaral relata nas suas memórias um pequeno debate interno a este respeito, ainda durante os preparativos da fundação do CDS. Ob. cit., pág. 194.

preende que, à medida que esse debate se foi abrindo e desdobrando, o CDS fosse chamado a assomar-se à primeira linha e os militantes sentissem como pontos fundamentais de identidade do CDS a defesa do direito à vida e da família fundada no casamento de homem e mulher como união estável, independentemente das incidências da vida pessoal de cada um.

Isso era uma decorrência natural do humanismo personalista e da dignidade suprema da pessoa humana, afirmados na Declaração de Princípios; e era também a tradução da consolidação da afirmação democrata-cristã do partido e da influência do pensamento católico no seu seio.

De resto, o primeiro Programa do CDS, de 1975, traduzia-o suficientemente em diferentes trechos. No Preâmbulo, afirmava o dever de «*lutar pela revalorização social da família como elemento-base da estrutura colectiva e pela conquista, para a Mulher, do lugar a que tem direito na vida comunitária.*» No § 34, adoptava a Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Nações Unidas, destacando alguns direitos, entre os quais, o «*direito à protecção da família como elemento fundamental da sociedade*». E dedicava toda a primeira parte de um capítulo («*Pela Igualdade das Pessoas numa Sociedade mais Justa*») à família, nos §§ 57 a 66, sob o título «*Uma Família com Esperança*» – deste capítulo constavam várias ideias e propostas, entre as quais precisamente a «*introdução no sistema fiscal do regime do “quociente familiar”*», que só agora, em 2014, quarenta anos depois, viria a ser consagrado, justamente pelo impulso do CDS<sup>22</sup>.

O debate sobre o aborto, que já estava latente na sociedade portuguesa, foi o primeiro a entrar na agenda política e parlamentar, a partir de 1982 e 1984. E logo se viu uma diferença entre a intervenção do CDS e a do PSD. O PSD, mesmo quando a maioria ou a quase totalidade dos seus deputados, votava no mesmo sentido do CDS, tendia a não tomar posição como partido, deixando a decisão aos deputados ou

---

<sup>22</sup> O trabalho de Paulo Nuncio, como secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, não pode deixar de ser registado e aplaudido neste particular.

ao grupo parlamentar. Já o CDS tomava posição enquanto partido, afirmava-a e defendia-a publicamente.

Esta diferença não surpreende e é um dos traços mais característicos das diferentes naturezas do CDS e do PSD, o primeiro como partido doutrinário, o segundo como partido pragmático.

Assim prosseguiu o enquadramento geral destes debates, quer quando a questão do aborto volta em força na segunda metade da década de 90' até ao segundo referendo de 2007, quer na questão das uniões homossexuais e do casamento e adopção neste quadro, ou noutras questões “fracturantes” que se têm introduzido, como a investigação destrutiva de embriões humanos, as barrigas de aluguer, a procriação medicamente assistida (a PMA) em situações que não são de infertilidade, a eutanásia, o suicídio assistido.

Os debates internos, discretos, sobre o modo de posicionamento do partido não são novos. Lembro-me de que também nos anos de 1982 e 1984, nos primeiros grandes debates sobre o aborto, havia, sobretudo entre os “pragmáticos”, os que resmungassem internamente, dizendo que *«o partido não vai a parte nenhuma com essa agenda»* e que *«vocês acham que a Igreja vos vai agradecer muito, mas a Igreja vota é no PSD e no PS»*. Curiosamente, aqueles, os “liberais”, que poderiam ter mais reservas de fundo, eram pouco sensíveis a estas considerações tácticas e aceitavam espontaneamente que a posição do partido devesse ser a que era afirmada; e não alardeavam as suas sensibilidades pessoais, votando calmamente com o CDS.

O CDS agia daquele modo não porque “a Igreja” mandasse ou para lhe agradar<sup>23</sup>, mas porque essa era a orientação que resultava naturalmente do espírito da larga maioria, senão da generalidade, dos seus membros e que era decorrência directa tanto dos princípios e valores

---

<sup>23</sup> O debate e a reflexão sobre onde vota ou não vota a Igreja, se é que a Igreja vota, é um debate longo e interminável, que não se pode circunscrever a estas questões fracturantes, mas toca muitas outras questões políticas quer de forma, quer de substância, nomeadamente as questões sociais e todas as de ordem ética.



afirmados nos principais textos fundadores (Declaração de Princípios e primeiro Programa), como da índole dominante das pessoas que concretamente se agregaram no CDS. Esse era também, por sinal, um traço distintivo do PSD – e, portanto, uma razão de justificação de existência própria.

Bem sei que viria a tornar-se habitual invocar a respeito destas matérias o direito a liberdade de voto em “questões de consciência”. Independentemente do debate sobre a liberdade de voto parlamentar – que é toda uma outra questão –, não creio que as votações parlamentares possam ser divididas entre as que são de consciência e as que não são. Salvo questões estritamente técnicas, não há certamente matéria ou problema sobre que alguém não possa, legítima e validamente, invocar uma objecção ou um dever de consciência. E, por outro lado, em rigor, nas votações parlamentares relevantes, não estão em causa questões de consciência, mas sempre questões políticas: tudo o que é matéria de lei é uma questão política por natureza das coisas.

Os deputados, individualmente, podem sempre votar como entenderem e a sua consciência lhes ditar, assumindo as correspondentes responsabilidades e talvez consequências; mas os partidos não podem deixar de ter posição, procurando escudar-se também eles nesse alibi, que não se lhes aplica. Ao furtarem-se a tomar posição clara em qualquer matéria que seja, os partidos defraudam a política e, nalguma medida, também os eleitores. Os eleitores têm o direito de saber no que é que votam, sob pena de a democracia deixar de ser representativa, mas senhorial.

Ambas aquelas matérias são, aliás, bem fundamentais e correspondem a valores políticos e sociais de primeira grandeza: uma, a vida, é o primeiro e o mais fundamental de todos os direitos humanos; outra, a família, o artigo 16º, n.º 3 da Declaração Universal dos Direitos do Homem declara-a – e muito bem – como «*o elemento natural e fundamental da sociedade.*»

Por isso, a posição clássica e tradicional do CDS é aquela que penso ser a correcta, a cem por cento. É a posição que honra a dignidade

e transparência da política e a que traduz, também nestes domínios sensíveis, a sua identidade como partido doutrinário.

Não nos limitamos a votar, o que é indispensável, mas o mínimo. Afirmamos os valores e princípios em que acreditamos; e batemo-nos por eles. Podemos perder, é certo – e a maré não vai famosa. Mas é a única forma de podermos vencer. Da outra é que só podemos perder.

Também é essa a posição que conduz o CDS a prestar um serviço relevante ao sistema político.

Na verdade, todos estes debates são debates culturais antes de serem políticos: têm a ver com a cultura da vida, ou a ausência dela, e com a cultura social a respeito da família e do que esta é. E as posições que manifestamos não são uma qualquer invenção nossa ou propostas políticas de ocasião, mas resultado de longa e antiqüíssima sedimentação cultural e, para alguns, civilizacional.

Nas questões que os seus introdutores designaram de “fracturantes”, este é, portanto, de algum modo, para simplificar, um debate de cultura e contra-cultura. E seria surpreendente que, nos partidos do arco parlamentar, havendo três ou quatro partidos que assumem ou alinham pelas posições da “contra-cultura”, não houvesse um só partido relevante que assumisse a representação da “cultura”, a sustentasse e explicasse capazmente e a defendesse dos seus críticos e atacantes. O quadro seria pior que surpreendente: seria uma amputação da democracia e da representação política.

O CDS engrandece-se, prestigia-se e fortalece-se, a meu ver, sempre que é capaz de assumir essa posição de representação e defesa de valores fundamentais. E fragiliza-se quando se aproxima do modelo PSD e esbate a sua intervenção ou deslava os seus argumentos, entrando por escapatórias formais ou meras proclamações laterais. É certo que são temas difíceis; por isso mesmo precisam de quem os interprete bem e defenda com convicção.

Seria bom, aliás – e crucialmente necessário – que, finalmente, o partido lhes dedicasse também atenção continuada à escala internacional,

onde se desenvolvem e de onde irradiam, actuando de forma consequente no plano do diálogo político internacional, que é hoje incontornável e onde participamos, devendo, também aí, sermos actores, atentos e activos.

Estes temas da vida, da família e dos valores humanos não são certamente os temas únicos da agenda do CDS. Seria estúpido e altamente redutor sustentá-lo. Mas fazem parte dos dez ou doze temas mais relevantes da agenda política e social contemporânea de um partido que se rege pelo humanismo personalista de inspiração cristã, como é a definição estatutária do CDS.

## Partido municipalista

Durante anos, tornou-se praticamente um ritual ouvir uma frase de Adelino Amaro da Costa, citando Konrad Adenauer. A frase, que muitos ouvimos ou dissemos também e algumas vezes lemos em murais de sessões, dizia isto: «*Como afirmava Adenauer, os Municípios estão para os partidos democratas-cristãos como os sindicatos estão para os partidos socialistas. a) Adelino Amaro da Costa*»

Honestamente, tenho de confessar que nunca ouvi Amaro da Costa dizê-lo, nem li alguma vez a frase original de Adenauer; mas não ponho minimamente em dúvida o rigor da citação, que oiço desde há muitos anos e também repeti várias vezes. Sei que Amaro da Costa, como Freitas do Amaral, e todos os fundadores e primeiros dirigentes, pensavam unanimemente assim – e agiam em consequência. Também participei nisso nos primeiros anos, quer no partido, quer, a partir de certa altura, no IFPM-Instituto Fontes Pereira de Melo (um IDL para as autarquias), presidido por Rui Pena e cuja revista mensal se intitulava justamente “Municipalismo”.

Por isso, estranhei quando, voltando à actividade partidária no final dos anos '90, a seguir ao Congresso de Braga de 1998, ouvi que tinha crescido e se desenvolvia a ideia e a tese de que «*o CDS-PP não é um partido autárquico*» e senti um desinteresse crescente pela política

autárquica. Procurei contrariar esta ideia, que se foi generalizando e que resultava, a meu ver, de quatro factores: um, o pouco interesse dado, em paralelo, às estruturas locais do partido, conjugado com uma implantação territorial que se havia fragilizado muito; segundo, a maior dificuldade que a direcção do partido sentia em organizar-se para disputar eleições locais, por comparação com eleições nacionais; terceiro, a desmoralização que resultava das irrisórias percentagens nacionais obtidas aquando das eleições locais, factor que se agravava quando parte da votação CDS estava diluída por coligações locais diversas; e, quarto, uma lenda falsa construída a partir de uma memória errada dos tempos da “crise do táxi”.

Na verdade, no difícil período de 1987/1995 (o período do “táxi”), onde o CDS resistiu melhor foi, ao contrário da tal “lenda”, justamente nos Municípios, apesar do assédio insistentemente feito por estruturas do PSD e de muitos autarcas CDS terem cedido a tais pressões e acenos. Enquanto nas eleições legislativas nacionais de 1987 e 1991 o CDS obtinha percentagens de apenas 4,4%, os autarcas do partido conseguiram 9,1% e 8,4% nas autárquicas de 1989 e 1993, respectivamente, ganhando ora 20, ora 13 presidências de Câmaras Municipais – melhor que isto, só nas europeias, onde não funcionava nem o voto útil, nem o assédio e pressões locais dos vizinhos PSD.

A final de contas, foi aquele lastro autárquico que, nesses oito anos de difícil deserto, objectivamente preservou um relevante suporte eleitoral e territorial do partido; e foi este suporte que, passado o compressor do cavaquismo, permitiu à renovação do partido subir logo para 9,1% nas legislativas de 1995. O lastro autárquico do CDS era tão forte e resiliente<sup>24</sup>, apesar de muito negligenciado, que o CDS-PP obteve ainda uma votação nacional de 5,7% (e 8 presidências de Câmaras Municipais) nas autárquicas de 1997, que abriram a crise que levaria à saída de Manuel Monteiro da liderança – e a percentagem obtida era realmente um

---

<sup>24</sup> Nas primeiras eleições autárquicas, em Dezembro de 1976, o CDS conquistou a presidência de 36 Câmaras Municipais, com uma votação nacional de 16,6%. E, nos tempos da AD, chegou a presidir a mais de 40 Municípios.

pouco maior, pois, nessas eleições, o CDS fizera várias coligações locais com o PSD, nomeadamente no distrito do Porto, onde ficaram diluídos cerca de 3% dos votos nacionais.<sup>25</sup>

Esse embaraço do partido com as eleições autárquicas prosseguiu em 2001<sup>26</sup> e, como Presidente, apanhei o seu ponto mais baixo em 2005<sup>27</sup>.

O que fiz, a seguir, foi procurar organizar uma Rede de Autarcas DC<sup>28</sup>, muito bem dirigida generosamente pelo José Gagliardini Graça – e praticamente assegurada só por ele, com o Martim Borges de Freitas, dada a grande falta de recursos da altura –, e redinamizar articuladamente a implantação local do partido, além de fazer discutir e adoptar, em Comissão Política, a **Carta do Autarca Democrata-Cristão**<sup>i</sup>, documento que, não percebo porquê, nem em que circunstâncias, viria a ser abandonado depois de 2007.

Durante algum tempo, apercebi-me que, embora a Carta do Autarca Democrata-Cristão sumisse, a generalidade das suas orientações permanecia no portal do CDS-PP; mas, mais tarde, até estas parecem ter desaparecido, apagando-se orientações políticas características dos autarcas CDS e passando a indicar-se meras informações funcionais genéricas para diferentes sectores de acção autárquica.

---

<sup>25</sup> Para se fazer uma comparação directa, tenha-se presente que, nas últimas eleições autárquicas em 2013, o partido obteve uma votação nacional de 3,0% (de facto, mais, pois 13,4% da votação nacional ficou diluída em várias coligações locais com participação do CDS) e 5 presidências de Câmaras Municipais.

<sup>26</sup> O CDS-PP obteve 3 presidências de Câmaras Municipais e teve uma votação nacional de 3,7% (de facto, mais, pois 11,0% da votação nacional ficou diluída nas coligações locais com participação do CDS).

<sup>27</sup> O CDS-PP ganhou apenas 1 presidência de Câmara Municipal e teve uma votação nacional de 3,1% (de facto, mais, pois 11,6% da votação nacional ficou diluída em coligações locais do CDS).

<sup>28</sup> Eram estes os trechos específicos da moção “2009”: *«Temos que consolidar a nossa implantação autárquica e que apoiar devidamente a nossa rede de autarcas. (...) Temos que preparar, desenhar e estabelecer novos quadros flexíveis de trabalho político territorial e de reflexão estratégica supramunicipal, ajustados aos novos mapas de organização desconcentrada ou descentralizada da administração do Estado e autárquica.»*

A Carta do Autarca pode naturalmente ser revista e actualizada, não sendo, nem devendo ser de todo um documento imutável; pelo contrário. Mas aquela que foi adoptada era um importante referente político e identitário. Partindo de uma muito boa proposta inicial do Paulo Núncio, revista e completada por mim, continha 20 orientações agregadas em quatro capítulos, que valem e definem uma identidade autárquica: *Autarquias Amigas da Família; Autarquias Amigas do Contribuinte; Autarquias Amigas do Ambiente e do Património; Autarquias Amigas do Cidadão*. A estas, fui acrescentando outras ao nível do discurso e que careceriam ainda de melhor sedimentação, como *Autarquias Amigas da Economia*. E adoptei uma linha, várias vezes afirmada e reafirmada, que me parece ter entrado progressivamente no discurso comum do partido: o CDS e os seus autarcas são especialistas daquilo que designei de “*políticas de proximidade*”, o que constitui um nosso específico olhar e vocação de serviço público e comunitário.

Era uma ideia primordial que estava bem marcada logo nos primeiros parágrafos da Carta:

*«Renovando o seu compromisso de sempre com o Municipalismo, os autarcas democratas-cristãos comprometem-se, nos termos da presente Carta, a defender e promover políticas personalistas na administração autárquica, nomeadamente nas **políticas de proximidade**, como as políticas de família, as políticas sociais e comunitárias (com relevo para a educação, saúde e acção social) e as questões de segurança, nas **políticas ambientais e de património**, nas linhas de desenvolvimento local e regional, nas novas **políticas das cidades e de integração metropolitana**, no apoio às actividades económicas e à iniciativa particular ou social, na promoção de uma **fiscalidade municipal responsável e limitação da carga fiscal**, na dinamização da **participação cívica e comunitária**.»<sup>29</sup>*

Outra linha identitária bem marcada, nesta sequência, foi a da gestão equilibrada e responsabilidade tributária dos Municípios e dos autarcas:

---

<sup>29</sup> Os trechos a negrito constam assim do original.

*«Os autarcas democrata-cristãos assumem o compromisso de promover uma gestão eficiente, equilibrada e transparente dos serviços públicos autárquicos, reduzindo, em simultâneo, a pesada carga fiscal que hoje onera tanto as famílias como as empresas. A redução dos impostos locais (IMI, IMT e Derrama) constitui um factor decisivo para promover e favorecer a família, dinamizar o tecido social e económico e contribuir para a criação de mais postos de trabalho e de mais riqueza ao nível municipal, bem como para fomentar políticas urbanísticas, de desenvolvimento, de combate à desertificação e de recuperação de concelhos do interior.»<sup>30</sup>*

O trabalho com os autarcas e a redinamização das estruturas locais prosseguiram depois de 2007; e esse esforço acabaria por dar os seus frutos também nos resultados autárquicos, embora a recuperação seja naturalmente lenta. Em 2009, o partido voltaria a ganhar apenas uma presidência de Câmara Municipal e obteria uma votação nacional de novo de 3,1% (de facto, mais, tendo em conta que 15,8% da votação nacional ficou diluída nas coligações locais feitas pelo CDS). Mas, em 2013, o partido conquistou 5 presidências de Câmara Municipal, embora a sua específica votação nacional fosse apenas de 3,0% (de facto, mais, uma vez que 13,4% da votação nacional ficou diluída em várias coligações locais com participação do CDS).

As coisas passam-se como na anedota do camponês brasileiro que, numa reforma agrária, se queixava ao governo estadual de que lhe haviam entregue umas terras que não davam nada. Ao que o governo mandou umas equipas técnicas, que demarcaram uma pequena área, que lavraram, semearam e plantaram. Voltando as equipas uns meses depois para verificar os resultados, o camponês anuiu e comentou: *«Ah! Plantando, dá...»*

Os frutos do trabalho autárquico retomado sentiram-se também nos resultados das eleições legislativas nacionais, em articulação com o trabalho político paralelo feito com a agricultura e o mundo rural, que creio funda-

---

<sup>30</sup> *Idem.*

mental e a que também dediquei muita atenção, com a ajuda especializada e valiosa do José Pimentel Castro Coelho. Na verdade, são as estruturas e relações de base que sustentam e suportam o partido, em quaisquer circunstâncias, sejam de maré alta ou maré baixa. E os frutos desse trabalho vêm-se e colhem-se tanto nas autarquias onde temos condições para vencer, como nas outras onde tal não acontece, mas onde esse trabalho e o prestígio granjeado concorrem igualmente para a mancha territorial do partido.

O fundamental é prosseguir e nunca interromper esse trabalho – sobretudo não voltar à ideia errada, e fatal, de que “o CDS não é um partido autárquico”.

Penso que o CDS ou é um partido autárquico, ou não é CDS. Regressando à frase de Amaro da Costa, a componente autárquica e a identidade municipal fazem parte do ADN de um partido que se reclama do humanismo personalista de inspiração cristã e o traduz naturalmente no personalismo comunitário. Assim como dizemos, na linha da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que a família é a célula fundamental da sociedade, assim podemos dizer que **o Município é a célula fundamental do território**.

Por isso, considero particularmente surpreendente, incompreensível e negativo que, ultimamente, quer em círculos dirigentes, quer noutra corrente interna, tenham avançado ideias de redução abrupta do número de Municípios por razões financeiras e de reestruturação administrativa. Claro que não há nada de mal na fusão de Municípios por força de razões locais que o justifiquem, assim como, noutros locais, podem ser criados novos por divisão – essa é a forma correcta de agir, quando se justifica e com o apoio e para melhor serviço das populações. Mas é errado definir uma operação a régua e esquadro, por aplicação matemática: os Municípios serem reduzidos a metade, ou a  $1/3$ , ou a  $2/5$ , ou a  $3/4$ , ou ao que seja. Os Municípios resultam das populações em comunidade territorial; não são repartições do Estado e não resultam desse arbítrio geométrico ou matemático, nem lhe podem estar sujeitos.

O problema do eventual excesso de gastos administrativos na estrutura municipal não tem a ver com o excesso de Municípios, mas, quando



muito, com o excesso de pessoal político autárquico, que bem pode e deve ser drasticamente reduzido. Seria caricato que, para protecção de clientelas, os partidos viessem a preferir sacrificar Municípios e, portanto, a própria identidade local e proximidade às populações, em lugar de reduzirem o número abundante de cargos (e tipos de cargos) que foram criados e não têm indispensável razão administrativa. Aqui, há muito a fazer.

Nem podemos dizer que, em Portugal, o número de Municípios (308, actualmente) seja excessivo, em termos europeus comparados. Pelo contrário. Em Espanha, são 8.117 os Municípios – só em Castela-Leão, são 2.248; e 315 na pequena Galiza, mais do que em Portugal. A Itália conta com 8.048 Municípios e França 36.681 comunas. Este número é já posterior às várias medidas adoptadas em França para tratar da questão do desajustamento territorial, fundindo ou desagregando Municípios; mas isto resultou, entre 1971 e 2009, apenas numa redução de 1.100 comunas: 1.343 fundidas e 243 novas, criadas por divisão. E a Bélgica, que tem uma população igual à nossa num território que é 1/3 do nosso, dispõe actualmente de 589 Municípios (comunas), depois de uma recente reorganização territorial em 1975 – na fundação do Estado belga, em 1831, eram 2.739.

O CDS deve continuar a investir e a valorizar a sua vertente municipal. Isso torna-o, a um tempo, mais genuíno, mais enraizado e mais forte. E não pode alienar, de maneira nenhuma, o seu compromisso doutrinar com o Municipalismo e, mais amplamente, com a descentralização e a subsidiariedade.

## Partido europeísta

O CDS é um partido europeísta, um partido da construção europeia. A orientação política resulta directamente da Declaração de Princípios, em que logo se definiu que, *«pela sua posição na Europa, defendemos que Portugal se organize de forma acelerada com vista à integração no Mercado Comum<sup>31</sup>.»*

---

<sup>31</sup> Mercado Comum ou Comunidade Económica Europeia (CEE) correspondia ao que, hoje, é a União Europeia.

Essa orientação era reafirmada e reforçada no primeiro Programa do partido, em 1975, onde se defendiam (§ 2) *«negociações com a Comunidade Económica Europeia, com vista à progressiva integração de Portugal no Mercado Comum, sem prejuízo da imediata harmonização da nossa legislação económica com a prevalecente nessa Comunidade»* e (§ 3) *«adopção de uma atitude positiva em face da união política e monetária europeia prevista para 1980 e defesa de instituições comunitárias europeias democráticas e fortes.»*<sup>32</sup>

Não significava isto uma orientação externa mono-europeia. De todo! A orientação do CDS foi sempre a de valorizar a História do país e a sua posição geopolítica, com uma política externa diversificada e aberta, assente sobretudo na articulação de três vectores: Atlântico, Europa e Lusofonia.

Escrita em 1974, ainda antes da descolonização, a Declaração de Princípios acrescentava ao excerto inicial: *«Pela sua posição no Atlântico, defendemos que Portugal funcione como placa giratória entre espaços geo-económicos e culturais diferenciados, como a Comunidade Económica Europeia, o Brasil, e os Estados africanos de raiz lusitana. Pela sua posição em relação à República Popular da China, sedimentada em Macau, defendemos o imediato estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e aquela Nação.»*

*«Prendemos para o nosso País a continuidade das velhas amizades, em especial com o Reino Unido, a França e os Estados Unidos da América, o restabelecimento de relações com os países árabes e o reforço das já existentes com a América Latina, de forma muito particular com o povo brasileiro. Prendemos, em geral, para o nosso País, o lançamento de novas bases de cooperação com todos os povos, na linha já encetada com os países do Leste Europeu.»*

Por seu turno, o primeiro Programa do partido, adoptado no início de 1975, dedicava à política externa os dois capítulos iniciais (*«Pela*

---

<sup>32</sup> A esta distância temporal, não deixa de impressionar o carácter precursor deste § 3 do Programa do CDS. Estávamos em 1975. A União Política e a União Económica e Monetária só viriam a ser adoptadas pelo Tratado de Maastricht, em 1992.

*independência e dignidade de Portugal num Mundo cooperante» e «Pela solidariedade efectiva dos Estados de expressão portuguesa na independência e dignidade»*), cujas orientações eram especificadas nos §§ 1 a 33 e de que os respectivos parágrafos preambulares sintetizavam bem o espírito e orientação geral do partido. Resumia o primeiro: «*Portugal, nação com oito séculos de História e uma posição geopolítica privilegiada, tem o direito e o dever de adoptar uma política externa que procure, acima de tudo, preservar a sua autonomia e os seus valores culturais e humanos num clima de intensa e aberta cooperação internacional. Fiel à sua vocação europeia e traduzindo-a de forma mais expressiva e concreta, Portugal poderá, numa Europa unida, ser elo de cooperação entre povos e culturas muito diferentes.*» E condensava o segundo: «*Sem qualquer demissão das suas responsabilidades históricas e humanas, recusando eventuais surtos de imperialismo ou de neocolonialismo, Portugal deverá manter e consolidar apertados laços de fraternidade ente os povos de língua portuguesa. Num projecto comum, de solidariedade e respeito mútuo, Portugal deverá ser um parceiro digno e actuante numa comunidade progressiva de países de expressão lusíada.*»

O tripé da política externa defendida pelo CDS ressalta também do Programa vigente, adoptado em 1993, em pontos específicos do Capítulo II, «*Valores Políticos*»: Europa – ponto «*14. Um partido europeísta*»; Atlântico – ponto «*18. Pelo atlantismo*»; e Lusofonia – pontos «*17. A vocação Africana e a ligação com o Brasil*» e «*19. Em defesa da Comunidade Lusíada.*»

O europeísmo do CDS seria bem evidenciado no primeiro Governo da Aliança Democrática, em que coube ao Presidente do CDS, Freitas do Amaral, como ministro dos Negócios Estrangeiros, relançar o processo de integração europeia de Portugal, tendo-a definido como «*a prioridade das prioridades*» da política externa portuguesa. A candidatura de Portugal ao Mercado Comum havia sido apresentada por Mário Soares, em 1976, logo no I Governo Constitucional – uma posição apoiada também pelo PSD e pelo CDS –, mas ficara, entretanto, paralisada pela instabilidade governativa em que o país entrou a partir de 1978. E esse trabalho governativo de relançamento europeu con-

duzido pelo CDS, em que participou activamente também o primeiro-ministro Sá Carneiro, teve tanto êxito que, ao fim de poucos meses, se tornou claro que Portugal teria entrado rapidamente para membro da CEE, não fora a orientação política comunitária adoptada, a certa altura, de aguardarmos pela Espanha, cujo processo estava mais atrasado.

Na mesma linha, o CDS participou, em 1978/79, na fundação do Partido Popular Europeu, criado para concorrer às primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu, em Junho de 1979. Eu próprio, que era responsável, entre outras áreas, pela formação política no partido, representei o CDS em Bruxelas em várias reuniões da UEDC-União Europeia das Democracias-Cristãs, para preparação e redacção de documentos fundadores do PPE. O CDS apenas não integrou logo o PPE, porque Portugal não era membro da CEE e, portanto, não tinha assento no Parlamento Europeu. Seria a seguir à adesão de Portugal ao Mercado Comum, em 1985, que o partido se tornaria membro efectivo do PPE e que, em 1986, os primeiros deputados do CDS tomaram lugar no respectivo grupo parlamentar europeu, aí representando Portugal – quadro que se manteria até à crise ocorrida em 1992/93, a propósito do Tratado de Maastricht e da questão do referendo, com a consequente expulsão<sup>33</sup>.

Aquando da mudança para Partido Popular, a orientação europeia do partido foi bastante debatida e pareceu posta em causa. Porém, para além do intenso debate havido em torno do Tratado de Maastricht e do referendo interno então realizado, bem como das diferentes posições desde então manifestadas e suas *nuances*, a orientação europeísta do CDS nunca foi objectivamente posta em causa.

No ponto 3. do capítulo II do Programa adoptado em 1993, o CDS-PP, depois de se declarar expressamente como fazendo «*parte da família histórica dos partidos populares e cristãos europeus*» aparece a recusar

---

<sup>33</sup> A readmissão no PPE foi requerida e apresentada em 2005, quando eu era Presidente do partido, e concretizou-se em 2009, já na segunda presidência de Paulo Portas. Entretanto, já lá estava também o PSD, que, em Novembro de 1996, ocupara a nossa “vaga” no PPE.

o “internacionalismo”, nos seguintes termos: *«A cultura europeia do Partido Popular não deve confundir-se com as formas erradas de internacionalismo. Assim, o Partido Popular define-se como um partido nacional, embora solidário com todas as correntes de pensamento e partidos europeus que buscam na solidariedade dos Povos e das suas nações, a paz, o progresso e o bem-estar, do homem, da família, da comunidade local, regional, nacional, europeia e internacional.»*

Esta reserva teve certamente a ver com o conflito que se desenvolveu entre o CDS-PP e o PPE e que levaria à saída deste. Mas não houve ruptura efectiva com a afirmação europeia do partido.

Assim o reflecte claramente o ponto 14. do mesmo Capítulo do Programa:

***«14. Um partido europeísta.***

*O Partido Popular é europeísta. Consideramos que o futuro de Portugal está inequivocamente associado ao processo de construção, aprofundamento e alargamento da Comunidade Europeia.*

*Acreditamos na Europa como grande espaço de progresso. Acreditamos na cooperação política europeia para garantir a paz. Acreditamos na Europa da criatividade, sublinhada pelos grandes vultos da história da cultura. Acreditamos na Europa de todas as liberdades, porque essa foi a Europa concebida pelos pais fundadores.*

*O Partido Popular faz parte do bloco democrático que lutou com todas as forças pela integração europeia de Portugal. Reafirmamos hoje essa opção: Portugal é membro da Comunidade Europeia e continuará a sê-lo. Foi a opção certa e deve ser partilhada por todos os democratas-cristãos.*

*Esta posição europeísta tem o seu modelo expresso nos documentos essenciais da Comunidade.»*

O que pode lamentar-se é que o CDS-PP não tenha ainda amadurecido suficientemente o seu pensamento europeu, nem se tenha desenvolvido como um partido especialmente ágil, conhecedor e pró-activo nos assuntos europeus e na política europeia – como deve considerar-se a nossa vocação.

O chamado “euro-realismo” em que a orientação oficial do partido se tem refugiado quer dizer tudo e nada ao mesmo tempo. É a afirmação de “euro-calmo” soa a vazio: não passa de um reflexo defensivo na ressaca ainda, provavelmente, da crise traumática de 1992/93, que custou ao CDS-PP uma longa travessia do deserto em termos de família política europeia e, reflexamente, mundial.

Tenho pena, por isso, de que o CDS também integre o que chamo de “periferia mental” da política portuguesa relativamente à União Europeia (que parece um mal geral) e se mantenha longe do eixo e da linha da frente dos debates, das grandes questões e da capacidade de proposta para o futuro<sup>34</sup>. Creio que devemos ser críticos, muitas vezes até fortemente críticos, mas sempre com capacidade propositiva europeísta, favorável à construção e consolidação de uma Europa das Nações e dos cidadãos, multipolar, descentralizada e policêntrica, respeitadora dos Estados-membros e das democracias nacionais, unida na diversidade, forte e coesa nos assuntos que são real e essencialmente comuns.

Um sinal desta “periferia mental” de que também padecemos, encontrei-o quando voltei à direcção do CDS-PP, a seguir ao Congresso de Braga de 1998, em contraste flagrante até com a defesa que o CDS sempre fez da realização de referendos europeus. Estranhei que, quase 15 anos depois da adesão europeia de Portugal, o facto não tivesse qualquer tradução estatutária no modo de funcionamento e nas estruturas políticas. Inspirei, assim, uma alteração estatutária, que Paulo Portas, então Presidente do CDS-PP, apoiou e subscreveu e seria adoptada, salvo erro, no XVII Congresso (Aveiro, Março 2000): o chefe da delegação de deputados do CDS no Parlamento Europeu passava a ter estatuto similar ao líder parlamentar do partido na Assembleia da

---

<sup>34</sup> A melhor excepção recente que merece destaque foi o intenso, prestigiado e bem documentado trabalho político desenvolvido por Diogo Feio, como deputado ao Parlamento Europeu, nas muito exigentes matérias financeiras e económicas, que passaram por profundas transformações no direito europeu e na operação política da UE, depois da crise das dívidas soberanas e do euro. Mas, na verdade, o partido, como um todo, pareceu não ligar muito, nem capitalizar esse importante esforço individual.

República, integrando por inerência quer a Comissão Política, quer a Comissão Executiva<sup>35</sup>.

Penso, na verdade, que os postos individuais mais relevantes da intervenção política permanente do partido passaram a ser, desde a integração europeia do país e a representação do CDS nas instituições europeias, os seguintes: o Presidente, o Secretário-Geral, o porta-voz, o líder parlamentar e também o chefe da delegação europeia.

Porém, há que reconhecer que, infelizmente, se esta alteração estatutária foi feita – e creio que somos o único partido português que a fez – nada de relevante mudou no funcionamento efectivo do partido: as matérias europeias quase nunca são apresentadas e muito menos debatidas; normalmente não fazem parte da agenda dos órgãos; e continuam a ser vistas e sentidas como coisas estranhas ou “estrangeiras”. O partido não é convocado, nem envolvido na sua discussão, no seu conhecimento, na sua definição. E o partido não ganha, assim, suficiente rotação europeia.

Quando fui Presidente, procurei melhorar este estado das coisas. Mas não fui capaz, em virtude da intensa conflitualidade interna e falta de cooperação suficiente<sup>36</sup>. Tudo acabou com o boicote por parte da oposição interna à Convenção Europeia do CDS-PP que fiz organizar, mas que viria a calhar já na fase final da minha presidência, em 24 de Março de 2007<sup>37</sup>. A Convenção, que foi um êxito no seu conteúdo e qualidade, não surtiria, por isso, os efeitos desejados, face à recusa de participação de boa parte do partido e, nomeadamente, dos deputados e de muitas estruturas distritais.

Esta Convenção Europeia do CDS-PP concretizava uma ideia apresentada, oralmente, por Maria José Nogueira Pinto no XIX Con-

<sup>35</sup> É o que consta, hoje, do artigo 33º, n.º 1, alínea e) e do artigo 34º, n.º 3, alínea c) dos Estatutos e que, com ligeiras diferenças da redacção actual, fora introduzido nos anteriores artigo 47º, n.º 1, alínea c) e artigo 50º, n.º 3, alínea c).

<sup>36</sup> Costumo comentar que, nesse período, não tive apenas as maiores dificuldades de cooperação política e funcional com um grupo parlamentar, mas com dois.

<sup>37</sup> Tiveram papel destacado na organização desta Convenção os dirigentes Cruz Vilaça e Alves Pardal.

gresso (Matosinhos, Setembro 2003), em que estranhou que, em matéria europeia, o partido já tivesse sido, ou parecido ser, tudo e mais alguma coisa, desde federalista a eurocéptico e soberanista, e apontou a necessidade de amadurecer e consolidar devidamente o nosso pensamento colectivo.

Era isto que se procurava alcançar nessa Convenção: «1º - *Partilhar com o meio académico, empresarial, associativo e a sociedade civil em geral o papel de Portugal no contexto da integração europeia*; 2º - *Contribuir para formar um corpo doutrinário actual sobre os grandes temas do processo de integração europeia*; e 3º - *Comemorar os 50 anos do Tratado de Roma*.» E foi o que, com contribuições qualificadas, se trabalhou, durante um dia inteiro, em quatro secções que aprofundaram os quatro temas definidos: «*Futuro da Europa e a Participação dos Cidadãos*»; «*Portugal, Lusofonia, a Europa e o Mundo*»; «*A Construção do Mercado Interno e a Globalização*»; e «*Política de Coesão e Modernização*».

Pelas circunstâncias internas referidas, acabou por ser uma oportunidade perdida. Foi pena.

## **Partido atlântico e da Lusofonia**

Ser um partido claramente europeísta, não significa, como já sublinhei, que o CDS tenha qualquer tipo de orientação mono-europeia. Bem pelo contrário: a visão do partido sempre valorizou a frente atlântica do país e tudo o que por aí nos veio, pela natureza, pela geografia e pela História: por um lado, a importância do mar e, por outro lado, um vasto conjunto de relações que vão das Américas ao Oriente e, entretanto, se sedimentaram de forma especial no quadro da Lusofonia. A Aliança Atlântica e a presença de Portugal na NATO constituem também, desde a fundação, pontos axiais da orientação do CDS tanto em matéria de política de defesa, como de política externa.

Estas são vertentes da identidade política do CDS que nunca foram questionadas. Se houve e há quem, algumas vezes, contestasse ou ponha em dúvida o acento tónico europeísta ou o modo de valorizar o



nosso lado europeu, o carácter atlântico e o abraço lusófono do partido sempre mereceram substancial unanimidade e são geralmente subscritos.

O primeiro Programa do partido, de 1975, registou-o logo claramente, como já deixei citado. E o Programa vigente, adoptado em 1993, destaca-o também, em parágrafos acima já indicados e de que agora transcrevo apenas os excertos mais significativos:

***«17. A vocação Africana e a ligação com o Brasil.***

*África e, em especial, os países de língua oficial portuguesa, e o Brasil constituem uma prioridade estratégica para Portugal. A vocação africana e a ligação ao Brasil, presente na nossa história, deverá continuar no futuro. Não é alternativa, nem é complementar do empenhamento europeu. É, nos termos exactos e referidos, uma prioridade estratégica.(...)*

***18. Pelo atlantismo.***

*O Partido Popular defende firmemente o atlantismo de Portugal e considera-o um dos elementos decisivos, não apenas de independência histórica do país, como da definição permanente da sua doutrina diplomática e do conceito estratégico nacional.*

*A ligação de Portugal ao mar sempre favoreceu a liberdade da Pátria.  
(...)*

***19. Em defesa da Comunidade Lusíada.***

*(...) O Partido Popular considera património inalienável de todos os povos e comunidades que no Mundo se exprimem em português os sentimentos de fraternidade, de solidariedade e de amor à paz e à justiça, que séculos de convívio fizeram brotar e profundamente se enraizaram em todos eles.*

*Fiel a estes princípios, o Partido Popular solidariza-se com todos esses povos e comunidades e assume, conjuntamente com eles, o compromisso de mobilizar todas as suas energias e desenvolver todos os esforços, que estejam ao seu alcance, para que, tão depressa quanto possível, se institua a Comunidade Lusíada, integrada por todos os países de língua portuguesa e por todas as comunidades de emigrantes de dimensão sig-*

*nificativa, oriunda de todas elas, qualquer que seja o local em que estejam sediadas.*<sup>38</sup>(...)

Estas são linhas muito importantes e inapagáveis da identidade de Portugal e, portanto, também do nosso trabalho político, que creio que não temos valorizado o suficiente, embora disponhamos, nestes espaços, de lastro e memória de relações humanas que devíamos mobilizar melhor.

Sempre valorizei – e valorizo – as relações africanas e latino-americanas, bem como com o Oriente; e só posso testemunhar o altíssimo potencial destas nossas relações. Nos primeiros anos do partido, fui autor do Protocolo celebrado, no início de 1976, entre o CDS e a ADIM-Associação de Defesa dos Interesses de Macau<sup>39</sup>, graças ao qual éramos sempre o partido mais votado nas eleições em Macau. E tenho dedicado grande interesse às relações africanas e latino-americanas, seja no plano de relações com partidos, seja no plano do Estado.

Enquanto existiu a ODCA-Organização Democrata-Cristã das Américas, chegámos a cultivar algum relacionamento próximo nomeadamente com parceiros na Venezuela, Chile e Brasil. Mas, depois da crise profunda das relações externas do CDS-PP em 1992/93, creio que passámos a ligar pouco a essas relações partidárias, inclusive nos novos qua-

---

<sup>38</sup> A CPLP só seria constituída em 17 de Julho de 1996. O programa do CDS foi adoptado anteriormente, em Janeiro de 1993.

<sup>39</sup> Destacaram-se, pelo lado da ADIM, um dirigente do CDS, natural de Macau residente em Lisboa, e militante muito estimado (o Rogério Leão) e uma grande figura de Macau, o advogado Carlos Assumpção. Ambos já faleceram. A ADIM tinha tido ainda um deputado eleito, em 1975, para a Assembleia Constituinte (Diamantino de Oliveira Ferreira), que se sentava junto à bancada do CDS. A partir das primeiras eleições legislativas, em Abril de 1976, a votação de Macau passou a estar integrada no Círculo da Emigração Fora da Europa. Em razão da diferença de hora, os resultados de Macau eram sempre os primeiros a ser conhecidos; e gerava sempre uma grande alegria nas hostes CDS abrir a noite eleitoral sistematicamente com a notícia “CDS ganha em Macau” ou “CDS, o partido mais votado em Macau”. A partir do final dos anos ’80, o partido desinteressou-se da especialidade macaense. E esse capital acabou por ser assumido pelo PSD. Não estará completamente perdido, porém.

dros a que, recentemente, fomos regressando na IDU<sup>40</sup> e na IDC<sup>41</sup> – ou, então, a informação disponível é muito escassa. O mesmo se passa no contexto do relacionamento com parceiros africanos, correligionários e lusófonos, que se queixam amiúde do nosso desinteresse.

Enquanto fui deputado ao Parlamento Europeu pelo CDS, trabalhei bastante nestas áreas, especificamente com Macau, Timor, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, participei activamente no quadro institucional de relacionamento da União Europeia com os países ACP-África, Caraíbas, Pacífico e tive um papel de destaque, que normalmente é reconhecido, no estabelecimento em 2007 da Parceria Especial UE/Cabo Verde. Também desenvolvi, no quadro ibero-americano, relações com novos actores na política venezuelana e no Equador, países que têm passado por profundas transformações de sistema político.

Tenho também promovido e dinamizado várias iniciativas em prol tanto do mar, como da Língua Portuguesa e do seu estatuto internacional, como grandes capitais estratégicos do nosso país.

Estes são, portanto, temas da natureza e da orientação do partido que correspondem também a convicções arreigadas no plano pessoal. E, embora não sendo nem alternativa, nem complementares da nossa vertente europeia, pois afirmam-se inteiramente por si próprios, a verdade é que se articulam com esta e constituem no quadro europeu do país polos fundamentais de reconstrução da nossa centralidade, especificidade e mais-valia. Disso mesmo procurava ser reflexo o capítulo final da moção “2009”:

*«Portugal não tem nenhum problema de identidade nacional, no plano político e cultural, embora existam alguns problemas no plano da identidade económica nacional. Mas o país continua a atravessar tempos*

<sup>40</sup> - IDU-*International Democrat Union* (União Democrática Internacional), a que regressámos, em Outubro de 2006, na minha presidência do CDS. Fomos readmitidos numa reunião do *Bureau* realizada em Sydney.

<sup>41</sup> - IDC-*Internacional Democrática do Centro*, a que o CDS voltou também depois de readmitido no PPE. Esta organização corresponde à evolução daquela que era, nos primeiros anos do CDS, a UMDC – União Mundial das Democracias-Cristãs.

*de descrença e de falta de confiança em si próprio. Soa, com demasiada frequência, a melodia depressiva e medíocre do conformismo, do fatalismo, da menoridade ou da indiferença. O próprio desígnio europeu é frequentemente fragilizado entre nós, dando muitos sectores – só aparente e superficialmente “europeístas” – a imagem de uma mera fatalidade e não de uma escolha, a ideia de uma boleia e não de um caminho próprio nosso, o rasto de uma desistência de nós mesmos e não um novo patamar de afirmação, um grande projecto comum continental onde exercemos plenamente e valorizamos, com capacidade de visão comunitária, os nossos direitos, os nossos interesses, os nossos sinais portugueses.*

*O CDS reafirma a sua convicção como partido claramente europeísta, fazendo parte do arco fundador da adesão de Portugal à CEE. O CDS, quando critica e manifesta pontos de vista prudentes, o que deseja evitar é que a Europa corra mal e o que deseja contribuir é para que a construção europeia se desenvolva consistentemente, contribuindo para o progresso colectivo no respeito pela subsidiariedade, pela identidade dos Estados-membros e pelas democracias nacionais. Estão bem no CDS todos os que, irmanados na procura dinâmica de um cada vez mais relevante papel de Portugal na União Europeia, defendem o nosso país como soberano e europeu numa **Europa de Estados e de Nações**. Hoje, como sempre, o CDS considera que não é por se partilhar parte da soberania que se é menos soberano ou menos português, nem é por se a delegar mais que se é mais europeu. O CDS, partido nacionalmente responsável, não tem qualquer dúvida a respeito da sua **genuína natureza europeísta**.*

*Mas a questão do projecto nacional é a mais urgente das questões mais profundas que atravessam a sociedade portuguesa, as suas inquietações, perplexidades e incertezas. É a mais séria e a mais crucial das questões deste **tempo novo português**, postos que estamos na **encruzilhada de muitos trânsitos**: trânsitos de era, trânsitos de século e de milénio, trânsitos de espaços, em que temos de **saber afirmar brio europeu e orgulho lusófono**, braços da mesma identidade e do caminho nacional, num quadro que é de novo um quadro global, aberto, exigente, competitivo.*

*O CDS mobiliza-se, com seriedade, com espírito de abertura e de grandeza, para debater aprofundadamente a questão de **uma estratégia nacional de longo prazo** com todas as outras correntes democráticas que partilhem o sentimento da mesma necessidade nacional e, em especial, com os meios intelectuais independentes, com as universidades e círculos académicos e com os centros de reflexão estratégica, em diferentes círculos económicos, políticos e sociais.*

*Temas como a Educação, o Mar, a Língua Portuguesa como activo cultural, económico e político, África e a Lusofonia, o Brasil e a Iberoamérica, a construção europeia, ocupam aí um lugar de destaque, na visão e na sensibilidade do CDS. Os recursos humanos como fundamental grande recurso nacional, as linhas de relação com as nossas afinidades mais fortes, com todos os que partilham a nossa língua e com quem estreitamente cruzámos gente, história e culturas, as potencialidades, oportunidades e responsabilidades face ao mar português, o equilibrado desenvolvimento continental europeu – são algumas componentes desse projecto. São-no também, no quadro global da União Europeia, a valorização da nossa posição como fronteira atlântica da Europa, não só no Atlântico norte, mas nas nossas capacidades específicas na linha do Atlântico sul, em todo o relacionamento com África, o Brasil e a Iberoamérica. O CDS saberá responder particularmente, com renovada disponibilidade, aos apelos e sinais que continuamente nos chegam dos nossos irmãos países africanos de língua portuguesa: não só dos nossos amigos tradicionais, a quem sempre fomos e continuaremos fiéis; mas também no quadro que defendemos de um modelo aberto de relacionamento de todos com todos, num espírito Estado a Estado, sociedade a sociedade, apoiando, onde o nosso contributo seja útil e requerido, a consolidação de Estados que, pela qualidade da democracia e do pluralismo, pela estabilidade, pela boa governação, pelo desenvolvimento económico e pela justiça social, possam crescer como grandes referenciais no quadro regional africano.»<sup>42</sup>*

---

<sup>42</sup> In moção de estratégia “2009”, citando a última versão já acima identificada. Os trechos a negrito constam assim do original.

## Um partido movimento social

Creio que, em certo sentido, me posso considerar um “*gramsciano*” de direita. Antonio GRAMSCI foi um destacado dirigente e intelectual comunista italiano, que definiu e marcou um pensamento próprio, muito divulgado a partir dos anos ’20 do século passado, conhecido como o “*gramscianismo*”: em vez da linha clássica da revolução proletária, recomendava a organização dos comunistas no âmbito da sociedade civil, através de quadros, intelectuais e sua acção orgânica, assim aumentando progressivamente influência social e política.

Olhando a um partido do humanismo personalista de inspiração cristã, sempre pensei que o personalismo comunitário apontava em sentido semelhante e convidava os militantes e simpatizantes a envolverem-se activamente nos diferentes sectores sociais e respectivas estruturas orgânicas e aí, de acordo com os nossos valores e princípios, conquistarem prestígio e representatividade social e testarem e amadurecerem o nosso próprio pensamento prático.

Também me parecia que, na circunstância do país, o facto de termos tido uma prolongada e profunda revolução de esquerda, recomendava esse tipo de acção e de organização sócio-política, sob pena de os nossos valores poderem perder progressivamente espaço e peso social e cultural. Era preciso manifestá-los, nomeadamente naqueles corpos intermédios que mais têm a ver com o pensamento democrata-cristão e o humanismo personalista: os vizinhos nas comunidades locais, a família e suas associações, a empresa, a escola, os agricultores, as organizações empresariais e de trabalhadores. O meu “*gramscianismo*” conceptual era, duplamente, de resistência e de afirmação e visava apetrecharmo-nos melhor no campo daqueles confrontos sociais e debates culturais que são pré-políticos e condicionam, depois, boa parte do resto.

Pensando assim, procurei influenciar a dinâmica partidária nesse sentido. A certa altura, no princípio de 1978, depois de apresentadas e debatidas aquelas ideias, foi-me atribuída, na direcção do partido, tam-

bém<sup>43</sup> a responsabilidade da Organização Social e Formação Política. Na Organização Social, defini uma nova orientação, através do Despacho n.º 4/SP/78, de 28 de Abril de 1978<sup>44</sup>, em que, *«ultrapassando-se o espartilho clássico que a dialéctica marxista procura impor (patronato vs. trabalhadores), procurou-se definir um conjunto de áreas diversas, polarizadoras de interesses característicos, base de outras contradições sociais e fonte de pluralismo na dinâmica da sociedade, e encará-las em pé de igualdade no quadro da doutrina do personalismo comunitário.»* Em consequência, *«dez foram as áreas definidas, em princípio: acção sindical, acção rural, acção familiar, comércio e indústria (empresários), accionistas e cooperativismo (difusão da propriedade), acção escolar, habitação, classes médias, consumidores e acção regional, cada uma delas com um objectivo específico no plano da dinamização e intervenção junto dos movimentos associativos de base, na perspectiva democrata-cristã.»*<sup>45</sup>

Até final de 1979, desenvolveram-se acções em quase todas as áreas indicadas<sup>46</sup>, a partir do Serviço Sócio-Profissional então existente, que orientava e procurava dinamizar os militantes interessados nas áreas sociais respectivas e em que desejavam agir. É desse trabalho que resultou, por exemplo, em 1979, a fundação da CNAF-Confederação Nacional

<sup>43</sup> Na altura, eu era o dirigente responsável pela Opinião Pública e o porta-voz do CDS.

<sup>44</sup> Cfr. Relatório do Secretariado da Comissão Política, apresentado ao III Congresso (Porto, Dezembro 1978).

<sup>45</sup> *Ibidem.*

<sup>46</sup> Houve algumas em que nada foi iniciado ou por falta de tempo ou de condições, ou em razão de ter sido considerado desnecessário. No tocante aos agricultores, foi considerado suficiente o conjunto de relações existente com a CAP-Confederação dos Agricultores de Portugal, a que pertenciam já muitos militantes do CDS do sector, ao lado de outros independentes ou ligados a outros partidos. Também quanto aos consumidores, considerou-se essencial não perturbar, nem interferir no seu movimento associativo, que havia despertado poucos anos antes, nomeadamente através da DECO. E nenhuma iniciativa preparatória chegou a ser lançada nos domínios da acção escolar e da habitação. O documento já citado – Relatório do Secretariado da Comissão Política, apresentado ao III Congresso – dá conta, nos pontos 73. a 75., dos desenvolvimentos ocorridos nas áreas da acção sindical, acção rural, acção familiar, acção regional e accionistas e cooperativismo, ainda em 1978. Quanto à actividade posterior, nomeadamente em 1979, está registada certamente no Relatório apresentado ao IV Congresso, mas não se encontrou o documento.

das Associações de Família, independente do CDS, em que foi instrumental, como passo intermédio, a criação do IEAF-Instituto de Estudo se Acção Familiar<sup>47</sup>, que realizou o trabalho prévio de congregação de militantes do CDS e de outros partidos ou independentes empenhados em diferentes polos de associativismo familiar, fosse no já muito dinâmico movimento das Associações de Pais, fosse noutros sectores de intervenção familiar<sup>48</sup>. E também daqui resultaria a preparação, em 1978, e fundação, em 1979, da FTDC-Federação dos Trabalhadores Democratas-Cristãos, acompanhando a formação da UGT-União Geral de Trabalhadores.

Depois de 1979, com a vitória eleitoral da Aliança Democrática, fui desempenhar outras responsabilidades e não pude continuar este trabalho de organização social, que não seria prosseguido, nem retomado por mais ninguém. As ideias de organização passaram a ser outras e a implantação e acção socioprofissionais seriam progressivamente abandonadas.

Foi pena que não tivesse avançado também o movimento das Classes Médias, cujos trabalhos preparatórios chegaram a atingir algum grau de maturação, congregando, numa perspectiva de intervenção social como classe média, diferentes polos no âmbito de ordens profissionais, de sindicatos de quadros e serviços, e de empresários de pequenas e médias empresas nas confederações empresariais.

A CNAF seguiu o seu caminho próprio e independente, que nada tem a ver obviamente com o partido, e existe e age por si. Curiosamente muitos anos depois, na mesma área do associativismo familiar, o meu irmão viria a fundar, com absoluta independência deste processo mais antigo, a APFN-Associação Portuguesa de Famílias Numerosas e, mais tarde, a respectiva confederação europeia (ELFAC), de que também sou sócio e apoiante, movimento este que tem desenvolvido, em várias frentes e planos, um trabalho social da maior projecção e importância.

---

<sup>47</sup> Já extinto, entretanto.

<sup>48</sup> Foi com base nesta federação das diferentes associações de acção familiar que arrancaria a reivindicação política “família como parceiro social”, que viria a alcançar tradução legislativa, que ainda se mantém.



A FTDC também prosseguiu como organização autónoma do CDS, que ainda é. Entristece-me, porém, que a sua implantação sindical tenha decaído muito, já que chegou a ter, nos primeiros anos, implantação e actividade relevante, nomeadamente nos bancários, função pública e quadros técnicos do Estado, professores, algumas grandes empresas e no sector dos transportes. O interesse do partido pela organização sócio-profissional dos trabalhadores diminuiu, o apoio e cooperação com a FTDC praticamente desapareceram e o próprio esforço da FTDC no terreno sindical baixou quase ao grau zero. O Manifesto de Fundação da FTDC, de que fui o autor nos meus 25 anos de idade, chegou a andar absolutamente perdido, razão por que o incluo na íntegra em nota final<sup>ii</sup>.

A FTDC foi, todavia, a única organização em todo o quadro partidário do CDS que preservou, ininterrupta, a pertença ao movimento internacional democrata-cristão, através da UETDC, não tendo sofrido o impacto da profunda crise de 1992/93 nas relações externas do partido<sup>49</sup>.

Esse declínio da FTDC, mantida ainda por alguns resistentes, é um problema que se arrasta desde há vários anos e é muito desconsolador. Creio mesmo, como tenho defendido em diferentes intervenções e reuniões, que os tempos me parecem estar de feição para um revigoração da sua intervenção como corrente sindical personalista e social-cristã, através daquilo que chamo um “sindicalismo de concertação”, bem oportuno e adequado ao quadro de reformismo e de ajustamentos sociais em que estamos a viver e iremos continuar a viver.

Quando assumi a presidência do CDS, no período de 2005 a 2007, procurei desenvolver, noutros moldes, a mesma ideia de “partido

---

<sup>49</sup> A JC – Juventude Centrista, que ainda assim se chamava quando rebentou a crise internacional do partido, fez também um esforço político próprio, conseguindo manter-se sempre no DEMYC (uma organização importante, mas exterior ao movimento democrata-cristão) e, durante algum tempo, na UEJDC. Porém, também viria a afastar-se desta e, só recentemente, tal como o partido, recuperou a sua pertença na organização europeia que, hoje, se chama YEPP.

movimento social”, articulando-o agora com a redinamização do, então existente, Conselho Económico e Social e da tentativa de reconstrução do Gabinete de Estudos, como suportes socioprofissionais destes e frentes específicas de acção sociopolítica.

Eram as seguintes as grandes linhas definidas, a este respeito, na moção de estratégia “2009”:

*«Um partido é essencialmente essas duas vertentes. Por um lado, é **posição**: é tomar partido – tomar partido por um conjunto fundamental de ideias, de valores e de princípios, por uma doutrina, por uma proposta política concretizada. No essencial, já temos. Por outro lado, é **organização e rede**: é ser partido – construir e pôr em movimento, implantar, enraizar, alargar, federar, estruturar, enquadrar e dinamizar núcleos e redes, polos de iniciativa e laços de interacção, com presença e projecção em toda a vida social e cultural do país, ao serviço dessas ideias e princípios fundamentais que nos animam. É aqui que temos muito caminho para andar. É aqui que temos que concentrarmo-nos principalmente: ouvir o partido, pensar no partido, decidir com o partido – para enraizar a posição e envolver toda a organização e rede. (...)*

*Queremos um tempo de **diálogo mais dinâmico e federador com diferentes polos de criação política e cultural, de matriz humanista e à direita da esquerda**. Queremos um tempo de desafio fundamental, um tempo de interpelação concreta a todos os que partilham os nossos valores para que, a partir da sociedade civil, a partir dos seus postos, sejam capazes de dar um passo de mais intenso e estreito compromisso socio-político. Só assim teremos **melhor política**.*

*No plano das ideias, não temos que ter medo, nem embaraço. Não temos lições a receber da esquerda: nem em matéria de liberdade, nem em matéria de justiça, nem em matéria de solidariedade, nem em matéria de progresso. A nossa doutrina democrata-cristã é fonte inesgotável de inovação, de resposta e de afirmação. Sabemos que as ideologias totalitárias esgotaram o seu tempo – e ainda bem – e que as ideologias de esquerda podem ter morrido – e ainda bem –, mas que a doutrina personalista tem ainda todo o seu destino para cumprir. É claro que, desde as questões fundamentais dos direitos humanos*

*às da nova economia global, há um tempo novo que desperta para o vigor dos ideais personalistas. Se o final do século XX foi o tempo de pôr o socialismo na gaveta, este início do século XXI será o tempo do seu encerramento final. É com esta mesma energia e com esta exacta determinação que temos que agarrar, pilotar, marcar e vencer o desafio cultural.*

*Havemos de ser ousados e persistentes, criativos e intervenientes. Nenhum desafio cultural se ganha “às arreguas” e menos se ganha desertando de campo ou mudando de valores. Todo o desafio cultural se ganha antes com fidelidade e modernidade, com coerência e inovação, com clareza de tronco e sentido do tempo. (...)*

*Temos que reencetar experiências, já feitas no passado, de iniciativas, estruturas e modelos ágeis de relacionamento sócio-profissional – quando falamos de implantar o partido e revitalizar essa implantação, pensamos não só na implantação territorial, mas também na implantação do CDS em todo o espaço social, económico e cultural do país. (...) Temos que organizar o Gabinete de Estudos, prosseguir a promissora redinamização do Conselho Económico e Social e ampliar descentralizadamente esse modelo aberto de relacionamento do partido com a sociedade civil, com as organizações sócio-económicas e os meios culturais, e com quadros independentes, de qualidade e competência técnica e profissional, aos níveis local, distrital e regional. (...) Temos que levar o CDS, com a nossa doutrina, a todos os sectores relevantes da sociedade portuguesa, estabelecendo com estes uma interacção fecunda e, por essa via, sermos capazes de definir, em modo interactivo e ao vivo, a partir de todo o nosso sedimento histórico e sobretudo do último programa eleitoral de Governo, o mais moderno, o mais actual, o mais consistente, o mais ambicioso, o mais certo programa partidário para os desafios de Portugal neste começo do século XXI.»<sup>50</sup>*

Foi assim que se lançaram as “Jornadas do Interior”, a “Aliança para o Mundo Rural”, o “Observatório da Educação”, o “Fórum para as

<sup>50</sup> In moção de estratégia “2009”, citando a última versão já acima identificada. Os trechos a negrito constam assim do original.

Políticas de Saúde” e os “Encontros da Justiça”. Mas, em virtude da aguda conflitualidade interna, este trabalho deparou com muitas resistências e dificuldades, apenas tendo tido alguma expressão as *Jornadas do Interior* (de que se realizaram edições em Bragança, em Portalegre e em Castelo Branco), o trabalho no âmbito da agricultura e mundo rural, com destaque para um *Congresso do Mundo Rural*, com grande participação do sector, mas não do partido, e reuniões pontuais do *Observatório da Educação*. Estas linhas, posteriormente, não teriam continuidade.

## Um partido popular

A visão do partido como movimento social tinha também expressão no entendimento do CDS como partido popular.

Causa-me perplexidade como o CDS foi deixando colar-se-lhe a imagem, propagandeada pelos adversários, de “partido dos ricos”, que está muito longe de corresponder à realidade social do partido. Também não é o partido dos “betinhos” ou dos “copinhos de leite”, como chegou a ser apontado e criticado nalguns dos mais pitorescos e agitados Congressos partidários dos anos ’90.

Na moção de estratégia que apresentei ao VI Congresso (Aveiro, Fevereiro 1986), intitulada “POR UM CDS CONSEQUENTE. POR UM CDS LIDERANTE. Um projecto humanista de afirmação de Portugal”, dedicava um capítulo a este tema e subtítulo, nos seguintes termos:

### *«15. Um partido popular.*

*Os jovens e os trabalhadores são, hoje, as principais vítimas do sistema socialista. Os autarcas são agentes privilegiados de tradução concreta dos ideais e dos valores humanistas do CDS e da sua efectiva promoção no plano comunitário. As mulheres forneceram, na história do CDS, valiosíssimos exemplos de pioneirismo e de combatividade pela doutrina do partido, quer em novos domínios de acção política e social, quer nos momentos e nas zonas onde a luta política era mais dura e mais difícil.*

*Construir e consolidar um partido popular, enraizando-o profundamente no tecido da sociedade portuguesa, consiste na compreensão e no reforço desses sinais, completando o edifício institucional do CDS e traduzindo a adesão do País aos seus ideais.*

*Como traços principais da decidida transformação num partido popular, a direcção do CDS privilegiará os seguintes: rápida conclusão da implantação territorial do partido, com órgãos locais eleitos em todos os concelhos e distritos; significativa valorização da intervenção dos autarcas no partido e do partido na vida autárquica; apoio decidido à JC, concitando e organizando a crescente adesão das gerações mais jovens ao projecto do CDS; redinamização do MCDS, reforçando a intervenção das mulheres no conjunto do partido e na sua actuação política; incentivo à FTDC, visando a crescente implantação nas empresas, no trabalho e no sindicalismo.»*

O CDS, na verdade, foi fundado não em torno de interesses de classe, mas como um partido profundamente interclassista, unido em torno de valores, ideais e princípios.

Essa realidade era bem evidente em todas as reuniões e manifestações do partido e sempre teve uma especial vitalidade nos distritos considerados como os mais tipicamente CDS: Leiria e Aveiro.

Na moção “2009”, esta linha era naturalmente reafirmada e retomada:

*«Não é por causa dos nossos ideais, dos nossos valores e dos nossos princípios que os resultados ficam aquém do que aspiramos. O problema não está no que pensamos, mas no que fazemos. A nossa maior dificuldade continua a ser a nossa realidade, a nossa implantação no terreno, a nossa inserção na sociedade.*

*Temos que ser capazes de ser melhores para irmos a ser maiores. Temos que fazer mais e melhor para estarmos crescentemente à altura das nossas aspirações. (...)*

*É o nosso corpo que ainda falta, sermos um partido todo-o-terreno, determinado a preencher os inúmeros favos vazios da nossa colmeia, capaz de olhar mais para o lado e envolver-se na comunidade, cada*

*vez mais implantado em todo o território e entrelaçado com a sociedade portuguesa: um partido interclassista, doutrinariamente claro, informado dos problemas do país e cada vez mais preparado para lhes responder, um partido aberto a novas adesões, à sociedade civil e ao concurso de independentes que querem trabalhar connosco, um partido enriquecido e rejuvenescido, um partido ambicioso, próprio de si, que olha para diante, com fundamental sentido de serviço público. (...)*

*Queremos um tempo de mais colectivo. Queremos um tempo de acentuado sentido gregário. Queremos um tempo de abertura à sociedade e de melhor integração com todos os seus sectores.»<sup>51</sup>*

O aprofundamento da organização socioprofissional, acima descrito, também tinha o efeito de consolidar essa natureza interclassista, que sempre defendi, e sobretudo a sua inquestionável imagem externa. Penso que o CDS se enfraquece por descurar e não valorizar este plano.

## **Partido orgânico, partido institucional**

Dizer que «o CDS é um partido institucionalista» tornou-se praticamente, desde há muitos anos, um lugar-comum no discurso interno do partido e da generalidade dos dirigentes. A frase, porém, é usada sobretudo para reclamar obediência a alguma ordem ou orientação e pouco para ilustrar ou reclamar um determinado modo de funcionamento, verdadeiramente institucional.

Hoje por hoje e desde há algum tempo, podemos considerar – e devemos criticar – que o CDS-PP é antes aquilo que podemos chamar de “*institucionalista não-praticante*”.

Que o institucionalismo e as suas ideias são fortes no quadro do pensamento do CDS é facto que não merece a mais pequena dúvida. Devemos esse legado sobretudo a Adriano Moreira, que tem divulgado

---

<sup>51</sup> *In* moção de estratégia “2009”, citando a última versão já acima identificada. Os trechos a negrito constam assim do original.

e ensinado o institucionalismo, dentro e fora do partido. Mas o partido foi sempre institucionalista antes de o saber. Foi-o desde a fundação, como os primeiros Estatutos do CDS bem ilustram e está bem reflectido na cultura interna de funcionamento que se regista nos documentos dos primeiros Congressos, nos comunicados e decisões dos seus órgãos e nas publicações do partido.

Além da índole também institucionalista de Freitas do Amaral, professor de Direito Público, preponderavam entre os fundadores e primeiros dirigentes do CDS, como já referi, grandes juristas e “engenheiros de espírito jurídico” (como Amaro da Costa, João Porto, Emídio Pinedo ou os irmãos Anacoreta Correia) que ajudaram a transmitir e enraizar no CDS esse espírito profundamente orgânico e colegial. As competências e a regularidade de funcionamento de todos os órgãos eram impecavelmente cumpridas, chovendo as críticas se alguma falha ocorria. Freitas do Amaral gostava, aliás, de frisar que não era Presidente do partido<sup>52</sup>, mas apenas Presidente da Comissão Política do partido – e na fase de fundação, até ao 1º Congresso, Presidente da Comissão Directiva provisória.

Este espírito perdeu-se e o CDS-PP não funciona bem.

O partido reúne pouco e delibera quase nada colegialmente. O funcionamento do partido adoeceu e não apresenta melhoras. O calendário de reunião dos órgãos nacionais não é, de forma geral, observado. O último Congresso reuniu, pela primeira vez, apenas três anos depois do anterior. O Conselho Nacional não delibera habitualmente sobre as grandes questões políticas e é uma palidíssima sombra do alegado “parlamento interno do partido”.

É também frequente o Conselho Nacional reunir como terreno de confronto pré-determinado de campos políticos internos, o que se repete também nas assembleias concelhias e distritais e traduz a completa viciação do funcionamento interno, ao serviço de facções. É verdade que

---

<sup>52</sup> O cargo de Presidente do partido só seria criado mais tarde, não me recordo se na liderança de Lucas Pires, se posteriormente à transformação em CDS-PP.

são estes órgãos alargados que devem dirimir democraticamente os conflitos internos, quando ocorrem; mas não podem servir só para isso, sob pena de o debate colectivo construtivo não ter espaço para se desenvolver normalmente, o sectarismo medrar e as decisões serem efectivamente tomadas fora dos órgãos, que apenas as ratificam em circunstâncias de maior ou menor confronto preconcebido e pré-determinado.

Órgãos nacionais há que estão mesmo completamente congelados desde há vários anos, como é o caso do Senado, que nunca foi recomposto desde 2007, ao contrário do que deveria ser – deve sê-lo a seguir a cada Congresso, como consequência das normas estatutárias que o regem<sup>53</sup>.

Quanto à Comissão Política, não dirige efectivamente coisa nenhuma e já cheguei a ouvir vice-presidentes e deputados do partido dizerem na televisão, sem serem contraditados, que é «*um órgão de consulta do Presidente do partido*» – os Estatutos definem-na como «*o órgão de direcção política do Partido*»<sup>54</sup>. Mesmo a Comissão Executiva creio que funciona informalmente ora com uns dirigentes, ora com outros. Este órgão, sendo embora o órgão restrito da confiança mais próxima e directa do Presidente, também tem um claro recorte institucional e vê, assim, prejudicada a sua estabilidade e consistência orgânica. O Grupo Parlamentar não funciona de acordo com o regulamento e raramente delibera colectivamente sobre aquilo que tem de agendar ou de votar, nem analisa colegialmente o vasto trabalho parlamentar em que os deputados estão envolvidos. Os órgãos locais pouco reúnem e quase nada discutem da sua actividade local ou das respectivas matérias políticas regionais, distritais e municipais. É frequente realizarem-se fora dos prazos estatutários eleições para as estruturas locais e o seu calendário é muitas vezes administrado de acordo com as conveniências de A ou de B.

---

<sup>53</sup> Na data em que escrevo, a composição do Senado constante no portal do CDS < [www.cds.pt](http://www.cds.pt) > é ainda, parcialmente, aquela que era quando terminou a minha liderança. O Presidente, aí indicado, demitiu-se aquando do último Congresso, cansado da contínua e inconsequente extensão do respectivo mandato. Alguns dos senadores referidos já faleceram, no entanto: Homero Lousada, João Porto e José Girão Pereira.

<sup>54</sup> Cfr. Artigo 32º.



Este quadro de profunda quebra da institucionalidade do partido e de deficiente funcionamento orgânico é muito negativo, enfraquecendo o partido e a sua coesão activa e impedindo a formação da vontade colectiva em sentido próprio. Torna, aliás, a política particularmente desinteressante. E favorece a vulgarização não só do seguidismo, mas também do sectarismo, o pior dos venenos na vida interna de qualquer organização. O sectarismo é a doença infantil das organizações. O normal, regular e aberto funcionamento dos órgãos é que integra e agrega as pessoas, as sensibilidades e as correntes; e permite, nessa medida, o amadurecimento dos partidos como instituições, ganhando peso social e prestígio público.

O quadro descrito é difícil de ser mudado porque a direcção do partido é assim que quer e gosta; as estruturas suportam-no, alimentam-no e condicionam tudo; e os militantes mostram não se importarem demasiado. Já suscitei este tipo de questões várias vezes; e sou forçado a concluir que, por conformismo ou vontade real, o partido assimilou este modo de “institucionalismo não-praticante”. Não o mudará, a menos que a direcção mudasse de orientação e passasse a praticar outra pedagogia interna; ou que uma nova direcção viesse implantar o institucionalismo e a organicidade normal e saudável do nosso funcionamento partidário colectivo.

Na moção “2009”, também abordei a questão, que reputo absolutamente central:

*«Queremos um partido moderno, completo, aberto e participado. Os órgãos do partido têm que funcionar com regularidade e participação, desde a base ao topo, desde as estruturas locais aos órgãos políticos permanentes, assumindo plenamente, respeitando e valorizando a dignidade política própria que pertence a cada um. Não se implanta um partido onde os militantes não debatem; e só se compromete quem participa.»<sup>55</sup>*

---

<sup>55</sup> Os trechos a negrito constam assim do original.

Ou noutros trechos mais figurativos já no último documento apresentado às directas de Abril 2007 e intitulado “*Eu acredito: ‘2009’ – rumo para mudar, para crescer, para ganhar*”:

*«Mantenho total convicção (...) [n]uma reforma profunda do nosso modo de fazer política. Como tenho dito: cabeça sem corpo é nada; montra sem armazém é gato por lebre; casa sem alicerces não resiste; discurso sem raízes é postiço e fugidio; futuro sem lastro não existe. (...) Quero um partido realmente actor, não espectador ou mero passageiro. Quero um partido de construtores, não de seguidores. Quero um partido implantado e militante. Um partido de mil protagonistas, não de um só protagonista. Um partido orgânico, institucional. Ao serviço de Portugal e dos portugueses, na oposição ou a governar.»<sup>56</sup>*

Este problema, aliás, não é exclusivo do CDS e parece afectar, em maior ou menor medida, o funcionamento interno dos partidos do chamado “arco da governabilidade”, pelo menos. Mas o CDS, que devia ser o melhor – e até dar o exemplo –, afigura-se ser aquele onde o problema é ou aparenta ser infelizmente pior, mais profundo e mais entranhado.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> *Idem.*

<sup>57</sup> Já em 1986 a questão me preocupava como exemplo a transmitir, reflectindo a este respeito na moção de estratégia que apresentei ao VI Congresso (Aveiro, Fevereiro 1986): «14. *Ser melhor e diferente dos outros. Para protagonizar a Alternativa, o CDS tem de ser diferente de todos os outros; e, sendo diferente, mostrar que é melhor. O CDS não pode polarizar a alternativa, se não for capaz de se polarizar a si próprio e de polarizar cada vez mais em seu redor. O CDS não pode combater a partidocracia no plano do Estado e praticar o sectarismo e o clientelismo no seu próprio seio. O CDS não pode afirmar a sociedade civil e asfixiar a sua própria sociedade civil e o seu espaço institucional próximo, caprichando em vez de dirigir. O CDS não pode abrir-se para fora, se se fechar por dentro. O CDS não pode abrir-se a grandes objectivos, se estiver perdido por pequenas questões. A primeira resposta do CDS ao País dá-la-á o CDS começando por si próprio. O imperativo é saber reunir onde os outros se dividem; organizar onde todos se desarticulam; firmar-se onde tudo se confunde. O CDS privilegiará a pedagogia do exemplo próprio e o País entenderá que a diferença, que o CDS seja, constitui a alternativa, que o CDS representa. Afirmer e construir um modelo democrático, ético e aberto na própria vida partidária é condição indispensável ao crescimento, à afirmação e ao êxito do CDS.» A moção intitulava-se “POR UM CDS CONSEQUENTE. POR UM CDS LIDERANTE. Um projecto humanista de afirmação de Portugal”.*

Os partidos políticos ou são câmaras de respiração social, cumprindo capazmente a sua função de organizadores da participação social e política dos cidadãos, ou não servem para nada de realmente útil. O seu papel relevante é interpretar, em permanência, os problemas e as soluções à luz dos seus ideais e valores, respirando continuamente com a sociedade através das respectivas estruturas e aderentes. Se o funcionamento institucional não existe, a embolia é inevitável.

A questão mais séria é que a percepção externa deste tipo de disfuncionalidades na actividade e representação interna dos partidos alimenta o sentimento de ilegitimidade da política e afasta crescentemente a cidadania, já que a quase totalidade dos cidadãos não tem a menor paciência para climas de guerrilha permanente, de facção e contra-facção e de falta de normalidade funcional. E, por isso, tendem naturalmente a afastar-se e a repetirem o refrão de que a política “não presta” e “é uma porcaria”.

Boa parte das ideias e pressões para a reforma do sistema eleitoral, através da maior personalização da responsabilidade dos deputados, provêm deste sentimento público, que é crescente, a respeito da vida partidária e das suas manipulações. E, independentemente da confiança nessas reformas no sistema político, a verdade é que a urgência da sua necessidade diminuiria se os partidos voltassem a funcionar com abertura, colegialidade e institucionalismo, atraindo de novo os cidadãos à participação política. O CDS bem poderia dar o exemplo. Ganharia certamente com isso.

Não deixa de ser curioso notar que o sentimento quanto ao sistema eleitoral é, aparentemente, bem antigo no nosso interior. De tal modo que o Programa do CDS-PP, vigente, adoptado em Janeiro de 1993, dispõe assim no ponto 12. (Um novo sistema eleitoral) do Capítulo II (Valores políticos): *«É importante a consagração de um novo sistema eleitoral, de modo a individualizar cada vez mais a responsabilidade política, reforçar o controlo democrático dos eleitores sobre os eleitos e impedir a tendência da democracia de partidos para se tornar numa democracia de directórios. É importante a abertura de todos os actos de candidatura política aos independentes, porque os partidos políticos devem obrigar-se a ser os melhores mas não os únicos instrumentos da realização da democracia.»*

Ora, passados mais de vinte anos sobre esta orientação programática, o CDS-PP não só não tem feito nada para a traduzir e implantar nas leis eleitorais do país, como se foi progressivamente tornando, de modo paradoxal, num caso exemplar de “democracia de directório”.

## A questão da Direita

Já atrás abordei a questão do relacionamento do CDS centrista com outras direitas e as tensões que isso gerou. Agora, trata-se de abordar outro ângulo do problema.

Nunca tive dúvidas de que o CDS é um partido de direita. A minha formação é de direita. E, por muito que desagradasse a alguns fundadores a partida de Marcelo Rebelo de Sousa nos ter originalmente baptizado no EXPRESSO, logo em 1974, como a “*jovem direita marcelista*”, a designação corresponde razoavelmente à verdade.

Não creio também que isso seja incompatível com o centrismo como marca fundadora do CDS, pois sempre pensei – e tenho-o escrito e afirmado – que o centrismo é uma criação da direita e não da esquerda. Também existe um centro-esquerda, mas foi a partir da direita que o centro e a concepção do centro se fez. Foi a partir da direita que se quis definir um espaço para dialogar e interagir com a esquerda, a fim de amortecer o confronto e prevenir a ruptura – não foi a esquerda que o concebeu. O CDS também traduziu isso.

Mas, se penso que o CDS é – e sempre foi – de direita, também creio que não é, nem pode ser o Partido da Direita, com maiúscula e por antonomásia. Desde logo, irrita-me um bocado esta coisa da Direita com maiúscula – o mesmo se passa com a Esquerda homóloga. Esse sentimento, soberbo e arrogante, de superioridade moral e política sobre todos os outros sempre me aborreceu e irritou: seja da dita “Esquerda”, que se arvora única titular do Bem e da Justiça, seja da dita “Direita”, que se crê titular singular da Razão e da sabedoria e arte de governar, como um seu direito natural.

Por outro lado, há várias “direitas” e não uma só. Creio, aliás, que dizer-se apenas de direita ou de esquerda é largamente vazio de conteúdo e não quer, em rigor, dizer nada. Ser de direita ou de esquerda é uma consequência posicional e não uma fonte de pensamento. As pessoas pensam isto ou aquilo e, em consequência disso, ora se situam à direita, ora à esquerda. Ouvir alguém dizer *“eu sou de direita e, portanto, penso assim”* ou *“como sou de esquerda, penso assado”* ou, pior ainda, perguntar *“sendo de direita, o que devo pensar a este respeito?”* ou *“como pessoa de esquerda, o que devo dizer?”* – são tudo fórmulas que mostram infantilidade e, em boa verdade, revelam que não se pensa nada de nada. As pessoas não pensam normalmente de uniforme, nem definiram pensamento a régua e esquadro; e é comum que pensem numas questões “mais à direita” e noutras “mais à esquerda”, sendo do saldo final disso tudo que se pode identificar o pensamento político de cada um e o seu posicionamento.

As definições são de substância e não de geografia. As pessoas são nacionalistas, liberais, socialistas, conservadoras, comunistas, personalistas, nacionais-socialistas, democratas-cristãs, fascistas, sociais-democratas, ecologistas, etc. – e, em consequência disso, ou estão à direita, ou à esquerda; e também, dentro da direita ou da esquerda, ou estão mais ao extremo, ou mais ao centro.

É por tudo isso que não creio que o CDS seja, ou possa ser, ou deva ser “A Direita”. Sou contra isso. Penso que seria redutor, falseador e tendencialmente autoritário. Creio – e tenho observado – que são as direitas e as esquerdas vocacionalmente mais autoritárias (e até totalitárias) que mais tendem a considerar-se como “A verdadeira Direita” e “A verdadeira Esquerda”. Eu não pertenço aí; e penso que o CDS também não.

É sabido que o partido fez uma viragem à direita, em 1992/93, ao mudar de CDS para CDS-PP e adoptar o nome de Partido Popular, em vez do original Partido do Centro Democrático Social.

Independentemente da minha opinião sobre esta mudança, em que não participei, nem directa, nem indirectamente, e sobre a qual já

correu muita tinta, mas também muita água debaixo das pontes, não creio que o que, então, se passou afecte o essencial do que acima disse e penso.

Essa mudança despejou, de facto, o centrismo da definição estatutária e assumiu claramente uma diferente definição programática: «*Somos um Partido de Direita*». E este ponto 2. do capítulo II do Programa prossegue: «*O Partido Popular tem uma definição política clara e frontal. Somos um partido de direita. Sem equívocos nem complexos, confessamos a direita que queremos representar: é uma direita democrática, popular e nacional.*»

Vale a pena, porém, ler o resto do texto na íntegra: «*Para nós, há uma maioria natural de portugueses que se reconhecem no vasto espaço político que vai do centro para a direita. É esse o espaço do Partido Popular no regime democrático português. É por isso que temos vocação alternativa, o que significa que pretendemos governar para aplicar o nosso próprio programa. Ao Partido Popular interessa servir a nação no governo do País; mas não nos interessa fazê-lo a qualquer preço. Como partido de alternativa, o nosso dever é lutar o tempo que for necessário até podermos liderar um projecto político de mudança.*»<sup>58</sup>

O CDS-PP, se afastou programaticamente o centro-esquerda, incluído na Declaração de Princípios fundadora, não alienou o centro que continuou a balizar o seu espaço político e a constituir, portanto, uma componente e uma referência.

E, ao tornar explícita a vocação e a natureza de partido-alternativa, o CDS-PP consolidou no plano programático uma velha tese do CDS centrista e democrata-cristão: a vocação de Alternativa, que marcou as primeiras eleições legislativas do CDS, em 1976, onde se obtiveram resultados brilhantes, feita justamente sob o mote “Alternativa 76”.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Sublinhados nossos.

<sup>59</sup> Este *slogan* eleitoral foi aproveitado e importado de *slogan* semelhante adoptado na mesma altura pela CDU da República Federal da Alemanha, então liderada por Helmut Kohl, que disputou umas eleições legislativas na mesma altura. Eram estreitas as relações de cooperação política que mantínhamos.

O tema de sermos a alternativa democrática, exactamente do centro para a direita, nunca mais abandonou a história e o espírito do CDS, ecoando a oposição ao PREC durante o PREC e o voto contra a ideologia socialista da Constituição<sup>60</sup>. A menção programática do espaço político do partido está, a meu ver, 100 por cento certa – e creio corresponder ao espaço onde sempre estivemos. Quando fui Presidente do partido defini, nomeadamente, este lema: «*Políticas alternativas para uma Alternativa política*». É a mesma ideia.

Por último, o CDS nunca renegou, nem repudiou a Declaração de Princípios, que se mantém documento fundamental de referência de todo o partido.

Outra observação a deixar aqui é a de que não creio que seja verdadeira a afirmação de que o CDS esteja à direita do PSD.

Creio que CDS e PSD são partidos sociologicamente justapostos e com natureza e apelo dominante diferentes. É, aliás, frequente encontrar famílias ou grupos de amigos em que uns são PSD e outros CDS; e o que os distingue não é tanto que pensem de forma diferente ou profundamente distinta, mas que gostem mais de uns ou de outros, que prefiram estilos diferentes de fazer política e que se sintam atraídos por métodos de abordagem e de intervenção distintos.

Há anos era frequente os institutos de sondagens incluírem nos seus inquéritos uma escala clássica de 1 a 10, em que 1 é a posição mais à es-

---

<sup>60</sup> A moção que apresentei ao VI Congresso (Aveiro, Fevereiro 1986) abria exactamente com este tema: «*1. CDS - a Alternativa a 10 anos de estatismo e de ruína. Ao fim de 10 anos de sucessivas experiências governativas e face ao continuado fracasso do sistema, nunca como hoje foi tão intensa entre os portugueses a aspiração de uma real alternativa para uma verdadeira mudança. O CDS reúne entre os seus militantes o capital humano e político necessário a lançar e a protagonizar essa Alternativa, sendo o único dos principais partidos que nunca dispôs de uma oportunidade e de uma função liderantes em Portugal e tornando-se cada vez mais claro que a orientação política e a doutrina capazes de retirar o País da crise generalizada em que vai decaindo é a mesma orientação política e a mesma doutrina do humanismo personalista que o CDS afirma e defende desde a sua fundação.*» A moção intitulava-se “POR UM CDS CONSEQUENTE. POR UM CDS LIDERANTE. Um projecto humanista de afirmação de Portugal”.

querda e 10 a mais à direita<sup>61</sup>. Gostava muito de analisar e estudar atentamente essa parte dos inquéritos, que perguntavam aos inquiridos como se autoposicionavam e como posicionavam os diferentes partidos nessa escala. O cruzamento dos dados permitia, depois, determinar como se compunha efectivamente o eleitorado de cada partido (pela ideia que os eleitores fazem de si próprios) e como, por outro lado, os partidos eram vistos e qualificados quer pelos seus próprios eleitores, quer pelos eleitores alheios.

A constatação que, então fiz, repetidamente, foi a dessa justaposição entre CDS e PSD, confirmando cientificamente o que me parecia uma sensação empírica óbvia. O CDS tinha uma mediana muito ligeiramente mais à direita que o PSD, oscilando essa mediana no espaço entre 6 e 8, sendo que o PSD tinha tanto eleitores que se situavam mais à esquerda que os do CDS, como também outros mais à direita.

O facto não merecia estranheza, pois, com excepção das figuras gradas do antigo regime, que de modo geral se retiraram por inteiro<sup>62</sup>, boa parte do aparelho territorial da ANP de Marcelo Caetano migrou directamente para o PPD, por três factores conjugados: o PPD ter aparecido dois meses e meio antes do CDS; o PPD, que esteve nos Governos Provisórios, ser mais seguro abrigo e guarda-chuva que o CDS, que sempre teve uma vida muito difícil; e o arrasto natural a partir da “ala liberal” do fim do regime anterior, a que os três principais fundadores do PPD pertenciam (Sá Carneiro, Francisco Balsemão e Magalhães Mota).

---

<sup>61</sup> Descodificando a tabela resultante, podemos dizer que: o centro rigoroso seria, portanto 5,5; o centro-esquerda 5 e o centro-direita 6; as esquerda e direita moderadas, respectivamente 3-4 e 7-8; as esquerda e direita radicais, 2 e 9; e as extrema-esquerda e extrema-direita, 1 e 10.

<sup>62</sup> Foram raras as personalidades políticas com cargos no antigo regime, que assumiram intervenção e acção política a seguir ao 25 de Abril: no CDS, foi o caso de Valentim Xavier Pintado e Augusto Leite de Faria e, mais tarde, Adriano Moreira e Nogueira de Brito; no PPD, praticamente todos os da “ala liberal” (com excepção de Miller Guerra) e outros próximos, como João Salgueiro; e no PS, outros como Veiga Simão e Silva Pinto. E houve casos como Vieira de Carvalho, grande figura do Norte, que, depois de ter sido do CDS (foi secretário-geral de Lucas Pires), acabaria por passar para o PSD, para onde levaria a Câmara da Maia, que liderara desde sempre.



## O relacionamento com o PS e com o PSD

Por último, algumas notas breves sobre o relacionamento do CDS com o PSD e o PS.

O PSD é o partido mais próximo de nós e, portanto, aquele com que sempre tivemos relações mais difíceis. É uma questão de rivalidade e de territórios políticos e sociais contíguos, justapostos, secantes. Quando assim é, as cotoveladas e caneladas são inevitáveis, para usar uma linguagem figurada.

O PS está mais distante de nós; estamos em lados diferentes e opostos da relação alternativa: eles são socialistas, nós não somos. Por isso, as relações sempre foram mais fáceis: os nossos territórios de captação e influência não se confundem. E há também um outro interesse: se o PSD entre os dois se enfraquecer, tanto o PS como o CDS acham que podem ganhar alguma coisa com isso.

Porém, não podemos confundir a maior ou menor facilidade das relações pessoais ou políticas com escolhas de orientação e aliança.

Em minha opinião, apesar do fundo e da história de dificuldades, o PSD é o único dos dois partidos com que o CDS pode coligar-se. Creio mesmo que, quando ocorre, há uma certa naturalidade nessa coligação, como a marcante experiência histórica da AD bem ilustrou e confirmou. Em teoria, até poderiam, um dia, fundir-se – e isso mataria a questão da rivalidade.

A única circunstância estratégica que o CDS deve rezear é a de o PSD, em que quadro for (nacional, regional ou municipal) ter maioria absoluta sozinho sem precisar do CDS. A inversa, aliás, também é verdadeira – mas situações de o CDS ter maioria absoluta sozinho sem precisar do PSD, ultimamente, só têm acontecido em Ponte de Lima; veremos o que o futuro nos diz quanto às quatro maiorias absolutas adicionais conquistadas, recentemente, nas eleições autárquicas de 2013 (Albergaria-a-Velha, Vale de Cambra, Santana e Velas).

Quanto a coligações do CDS com o PS, penso que não resultam, como a curta experiência de Governo PS/CDS de 1978 logo mostrou e confirmou, para memória futura<sup>63</sup>. Se dúvidas ainda houvesse, a perda, em momentos diferentes, de todas as sólidas posições históricas do CDS em municípios do distrito de Braga (Amares, Celorico de Basto, Esposende e Vila Verde) decorreu de jogadas políticas locais entre sectores do CDS e o PS, que fracassaram, sempre com a mesma consequência: entregar esses municípios ao PSD e nunca mais os conseguir recuperar. O CDS/Madeira teve, mais tarde, uma experiência semelhante: pensou que, para fazer frente ao esmagador domínio “jardinista”, podia fazer algumas coligações com o PS; não só não ganhou nada, como foi penalizado nas eleições seguintes.

O CDS e o PS são partidos de espaços alternativos entre si. Funcionam bem no relacionamento mútuo e podem celebrar sólidos acordos de regime ou similares, com uma lealdade e palavra de honra exemplares. Mas não coligações. PS e CDS têm troncos eleitorais distintos e as coligações políticas são mal recebidas socialmente. O CDS, sendo o partido menor, não resiste a esse choque: o eleitorado tende a rejeitá-las e o CDS fica exposto a uma pressão brutal por parte do PSD.

Só nunca foi feita uma experiência de coligação alargada entre PS, PSD e CDS; mas também não a considero nada recomendável. Não é só por contrariar e anular aquela vocação de partido-alternativa tão essencial ao espírito CDS, mas também pelo que, com toda a probabilidade, acrescentaria de muito negativo à acentuada degradação do sistema político.

Se, segundo alguns, o “bloco central” foi uma boa solução circunstancial de Governo numa situação de emergência do país, o “centrão” que lhe sucedeu por cerca de duas décadas foi um desastre para a democracia, por baixo de uma casca de normalidade: foi a sede de muitos cozinhados; foi o salão de muito amiguismo e compadrio; foi a fonte de expropriação do debate democrático europeu; e foi o pântano de muita corrupção. O

---

<sup>63</sup> Fui apoiante desse Governo PS/CDS, apresentado como “Governo do PS com personalidades do CDS”; e não tenho dúvidas nem sobre a sua necessidade nacional na altura, nem quanto ao seu acerto estratégico. Mas a sua escassa duração e as razões que ditaram a sua queda precoce provaram a inconveniência da operação e impossibilidade substancial.

BPN, por exemplo, não teria existido sem o “centrão”; e outros escândalos que vamos sabendo, também não. Se relemos a história portuguesa do final do século XIX, nada disso surpreende – às vezes, parece igual.

Ora, refazer um “centrão”, agora ainda mais alargado e com chancela e participação do CDS, afigura-se uma perspectiva de susto. Seria certamente afirmado como uma solução de “salvação nacional”, mas, com toda a probabilidade, não passaria de um caldeirão de interesses, seria mais um escudo blindado das redes clientelares, frustraria qualquer ímpeto reformista – e poderia, nessa medida, constituir o último epitáfio do regime, ou melhor, do sistema.

## Conclusão

É altura de concluir: para que serve, afinal, o CDS?

O CDS é o partido que representa o humanismo personalista de inspiração cristã e, portanto, um partido centrista e democrata-cristão no quadro da tradição política europeia. Tem uma fundamental vocação alternativa, face à esquerda e aos socialismos. É a alternativa personalista.

O que o CDS serve para fazer é para, permanentemente, conceber, desenhar e construir essa Alternativa e, depois, levá-la à prática, o que só pode fazer ou sozinho, ou, considerando os partidos existentes, com o PSD. Como é que o faz? Estudando políticas, que respondam aos problemas – ou não eram “*Queremos Responder*” os primeiros cartazes do CDS? Organizando os militantes e mobilizando os simpatizantes para as debaterem, enraizarem socialmente e, assim, ajudarem a concretizá-las no terreno.

O CDS é também um partido doutrinário, fortemente ancorado em valores e princípios do humanismo personalista, incluindo a família, a vida e a dignidade humana, entre outros valores humanos fundamentais, e, portanto, um partido que, embora sendo também pragmático na acção, não confunde o pragmatismo com pensamento.

O que o CDS serve para fazer é para analisar, à luz dos valores, ideais e princípios do personalismo cristão que o inspiram, os problemas

e desafios sociais e políticos de cada tempo e encontrar respostas que respondam ao tempo sem destruir os princípios, num trabalho constante de reflexão e actualização da sua cultura política. Deve ser, portanto, também um partido informador do debate social e activista no terreno.

O CDS é um partido europeísta, sonhador do sonho europeu, como projecto que agrega e integra sem destruir, nem submeter as Nações: uma Europa nova, em paz e liberdade, uma União de iguais, construída sobre a subsidiariedade, descentralizada, multipolar e policêntrica, assim potenciando numa união comunitária a sua diversidade intrínseca e o capital próprio de cada Estado-membro.

O que o CDS serve para fazer é para exercer, à luz dos ideais europeus, a sua permanente capacidade crítica, não no sentido do eurocepticismo, mas da correcção dos erros e desvios federalistas e centralizadores e de deriva para o super-Estado, restituindo o sonho europeu à sua autenticidade e preservando a União Europeia do declínio e da ruptura. O CDS serve para elevar o debate europeu e ser particularmente exigente.

O CDS é um partido popular e interclassista, municipalista e comunitário, crente na cooperação social pelo Bem Comum e na subsidiariedade como princípio estruturante do Estado e da Administração.

O que o CDS serve para fazer é para desenvolver, à luz do institucionalismo, um funcionamento orgânico impecável, aberto e participado, para enraizar os ideais personalistas na sociedade, fortalecendo-se na sociedade civil e a partir desta, e para ajudar a construir estruturas administrativas descentralizadas, num espírito de serviço de proximidade aos cidadãos.

O CDS é um partido nacional e português, atento aos recursos estratégicos do país, valorizando especialmente o mar, a lusofonia e o patriotismo.

O que o CDS serve para fazer é para aprofundar, à luz dos interesses nacionais, plataformas de convergência e de acção comum com outros partidos, correntes políticas e instituições sociais, em tudo o que corresponda à defesa e afirmação de Portugal, bem como na identificação, divulgação e valorização dos seus recursos mais relevantes para desenvolvimento e projecção externa do país e consolidação da lusofonia.

O CDS é um partido que acredita na pessoa humana, na iniciativa empresarial, na propriedade privada e na liberdade criativa, defendendo a sua responsabilidade social.

O que o CDS serve para fazer é para desenvolver, aprofundar e aperfeiçoar o modelo da Economia Social de Mercado, como aquele que melhor articula progresso económico, realização humana e justiça social.

O CDS é um partido da democracia, da liberdade e da cidadania.

O que o CDS serve para fazer é para lutar incansavelmente por uma democracia de qualidade, combatendo o caciquismo e o aparelhismo, pugnando pela representatividade efectiva dos mandatos políticos, alimentando uma cidadania activa e informada e reconstruindo sempre a legitimidade do funcionamento da política e das suas instituições.

Para o CDS, tal como ressalta da Declaração de Princípios e do melhor dos seus textos e da nossa experiência acumulada, creio que as ideias e linhas que apresentei são aquelas que melhor servem a sua realização e o seu sucesso.

É facto que dão trabalho – talvez por isso uns se afastem delas. E é facto também que não favorecem lugares cativos de mando – talvez por isso outros as rejeitem e prefiram outros modos e modelos. Mas, do que vi e experimentei, é a única forma de realizar e cumprir aquele partido do humanismo personalista de inspiração cristã que afirmamos ser.

Podemos, é certo, querer outra coisa. Mas, já se sabe: outra coisa é outra coisa.

*José Ribeiro e Castro*

11 de Abril de 2015

<sup>i</sup> Para memória, em razão da importância que atribuo ao documento, recorde, em nota final, o texto na íntegra:

## CARTA DO AUTARCA DEMOCRATA-CRISTÃO

### *20 COMPROMISSOS*

Partido democrata-cristão, integrando liberais e conservadores, o CDS-PP afirma o personalismo comunitário e promove o serviço prioritário da pessoa humana.

Os destinatários preferenciais da nossa acção política local são as pessoas, as famílias, as escolas e as empresas, prestando também uma atenção especial às comunidades de vizinhos, à livre associação e ao voluntariado.

### LINHAS GERAIS

Para os autarcas democratas-cristãos, a realização comunitária só poderá ser alcançada com uma gestão que privilegie a **proximidade** pessoal e a procura de **identidades**, de **iniciativas**, de **pluralidades** e de **concorrência**, com forte preocupação social e comunitária.

Renovando o seu **compromisso de sempre com o Municipalismo**, os autarcas democratas-cristãos comprometem-se, nos termos da presente Carta, a defender e promover políticas personalistas na administração autárquica, nomeadamente nas **políticas de proximidade**, como as políticas de família, as políticas sociais e comunitárias (com relevo para a educação, saúde e acção social) e as questões de segurança, nas **políticas ambientais e de património**, nas linhas de **desenvolvimento local e regional**, nas novas **políticas das cidades e de integração metropolitana**,

no apoio às actividades económicas e à iniciativa particular ou social, na promoção de uma **fiscalidade municipal responsável e limitação da carga fiscal**, na dinamização da **participação cívica e comunitária**.

Os autarcas democratas-cristãos assumem o compromisso de promover uma **gestão eficiente, equilibrada e transparente dos serviços públicos autárquicos**, reduzindo, em simultâneo, a pesada carga fiscal que hoje onera tanto as famílias como as empresas. A redução dos impostos locais (IMI, IMT e Derrama) constitui um factor decisivo para promover e favorecer a família, dinamizar o tecido social e económico e contribuir para a criação de mais postos de trabalho e de mais riqueza ao nível municipal, bem como para fomentar políticas urbanísticas, de desenvolvimento, de combate à desertificação e de recuperação de concelhos do interior.

## **20 COMPROMISSOS DEMOCRATA-CRISTÃOS NA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

No exercício das respectivas funções de administração local, os autarcas democratas-cristãos comprometem-se a defender medidas que promovam o modelo de **Autarquias Amigas da Família, Autarquias Amigas do Contribuinte, Autarquias Amigas do Ambiente e do Património e Autarquias Amigas do Cidadão**, como, a seguir, se enumeram:

### **A. AUTARQUIAS AMIGAS DA FAMÍLIA**

#### **1. CRIAÇÃO DO BILHETE DE FAMÍLIA**

O Bilhete de Família concederá descontos em actividades culturais, educativas, desportivas ou recreativas promovidas directamente, ou por concessão, pelo Município, independentemente do número de elementos do agregado familiar. Na medida da sua capacidade de acção e de influência, o mesmo será promovido a nível de Freguesia.

#### **2. CAPITAÇÃO DAS TARIFAS DA ÁGUA DE USO DOMÉSTICO**

Criação de Tarifas Familiares de Água que tenham em consideração o número de elementos do agregado familiar e que sejam escalonadas em função da capitação dos consumos por lar, corrigindo assim o efeito in-

directo de penalização e discriminação contra a família nos escalões de consumo doméstico.

### **3. REFORÇO DOS CENTROS DE DIA E DO APOIO DOMICILIÁRIO**

Reforçar a criação de Centros de Dia e o Apoio Domiciliário, favorecendo a relação intergeracional, o apoio dos mais fragilizados no seio da família e as relações de vizinhança.

### **4. ESTÍMULO À CONCILIAÇÃO ENTRE ACTIVIDADES PROFISSIONAIS E VIDA FAMILIAR**

Promover os mecanismos de conciliação entre as actividades profissionais e a vida familiar através, nomeadamente, da coordenação dos horários das creches com os horários laborais dos Pais. Estimular, por outro lado, o desenvolvimento de empresas familiarmente responsáveis mediante a atribuição de distinções ou prémios municipais para aquelas que se distingam neste domínio.

### **5. PROMOÇÃO DE PARCERIAS DE PAIS, PROFESSORES E ENTIDADES LOCAIS PARA ACTIVIDADES CONCERTADAS**

Promover e estimular as parcerias entre Pais, Professores e Entidades Locais para abrir as escolas às populações, nomeadamente para actividades de ocupação de tempos livres e para a criação de salas de estudo orientado para estudantes do ensino básico e secundário.

### **6. PROMOÇÃO DA PRESENÇA DE MÉDICOS DE FAMÍLIA NOS CENTROS DE SAÚDE**

Assegurar os meios e as condições logísticas necessárias para promover a presença de médicos de família nos centros de saúde do Município, garantindo, desta forma, a prestação de cuidados de saúde num contexto de proximidade.

### **7. CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES**

Promover condições de acessibilidade para os cidadãos deficientes, tanto de um ponto de vista arquitectónico e de transportes públicos como perante as novas tecnologias de informação e de comunicação.



## **8. APOIO ÀS ACÇÕES DE VOLUNTARIADO SOCIAL**

Reforçar o apoio às instituições sociais, aos movimentos e às associações cívicas que, em dinâmica comunitária, prestem serviços no âmbito do voluntariado social, nomeadamente no combate à pobreza e à marginalização, no tratamento de situações sociais de risco, no apoio a deficientes e na promoção e defesa da vida e da maternidade.

## **9. CONSAGRAÇÃO DE NOVAS POLÍTICAS DE CIDADE**

Promover novas políticas de cidade através de operações de requalificação de zonas urbanas que privilegiem a recuperação de imóveis antigos ou a construção de fogos novos para famílias com dois ou mais filhos, bem como a garantia de zonas verdes e infraestruturas de comércio, lazer, cultura e recreio, humanizando os ambientes urbanos. Combater a massificação, proteger, afirmar e valorizar a identidade característica de cada localidade, contrariar a diluição em subúrbios gigantescos e despersonalizados de periferias urbanas, antes favorecendo um ordenamento metropolitano multipolar.

## **10. REFORÇO DA SEGURANÇA DOS CIDADÃOS**

Reforçar a segurança dos cidadãos contra a criminalidade e a delinquência, de forma a permitir que as pessoas possam viver com tranquilidade e com a confiança de poderem exercer com liberdade todos os seus direitos. As políticas de reforço da segurança dos cidadãos passam, por um lado, pela criação de condições mais propícias para o exercício das funções das forças policiais (nacionais e municipais) e, por outro, por medidas destinadas à realização de uma maior coesão social e familiar e de combate à exclusão social.

## **B. AUTARQUIAS AMIGAS DO CONTRIBUINTE**

### **11. REDUÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)**

Propor e defender a redução da carga fiscal de âmbito municipal sobre as famílias em sede de IMI, quer por via da fixação de uma taxa geral re-

duzida para a tributação dos imóveis, quer por via de majoração da taxa para fomentar operações de reabilitação urbana ou de combate à desertificação, quer ainda pela redução da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados.

## **12. REDUÇÃO DA DERRAMA**

Propor e defender a redução da carga fiscal de âmbito municipal sobre o rendimento das empresas em sede de Derrama, dinamizando e fortalecendo o tecido social e económico e contribuindo para a criação de mais postos de trabalho e de mais riqueza ao nível municipal.

## **13. ISENÇÕES DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT)**

Nos Municípios que beneficiam do regime de incentivos fiscais à interioridade, propor e defender a isenção de IMT nas aquisições por jovens entre os 18 e os 35 anos de prédio urbano ou fracção autónoma de prédio urbano destinado a primeira habitação própria permanente, como forma de combater a desertificação e revitalizar e rejuvenescer os concelhos do interior do país. Simultaneamente, propor nos mesmos concelhos a concessão de isenção de IMT nas aquisições por parte de empresas aí localizadas de prédios situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente às respectivas actividades económicas, como meio de atrair mais investimentos ao interior do país.

## **14. PROMOÇÃO DE UMA GESTÃO EFICIENTE DAS AUTARQUIAS**

Assegurar e garantir uma gestão eficiente, equilibrada e transparente dos serviços públicos autárquicos, reduzindo a despesa pública municipal e o endividamento externo e evitando despesismos e esbanjamento de recursos públicos, de forma a garantir as condições necessárias para o desagravamento dos impostos municipais.

## **15. LIMITAR O NÚMERO DE EMPRESAS MUNICIPAIS.**

Contrariar a tendência dos últimos anos para multiplicação do número de empresas municipais, frequentemente utilizadas e abusadas como

mero instrumento de criação de empregos públicos para clientelas partidárias sem sólida justificação objectiva para a respectiva criação. Extinguir as empresas municipais desnecessárias e combater todos os expedientes de incremento indirecto do despesismo municipal, fora dos controlos administrativos clássicos.

## **C. AUTARQUIAS AMIGAS DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO**

### **16. PROTECÇÃO DO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Favorecer o desenvolvimento económico sustentado com respeito pela conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, através de políticas que garantam a qualidade das águas e que combatam a acumulação de resíduos, a contaminação atmosférica e o ruído. Promover, em simultâneo, o uso mais eficiente e responsável dos recursos naturais e da energia, favorecendo a eficiência energética, as energias renováveis, os materiais reciclados e a reutilização da água mediante a participação activa e a colaboração dos cidadãos.

### **17. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO E TRADIÇÕES LOCAIS**

Promover a investigação, a preservação e a restauração do património cultural, como factor gerador de identidade e pertença e de desenvolvimento económico e social, bem como apoiar e dinamizar as tradições e os costumes locais.

### **18. OFERTA TURÍSTICA ENRAIZADA**

Fomentar as actividades turísticas que assentem na preservação e valorização do património natural ou edificado, dos usos, costumes e tradições culturais, dos factores identitários e de diversidade, do artesanato, da gastronomia popular e dos produtos tradicionais, enquanto factor de criação de emprego, eixo de competitividade local e motor de desenvolvimento regional.

## **D. AUTARQUIAS AMIGAS DO CIDADÃO**

### **19. PARTICIPAÇÃO ABERTA E PROMOÇÃO DE REFERENDOS LOCAIS**

Estimular a presença e participação directa dos cidadãos nas Assembleias Municipais e nas sessões públicas das Câmaras Municipais. Combater a discriminação política que muitas Câmaras Municipais desenvolvem contra as freguesias que não são da mesma cor partidária da liderança municipal. Promover a realização de referendos sobre questões de relevante interesse local, permitindo que os cidadãos eleitores sejam chamados a pronunciar-se e a ter uma participação activa relativamente a matérias concretas com forte impacto directo na vida comunitária.

### **20. CRIAÇÃO DE CONSELHOS CONSULTIVOS MUNICIPAIS**

Propor a criação de Conselhos Consultivos Municipais para as áreas da Cultura, Educação, Urbanismo, Actividades Económicas, Integração de Imigrantes e Combate à Pobreza abertos às instituições e municípios que trabalhem nestes domínios, de forma a incentivar a intervenção e participação da sociedade nas políticas definidas pelos órgãos autárquicos.

<sup>ii</sup> Para registo, em razão da importância que atribuo ao documento, de que fui o autor, recorro aqui, em nota final, o seu texto na íntegra:

## MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DA FTDC

Defender a liberdade do movimento sindical, contribuir para a participação dos trabalhadores no desenvolvimento da actividade produtiva e pela sua participação activa no processo político geral e em particular nas decisões que respeitem à organização da produção e do trabalho, empenhar-se na difusão da propriedade no quadro do personalismo de inspiração cristã, são condições essenciais à democratização da sociedade, ao seu progresso, justiça e à elevação do bem-estar e da qualidade de vida dos trabalhadores.

### **Liberdade do movimento sindical**

A Federação dos Trabalhadores Democratas-Cristãos é uma organização de tendência sindical, não se confundindo com um sindicato ou uma central sindical, e esse é justamente o seu contributo para a liberdade e a democraticidade do sindicalismo, num quadro pluralista oposto a qualquer hegemonismo sectário.

O seu objectivo é a representação e a defesa da tendência sindical democrata-cristã, no quadro do personalismo, e o concurso respectivo, no âmbito do sindicalismo democrático, para a representação colectiva dos trabalhadores e a defesa dos seus direitos e aspirações

Defendemos que a consolidação da liberdade sindical, a defesa e a expansão dos sindicatos democráticos, o combate à tentativa de hegemonia

comunista da CGTP/Intersindical é a primeira prioridade de organização dos trabalhadores portugueses e em particular dos trabalhadores democratas-cristãos.

Sem um sindicalismo democrático, forte e bem consolidado, em que a unidade seja construída sem sectarismo, no debate livre e aberto das várias correntes de opinião e em que os mecanismos democráticos de expressão e decisão sejam inteiramente respeitados, é o próprio futuro do movimento sindical que se encontra comprometido, porque, desde logo, sem sindicalismo democrático não há representação dos trabalhadores, real e efectiva.

Defendemos a liberdade sindical na unidade com todos os trabalhadores e tendências sindicais que igualmente estejam dispostas a construí-la, a consolidá-la, a alargá-la. **Para a FTDC, a liberdade sindical não é, nem pode ser um instrumento de divisão dos trabalhadores democratas, mas é, ao contrário, o melhor e o único meio para construir a sua unidade e a representação rigorosa dos seus interesses reais e das suas aspirações efectivas.** Não há unidade possível sem liberdade verdadeira e tão-pouco há liberdade consequente se não se unirem doutrinariamente os que comuniquem dos mesmos valores e ideais e se não partilharem as mesmas formas de organização aqueles que, independentemente da sua doutrina, defendem o livre debate das ideias e a formação democrática da vontade colectiva.

Preconizamos a unidade do movimento sindical livre e democrático. Empenhamo-nos profundamente, em estreita cooperação com as demais tendências sindicais democráticas, no trabalho comum de construção, de alargamento, de defesa dos sindicatos democráticos e de reforço da união livre e democrática dos trabalhadores portugueses, no quadro do esforço geral e permanente de melhoria e de democratização das estruturas e de representação real e rigorosa da vontade dos trabalhadores.

## Participação

A Federação dos Trabalhadores Democratas-Cristãos defende que é função dos trabalhadores e do seu movimento sindical não só a defesa ime-

diata dos seus direitos e interesses, mas também a participação na empresa e no desenvolvimento da actividade produtiva e no processo político geral de evolução da sociedade. A participação no desenvolvimento da actividade produtiva é condição para o crescimento da riqueza colectiva e do bem-estar da sociedade, bem como um passo importante e uma garantia de que a riqueza criada seja distribuída de uma forma cada vez mais justa e equitativa. A participação no processo político geral de evolução da sociedade traduz não já a mera preocupação imediata da satisfação de interesses, mas a projecção na transformação global da sociedade e na reforma das suas estruturas, como via essencial para definir e construir o progresso colectivo, para eliminar permanentemente não só os casos, mas sobretudo as situações de injustiça, humana ou social, para reformular os estatutos dos vários corpos sociais existentes e para concretizar progressivamente uma ordem social mais justa e humana.

Lutaremos pela participação e, desde logo, pelo reforço e intensificação da presença dos valores do pensamento social-cristão, do personalismo e dos ideais dos trabalhadores democratas-cristãos, não só no seio do movimento sindical, mas também na vida política em geral, porquanto é no quadro global da organização da sociedade na política, que as questões gerais com incidência na vida de todos são debatidas e decididas. É participando e intervindo que se pode vencer, e é conjugando esforços com forças políticas e outras organizações sociais que defendem os mesmos valores do pensamento democrata-cristão que a evolução geral da sociedade poderá fazer-se no sentido dos ideais que partilhamos e na satisfação das necessidades e interesses que exprimimos.

Assim como condenamos o sectarismo ideológico, condenamos o sectarismo social. Defendemos uma sociedade aberta e participada, com uma clara vivência comunitária. Repudiamos uma sociedade de imposições e espartilhos, de rixas e agressões, de rótulos e compartimentos estanques.

### **Personalismo de inspiração cristã**

Consideramos evidente o falhanço do socialismo quer no que respeita ao progresso social, quer no que toca à resolução dos problemas sociais e in-

dividuais dos trabalhadores. Denunciamos a fraude patente que o marxismo procura concretizar e que é tão manifesta nas sociedades comunistas, onde os direitos humanos dos cidadãos e dos trabalhadores não são minimamente respeitados, onde a exploração e a opressão pelo Estado é uma realidade permanente, onde, em nome de uma “revolução proletária”, o estatuto do proletariado não foi só mantido, como alargado a todos os que não têm o privilégio de controlar o imenso e opressivo aparelho estatal.

A Federação dos Trabalhadores Democratas-Cristãos sublinha que este facto, esta evidência, aumenta a responsabilidade dos democratas-cristãos e, em particular, dos trabalhadores democratas-cristãos na defesa dos seus ideais, na demonstração do acerto das suas posições, na desmitificação dos mitos do socialismo e dos vícios do marxismo.

Assim como aumenta sobretudo as suas responsabilidades na formulação permanente e no aprofundamento de uma nova política, capaz de dar resposta constante aos desafios da sociedade e do futuro e de solucionar, na verdade, os problemas e dificuldades dos trabalhadores, a partir do pensamento social-cristão e do personalismo.

**Um ideal é uma exigência. Não só uma exigência sobre os outros e a sociedade, mas uma exigência sobre nós próprios que o perfilhamos e afirmamos.** A exigência de o aprofundar, de o expandir, de o defender, de o divulgar, de o concretizar.

Como tendência sindical, como organização representativa dos trabalhadores que perfilham os valores da democracia-cristã, a FTDC obriga-se e compromete-se a fazê-lo pelo facto de se constituir.

Obriga-se, em particular, a pugnar pela difusão da propriedade, pessoal e social, já que essa é a via para a justiça social e humana, para a eliminação efectiva dos estatutos de desigualdade, para o desaparecimento real da condição proletária, ao invés da marxista expropriação colectiva em benefício do Estado, geradora de desigualdade, de injustiças, de ruína, de opressão.

Como organização representativa dos trabalhadores democratas-cristãos, a FTDC afirma o seu empenho na defesa e no concurso para uma so-



cidade humana e comunitária, respeitadora da pessoa humana e dos corpos sociais intermédios, fiel à tradição e à força dos valores da nossa cultura e da nossa formação cristã. Uma sociedade humana e solidária, rica na pluralidade e no dinamismo da sua vida associativa, aberta à participação activa e à iniciativa criadora das pessoas e dos corpos sociais, exigente na justiça, no progresso e no bem-estar. Uma sociedade em que a liberdade e a solidariedade sejam elementos reais e em que o Estado seja um instrumento ao serviço do Bem Comum e um objecto da iniciativa e da vontade das pessoas e dos corpos sociais, em lugar de um sujeito permanente, de subjugação, de opressão, de estrangulamento da iniciativa criadora dos Homens e de asfixia da dinâmica e do progresso sociais.

Afirmamos o personalismo de inspiração cristã e estamos seguros de que, ao invés do individualismo liberal do capitalismo e do totalitarismo marxista do socialismo, é pelos valores e pelos ideais permanentes do pensamento democrata-cristão que a sociedade encontrará o seu futuro e que os trabalhadores, como os demais cidadãos, acharão a satisfação efectiva das suas necessidades, a concretização real das suas aspirações, o respeito rigoroso dos seus direitos e interesses.





